

8^o
Caderno de
Iniciação Científica
PAIC / 2006

Núcleo de Pesquisa Acadêmica - NPA



UNIFAE
CENTRO UNIVERSITÁRIO
FRANCISCANO

Reitor

Frei Nelson José Hillescheim

Pró-Reitor Administrativo

Paulo Arns da Cunha

Pró-Reitor Acadêmico

Luis Roberto Antonik

Diretor de Assuntos Institucionais

Vicente Keller

Diretor de Legislação e Normas Educacionais

André Luis Gontijo Resende

Secretário

Rafael Araújo Leal

Coordenação Geral

Programas Lato Sensu

Gilberto de Oliveira Souza

Programas Stricto Sensu, Pesquisa e Extensão

Lucia Izabel C. Sermann

Cursos de Graduação

Antônio Lázaro Conte

Coordenadores

Administração

Daniel Francisco Rossi

Ciências Econômicas

Gilmar Mendes Lourenço

Ciências Contábeis

Aderbal Nicolas Muller

Publicidade e Propaganda

Eliane Cristine Francisco Maffezzolli

Desenho Industrial

Cristina Maria Souto Ferigotti

Direito

Aline Fernanda Pessoa Dias da Silva

Engenharia de Produção e Engenharia Ambiental

José Vicente B. de Mello

Educação a Distância

Carlos Roberto Oliveira de Almeida

Filosofia

Vicente Keller

Finanças e Logística

Valter Pereira Francisco Filho

Informática e Tecnologia em Sistema para Internet

Andréa dos Santos Rodrigues

Marketing

Ricardo Pimentel

Negócios Internacionais

Andréa Regina H. Cunha Levek

Recursos Humanos

Maria Alice Pereira de Moura e Claro

Mestrado

Organizações e Desenvolvimento

José Edmilson de Souza-Lima

Educação

Lucia Izabel Czerwonka Sermann

Núcleos

Núcleo de Pesquisa Acadêmica

Vanessa Ishikawa Rasoto

Núcleo de Assuntos Comunitários

Milton Mayer

Núcleo de Empregabilidade

Nancy Malschitsky

Núcleo de Relações Internacionais

Areta Gallat

Núcleo de Projetos Especiais

Eliana Velasco

Núcleo de Relações Institucionais e

Governamentais

Rubens Fava

Instituto de Ciências Jurídicas UNIFAE

Sérgio Luiz Rocha Pombo

Instituto de filosofia São Boa Ventura

Vicente Keller

Coordenação Editorial

José Edmilson de Souza-Lima

Lucia Izabel Czerwonka Sermann

Vanessa Ishikawa Rasoto

Revisão

Maria Aparecida da Silva Arcanjo Pereira

Editoração

Maria Laura Zocolotti - projeto gráfico/diagramação

Ana Rita Barzick Nogueira - diagramação

Capa

Hilton Osório Torres

UNIFAE - Centro Universitário Franciscano do Paraná. Núcleo de Pesquisa Acadêmica. Programa de Apoio à Iniciação Científica.

8.º caderno de iniciação : PAIC/2006.

Curitiba, 2007.

222p.

1. Administração - pesquisa. 2. Economia - pesquisa.
3. Contabilidade - pesquisa.

CDD - 20 ed. 658

330

657

APRESENTAÇÃO

O oitavo Caderno de Iniciação Científica do Núcleo de Pesquisa Acadêmica apresenta os artigos resultantes das pesquisas realizadas no Programa de Apoio à Iniciação Científica dos anos 2006/2007 (PAIC-2006/2007), desenvolvidas por discentes e docentes do Centro Universitário Franciscano - UNIFAE.

O PAIC é um programa centrado na iniciação científica de novos talentos nas áreas do conhecimento dos cursos de graduação ofertados pelo Centro Universitário Franciscano, oportunizando aos estudantes de graduação o despertar para a iniciação científica, caracterizando-se como um instrumento de estímulo aos professores pesquisadores para engajarem estudantes da graduação no processo acadêmico, otimizando a capacidade de orientação à pesquisa e estimulando a produção científica.

Neste contexto é que o oitavo caderno do Programa de Apoio à Iniciação Científica da UNIFAE apresenta artigos nas seguintes linhas de pesquisa: Organizações e Desenvolvimento, Gestão Econômica de Sistemas Produtivos, Sistemas de Gestão da Produção, Políticas Públicas e Terceiro Setor.

O primeiro artigo analisa o mercado de fundos de investimentos no Brasil, apresentando as diversas opções de investimentos por meio de fundos de investimentos financeiros, seus principais riscos em termos de mercado, liquidez e de crédito. Apresenta também uma simulação de portfólio, utilizando o conceito de fronteira eficiente de Markovitz.

O segundo artigo apresenta um estudo sobre as migrações das empresas de capital aberto com ações negociadas na Bovespa para o novo mercado. A pesquisa trata de uma investigação para saber se a migração dessas empresas é significativa para a valorização de suas ações ordinárias, utilizando a média aritmética e a análise de regressão para os períodos anterior e posterior ao início das negociações no novo mercado.

Nos terceiro e quarto artigos são apresentados estudos na área de custos, sendo o primeiro sobre as técnicas de apuração de custos e características de sistemas de custos voltados a empresas prestadoras de serviços, e o segundo sobre a vantagem competitiva por meio de estratégias de redução de custos nas empresas industriais da região metropolitana de Curitiba.

O quinto artigo apresenta o resultado da pesquisa sobre o alinhamento estratégico e o desempenho empresarial nas indústrias de transformação da Região Metropolitana de Curitiba.

Os limites do paradigma epistemológico cartesiano e a necessidade de superá-lo à luz do paradigma da complexidade da realidade de Edgar Morin, apresentando a proposta franciscana

de educação como um modelo de educação que possibilite o desenvolvimento integral de cada pessoa, é apresentado no sexto artigo.

O sétimo artigo analisa o conceito de dano no pensamento de Mill e as possíveis concessões de Mill a um tratamento de questões que afetem a necessidade de terceiros, investigando também a possível adesão aos princípios da liberdade positiva e liberdade negativa.

No oitavo artigo é apresentado estudo sobre a contribuição do Economista e Professor Gilmar Mendes Lourenço na formação do pensamento econômico paranaense contemporâneo.

A verificação do grau de cooperação dos municípios limítrofes com a cidade de Curitiba em projetos que visam o desenvolvimento da Região Metropolitana de Curitiba é o objeto de estudo do nono artigo.

O décimo artigo descreve e caracteriza os indicadores de desenvolvimento sustentável para a cidade de Curitiba e a sua utilização como uma ferramenta do sistema complexo de Desenvolvimento Sustentável.

O estudo sobre as autoridades públicas curitibanas na questão do desenvolvimento sustentável local, seu grau de conhecimento, fundamentos e características sobre o seu Modelo de Sustentabilidade, visando o progresso da sociedade, é apresentado no décimo primeiro artigo.

O décimo segundo artigo apresenta o estudo do desenvolvimento local proporcionado por programas sócio-ambientais em regiões específicas no Estado do Paraná, em termos de iniciativas privadas que mostraram resultados favoráveis.

As percepções de gestores que atuam em uma determinada organização do terceiro setor foram objeto de estudo no décimo terceiro artigo, no intuito de verificar se as percepções estão próximas ou distantes da noção do “ecodesenvolvimento” ou da noção de “desenvolvimento sustentável”.

O décimo quarto artigo apresenta os principais problemas sócio-ambientais que a sociedade contemporânea enfrenta, tendo como base os questionários aplicados aos varejistas e as entrevistas com coordenadores da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Curitiba.

O último artigo apresenta um estudo sobre a inclusão do aluno deficiente visual, apontando alternativas que possam auxiliar no atendimento educacional, ou seja, a construção de um Centro de Apoio Pedagógico Virtual estruturado em um portal *Web* como recurso para auxiliar professores, funcionários e demais usuários comprometidos com o processo de inclusão de pessoas portadoras de necessidades educacionais.

Esperamos que os resultados das pesquisas de iniciação científica contribuam com outras pesquisas a serem realizadas.

Ótima leitura e felicidades a todos!

*José Edmilson de Souza-Lima
Lucia Izabel Czarwonka Sermann
Luiz Roberto Antonik
Vanessa Ishikawa Rasoto*

SUMÁRIO

PROJETO DE AVALIAÇÃO E ANÁLISE DO MERCADO DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS <i>Acadêmico: Robson Lara Moreira</i> <i>Orientador: Prof. André Tadeu Paes de Souza</i>	7
GOVERNANÇA CORPORATIVA NO BRASIL: UM ESTUDO SOBRE AS MIGRAÇÕES PARA O NOVO MERCADO <i>Acadêmica: Adriana Stankiewicz</i> <i>Orientadores: Profª Vanessa Ishikawa Rasoto e Prof. Glower Lopes Kujew</i>	17
CUSTOS EM EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇO UMA QUESTÃO GERENCIAL ESTRATÉGICA <i>Acadêmico: Antônio Adolfo Dib Orige</i> <i>Orientador: Prof. Admir Roque Teló</i>	31
VANTAGEM COMPETITIVA POR MEIO DE ESTRATÉGIAS DE REDUÇÃO DE CUSTOS NAS EMPRESAS INDUSTRIAIS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA <i>Acadêmica: Flávia Schwartz Maranhão</i> <i>Orientadora: Profª Cleonice B. Pompermayer</i>	45
ALINHAMENTO ESTRATÉGICO E DESEMPENHO EMPRESARIAL <i>Acadêmicos: Isabela D'Araujo Costa e Ricardo Pastro</i> <i>Orientador: Prof. Dr. José Vicente Bandeira de Mello Cordeiro</i>	57
VISÃO COMPLEXA DA REALIDADE E PROPOSTA FRANCISCANA DE EDUCAÇÃO <i>Acadêmico: Ítalo Kiyomi Ishikawa</i> <i>Orientador: Prof. João Mannes</i>	81
O CONCEITO DE DANO SEGUNDO JOHN STUART MILL <i>Acadêmico: Clauzemir Makximovitz</i> <i>Orientador: Prof. Mauro Cardoso Simões</i>	95
A CONTRIBUIÇÃO DO ECONOMISTA GILMAR MENDES LOURENÇO NA FORMAÇÃO DO PENSAMENTO ECONÔMICO PARANAENSE <i>Acadêmica: Miriam Cristina Rakssa</i> <i>Orientador: Prof. Semi Cavalcante de Oliveira</i>	111
Programa de Apoio à Iniciação Científica - PAIC	5

A GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO: NOTAS SOBRE O CASO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA <i>Acadêmica: Jarlusa Bottini Requia</i> <i>Orientador: Prof. Gilson Batista de Oliveira</i>	119
INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA CURITIBA <i>Acadêmico: Rafael Alexandre Pino Gomes</i> <i>Orientador: Prof. Christian Luiz da Silva</i>	131
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E O ESTADO BRASILEIRO: ELABORANDO UM MODELO DE SUSTENTABILIDADE PARA CURITIBA <i>Acadêmica: Eliane Viana</i> <i>Orientador: Prof. Marcus Santos Lourenço</i>	143
DESENVOLVIMENTO LOCAL E RESPONSABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL <i>Acadêmica: Aline Costa do Nascimento</i> <i>Orientador: Prof. Antoninho Caron</i>	153
PERCEPÇÕES ACERCA DO “DESENVOLVIMENTO” E DO “AMBIENTE NATURAL” DE GESTORES DO TERCEIRO SETOR: ESTUDO SOBRE A AÇÃO SÓCIO-AMBIENTAL DA INSTITUIÇÃO ALFA <i>Acadêmico: Bruno Mathias</i> <i>Orientador: Prof. José Edmilson de Souza-Lima</i>	165
O COMÉRCIO VAREJISTA E A RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL <i>Acadêmica: Daniela Vitório Del Puente</i> <i>Orientador: Prof. José Edmilson de Souza-Lima</i>	187
A INFORMÁTICA COMO UMA FERRAMENTA DE APOIO À INCLUSÃO DO DEFICIENTE VISUAL <i>Acadêmico: André Argentino</i> <i>Orientadora: Prof^ª Andréa dos Santos Rodrigues</i>	205

PROJETO DE AVALIAÇÃO E ANÁLISE DO MERCADO DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Robson Lara Moreira*

Orientador: Prof. André Tadeu Paes de Souza**

RESUMO

O Mercado de fundos de investimentos, no Brasil, torna-se, a cada dia, uma solução mais procurada para quem busca otimizar seus ganhos associados a riscos cada vez menores. Para isso, é necessário estudar os melhores fundos e, também, os riscos assumidos a fim de assegurar seu capital. Nesta pesquisa, far-se-á um estudo completo sobre os tipos de fundos, seus risco e simulação de um portfólio de fundos a partir de uma amostragem de dez fundos, utilizando o conceito de fronteira eficiente de Markovitz que leva em conta o risco e retorno de cada um deles.

Palavras-chave: Mercado de fundos de investimentos; mercado financeiro; opções de investimentos.

* Acadêmico do 3º ano do curso de Ciências Econômicas. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2006) da UNIFAE - Centro Universitário Franciscano.

** Professor de graduação e pós-graduação da UNIFAE - Centro Universitário Franciscano.

1 INTRODUÇÃO

O mercado financeiro tem passado nos últimos anos por um processo de profissionalização e de sofisticação em todas as áreas, vários produtos foram e estão sendo desenvolvidos nas diversas áreas abrangentes do mercado, tais como instrumentos de captações para empresas e mesmo para o país, derivativos (financeiros, agrícolas) e diversos instrumentos de operações financeiros. Esta diversificação levou a uma mudança no perfil de investimentos com um aumento significativo das aplicações feitas através de fundos de investimentos. Mesmo que grande parte da população ainda veja na poupança a sua opção principal de investimentos esta percepção tem mudado significativamente como o investidor procurando opções que apresentam maiores retornos. Os problemas recaem no momento da decisão em se investir, quando o aplicador decide por uma aplicação em fundos de investimentos nesta hora existem infinitudes de opções, variando tanto em custo de investimento quanto em tipo de ativos que compõem a carteira dos fundos quanto em graus de riscos corrido pelos mesmos. Na maioria dos casos os investidores não possuem a formação que lhe permita de imediato entender estas variáveis e mesmo as pessoas que fazem a venda deste tipo de produto não estão preparadas para dirimi-las. Nosso trabalho busca fazer uma análise desta indústria e de seus produtos permitindo ao leitor que de maneira clara consiga entender as principais variáveis que se apresentam em um processo de decisão de investimentos em fundos financeiros.

Em suma, este projeto terá como objetivos;

- Fazer um levantamento das diversas opções de investimentos através de fundos de investimentos financeiros, caracterizando os mesmos seguindo as normas expedidas pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários), mais precisamente a instrução 409 que legisla sobre os fundos de investimentos.
- Apresentar os principais riscos (mercado, liquidez e de crédito) das diversas classes de fundos.
- Discutir os principais índices de análises dos fundos que envolvam rentabilidade e risco.
- Apresentar um caso de montagem de portfólio utilizando os índices de avaliações e fronteira eficiente de Markovitz.

Desde 1994, após a implementação do Plano Real, a população deixou de preocupar-se com inflação e correções monetárias e passou a buscar melhores retornos, diferentes daqueles obtidos com a tradicional poupança ou CDB'S (Crédito de Depósito Bancários). Desde então, as aplicações em poupança cresceram 367%, em CDB'S,

251% e os fundos de investimentos obtiveram crescimento de 1.760%, saltando de um volume administrado de R\$ 46 bilhões em 1994, para R\$ 810 bilhões, em 2006.

Segundo estudo da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (2006), a indústria de fundos atualmente é composta por aproximadamente seis mil fundos, sendo que destes, 49% são fundos de investimentos em cotas de fundos (FIC), os chamados fundo of funds. Estes fundos de fundos podem se apresentar de duas formas: i) FIC que seja ligado a um “fundos mãe”, ou seja, que aplica 100% de seu patrimônio em um único fundo, ou ii) FIC “multi gestores” (FIC FIM), que aplique seu patrimônio em diversos fundos, de vários gestores, buscando uma maior diversificação e relação risco x retorno.

Os FICs multi gestores, em sua maioria, diversificam suas aplicações em fundos multimercados. Os fundos multimercados, considerados os hedge funds brasileiros, investem nos mais variados produtos do mercado financeiro nacional, como títulos públicos, ações ou derivativos. Estes ativos são alocados nos portfólios utilizando diversas estratégias, tais como: operações de arbitragem, long short, market neutral, macroeconômicos, etc.

Diante deste universo de fundos multimercados, cabe aos gestores de fundos de fundos, selecionar os melhores do mercado, e buscar a melhor alocação dos recursos neste leque de oportunidades através dos modelos de alocação existentes, os quais buscam a otimização do portfólio.

Em Teoria de Finanças, adota-se a premissa de que um investidor racional é avesso ao risco. Isso significa que, diante de dois investimentos com a mesma rentabilidade, o investidor sempre optará por aquele que apresentar o menor risco; por esse motivo, a análise de um investimento apenas pela ótica da rentabilidade torna-se incompleta, havendo a necessidade de observar outros fatores.

Toda e qualquer alternativa de investimento existente no mercado financeiro pode ser analisada sob três aspectos fundamentais: rentabilidade, liquidez e segurança. Esse é o tripé que sustenta todo o investimento, e pode se dizer que seus componentes são mutuamente excludentes, não havendo um único investimento que maximize simultaneamente os três componentes, caracterizando o que denominamos “cobertor curto” da decisão de investimento.

Diante desse “cobertor curto”, o investidor deve escolher maximizar uma característica de investimentos em detrimento das demais. Essa escolha dependerá diretamente do perfil do investidor, de sua maior ou menor propensão a riscos e do horizonte de tempo em que ele precisará dos recursos. Um bom exemplo é o caso da poupança indicada para investidores que possuem aversão total ao risco e não estão preocupados com a rentabilidade, pois apresenta um elevado grau de segurança e

relativa liquidez, na medida em que é permitido o saque a qualquer tempo (ainda que em detrimento do rendimento para saques fora da data de aniversário). Nesse caso, o preço a pagar é a baixa rentabilidade.

Os aspectos observados na decisão de investimento podem ser definidos assim:

- Rentabilidade é a recompensa pelo adiantamento da decisão de consumir;
- Liquidez é a capacidade de converter, o mais rápido possível, o investimento em dinheiro.
- Segurança é a certeza de que, ao deixar de consumir no presente, o consumo futuro será igual ao montante esperado.

O aumento da capacidade de consumo, que é a rentabilidade, dá-se pela apreciação do capital com o passar do tempo.

Existem dois momentos distintos no cálculo da rentabilidade. Aquela calculada antes de realizado o investimento é a que o investidor espera que ocorra; a outra; calculada depois de realizado o investimento, é a que realmente aconteceu ou esta acontecendo. Chamaremos de retorno esperado a rentabilidade calculada antes do investimento e de rentabilidade ou retorno observado a que é calculada depois do vencimento da aplicação ou da realização do ativo.

Se o retorno esperado fosse sempre igual ao observado, praticamente não haveria mercado. Porém, em geral, é diferente; a segurança de um investimento ocorre quando a rentabilidade esperada esta muito próxima da observada. Como isso raramente ocorre, podemos dizer que não há segurança absoluta quando falamos de investimentos. A tomada de decisão em um ambiente sem segurança representa o mesmo que dizer que as decisões são tomadas em um ambiente de risco. Em finanças, risco não é sinônimo de perigo como se usa no sentido comum. Gestão de risco é tomar providências hoje para garantir a sobrevivência do empreendimento no futuro, caso ocorra um cenário improvável, porém possível. Para saber qual providência deverá ser tomada, é necessário mensurar o risco, transformar a incerteza em números.

No cotidiano dos operadores de mercado e dos administradores de recursos, as operações com ativos são realizadas sem que haja certeza absoluta de que o retorno esperado da operação será igual ao retorno efetivo verificado em seu vencimento. Portanto, pode-se dizer que a incerteza é uma variável importante no processo de tomada de decisão a respeito de onde e em que momento investir

Toda vez que essa incerteza pode ser medida matematicamente, ela recebe o nome de risco.

Pode-se definir risco como a incerteza quanto ao resultado futuro de um investimento que pode ser medido matematicamente. Numa definição mais simples, diz-se que risco é a probabilidade de que ocorra algo diferente do esperado.

Aborda-se-á também o assunto risco de forma segmentada, analisando cada aspecto a ser observado antes da tomada de decisão de investimento e as medidas estatísticas que auxiliam a medi-lo. No entanto, é preciso primeiro, enumerar os diversos tipos de riscos existentes no ambiente financeiro, classificando-os em risco operacional, risco legal, risco de liquidez, risco de crédito e risco de mercado.

Ao se falar sobre os índices que afetam positiva ou negativamente os fundos, analisar-se-á mais a fundo O ÍNDICE DE Markovitz que, em 1952, publicou o artigo *Portfolio Selection* que transformou todas as finanças no mundo.

Em 1738, Bernoulli já dizia que os indivíduos preferiam aumentar o retorno de seus investimentos e também minimizar os riscos. No entanto, o trabalho foi a primeira formalização matemática dessa idéia; nele sugere que os investidores deveriam maximizar os retornos de sua carteira, minimizando o risco, sendo que a redução do risco poderia ser obtida por meio da diversificação dos ativos dentro dessa carteira; definiu o retorno de um portfólio como a soma ponderada de variáveis aleatórias, as quais compreendem as probabilidades de retornos (ou retornos esperados) de cada ativo presente no portfólio. Ainda, definiu o risco como a variância dos retornos esperados, que não dependeria somente do risco de cada ativo na carteira, mas também da covariância entre cada um deles.

A carteira apresentaria dois riscos, o risco que afeta um determinado ativo ou um grupo de ativos, que poderia ser minimizado pela diversificação, e o outro que afeta o mercado e os ativos na carteira como um todo, o qual não poderia ser diversificado, ou seja, a diversificação possibilitaria a redução do risco, mas não o eliminaria por completo.

Diante dessas definições, e considerando uma “cesta” de ativos, poderiam formar-se diversas combinações entre eles que resultariam em variadas possibilidades de portfólios, com diferentes retornos e riscos que, pilotadas num gráfico, resultariam numa curva na qual seria possível identificar o que chamou de “Fronteira Eficiente”, formada pelo conjunto das carteiras que apresentam a melhor relação entre risco e retorno.

A escolha da carteira para um investidor seria, então, determinada por sua preferência em relação ao trade off risco/retorno, que poderia ser expressa pelas curvas de indiferença de cada investidor, tangentes à fronteira eficiente.

2 ANÁLISE DE PESQUISA

A indústria de fundos de investimento cresce a cada ano no Brasil. Dessa forma, o processo de seleção das melhores alternativas de investimento é cada vez mais completo, de modo que um número cada vez maior de ferramentas, sistemas e informações é utilizado pelos gestores e investidores em geral.

No projeto, far-se-á a seleção de alguns fundos, analisar-se-á a composição da carteira de um FIC – Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento. Para isso, foram selecionados dez fundos de investimento multimercado das principais instituições do Brasil e do exterior.

A simulação foi realizada pelo sistema de análise de fundos de investimento Quantum Axis, nas dependências da J. Malucelli Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, de modo a procurar as melhores combinações entre os fundos selecionados.

Dessa forma, serão apresentados a seguir dez portfólios compostos por diferentes combinações entre os fundos, os quais estão de acordo com o conceito de fronteira eficiente apresentado por Markovitz.

A volatilidade e o retorno esperados para os fundos de investimento multimercado selecionados para compor a carteira foram definidos com base no desempenho apresentado por eles no período entre o dia 02/05/2005 e 30/04/2007.

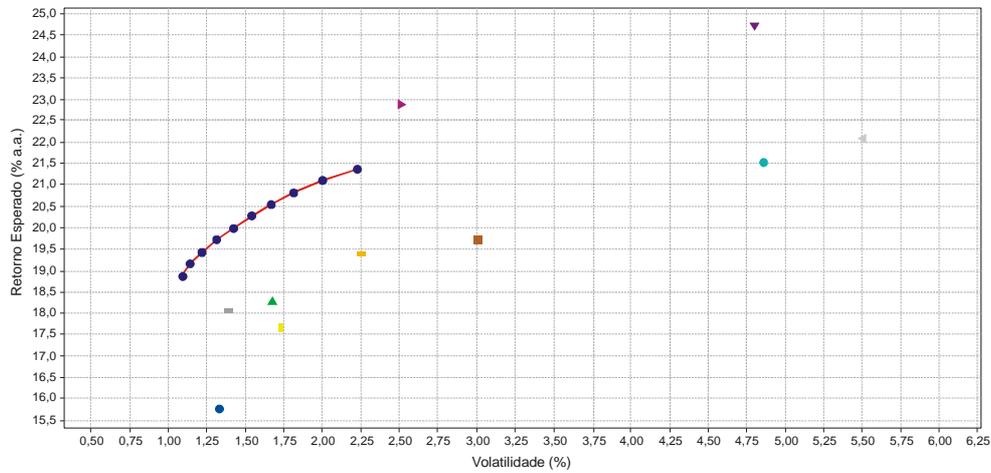
Importante destacar, além disso, que a única restrição imposta para a composição dos portfólios apresentados foi a participação máxima de 15% para cada fundo selecionado.

Os dez fundos multimercado selecionados para a composição da carteira são os seguintes: Arx Plus FI Multimercado, Fama Sniper FI Multimercado, Fator Arbitragem FI Multimercado, HG Verde 14 FI Multimercado, Meta FI Multimercado, Opportunity Total FI Multimercado, J. Malucelli FI Multimercado, Mandarin Advanced FI Multimercado e Sul América Dinâmico 30 FI Multimercado.

Os portfólios apresentados pela simulação realizada pelo sistema Quantum Axis apresentam a melhor combinação possível entre o risco e o retorno de cada um dos fundos multimercado escolhidos.

Em primeiro lugar, é importante perceber que, como a participação de cada fundo dentro da carteira foi limitada de 0 a 15%, o sistema tinha a possibilidade de utilizar em seus portfólios de 7 a 10 fundos entre os escolhidos para a simulação. No entanto, como cada fundo apresentou diferentes relações entre risco e retorno; em nenhum dos resultados apresentados foram utilizados todos os fundos disponíveis.

FRONTEIRA EFICIENTE



■ Fronteira Eficiente ■ Portfólio Ótimo

Ativos	Ret. Esperado (% a.a.)	Volatilidade (% a.a.)
ARX PLUS FI MULTIMERCADO	18,30	1,68
FAMA SNIPER FI MULTIMERCADO LP	21,53	4,85
FATOR ARBITRAGEM FI MULTIMERCADO	19,38	2,26
HG VERDE 14 FI MULTIMERCADO	24,69	4,79
J. MALUCELLI FI MULTIMERCADO	18,07	1,39
MANDARIM ADVANCED FI MULTIMERCADO	22,89	2,52
META FI MULTIMERCADO	17,66	1,73
OPPORTUNITY TOTAL FI MULTIMERCADO	22,08	5,49
SCHRODER MULTI SATRATEGY FI MULTIMERCADO	19,72	3,02
SUL AMÉRICA DINÂMICO 30 FI MULTIMERCADO	15,76	1,33

RESUMO

	Portfólio									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Retorno (%)	18,87	19,15	19,43	19,71	19,98	20,26	20,54	20,82	21,10	21,37
% do CDI	152,57	154,82	157,07	159,31	161,56	163,80	166,05	168,29	170,54	172,78
Excesso de Ret. (%)	6,50	6,78	7,06	7,34	7,61	7,89	8,17	8,45	8,73	9,00
Sharpe	5,97	5,95	5,80	5,59	5,35	5,12	4,90	4,67	4,36	4,05
Volatilidade (%)	1,10	1,15	1,22	1,32	1,43	1,54	1,67	1,81	2,00	2,23
VaR (%)	0,52	0,54	0,58	0,62	0,68	0,73	0,79	0,86	0,95	1,06

Ativos	Portfólio									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
ARX PLUS FI MULTIMERCADO	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00	10,01
FAMA SNIPER FI MULTIMERCADO LP	5,11	6,35	7,33	8,30	9,23	10,89	13,33	15,00	15,00	15,00
FATOR ARBITRAGEM FI MULTIMERCADO	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00
HG VERDE 14 FI MULTIMERCADO	0,00	3,97	7,07	10,17	13,55	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00
J. MALUCELLI FI MULTIMERCADO	15,00	15,00	15,00	15,00	11,70	11,48	13,84	9,14	2,21	0,00
MANDARIM ADVANCED FI MULTIMERCADO	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00
META FI MULTIMERCADO	15,00	12,18	7,04	1,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPPORTUNITY TOTAL FI MULTIMERCADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,86	7,79	14,99
SCHRODER MULTI SATRATEGY FI MULTIMERCADO	4,89	2,50	3,57	4,64	5,53	6,97	9,05	15,00	15,00	15,00
SUL AMÉRICA DINÂMICO 30 FI MULTIMERCADO	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00	10,66	3,78	0,00	0,00	0,00

Então, observa-se a possibilidade de se maximizar de diferentes maneiras a relação existente entre o risco e o retorno do portfólio. O primeiro modelo, ao apresentar uma menor volatilidade, possui um retorno esperado menor, enquanto que o décimo, ao aceitar um maior risco, apresenta um retorno esperado maior.

A fronteira eficiente de Markovitz é a responsável por determinar o grau de risco que o portfólio pode assumir em nome de uma rentabilidade maior, sem que a relação ótima entre as duas variáveis seja prejudicada.

A simulação realizada evidencia também que, quanto maior for o aumento no retorno desejado pelo gestor, maior será o risco que ele deverá aceitar, visto que, como a volatilidade aumenta em maiores proporções em relação ao retorno esperado, a elasticidade do risco em relação ao retorno se torna cada vez maior. Sendo assim, é fácil compreender também a razão de os primeiros portfólios apresentarem os melhores Índices de Sharpe.

Entre os fundos selecionados para a composição da carteira, destaca-se o melhor desempenho daqueles que apresentam a melhor relação risco-retorno. Como destaque, percebemos a percebe-se dos fundos Fator Arbitragem FI Multimercado e Mandarin Advanced FI Multimercado, selecionados pelo sistema em todos os portfólios simulados.

Essa preferência do sistema por esses fundos é fácil de ser compreendida, uma vez que, enquanto o Fator Arbitragem FI Multimercado apresenta a quinta melhor volatilidade e o sexto melhor retorno esperado, o Mandarin Advanced FI Multimercado apresenta a sexta melhor volatilidade e o segundo melhor retorno, ou seja, apresentam ótimas relações risco-retorno.

Por outro lado, como destaque negativo, percebe-se o desempenho dos fundos Meta FI Multimercado e Opportunity Total FI Multimercado, selecionados pelo sistema para a composição de menos da metade dos portfólios. Essa rejeição, por sua vez, é consequência direta da baixa relação risco-retorno que apresentam, uma vez que, enquanto o Meta FI Multimercado apresenta o segundo pior retorno esperado e somente a quarta melhor volatilidade, o Opportunity FI Multimercado apresenta a pior volatilidade e somente o terceiro melhor retorno entre os fundos selecionados.

Portanto, o estudo de caso apresentado mostra a fundamental importância e a grande aplicação prática do conceito de fronteira eficiente de Markovitz. Com ele, a carteira do FIC proposto pôde ser otimizada, de modo a maximizar a relação risco-retorno dos fundos que a compõem.

CONCLUSÃO

O presente estudo apresentou o bom momento pelo qual passa a indústria de fundos de investimentos no Brasil. O cenário favorável da economia brasileira, e o número crescente de informações disponíveis aos investidores possibilitaram, nos últimos anos, um grande desenvolvimento desse segmento.

Além disso, a evolução da legislação brasileira e a maior fiscalização exercida sobre o mercado de capitais por seus órgãos reguladores permitiram um melhor controle sobre os participantes do mercado, evitando práticas prejudiciais aos investidores e ao sistema financeiro em geral.

Com a grande variedade de investimentos existente atualmente, porém, aumentou-se a necessidade de uma análise completa a respeito dos fundos de investimento nos quais se pretende investir, considerando-se os perfis dos investidores e todos os fatores que podem contribuir para o sucesso da operação.

Assim, as ferramentas e os instrumentos apresentados neste trabalho são importantes para a maximização da relação risco-retorno dos investimentos.

O cenário atual da economia brasileira, além disso, apresenta uma redução constante das taxas de juros, obrigando os gestores a assumir um risco maior em nome de uma rentabilidade atraente. No entanto, destaca-se que nem sempre os maiores retornos são as melhores opções, uma vez que os riscos assumidos podem ser maiores que os necessários.

A simulação de investimento realizada apresentou exatamente essa situação. O fundo de investimento Opportunity FI Multimercado, mesmo apresentando o terceiro melhor retorno esperado dentro da amostra selecionada, foi escolhido pelo sistema para a composição de menos da metade dos portfólios gerados, uma vez que assumia um risco alto demais.

Sendo assim, evidencia-se um grave problema de grande parte dos investidores atualmente: ao se preocuparem somente com a rentabilidade de seus investimentos assumem riscos exagerados e não alcançam os objetivos traçados.

Uma análise completa dos investimentos, portanto, de acordo com os conceitos e simulações aqui apresentados, é essencial para atingir uma relação ótima entre o retorno esperado e o risco assumido, de modo a garantir sempre a melhor escolha para os gestores e investidores em geral.

Fontes Consultadas

ALMEIDA, Miklos. **Mercado financeiro**. São Paulo: Atlas, 2001.

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado financeiro**. Rio de Janeiro: Atlas, 2007.

REBELLATO, Dayse. **Projeto de investimento**. São Paulo: Manolle, 2005.

ROGÉ FERREIRA, Luiz Francisco. **Manual de gestão de renda fixa**. São Paulo: Mundial, 2002.

SIQUEIRA LIMA, Iran. **Mercados de investimentos financeiros**: manual para certificação profissional ANBID: Série 20 (CPA-20) 28(3). São Paulo: Atlas, 2002.

LIMA PINHEIR, Juliano. **Mercado de capitais**: fundamentos e técnicas. São Paulo: Atlas, 2006.

AXIS, Sistema Quantum. **Simulação de portfólios**. Disponível em <<http://www.quantumaxis.com.br>> Acesso em 12/04/2007, com domínio e senha.

PELOSI, F. **Processo de investimentos de longo prazo**: a importância dos hedge funds como alternativa de alocação. Rio de Janeiro, 2003. Dissertação (Mestrado em Economia) – IBMEC.

PÓVOA, A. **Multimercados e o efeito diversificação**. Letra e Lucros, Publicado em: 05/10/2004.

GOVERNANÇA CORPORATIVA NO BRASIL: UM ESTUDO SOBRE AS MIGRAÇÕES PARA O NOVO MERCADO

Adriana Stankiewicz*

Orientadores: Prof^a Vanessa Ishikawa Rasoto** e Prof. Glower Lopes Kujew***

RESUMO

Este artigo analisa a evolução do preço das ações ordinárias de empresas que já tinham essas ações negociadas na BOVESPA e migraram para o Novo Mercado no período de 2000 até 2006. O estudo investiga se a migração dessas empresas é significativa para a valorização de suas ações, a partir da taxa de crescimento composta ou geométrica, da taxa de crescimento por média aritmética e da análise de regressão para os períodos anterior e posterior ao início das negociações no Novo Mercado. Embora os resultados não comprovem, estatisticamente, uma valorização das ações após a migração para o Novo Mercado no intervalo de tempo analisado, não é possível afirmar que a migração não tenha efeito positivo para as empresas.

Palavras-chave: governança corporativa, Novo Mercado, preço de ação.

*Acadêmica do 3º ano do curso de Ciências Econômicas. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2006) da UNIFAE - Centro Universitário Franciscano.

**Doutora em Engenharia de Produção (UFSC). Professora de graduação e pós-graduação da UNIFAE - Centro Universitário Franciscano e da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

***Professor de graduação e pós-graduação da UNIFAE - Centro Universitário Franciscano.

INTRODUÇÃO

No primeiro semestre de 2007, trinta empresas iniciaram a negociação de suas ações na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), superando o total de vinte e seis IPOs (*Inicial Public Offering*) realizados no decorrer de 2006. Os segmentos especiais de Governança Corporativa encerraram o semestre com cento e vinte e duas companhias, sendo sessenta e nove no Novo Mercado, quinze no Nível dois e trinta e oito no Nível um. As vinte e oito adesões a esses segmentos, no período de janeiro a junho, ultrapassaram o total de vinte e quatro adesões no ano de 2006. Esses números demonstram que as empresas vêm buscando, cada vez mais, adotar melhores práticas de governança corporativa como forma de transmitir maior segurança aos investidores e se tornar mais atrativas, possibilitando a captação de recursos a custos inferiores aos praticados no mercado financeiro, aumentando, assim, sua competitividade.

O objetivo deste trabalho é apresentar um estudo sobre as migrações para o Novo Mercado – segmento com os maiores níveis de exigência de governança corporativa no Brasil – até o final de 2006, analisando-se a evolução do preço das ações ordinárias antes e após a migração, a fim de verificar se houve uma valorização significativa. Após a apresentação de um breve histórico da governança corporativa, seus principais conceitos e do modelo de governança adotado no Brasil, serão descritos a metodologia empregada e os resultados observados na pesquisa.

O estudo do tema governança corporativa é importante por ser um dos fatores que podem contribuir para o crescimento econômico, sendo um dos pilares do desenvolvimento sustentável, além de representar práticas que vêm sendo adotadas em todo o mundo. A adoção de boas práticas de governança contribui para o desenvolvimento do mercado acionário, possibilitando redução dos custos de capital, estimulando investimentos privados e dando condições para aumento de competitividade das empresas nacionais na economia global.

Para a elaboração deste artigo, foi adotado o procedimento de pesquisa bibliográfica a partir de livros de autores renomados nas áreas relacionadas ao tema, além de *sites* institucionais, conforme referências no final do trabalho.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

O surgimento da governança corporativa está diretamente associado à evolução do sistema capitalista. No século XIX, quando surgiram as grandes corporações de negócios, a gestão era exercida pelos proprietários. No decorrer do tempo, iniciou-se

um processo de dispersão do capital de controle, decorrente de abertura de capital ou de partilha da propriedade pela sucessão dos acionistas fundadores. A pulverização do controle acionário e a separação entre propriedade e gestão deram origem aos proprietários passivos e aos conflitos de interesse entre acionistas e gestores, chamados conflitos de agência.

A governança corporativa surgiu para tratar desses conflitos, tendo como objetivo principal proteger os direitos dos acionistas. O aperfeiçoamento da governança das empresas constitui um importante meio de aumentar o valor de suas ações e, conseqüentemente, contribuir para o crescimento econômico do país.

Entre outras razões para a adoção de boas práticas de governança corporativa, destacam-se as mudanças no macroambiente. Do ponto de vista financeiro, a globalização estimulou o movimento internacional de capitais. Empresas que tenham adotado melhores práticas de governança se tornam mais atrativas, em função de maior segurança transmitida aos investidores. Desse modo, criam-se condições para captação de recursos a um custo mais baixo, o que contribui para o aumento da sua competitividade e para o seu crescimento no longo prazo.

A governança corporativa baseia-se na geração de valor no longo prazo, o que inclui a maximização da riqueza dos proprietários, mas também os interesses dos *stakeholders*, que são as partes direta ou indiretamente ligadas às companhias.

Uma definição de governança corporativa é apresentada pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), no seu Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa:

Governança corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre Acionistas/Cotistas, Conselho de Administração, Diretoria, Auditoria Independente e Conselho Fiscal. As boas práticas de governança corporativa têm a finalidade de aumentar o valor da sociedade, facilitar seu acesso ao capital e contribuir para a sua perenidade (IBGC, 2007).

Andrade e Rossetti (2006, p. 141) sintetizam uma definição de governança como um conjunto de princípios, propósitos, processos e práticas que rege o sistema de poder e os mecanismos de gestão das corporações, buscando a maximização da riqueza dos proprietários e o atendimento dos direitos de outras partes interessadas, minimizando oportunismos conflitantes com esse fim. Os autores apresentam os cinco Ps presentes nas definições usuais de governança: princípios, propósitos, poder, processos e práticas.

Os princípios são derivados da ética que deve prevalecer no mundo dos negócios e são sintetizados em quatro valores: *fairness* – senso de justiça, equidade no

tratamento dos acionistas; *disclosure* – transparência das informações; *accountability* – prestação responsável de contas; *compliance* – conformidade no cumprimento de normas reguladoras.

Os propósitos convergem para o máximo retorno total de longo prazo dos acionistas. O poder emana dos proprietários. Os processos estão relacionados à constituição e operação dos órgãos de governança – conselhos corporativos e direção. As práticas estão centradas na gestão dos conflitos de agência e minimização dos seus custos, condições essenciais para a longevidade das companhias.

Fundado em 1995, o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) é uma organização dedicada à promoção da governança corporativa no Brasil e o principal fomentador das práticas e discussões sobre o tema no país. O IBGC lançou o primeiro código de governança no país em 1999, que teve sua primeira revisão em 2001.

O Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa, atualmente na terceira versão revisada e ampliada (2003), tem como objetivos principais aumentar o valor da sociedade, melhorar seu desempenho, facilitar seu acesso ao capital (oferta pública ou privada de ações, financiamentos de longo prazo ou a própria reinversão de recursos oriundos do fluxo de caixa) com custos mais baixos e contribuir para a sua perenidade. Os princípios básicos do código são transparência, equidade, prestação de contas (*accountability*) e responsabilidade corporativa (IBGC, 2007).

Em 2002, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) editou sua cartilha – Recomendações da CVM sobre Governança Corporativa, que abrange os seguintes itens:

- a) Transparência: assembléias, estrutura acionária e grupo de controle.
- b) Estrutura e responsabilidade do conselho de administração.
- c) Proteção a acionistas minoritários.
- d) Auditoria e demonstrações financeiras (CVM, 2007).

Entre as principais recomendações da CVM, podem-se destacar:

- a) Medidas que visam facilitar a participação de acionistas em assembléias.
- b) Conselho de administração composto por cinco a nove membros tecnicamente qualificados, com pelo menos dois membros com experiência em finanças, a fim de garantir ampla representatividade e eficiência. Os cargos de presidente do conselho de administração e presidente da diretoria (executivo principal) devem ser exercidos por pessoas distintas, como forma de evitar conflitos de interesses.
- c) No caso de decisões relevantes, como fusão, cisão e incorporação, a cada ação deve corresponder um voto, independentemente de classe ou espécie.

Deve ser adotada a prática de *tag along*, com garantia de tratamento igualitário a todos os acionistas, em caso de troca de controle.

- d) Além dos princípios de contabilidade em vigor no Brasil, devem ser adotadas normas internacionais de contabilidade de acordo com o *International Accounting Standards Board (IASB)* ou utilizadas nos Estados Unidos (*United States Generally Accepted Accounting Principles – US GAAP*), seguindo a tendência dos principais mercados de aderir a um padrão internacional de contabilidade, com o objetivo de facilitar análises comparativas pelos investidores.

Os resultados de um estudo realizado por Silveira, Barros e Fama (2003, p. 50-64) sobre o valor das companhias abertas no Brasil entre 1998 e 2000 mostraram que, em média, empresas que tiveram os cargos de presidente do conselho e de diretor executivo exercidos por pessoas distintas, de acordo com as recomendações do IBGC e da CVM, obtiveram maior valor de mercado. Os autores do estudo verificaram resultados consistentes, sobretudo em 2000 (último ano pesquisado), o que pode ser interpretado como uma maior sensibilidade do mercado às recomendações dos códigos de governança.

Os níveis diferenciados de governança corporativa foram implantados pela Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) em dezembro de 2000, com o objetivo de estimular o interesse dos investidores e a valorização das companhias (BOVESPA, 2007). A BOVESPA possui três segmentos com regras de listagem diferenciadas, em ordem crescente de exigências que as companhias devem atender: Nível um, Nível dois e Novo Mercado.

O Novo Mercado adota o princípio de que a valorização e a liquidez das ações são influenciadas positivamente pelo grau de segurança oferecido pelos direitos concedidos aos acionistas e pela qualidade das informações prestadas pelas companhias. Para ingressar nesse segmento, a companhia deve se comprometer, voluntariamente, com a adoção de práticas de governança corporativa, o que é formalizado mediante assinatura de um contrato que inclui regras societárias adicionais ao que é exigido pela legislação brasileira.

A principal característica do Novo Mercado é a exigência de que o capital social da companhia seja composto somente por ações ordinárias. Resumidamente, algumas obrigações adicionais são:

- a) Extensão das mesmas condições obtidas pelos controladores a todos os acionistas, quando da venda do controle da companhia (*tag along*);

- b) Realização de uma oferta pública de aquisição de todas as ações em circulação, no mínimo, pelo valor econômico¹, nas hipóteses de fechamento do capital ou cancelamento do registro de negociação no Novo Mercado;
- c) Conselho de Administração com mínimo de cinco membros e mandato unificado de até dois anos, permitida a reeleição. No mínimo, 20% (vinte por cento) dos membros deverão ser conselheiros independentes;
- d) Melhoria nas informações prestadas, o que inclui: demonstrações financeiras consolidadas e demonstração dos fluxos de caixa trimestrais; demonstração dos fluxos de caixa relativos ao exercício social; quantidade e características dos valores mobiliários de emissão da companhia detidos pelos grupos de acionistas controladores, membros do conselho de administração, diretores e membros do conselho fiscal, bem como a evolução dessas posições;
- e) Divulgação das demonstrações financeiras de acordo com padrões internacionais IFRS² ou US GAAP;
- f) Realização de reuniões públicas com analistas e investidores, ao menos uma vez por ano;
- g) Apresentação de um calendário anual, no qual conste a programação dos eventos corporativos, tais como assembléias, divulgação de resultados, etc.;
- h) Divulgação dos termos dos contratos firmados entre a companhia e as partes relacionadas;
- i) Divulgação, em bases mensais, das negociações de valores mobiliários e derivativos de emissão da companhia por parte dos acionistas controladores;
- j) Manutenção em circulação de uma parcela mínima de ações, representando 25% do capital social da companhia;
- k) Quando da realização de distribuições públicas de ações, adoção de mecanismos que favoreçam a dispersão do capital;
- l) Adesão à Câmara de Arbitragem do Mercado³ para resolução de conflitos societários.

¹De acordo com o Regulamento de Listagem do Novo Mercado, valor econômico significa “o valor da Companhia e de suas ações que vier a ser determinado por empresa especializada, mediante a utilização de metodologia reconhecida ou com base em outro critério que venha a ser definido pela CVM”.

²As normas IFRS (*International Financial Reporting Standard*) foram adotadas pela União Européia a partir de 31 de dezembro de 2005 (IASB, 2007).

³A Câmara de Arbitragem do Mercado é um foro criado pela BOVESPA para resolver disputas societárias e do mercado de capitais com maior agilidade e economia (BOVESPA, 2007).

Tanto o Novo Mercado quanto o Nível dois possuem regras de transparência e de dispersão acionária, além de regras de equilíbrio de direitos entre acionistas controladores e minoritários. A principal diferença entre o Nível dois e o Novo Mercado é que as companhias do Nível dois podem ter ações preferenciais em sua estrutura de capital. O Nível um contempla apenas as regras de transparência e dispersão acionária, da mesma forma que estão estabelecidas no Nível dois e no Novo Mercado, com exceção da obrigação de divulgação de demonstrativos financeiros em padrão internacional.

Observa-se que quase todas as companhias que abriram capital nos últimos quatro anos aderiram a um dos níveis diferenciados de governança corporativa da BOVESPA, sendo a grande maioria do Novo Mercado, o que demonstra a crescente disposição das companhias em atender as exigências do mercado, de modo a se apresentarem mais atrativas aos investidores.

A decisão de aderir ou não ao Novo Mercado depende da fase do ciclo econômico em que a empresa se encontra, e também da relação entre custos e benefícios, de acordo com Carvalho (2002, p. 30). Por exemplo, o autor argumenta que o custo de oportunidade de não implementar um novo projeto por falta de recursos na fase ascendente do ciclo é bem maior do que na fase descendente. Para setores em que há muita informalidade ou em casos de projetos confidenciais, os custos superariam os benefícios. Portanto, dependendo das características do negócio e do ambiente, a abertura de capital e a adesão a boas práticas de governança podem ser inviáveis.

No Brasil, o Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGC) tem por objetivo medir o desempenho de uma carteira teórica de ações composta pelas empresas negociadas no Novo Mercado e nos Níveis um e dois da BOVESPA. O gráfico um compara a evolução do IGC com o Índice BOVESPA (Ibovespa) entre julho de 2001 e agosto de 2007. O Ibovespa mede o desempenho de uma carteira teórica composta pelas ações que, em conjunto, representam 80% do volume transacionado à vista nos doze meses anteriores à formação da carteira.

De acordo com Andrade e Rossetti (2006, p. 409-410), as principais características do ambiente corporativo no Brasil são:

- a) Pequeno número de empresas com expressão mundial;
- b) Presença expressiva de empresas de origem externa entre as maiores;
- c) Preponderância de capital fechado entre as sociedades anônimas;
- d) Pequeno número de empresas listadas em bolsa;
- e) Forte presença de grupos familiares, e alta concentração da propriedade nas empresas de capital privado nacional.

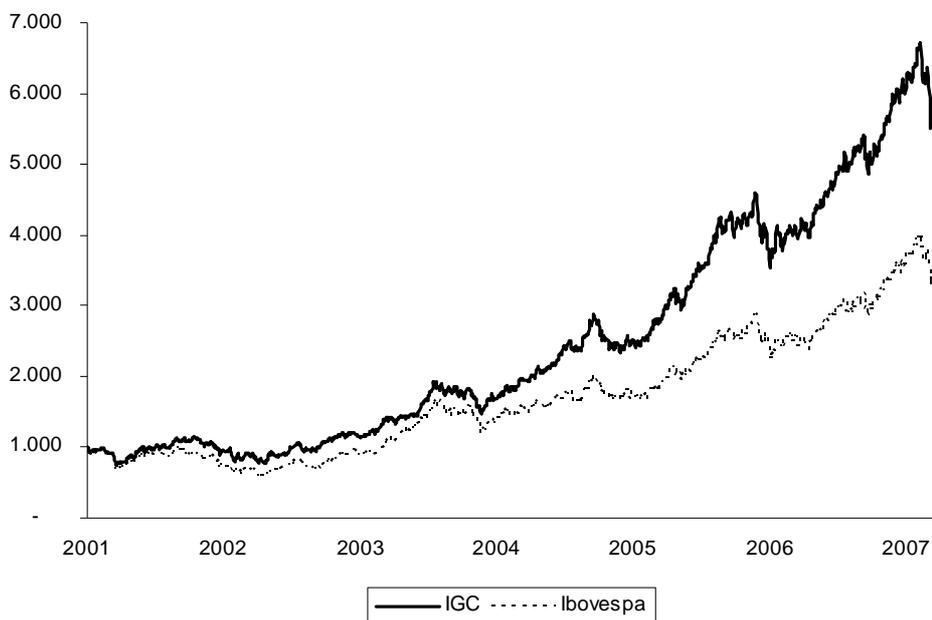


GRÁFICO 1 - EVOLUÇÃO DO IGC x IBOVESPA – 02/07/2001 A 31/08/2007 (BASE 1000 = 02/01/2001)

FONTE DOS DADOS BRUTOS: BOVESPA

NOTA: Dados trabalhados e gráfico elaborado pelos autores.

Sobre o modelo de governança corporativa praticada no Brasil, os autores destacam (2006, p. 494-495): a alta concentração da propriedade acionária; a sobreposição propriedade-gestão; a fraca proteção aos acionistas minoritários – legalmente, permanece a possibilidade de lançamento de ações ordinárias e preferenciais; o mercado de capitais pouco expressivo e a pequena parcela de companhias listadas nos segmentos especiais de governança corporativa em bolsa de valores, embora exista uma tendência crescente de adesão ao Novo Mercado, conforme mostrado anteriormente.

2 METODOLOGIA

Embora o Novo Mercado seja direcionado principalmente à listagem de empresas que venham a abrir capital, enquanto os Níveis um e dois sejam direcionados a empresas que já possuem ações negociadas na BOVESPA (BOVESPA, 2007), verifica-se que há casos de empresas que já tinham suas ações ordinárias negociadas na BOVESPA e que migraram para o segmento do Novo Mercado. O estudo investiga se a migração dessas empresas é significativa na evolução do valor de suas ações.

Para as empresas listadas no Novo Mercado, cuja relação está disponível na página da BOVESPA na Internet, o primeiro passo foi separá-las em dois grupos: das empresas que abriram seu capital no Novo Mercado e daquelas que migraram para esse segmento, sendo esse segundo grupo o objeto do estudo.

Como não foi encontrado material elaborado sobre o assunto, essas informações foram solicitadas à CVM, por meio do Serviço de Atendimento ao Investidor disponível em sua página na Internet. A partir das orientações e material enviado pela CVM, que respondeu prontamente ao pedido de informações, além da consulta aos sites da BOVESPA e das empresas listadas, foi possível identificar as datas de migração.

Identificadas as empresas que migraram para o Novo Mercado, o período das migrações foi delimitado até dezembro de 2006, já que aquelas que ocorreram em 2007 são muito recentes para a análise proposta. O histórico do preço das ações das empresas, objeto do estudo, foi coletado no sistema de informações Economatica®.

Para as empresas que tinham um histórico disponível de um ano antes e após a migração das ações ordinárias para o Novo Mercado, utilizou-se a cotação da ação no fechamento do último dia útil de cada mês, para os meses anteriores e posteriores ao mês da migração. Assim, na maior parte dos casos, trabalhou-se com uma amostra de doze meses antes e outra de doze meses após a migração. Nos casos em que não havia cotações disponíveis nesses períodos, foram considerados trinta e seis pregões antes e após a migração (Cyrela) ou doze meses antes e oito meses após a migração (São Carlos).

A análise da evolução do preço das ações de cada empresa foi feita com base em três métodos: taxa de crescimento composta ou geométrica, taxa de crescimento por média aritmética e análise de regressão, com utilização de variável *dummy*, no caso de se observar um crescimento significativo no valor da ação após a migração.

A taxa de crescimento geométrica do valor de cada ação (r) baseia-se na fórmula de juros compostos, conforme apresenta Gujarati (2006, p.144):

$$Y_t = Y_0(1 + r)^t$$

Onde:

Y_t - valor da ação no período t (valor futuro)

Y_0 - valor da ação no período 0 (valor presente)

r - taxa de crescimento composta ou geométrica (ao longo do tempo) de Y .

Essa relação é facilmente obtida no *Microsoft Excel*, utilizando-se o modelo de regressão exponencial. A partir da construção de um gráfico de dispersão em que o

tempo é a variável independente e o preço da ação a variável dependente, a adição de uma linha de tendência permite exibir uma equação correspondente, na forma:

$$Y = \beta_1 e^{\beta_2 X}$$

Fazendo:

$$e^{\beta_2} = (1 + r)$$

obtém-se a taxa de crescimento geométrica r :

$$r = e^{\beta_2} - 1$$

Outra forma de verificar a taxa de crescimento é a partir da média aritmética das variações de cada período em relação ao período anterior. Conforme apresentado por Hoffmann (2002, p. 29), a média aritmética de n dados (X_1, X_2, \dots, X_n) é, por definição, o valor:

$$\bar{X} = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n X_i$$

A análise de regressão, utilizando-se o modelo exponencial, por apresentar o comportamento mais próximo e esperado em relação à evolução no preço da ação, permite investigar a significância da migração da empresa para o Novo Mercado em determinado intervalo de tempo, em relação ao valor da ação. Observando-se uma evolução ascendente, podem se utilizar variáveis binárias (*dummies*) indicando a presença ou ausência de adesão ao segmento especial de governança corporativa por um ou zero, respectivamente, a fim de confirmar a significância da migração. A utilização de modelo de regressão com variável binária baseia-se em Gujarati (2006, p. 241-246).

3 RESULTADOS

Das quarenta e três empresas que ingressaram no Novo Mercado até dezembro de 2006, está disponível no sistema Economática® um histórico do valor das ações ordinárias anterior à data de ingresso para apenas oito empresas, as quais encontram-se listadas na tabela um.

TABELA 1 - EMPRESAS LISTADAS NO NOVO MERCADO ANALISADAS NO ESTUDO

RAZÃO SOCIAL	NOME DE PREGÃO	CÓDIGO DE NEGOCIAÇÃO	INÍCIO DA NEGOCIAÇÃO NO NOVO MERCADO
CIA SANEAMENTO BASICO EST SAO PAULO	SABESP	SBSP3	24/04/2002
LIGHT S.A.	LIGHT S/A	LIGT3	28/07/2005
CYRELA BRAZIL REALTY S.A.EMPREENDE E PART	CYRELA REALT	CYRE3	23/09/2005
TRACTEBEL ENERGIA S.A.	TRACTEBEL	TBLE3	09/12/2005
ROSSI RESIDENCIAL S.A.	ROSSI RESID	RSID3	15/02/2006
BCO BRASIL S.A.	BRASIL	BBAS3	28/06/2006
ETERNIT S.A.	ETERNIT	ETER3	17/08/2006
SAO CARLOS EMPREENDE E PARTICIPACOES S.A.	SAO CARLOS	SCAR3	14/12/2006

FONTE DOS DADOS BRUTOS: BOVESPA; IGGC; *sites* das empresas

NOTA: Tabela elaborada pelos autores.

A tabela dois apresenta as taxas de crescimento geométrica e aritmética do preço da ação para os períodos anterior e posterior à migração de cada companhia para o Novo Mercado. A partir do cálculo dessas taxas, observa-se que a única empresa que teve uma variação positiva superior ao período que antecede a migração para o Novo Mercado é a Eternit, o que seria a tendência esperada para todas as companhias, mas que não se verifica na maior parte dos casos.

Entretanto, ainda que as taxas de crescimento do valor da ação da Eternit tenham apresentado uma elevação após a adesão da empresa ao Novo Mercado, já listada no nível dois de governança corporativa, a análise de regressão no modelo exponencial com utilização da variável *dummy* não confirmou a significância da migração para o modelo estimado.

Atribuindo o valor um para a variável *dummy* a partir da data de início das negociações no Novo Mercado, obtém-se um coeficiente negativo para essa variável, indicando que a migração tem influência negativa sobre o valor da ação, o que não está de acordo com a teoria. Portanto, conclui-se que é necessário aguardar para que se tenha um período maior de observação para refazer este estudo, buscando a comprovação estatística da teoria, ou seja, verificando que a migração para o nível de maior exigência de governança corporativa traz maior valorização para a ação da empresa ao longo do tempo.

TABELA 2 - TAXAS DE CRESCIMENTO DO VALOR DA AÇÃO

NOME DE PREGÃO	ANTES DA MIGRAÇÃO PARA O NOVO MERCADO		DEPOIS DA MIGRAÇÃO PARA O NOVO MERCADO	
	Taxa geométrica	Média aritmética	Taxa geométrica	Média aritmética
SABESP	-2,24%	-1,00%	-0,76%	0,31%
LIGHT S/A	-1,06%	1,08%	-2,33%	-1,73%
CYRELA REALT	2,06%	2,30%	0,36%	0,79%
TRACTEBEL	5,07%	5,13%	1,15%	2,34%
ROSSI RESID	17,07%	19,00%	1,54%	-0,25%
BRASIL	6,82%	6,49%	5,74%	5,64%
ETERNIT	6,48%	5,42%	10,45%	9,51%
SAO CARLOS	9,08%	13,24%	2,20%	3,73%

FONTE DOS DADOS BRUTOS: ECONOMÁTICA (cotação das ações)

NOTA: Cálculos e tabela elaborados pelos autores.

A tabela três apresenta um resumo dos resultados obtidos na análise de regressão para as oito empresas avaliadas, com foco na declividade, já que o resultado esperado seria uma elevação após o início das negociações no Novo Mercado. O valor-P, sendo menor que o nível de significância escolhido de 1%, indica que o parâmetro estimado b_2 (declividade) é significativo e, portanto, existe influência da variável tempo sobre a variável preço da ação. Caso a declividade seja significativa no modelo, as duas últimas colunas da tabela informam que, com 99% de confiança, o verdadeiro parâmetro b_2 está situado entre os limites inferior e superior apresentados.

TABELA 3 - RESUMO DOS RESULTADOS DA ANÁLISE DE REGRESSÃO PARA A DECLIVIDADE

NOME DE PREGÃO	MIGRAÇÃO PARA O NOVO MERCADO	COEFICIENTE (β_2)	VALOR-P	INFERIOR 99,0%	SUPERIOR 99,0%
SABESP	Antes	-0,0227	0,0979	-0,0621	0,0167
	Depois	-0,0076	0,4516	-0,0381	0,0230
LIGHT S/A	Antes	-0,0107	0,2439	-0,0383	0,0168
	Depois	-0,0236	0,0270	-0,0525	0,0053
CYRELA REALT	Antes	0,0204	0,0000	0,0177	0,0231
	Depois	0,0036	0,0043	0,0004	0,0068
TRACTEBEL	Antes	0,0495	0,0005	0,0184	0,0806
	Depois	0,0114	0,0416	-0,0041	0,0268
ROSSI RESID	Antes	0,1576	0,0002	0,0700	0,2451
	Depois	0,0153	0,2133	-0,0212	0,0518
BRASIL	Antes	0,0660	0,0000	0,0449	0,0872
	Depois	0,0558	0,0000	0,0409	0,0707
ETERNIT	Antes	0,0628	0,0001	0,0299	0,0957
	Depois	0,0994	0,0000	0,0762	0,1226
SÃO CARLOS	Antes	0,0869	0,0001	0,0438	0,1301
	Depois	0,0218	0,2983	-0,0539	0,0975

FONTE DOS DADOS BRUTOS: ECONOMÁTICA (cotação das ações)

NOTA: Cálculos e tabela elaborados pelos autores.

Com exceção da Eternit, conforme já apresentado, nenhuma das outras empresas apresenta variação positiva significativa na evolução do preço da ação.

CONCLUSÕES

A governança corporativa é um dos pilares do desenvolvimento sustentável, por dar maior credibilidade ao mercado de capitais, aumentando a disposição dos investidores em adquirir ações e possibilitando a captação de recursos para o setor produtivo com baixo custo. Quanto menos personalizada a gestão e melhores os processos, maior a estabilidade da companhia no longo prazo, o que se traduz em maior segurança para o mercado em função das perspectivas de continuidade e crescimento do negócio.

No Brasil, a criação de níveis diferenciados de governança corporativa pela BOVESPA seguiu as tendências internacionais de adesão a códigos de melhores práticas, e o número crescente de aberturas de capital no Novo Mercado vem demonstrando o esforço das empresas nacionais em atenderem às exigências do mercado. No entanto, muitos aspectos ainda precisam ser tratados, como a forte concentração da propriedade acionária, a sobreposição entre propriedade e gestão, a fraca proteção aos acionistas minoritários e a pequena representatividade do mercado de capitais.

O estudo da evolução do valor da ação de oito empresas, que migraram para o Novo Mercado até dezembro de 2006, a partir da base de dados utilizada, considerando no máximo os doze meses anteriores e posteriores ao início das negociações nesse segmento, não permite a comprovação estatística da significância da migração para a valorização das ações.

No entanto, embora os métodos utilizados na análise não comprovem a elevação na taxa de crescimento do preço das ações, não se pode afirmar que a migração não tenha efeitos positivos para as empresas. O maior crescimento do IGC em relação ao Ibovespa indica que, quando analisados em conjunto, os três segmentos de governança corporativa da BOVESPA – Nível UM, Nível DOIS e Novo Mercado – apresentam maior valorização das empresas listadas nesses segmentos e que, portanto, o mercado é sensível à adesão pelas empresas a melhores práticas de governança.

Como recomendações para continuidade deste estudo, sugere-se contemplar um período de tempo maior de cotação das ações, com inclusão das migrações realizadas no decorrer do ano de 2007, além de avaliar outros indicadores, como liquidez e rentabilidade, com inclusão de uma análise dinâmica da situação econômico-financeira das empresas.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Adriana; ROSSETTI, José Paschoal. **Governança corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO. Disponível em: <<http://www.bovespa.com.br>> Acesso em: 28 ago.2007.
- CARVALHO, Antonio Gledson de. Governança corporativa no Brasil em perspectiva. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 37, n. 3, p. 19-32, jul./set. 2002.
- COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>> Acesso em: 28 ago.2007.
- GUJARATI, Damodar N. **Econometria Básica**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.
- HOFFMANN, Rodolfo. **Estatística para economistas**. 3. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br>> Acesso em: 08.abr.2007.
- SILVEIRA, Alexandre Di Miceli; BARROS, Lucas Ayres B. de C.; FAMÁ, Rubens. Estrutura de governança e valor das companhias abertas brasileiras. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 43, n. 3, p. 50-64, jul./set. 2003.

CUSTOS EM EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇO UMA QUESTÃO GERENCIAL ESTRATÉGICA

Antônio Adolfo Dib Orige*
Orientador: Prof. Admir Roque Teló**

RESUMO

O presente estudo teve por objetivo conhecer como se pode propor um sistema de gestão estratégica de custos em empresas prestadoras de serviço, setor que representa mais de 50% do PIB do Brasil e possui grande potencial de crescimento. Realizar uma revisão sobre técnicas de apuração de custos, identificar as características de um sistema de custos voltado a empresas prestadoras de serviços, estudar os conceitos de custos aplicados às atividades prestadoras de serviços e possibilitar a mensuração e avaliação do custo dos serviços em face da fixação e gerenciamento de preços, taxas ou tarifas são os objetivos específicos. Foi definida a metodologia aplicada mediante pesquisa *ex post facto*, além da utilização de estudo de caso com uma empresa prestadora de serviços de Curitiba. Os objetivos foram atingidos, realizando-se uma revisão bibliográfica dos princípios, métodos e sistema de custeio, assim como a análise *in loco* da gestão estratégica de custos na empresa BOAT – Bartolamei Overseas Agenciamento e Transportes internacionais LTDA, em que foi proposto um sistema de gestão estratégica de custos.

Palavras-chave: gestão estratégica; custos; prestação de serviços.

* Acadêmico do 3º ano do curso de Administração de Empresas. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2006) da UNIFAE - Centro Universitário Franciscano.

** Mestre em Administração (UFSC). Professor de graduação e pós-graduação da UNIFAE - Centro Universitário Franciscano.

INTRODUÇÃO

Após a abertura comercial ocorrida no Brasil, na década de 1990, o número de empresas que concorrem no setor de serviços vem crescendo constantemente. Esse crescimento possibilita e facilita a entrada de novos concorrentes, muitos deles, empresas estrangeiras com alta capacidade tecnológica no desenvolvimento de serviços, que trazem um novo panorama de competitividade no setor, exigindo das empresas nacionais uma rápida adequação de suas técnicas de gestão em busca de maior competitividade, principalmente no que tange à gestão estratégica de custos.

A competitividade está marcada pela habilidade de se atingir, de forma eficaz, a relação custo-qualidade-tempo junto ao cliente, não somente dentro de uma empresa, mas também na cadeia formada pelos seus fornecedores, canais de distribuição e clientes. No entanto, o novo ambiente vem requerendo das áreas de suporte à informação uma mudança conceitual, abandonando a administração de custos e implementando a Administração Estratégica de Custos.

O sistema de custos para empresas prestadoras de serviços é importante para os gerentes, porque eles precisam de informações para melhorar a qualidade, pontualidade e eficiência das atividades implementadas, além de compreender precisamente o custo e a lucratividade de cada um de seus serviços e clientes.

Poucas empresas de serviços têm uma idéia relativamente boa de quanto são os custos totais, mas a dificuldade freqüente é que elas não sabem identificar as origens dos custos.

Observa-se que é bastante comum encontrar empresários atuantes no setor de prestação de serviços que apresentam dificuldade e desconhecimento para a Gestão de Custos, essas dificuldades se caracterizam por diversos motivos, alguns deles são:

O desconhecimento de como devem fazer para saber os custos dos serviços; a consideração de que é muito trabalhoso, difícil e complicado controlar, acompanhar e tomar decisões em relação aos custos dos serviços oferecidos; o pensamento de que nem sempre isso ajuda a ganhar mais dinheiro.

O presente trabalho caracterizou-se metodologicamente como uma pesquisa do tipo descritiva, exploratória, uma vez que buscou observar, registrar, analisar e interpretar os fatos sem que houvesse interferência do pesquisador sobre eles. A abordagem quantitativa dos problemas fornece uma estrutura de raciocínio e análise que permite descobrir informações necessárias, passando, dessa forma, a reduzir o grau de incerteza envolvido na decisão. A pesquisa foi realizada com uso do tipo de pesquisa *ex post facto*.

1 GESTÃO ESTRATÉGICA DE CUSTOS EM EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇO

O setor de serviços apresenta algumas características peculiares que conferem a ele aspectos concorrenciais diferentes das empresas manufatureiras.

Segundo Fitzsimmons (2000), a competição entre as empresas de serviços ocorre em um ambiente econômico de dificuldades, e há muitas razões para esse quadro: relativamente há poucas barreiras à entrada de competidores; oportunidades mínimas para economias de escala; flutuações erráticas das vendas; desvantagens em negociações, em função do porte de muitas empresas; substituição de produtos; fidelidade dos clientes; barreiras à saída de concorrentes.

Em função desse cenário, as empresas de serviços são obrigadas a buscar estratégias mais competitivas, e adequadas às características competitivas de suas respectivas atividades. Ainda segundo Fitzsimmons, existem diferentes estratégias competitivas em serviços:

- Liderança global em custos: Uma estratégia de liderança em custos requer: instalações com eficiência escalar, rígido controle dos custos e despesas gerais, e, frequentemente, tecnologia inovadora. Possuir uma posição de baixo custo proporciona uma defesa contra a concorrência.
- Procura por Clientes de Baixo Custo: O atendimento de alguns clientes custa menos que o de outros, e os prestadores de serviço podem conquistá-los.
- Padronização de um Serviço Personalizado: Buscar o aperfeiçoamento da rotina na prestação de determinado serviço acarretará ganho de escala e, conseqüentemente, a redução do custo unitário do serviço.
- Redução da Interação no Atendimento em Serviços: Ao reduzir o contato entre o cliente e um funcionário, reduzem-se significativamente os custos com mão-de-obra.
- Redução dos Custos de Rede: Para exemplificar essa estratégia, abordar-se-á o caso da *Federal Express*, apresentado pelo autor supracitado. Para se reduzirem os custos, aquela empresa concebeu uma abordagem, usando a rede denominada “centro e raio”, na qual foi definida a cidade de Memphis (EUA) como centro. Quando há a necessidade de se incluir uma nova cidade na rede, basta à adição de mais uma rota a partir do centro e para o centro.
- Operações de Serviço *Off-line*: Alguns serviços não necessitam da presença do cliente para sua prestação; nesses casos, a transação do serviço pode ser desacoplada, reduzindo-se os gastos com instalações, por exemplo.

Nesse cenário, o lucro deixou de ser atribuído apenas às receitas de vendas, mas, sim, de uma função resultante dos custos incorridos, de tal modo que almejar lucro é conter custos, assim o lucro será máximo, se o custo for mínimo.¹

É fundamental a separação entre custos e despesas, em que os gastos incorridos com a atividade “fim” da empresa são classificados como custos, enquanto os gastos com as atividades “meio” são classificados como despesas. Essas informações são obtidas por meio dos registros contábeis, os quais compreendem a essência da contabilidade de custos (POMPERMAYER e LIMA, 2002, p.53).

O principal ponto com relação às características das empresas prestadoras de serviços está relacionado ao impacto dos custos de mão-de-obra direta, uma vez que, diferentemente das operações industriais, a prestação de serviços caracteriza-se pelo fato de ser mão-de-obra intensiva.

Embora haja a diferenciação entre custos e despesas, a gestão dos gastos deve contemplar um controle individual e apresentar-se de forma a mais abrangente possível.

1.1 Conceito de Serviço

A realidade do mercado está num contínuo processo de mudança e, nesse contexto, constata-se uma onda de transição da industrialização para a onda dos serviços, e estes últimos superaram a primeira em volume de dinheiro transacionado na década de 1990 (ALLORA e GANTZEL, 1996).

“Cobra (1986, p.403) define como serviço uma mercadoria comercializável isoladamente, ou seja, um produto intangível que não se pega, não se cheira, não se apalpa, geralmente não se experimenta antes da compra, mas permite satisfações que compensam o dinheiro gasto na realização de desejos e necessidades dos clientes.”

Serviço pode também ser definido como uma transação realizada entre uma empresa ou empresários cujo objetivo não esteja associado à transferência de um bem (LAS CASAS, 1991, p.15).

Schmenner (1999) define algumas características comuns a muitos setores de serviços, as quais se referem principalmente a: intangibilidade, impossibilidade de fazer estoques, produção e consumo fisicamente unidos, entrada fácil no mercado, influências externas.

¹ Cleonice Bastos Pompermayer e João Evangelista Pereira Lima: Coleção Gestão Empresarial – FAE/ Gazeta do Povo, volume 4, p.50, 2002.

As operações de serviço não são rotineiras, e nem sempre o controle direto é possível; logo, é de fundamental importância para os gerentes o entendimento das características diferenciadoras das operações de serviço.

A gestão das empresas prestadoras de serviços requer, por parte do gerente, conhecimentos de técnicas e sensibilidades distintas daquelas inerentes às indústrias.

1.2 Administração Estratégica de Custos

Pode-se defender a importância que a administração dos custos vem tomando dentro das empresas, tendo em vista os movimentos de reposicionamento estratégico. Não se pode afirmar que a vantagem estratégica possa ser estabelecida somente pela boa administração de custos, mas há que se reconhecer que realmente essa é uma ferramenta fundamental na manutenção da competitividade e da rentabilidade.

Para Carastan (1998, p.35), estratégia é um plano de ação que estabelece uma direção crítica para a organização e guia a alocação de recursos. Essa ação enfoca a melhor solução, considerando as perspectivas de longo prazo.

Segundo Hansen e Mowen (2002, p.423), “A gestão estratégica de custos é o uso de dados de custos para desenvolver e identificar estratégias superiores que produzirão uma vantagem competitiva sustentável.”

Uma estratégia de negócio, segundo Alday (2002), apresenta diversas características específicas. O processo de formulação da estratégia não resulta em qualquer ação imediata. Em vez disso, estabelece as direções gerais segundo as quais a posição da empresa crescerá e se desenvolverá.²

Shank e Govindarajan (1997, p.13) consideram que a gestão estratégica de custos é resultado da mistura de três temas adjacentes, pesquisados em literatura relacionada à gestão estratégica, são eles: Análise da cadeia de valor; Análise de posicionamento estratégico; Análise de direcionadores de custos.

1.3 Administração Estratégica de Custos dos serviços ao cliente

Cada vez mais estão se definindo novos *mix* de serviços, visando ganhar vantagens competitivas. Nessa visão, a administração estratégica de custos dos serviços tem sido um importante instrumento para suportar tais iniciativas, uma vez que permite a

² Hernan E. Contrenas Alday: Coleção Gestão Empresarial – FAE/Gazeta do Povo, v. 2, p.16, 2002.

identificação precisa das atividades que compõem os serviços para posterior análise da relação valor-custo para o cliente.

Correa e Caon (2002, p. 202) afirmam que a maioria das empresas dispensa aos seus sistemas de custeio uma atenção voltada às demonstrações contábeis. Assim, ignora a importância do levantamento e análise dos custos como fonte de informações gerenciais importantíssimas para a tomada de decisões operacionais relativas à precificação, escolha entre terceirizar ou não a produção, determinação do *mix* de serviços a serem oferecidos e previsão de lucro face às variações nas vendas.

Conforme Correa e Caon, para satisfazer as expectativas do cliente, ou seja, alcançar um desempenho ótimo, o objetivo primeiro implica impactos negativos relacionados à gestão de custos, tendo em vista a necessidade de melhoria em pontos necessários, exigindo a contratação de pessoal mais qualificado, portanto mais caro. Entretanto, há possibilidades de superação ou, ao menos, minimização desses impactos, pela aplicação de algumas ferramentas gerenciais.

Dessa forma, Correa e Caon formulam algumas perguntas para serem respondidas: como conciliar a necessidade aparentemente conflitante de se oferecerem serviços que atendam às expectativas dos clientes e, ao mesmo tempo, garantir que isso se faça dentro dos limites de custo definidos pela expectativa de lucratividade da organização? Quais os principais direcionadores de custos em operações de serviços? Quais as armadilhas a evitar na gestão de custos em serviços?

1.4 Conceitos de Custos

A definição e a conceituação de custos constituem uma parte fundamental no entendimento dos sistemas e métodos de custeio; para tanto, é importante que seja definido qual é o objeto de custos.

Padoveze (2003, p.40) define objeto de custo como o elemento do qual se deseja ter o custo específico apurado, ou seja, objeto de custo é o elemento que será alvo de mensuração monetária, para a obtenção de seu custo total ou unitário.

Conforme Martins (2003, p.49), além de serem agrupados em diretos e indiretos, os custos podem também ser agrupados como Fixos e Variáveis. Warren *et al* (2001, p.90) inclui ainda o custo misto.

Custos indiretos: Megliorini (2001, p 187) define custos indiretos como aqueles necessários à produção, entretanto não se pode obter seu consumo por unidade do produto ou serviço, estes geralmente são alocados aos custos do produto por meio de rateios.

Custos Diretos: Padoveze (2003, p.41) afirma que custos diretos são aqueles que podem ser fisicamente identificados para um segmento particular em consideração; sendo assim, custos diretos são aqueles que podem ser alocados direta e objetivamente aos produtos e serviços.

Materiais Diretos: Padoveze (2003, p.42) considera que os materiais diretos representam o principal componente dos custos diretos, pois estes representam as matérias-primas, os componentes, os materiais auxiliares e os materiais de embalagem que fazem parte da estrutura do produto, porém essa visão se refere principalmente às atividades industriais.

Materiais Indiretos: “Muitos tipos de materiais e suprimentos necessários para o processo de manufatura podem ou não ser prontamente identificados com qualquer item fabricado ou ter um custo relativamente insignificante (VANDERBECK E NAGY, 2001, P.22).

Custos Fixos: Segundo Warren *et al* (2001, p.92), custos fixos são aqueles que permanecem inalterados mesmo quando ocorrerem variações nas quantidades produzidas. São exemplos: custos de instalações, salários de supervisores de produção, depreciação de equipamentos, entre outros.

Custos Variáveis: de acordo com Megliorini (2001, p.13), os custos variáveis são aqueles que apresentam variações em função do volume de atividade; quanto maior o volume de produção, maiores serão esses custos, como, por exemplo, matéria-prima, insumos, etc.

Custos Mistos: Os custos mistos apresentam características tanto de custo fixo quanto variável; por exemplo, até um determinado nível de atividade, o custo é o mesmo, porém, ao se ultrapassar esse nível, há uma variação por unidade implementada. (WARREN, 2001, p.93). Podem-se, ainda, usar como exemplo gastos com telefonia, uma vez que se tem uma franquia de minutos a serem usados por um preço pré-determinado; até a utilização desses minutos, o custo é fixo, porém, após a utilização da franquia, o custo irá variar conforme a utilização do serviço for aumentando.

2 SISTEMAS DE CUSTOS

Para que seja possível a análise e agrupamento dos custos, existem sistemas os quais serão comentados a seguir.

Kaplan e Cooper (1998, p.13) consideram que as empresas precisam de sistemas de custeio para realizar três funções principais:

- Avaliar estoques e medir o custo dos bens vendidos para a geração de relatórios financeiros;
- Estimar as despesas operacionais, produtos, serviços e clientes;
- Oferecer *feedback* econômico sobre a eficiência do processo a gerentes e operadores.

2.1 Princípios de custeio

A utilização de princípios diferenciados de custeio dentro de um sistema é fundamental para a alocação dos custos incorridos de acordo com as necessidades e características de cada operação.

Segundo Martins (2003, p.37), “Custeio significa Apropriação de Custos. Assim, existem Custeio por Absorção, Custeio Variável, ABC, RKW etc.”

2.1.1 Custeio integral ou por absorção

O sistema de custeio integral apresenta características específicas que atendem a disposições legais e operacionais, conforme descrito neste item.

“O sistema de custeio por absorção é o mais tradicional, e sua utilização data de uma época em que os custos fixos representavam uma parcela bem menor dos custos totais de uma empresa (BEULKE E BERTÓ, 2001, P.50).”

“Custeio por Absorção é o método derivado da aplicação dos princípios de contabilidade geralmente aceitos, nascido da situação histórica mencionada. Consiste na apropriação de todos os custos de produção aos bens elaborados, e só os de produção; todos os gastos relativos aos esforços de produção são distribuídos para todos os produtos ou serviços feitos (MARTINS, 2003, p. 37).”

2.1.2 Custeio variável

O custeio variável apresenta uma estrutura semelhante ao integral, porém possui algumas diferenças importantes a serem observadas. Martins (2003, p.197) afirma que o critério de custeio variável traz mais vantagens, do ponto de vista gerencial, do que o custeio por absorção, em função de três grandes problemas apresentados pelo método de absorção:

Primeiro: Os custos fixos independem do volume produzido, incorrendo no período, mesmo que haja aumento ou redução da produção, embora essa variação represente também uma variação nos custos unitários de produção; sendo assim, os custos fixos tendem a ser mais um encargo para que a empresa possa ter capacidade de produção do que um sacrifício para a produção de determinado bem ou serviço.

Segundo: Uma vez que os custos fixos não estão diretamente relacionados a um produto/serviço específico, sua alocação é feita de maneira arbitrária, quase sempre por meio de um processo de rateio, este, por sua vez, não vincula efetivamente cada custo a cada produto/serviço.

Terceiro: O custo fixo por unidade depende diretamente do volume de produção, quando se aumenta o volume produzido, diminui-se o custo fixo unitário, porém caso a empresa opte por reduzir a produção de um determinado item em função de sua baixa rentabilidade, essa decisão poderá agravar ainda mais o quadro, uma vez que o custo fixo unitário se elevará.

3 MÉTODOS DE CUSTEIO

3.1 Custo Padrão

As grandes inovações ocorridas nas técnicas de gestão e na competitividade do mercado fizeram com que uma nova safra de sistemas e métodos de custeio fosse estudada e desenvolvida mundo afora.

Segundo Prado (2001, p.18), o termo custo padrão possui diversos significados e implicações como, por exemplo, o fato de que todos eles sejam pré-determinados; porém, não são todos os custos preparados antes das operações que são incluídos nessa categoria.

Para estabelecer o custo-padrão é necessária uma análise científica, utilizando-se dados passados e presentes; sendo assim, o processo de estabelecimento do custo-padrão geralmente inclui: uma seleção cuidadosa do material; estudos de tempo e motivação das operações; um estudo de engenharia do equipamento e das operações de manufatura ou dos equipamentos aplicados na prestação de serviços.

3.2 Custo Padrão Ideal

O custo padrão ideal, segundo Padoveze (2003, p.226), é o custo padrão calculado cientificamente, tomando-se como base condições ótimas de produção;

assim, esse custeio ideal considera que não há desperdício, capacidade ociosa, ou seja, nesse modelo deve ser considerada a utilização máxima dos recursos produtivos.

Padoveze (2003, p.226) afirma que o custo ideal, como meta, nunca será alcançado. Sua aplicação poderia fazer com que todos os setores da empresa buscassem o cumprimento dessa meta, porém em função de ser muito difícil de ser alcançada, pode, em casos de insucesso, trazer desmotivação para a equipe.

3.3 Custo Padrão Corrente

Na elaboração do custo padrão corrente, Padoveze (2003, p.226) afirma que, mesmo calculado cientificamente, ele busca aproximar-se mais da realidade da empresa, considerando as suas condições correntes; diferentemente do custo padrão ideal, o custo padrão corrente, por ser uma aproximação da realidade do mercado, pode ser alcançado; então, esse custo tomado como meta permite que, além do comprometimento de todos os envolvidos, reduz a possibilidade de insucesso, evitando-se possíveis fatores desmotivantes pela não obtenção das metas estipuladas.

3.4 Custo Padrão com base em dados passados

A utilização de um histórico de custos pode ser aplicada também para a elaboração de um custo padrão, partindo-se do princípio de que esses dados possam servir de parâmetro para a elaboração de custos futuros.

Padoveze (2003, p.227) alerta que fatos ocorridos no passado seguramente não se repetirão no futuro; dessa forma, a construção de um modelo de custeio pode apresentar falhas se for com base em dados passados.

3.5 Custeio RKW (*Reichskuratorium fur Wirtschaftlichkeit*)

Com origem na Alemanha, esse método foi muito utilizado no Brasil nas décadas de 1960 e 1970, quando os preços das empresas eram controlados pelo CIP – Conselho Interministerial de Preços (VICECONTI ; NEVES, 1998).

No método RKW, existe o conceito de centro de custos, os quais podem ser definidos como um lugar, seção ou departamento da empresa onde são alocados os custos inerentes às atividades nele exercidas.

Bornia (2002, p.101) diz que os centros de custos são determinados, considerando-se o organograma, a localização, as responsabilidades e homogeneidade das atividades sob a responsabilidade de cada gestor.

3.6 *Total Cost of Ownership* (TCO)

O TCO é uma das ferramentas usadas para custear uma parcela específica da cadeia logística, podendo ser empregado como suporte decisório para selecionar fornecedores.

Segundo Gasparetto (1999), o TCO reconhece que os custos de aquisição de um item não são somente aqueles do item propriamente dito, mas de todas as atividades executadas para que ele seja adquirido e utilizado. Assim, as atividades envolvidas no recebimento dos suprimentos podem ser associadas aos vários fornecedores da empresa, com o objetivo de identificar gastos gerados por cada um deles e, a partir daí, esses gastos podem ser utilizados para a avaliação desses fornecedores.

3.7 Custeio de Ciclo de Vida

Conhecer os custos incorridos pelo ciclo de existência de um produto ou serviço, em face das cada vez mais rápidas inovações, torna-se um diferencial competitivo, uma vez que permite uma análise mais completa dos custos tanto na produção quanto no pós venda.

Para Bruni e Fama (2003, p.362), “O custo de determinado produto ou serviço deveria ser analisado ao longo de sua vida útil.”

HANSEN e MOWEN (2002, p.437) classificam o ciclo de vida de um produto de duas formas: vida produtora de receita e vida consumível.

3.8 UEPs

Com origem na França na época da Segunda Guerra mundial, o método da Unidade de Esforço de Produção chegou ao Brasil apenas em 1960, porém teve aplicações práticas apenas em 1978.

Bornia (2002, p.139) destaca que o método UEP trabalha somente com os custos de transformação, deixando de fora os de matéria-prima, os quais devem ser tratados separadamente.

Peres Jr. *et al* (1999, p.91) afirmam que, na apuração de custos por processo, ocorre a acumulação dos custos para posterior distribuição às unidades produzidas, porém, com situações em que existam unidades que ainda não estão concluídas e serão finalizadas somente no período seguinte; assim, podem-se distinguir três situações comuns: unidades iniciadas em períodos anteriores e concluídas neste; unidades

iniciadas e concluídas no próprio período e, por fim, unidades iniciadas neste período que serão concluídas em períodos futuros.

“A forma encontrada pelo método UEP é a simplificação do modelo de cálculo da produção do período por meio da determinação de uma unidade de medida comum a todos os produtos (e processos) da empresa, a UEP (BORNIA, 2002, p.140).”

3.9 Custeio com base em Atividades

Conhecido como ABC (*Activity-based Costing*), essa ferramenta de gestão de custos busca a redução, de forma bastante sensível, das distorções provocadas pelos métodos de rateio arbitrário dos custos indiretos, embora este método possa também ser aplicado aos custos indiretos, principalmente à mão-de-obra direta, apesar de não trazer diferenças significativas, se comparado aos métodos tradicionais de custeio. (MARTINS, 2003, p. 87)

Para Kaplan e Cooper (1998, p.251), as empresas de serviços são candidatas ideais ao custeio com base em atividade, uma vez que quase a totalidade de seus custos é classificada como indiretos e aparentemente fixos; nas empresas de serviços, o volume de materiais diretos é mínimo, e a maior parte de sua mão-de-obra oferece um suporte indireto a produtos e clientes.

CONCLUSÕES

Em face do cenário altamente concorrencial do setor de serviços, é preponderante uma gestão estratégica de custos, tendo em vista a necessidade de se conhecerem e mensurarem, de maneira precisa, os gastos incorridos nas atividades da empresa, para que se identifiquem informações suficientes para avaliação da rentabilidade da carteira de clientes e, também, da lucratividade de cada um dos clientes ou do serviço prestado.

Dessa forma, os sistemas e métodos de custeio apresentados neste estudo, possibilitam diferentes formas e maneiras de se estabelecer uma gestão estratégica de custos, cabendo ao gestor analisar e implementar o modelo, ou modelos, que mais se ajustem à operação.

Devido às diferentes características das operações de prestação de serviço, é fundamental que os processos pertinentes a cada operação sejam levados em consideração para a elaboração do método de custeio a ser aplicado, uma vez que as operações de serviço divergem muito entre si.

Com base na fundamentação, constatou-se que os métodos de custeio tradicionais não são adequados para a apuração de custos em empresas de serviços, pois são deficientes na alocação dos custos indiretos e despesas.

REFERÊNCIAS

- ALLORA, Valério, GANTZEL Gerson L. **Revolução nos custos**. Casa da Qualidade. Editora - Salvador - BA -1996.
- BEULKE, Ronaldo e BERTÓ, Dalvio José. **Estrutura e análise de custos**. São Paulo: Saraiva, 2001.
- BORNIA, Antonio Cezar. **Análise gerencial de custos**: aplicação em empresas modernas. Porto Alegre: RS. Bookman, 2002.
- BORNIA, Antonio Cezar. **Gestão estratégica de custos**. Manaus: UFSC/CIESA. 2002.
- BRUNI, Adriano Leal e FAMÁ, Rubens. **Gestão de custos e formação de preços, com aplicações na calculadora HP 12C e Excel**. São Paulo: Atlas, 2003.
- CANASTAN, Jacira Tudora. Aspectos e características da gestão estratégica como elemento de suporte à competitividade empresarial. **V Congresso Brasileiro de Gestão Estratégica de Custos**. Fortaleza: Sebrae, 1998.
- COBRA, Marcos. **Marketing de serviços**: conceitos e estratégias. São Paulo: McGraww-Hill, 1986.
- CORRÊA, Henrique L.; CAON, Mauro. **Gestão de serviços, lucratividade por meio de operações e de satisfação dos clientes**. São Paulo: Atlas, 2002.
- FITZSIMMONS, James; FITZSIMMONS, Mona. **Administração de serviços**: operações, estratégia e tecnologia da informação. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2000.
- GASPARETTO, Valdirene. **Uma discussão sobre a seleção de direcionadores de custos na implantação do custeio baseado em atividades**. Florianópolis: UFSC. 1999. Dissertação Mestrado em Engenharia de Produção) PPGE/UFSC.
- HANSEN, Don R.; Mowen, Maryanne M. **Gestão de custos, contabilidade e controle**. São Paulo: Pioneira, 2002.
- KAPLAN, Robert S.; COOPER, Robin. **Custo e desempenho**: administre seus custos para ser mais competitivo. São Paulo: Futura, 1998.
- LAS CASAS, Alexandre Luzzi. **Marketing de serviços**. São Paulo: Atlas, 1991.
- MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de custos**. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MEGLIORINI, Evandir. **Custos**. São Paulo: Makron Books, 2001.
- PADOVEZE, Clóvis Luiz. **Curso básico gerencial de custos**. São Paulo: Thomson, 2003.
- POMPERMAYER, Cleonice Bastos; LIMA, João Evangelista Pereira. **Coleção Gestão Empresarial** – FAE/Gazeta do Povo, volume 4, 2002.

PRADO, Joel J. **Análise de custos: remodelando com ênfase para custo marginal, relatórios e estudos de casos.** São Paulo: Atlas, 2001.

SCHEMENNER, Roger W. **Administração de operações em serviços.** São Paulo: Futura, 1999.

SHANK, John K.; GOVINDARAJAN, Vijay. **A revolução dos custos: como reinventar e redefinir sua estratégia de custos para vencer em mercados crescentemente competitivos.** Rio de Janeiro: Campus, 1997.

VANDERBECK, Edward J., NAGY, Charles F. **Contabilidade de custos.** São Paulo: Pioneira, 2001.

VICECONTI, Paulo Eduardo V.; NEVES, Silvério das. **Contabilidade de custos: um enfoque direto e objetivo.** São Paulo: Frase, 1998.

WARREN, Carl S.; REEVE, James M.; FESS, Philip E. **Contabilidade gerencial.** São Paulo: Pioneira, 2001.

Fontes Consultadas

ALBRECHT, Karl. **Revolução nos serviços: como as empresas podem revolucionar a maneira de tratar os seus clientes.** São Paulo: Pioneira, 2000.

BERTÓ Rolando e BEULKE, Dalvio José. **Gestão de custos.** São Paulo: Saraiva, 2005.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de custos.** São Paulo: Atlas, 1988.

NAKAGAWA, Masayuki. **Gestão estratégica de custos, conceito, sistemas e implementação JIT/TQC,** 1.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

PEREZ Jr. José Hernandez, OLIVEIRA, Luiz Martins de e COSTA, Rogério Guedes. **Gestão Estratégica de Custos.** São Paulo, Atlas, 1999.

RUSSO, Luiz R. R. **Como abrir sua empresa de prestação de serviços.** São Paulo: Atlas, 2000.

SAKURAI, Michiharu. **Gerenciamento integrado de custos.** 1.ed. São Paulo: Atlas, 1997.

SANTOS, Joel J. **Análise de Custos. Remodelado com ênfase para custo marginal, Relatórios e Estudos de Casos.** São Paulo, Atlas, 2000.

TIMM, Luciano B. **Da prestação de serviços.** Porto Alegre: Síntese, 1998.

VILLAS BOAS, Fernando José; PIMENTA, Lígia Conceição Carneiro. **Descrição, utilidade e limitações do chamado custeio por atividades.** XV Encontro Nacional de Engenharia de Produção. Anais. 1999.

VANTAGEM COMPETITIVA POR MEIO DE ESTRATÉGIAS DE REDUÇÃO DE CUSTOS NAS EMPRESAS INDUSTRIAIS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

Flávia Schwartz Maranhão*

Orientadora: Profª Cleonice B. Pompermayer**

RESUMO

Este artigo tem como finalidade apresentar os resultados obtidos num estudo sobre o comportamento das indústrias da Região Metropolitana de Curitiba perante a competitividade por meio da redução de custos. Para tanto, foi definido como principal objetivo deste projeto avaliar o desempenho competitivo das empresas industriais da Região Metropolitana de Curitiba, mediante técnicas voltadas para a redução de custos. A metodologia de desenvolvimento do estudo teve como base o banco de dados da XI Sondagem Industrial da FIEP 2006/2007, de onde se obteve um panorama sobre a situação das empresas que mantiveram, ganharam e perderam competitividade nos cenários nacional e internacional e apontaram o enxugamento de custos como um dos principais meios para enfrentar a concorrência.

Palavras-chave: redução de custos; técnicas gerenciais; AMT's; competitividade.

* Acadêmica do 4º ano do curso de Administração. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2006) da UNIFAE - Centro Universitário Franciscano.

** Doutora em Engenharia de Produção (UFSC). Professora de graduação e pós-graduação da UNIFAE - Centro Universitário Franciscano.

INTRODUÇÃO

O atual mundo dos negócios vem exigindo competitividade crescente por parte das empresas, uma vez que introduz novos conceitos e práticas com uma velocidade impressionante.

O dinamismo do ambiente empresarial é determinado por uma série de forças, entre as quais se destacam: a importância que o marketing exerce junto ao mercado consumidor, a influência das inovações tecnológicas nos processos de produção, o impacto da globalização no mundo dos negócios e, por fim, a redução do ciclo de vida dos produtos.

A união dessas forças culminou em um aumento dos custos, em especial dos custos fixos. O resultado, por conseqüência, é uma redução das margens de lucro, uma vez que os mercados nem sempre absorvem aumentos de preços, especialmente em setores de alta competitividade nacional e internacional.

Partindo-se do pressuposto de que a margem de lucro consiste no principal componente de garantia de sobrevivência das empresas, e considerando-se que aquela variável se encontra fortemente vinculada ao comportamento dos custos, torna-se possível argumentar que uma gestão adequada dos custos empresariais pode ser uma força representativa na busca de competitividade, especialmente quando aliada e combinada a outras tecnologias de gestão.

Visando a uma solução para essa situação e a uma conseqüente melhora de desempenho das empresas inseridas em mercados competitivos, uma série de tecnologias de gestão foi desenvolvida: a Gestão da Qualidade Total, o MRP II, a Gestão Estratégica de Custos, os sistemas de Planejamento das Necessidades da Empresa (ERP), o Controle Estatístico do Processo (CEP), o sistema *Just in Time* (JIT), o sistema *Kanban*, entre outras, cujo principal ponto em comum é a preocupação com a redução de custos e a otimização dos recursos produtivos. A adoção dessas tecnologias em âmbito mundial, a partir da década de 1980, evidencia a busca de competitividade pelas empresas.

A INTRODUÇÃO DE TECNOLOGIAS DE GESTÃO

O cenário empresarial paranaense no decorrer da década de 1990 foi marcado por significativas transformações: organizações foram vendidas ou incorporadas por grupos estrangeiros, outras se juntaram aos concorrentes, visando ao fortalecimento. Muitas portas se abriram enquanto tantas outras se fecharam. “Mudanças são intrínsecas

ao sistema capitalista e resultam de estratégias adotadas pelas empresas para aumentar a sua competitividade e obter maior lucratividade” (SILVA, 2001).

Uma empresa não depende somente de si própria e tampouco é única em um ambiente cada vez mais competitivo. O mercado globalizado juntamente com a economia brasileira – marcada pela instabilidade – caracteriza o cenário em que as empresas competem e sobrevivem.

O desenvolvimento tecnológico intenso, aliado a uma série de mudanças nos mercados, faz com que as organizações dispostas a sobreviver busquem constantemente a implantação de novas soluções, priorizando a perfeição em sua estrutura (MACEDO-SOARES e RATTON, 1999). Nesse ambiente, são introduzidas as tecnologias avançadas de manufatura, cujo objetivo é o aprimoramento das operações produtivas e o aumento da competitividade das organizações (SMALL e YASIN, 1997). Costa (2003) define as AMT’S como os softwares e hardwares desenvolvidos para executar atividades de manufatura.

Small citado por Gaertner (2005) selecionou os principais objetivos das AMT’S: redução dos custos do trabalho; melhoramento da produtividade do trabalho; redução do custo de produção por unidade; redução do tempo de preparação; redução dos *leadtimes* de manufatura; redução de sobras e retrabalho; melhoria na qualidade do produto; desenvolvimento de expertise no gerenciamento; desenvolvimento de uma organização integrada; melhora no expertise da engenharia; e redução de *leadtimes* de engenharia e projeto;

No presente cenário, o principal objetivo da indústria é fornecer satisfação total ao consumidor, o que, por conseqüência, implica um produto cuja qualidade seja projetada, desenvolvida, comercializada e mantida com os menores custos possíveis sem que seja prejudicada (FEIGENBAUM, 1994). Destacam-se, a partir de então, inúmeras técnicas gerenciais, sendo um de seus focos a redução de custos.

De acordo com Feigenbaum (1994) o “controle da qualidade total é um sistema eficiente que visa integrar esforços para desenvolvimento, manutenção e aperfeiçoamento da qualidade de vários grupos numa organização, de forma a permitir marketing, engenharia, produção e assistência dentro dos níveis mais econômicos e que possibilitem satisfação integral do consumidor”.

A influência da qualidade sobre os custos é tamanha que, de acordo com Feigenbaum (1994) “para cada dólar gasto em engenharia planejada, produção e assistência técnica, um grande número de indústrias está perdendo dólares adicionais”. A principal causa são os processos de baixa qualidade ao longo do desenvolvimento, da produção e da disponibilização do produto ao consumidor.

Dando continuidade à análise das técnicas gerenciais, surgiu, na década de 1960, o MRP I, que reúne os pedidos já confirmados e previsões e verifica quais os componentes necessários para que esses pedidos sejam atendidos, garantindo que sejam comprados a tempo.

A partir dos anos da década de 1980, o conceito inicial do MRP foi ampliado, abrangendo outras áreas da empresa e integrando-as. Conhecido como MRP II, esse sistema “permite que as empresas avaliem as implicações da futura demanda nas áreas financeira e de engenharia da empresa, assim como analisem as implicações quanto à necessidade de materiais” (SLACK et al., 2002).

Mais uma vez o acirramento da competição fez com que novas tecnologias de gestão fossem desenvolvidas como alternativa para a redução de custos e a diferenciação de produtos e serviços (SOUZA e SACCOL, 2003).

A Tecnologia da Informação surge como uma alternativa, procurando melhor coordenar a cadeia de valor, eliminar desperdício de recursos, reduzir os custos e aprimorar o tempo de resposta às necessidades do mercado. “Os sistemas ERP são sistemas de informação integrados adquiridos na forma de pacotes comerciais de software com a finalidade de dar suporte à maioria das operações de uma empresa industrial (suprimentos, manufatura, manutenção, administração financeira, contabilidade, recursos humanos etc.)”.

Além das técnicas anteriormente citadas, têm-se o *Just in Time* e o *Kanban*. O primeiro deles surgiu no Japão na década de 1970, pela necessidade da Toyota de coordenar, sem falhas, a produção com a demanda específica de diferentes veículos e complementos sem atrasos. “Puxar” a produção a partir da demanda efetiva, produzindo somente o necessário, ficou conhecido como sistema *Kanban*. No entanto, o JIT ultrapassa esse conceito abrangendo aspectos da administração de materiais, gestão da qualidade, arranjo físico, projeto do produto, organização do trabalho, gestão do pessoal etc. (CORRÊA e CORRÊA, 2004).

Os autores colocam que o JIT demanda altos níveis de performance em todos os pontos da produção. Falhas na qualidade afetam o fluxo de materiais, reduzem a confiabilidade entre os fornecedores internos e geram estoques. A velocidade também desempenha papel importante, uma vez que os clientes são atendidos pela produção, não pelos estoques.

A confiabilidade é uma conseqüência, da mesma forma que se transforma em requisito: não se produz com rapidez quando o fornecimento interno não é confiável. As flexibilidades de mix e volume assumem posição de destaque para que se produza rapidamente. Por fim, a excelência dos objetivos anteriormente citados culmina na redução dos custos.

O termo *Kanban* vem do japonês e seus significados podem ser: cartão, símbolo ou painel (RIBEIRO, 1989). O autor define o sistema *Kanban* como um “sistema de controle da produção comandado pelo uso de cartões nos quais o que determina a fabricação de um novo lote é o consumo das peças realizado pelo setor seguinte”.

As principais vantagens do sistema *Kanban*, de acordo com Peinado (s.d.), são: sistema autocontrolado, de fácil implantação; elimina a necessidade de emissão e controle de documentos; valoriza o funcionário, fazendo com que contribua com sua experiência para o sucesso do processo como um todo; é controlado pela produção; permite redução do estoque ; e, por fim, reduz os custos de fabricação.

A sexta técnica trata-se do Controle Estatístico do Processo (CEP). Seu fundamento essencial é “acompanhar os processos mediante o comportamento das estatísticas de suas saídas, separando as causas naturais das especiais de variações e tomar ações de correção quando uma causa especial é detectada”. (CORRÊA e CORRÊA, 2004).

Esse acompanhamento permite a correção e prevenção das falhas, resultando, no fim, uma redução dos custos, da mesma forma que as técnicas anteriormente mencionadas.

A sétima – e última – técnica evidencia a tendência das empresas, tanto no Brasil quanto no mundo, de se tornarem as mais enxutas possíveis: o uso de células de produção, especialmente se aliadas a um programa eficaz de melhoria contínua.

A produção enxuta, como proposta pelos japoneses, é marcada pelos baixos investimentos necessários à sua implantação e pela capacidade de desenvolver transformações dentro da empresa, “visando obter flexibilidade e integração na fábrica e alcançar padrões mais elevados de qualidade e produtividade, dando competitividade nos mercados internos e externos” (ALVARENGA, 2007).

Nesse contexto, surge a gestão estratégica de custos, que “consiste na aplicação das técnicas de gestão de custos com dois objetivos simultâneos: reforçar o posicionamento estratégico de uma empresa e reduzir seus custos” (COOPER e SLAGMULDER, 2003). São passíveis de serem observados três resultados quando se trabalha com a redução dos custos. Uma empresa pode reforçar seu posicionamento estratégico, não alterá-lo ou, então, enfraquecê-lo.

Como foi proposta por Shank e Govindarajan (1995), a gestão estratégica de custos provém do desenvolvimento de três temas oriundos da gestão estratégica: análise da cadeia de valor; análise do posicionamento estratégico e análise dos direcionadores de custos.

Quatro são as técnicas gerenciais propostas por esse estudo para reduzir custos, sem, no entanto, perder competitividade: o *Activity-Based Costing* (ABC), o Custo-Alvo, o *Kaizen* e o Custo Padrão (PADOVEZE, 2003).

REDUÇÃO DE CUSTOS NAS INDÚSTRIAS PARANAENSES

Conforme anteriormente mencionado, a base de dados do estudo proposto por este trabalho é a XI Sondagem Industrial 2006/2007 – A visão de líderes industriais paranaenses, realizada pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP) em parceria com o SEBRAE. Seu principal objetivo, por meio da coleta de dados diretamente junto a empresas e empresários no Paraná, é elaborar um quadro de opiniões e uma visão prospectiva para o ano de 2007 no que se refere ao cenário na indústria paranaense, inserida tanto em um contexto nacional quanto internacional.

Para este trabalho foi selecionado um grupo de cento e quarenta e oito empresas industriais, todas localizadas em Curitiba e Região Metropolitana.

Essa amostra foi classificada de acordo com o porte das empresas estabelecido pelo SEBRAE: microempresas (até dezenove funcionários), empresas de pequeno porte (de vinte a noventa e nove funcionários), empresas de médio porte (de cem a quatrocentos e noventa e nove empregados) e empresas de grande porte (acima de quinhentos funcionários).

No cenário analisado (tabela 1) destacaram-se as empresas de pequeno porte; quando em um universo composto por cento e quarenta e oito indústrias, 53% delas se enquadram nessa categoria.

TABELA 1 - EMPRESAS QUESTIONADAS PELA XI SONDAÇÃO INDUSTRIAL DA FIEP, NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - 2006-2007

PORTE	REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA	
	NÚMERO DE EMPRESAS	%
Microempresas	29	20
Pequeno porte	79	53
Médio porte	35	24
Grande porte	5	3
TOTAL	148	100

FONTE: FIEP - Departamento de Pesquisas e Análises

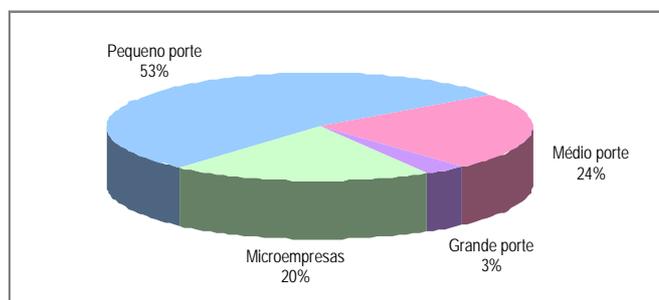


GRÁFICO 1 - EMPRESAS QUESTIONADAS PELA XI SONDAÇÃO INDUSTRIAL DA FIEP, NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - 2006-2007

FONTE: FIEP - Departamento de Pesquisas e Análises

A primeira questão analisada por este trabalho aborda um panorama da competitividade das indústrias paranaenses nacional e internacionalmente. De um total de cento e quarenta e cinco empresários que responderam a essa pergunta, 46% e 43%, afirmaram, respectivamente, manter e ganhar competitividade no decorrer do ano de 2006.

Em ambas as situações, conforme apresentado nas tabelas 2 e 3, destacam-se as empresas de pequeno porte, quando, no total pesquisado, 60% das organizações que ganharam competitividade possuem entre vinte e noventa e nove funcionários. Continuando a análise sobre essa questão, deve-se dar atenção ao desempenho das empresas de grande porte, que, de um total de cinco, três delas ganharam competitividade.

TABELA 2 - ANÁLISE VERTICAL DO PANORAMA DA COMPETITIVIDADE DAS INDÚSTRIAS, NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - 2006-2007

PORTE	MANTIVERAM		PERDERAM		GANHARAM		TOTAL	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Microempresas	16	24	4	25	9	14	29	20
Pequeno porte	30	45	9	56	38	60	77	53
Médio porte	19	29	2	13	13	21	34	23
Grande porte	1	2	1	6	3	5	5	3
TOTAL	66	100	16	100	63	100	145	100

FONTE: FIEP - Departamento de Pesquisas e Análises

TABELA 3 - ANÁLISE HORIZONTAL DO PANORAMA DA COMPETITIVIDADE DAS INDÚSTRIAS, NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - 2006-2007

PORTE	MANTIVERAM		PERDERAM		GANHARAM		TOTAL	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Microempresas	16	55	4	14	9	31	29	100
Pequeno porte	30	39	9	12	38	49	77	100
Médio porte	19	56	2	6	13	38	34	100
Grande porte	1	20	1	20	3	60	5	100
TOTAL	66	46	16	11	63	43	145	100

FONTE: FIEP - Departamento de Pesquisas e Análises

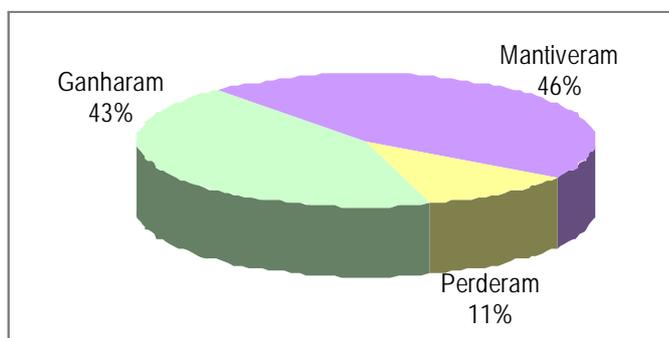


GRÁFICO 2 - PANORAMA DA COMPETITIVIDADE DAS INDÚSTRIAS, NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - 2006-2007

FONTE: FIEP - Departamento de Pesquisas e Análises

Dos empresários consultados, oitenta e nove afirmam utilizarem o enxugamento de custos como estratégia para enfrentar a ascendente concorrência nacional e internacional. Na tabela 3.4, 51% das empresas que adotam a redução de custos são de pequeno porte, enquanto apenas 3% delas são de grande porte.

TABELA 4 - EMPRESAS QUE UTILIZAM O ENXUGAMENTO DE CUSTOS, NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - 2006-2007

PORTE	REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA	
	NÚMERO DE EMPRESAS	%
Microempresas	20	22
Pequeno porte	45	51
Médio porte	21	24
Grande porte	3	3
TOTAL	89	100

FONTE: FIEP - Departamento de Pesquisas e Análises

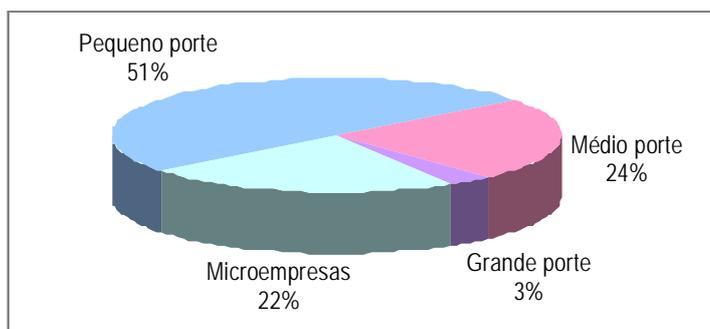


GRÁFICO 3 - EMPRESAS QUE UTILIZAM O ENXUGAMENTO DE CUSTOS, NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - 2006-2007

FONTE: FIEP - Departamento de Pesquisas e Análises

Das empresas pesquisadas – ver tabela 5 –, setenta e seis dizem que a redução de custos é um dos principais benefícios associados à introdução de Tecnologias Avançadas de Manufatura (AMT's). Entre os entrevistados, 53% são empresas de pequeno porte e 29% são empresas de médio porte.

TABELA 5 - EMPRESAS QUE REDUZIRAM CUSTOS COM A INTRODUÇÃO DE AMT'S, NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - 2006-2007

PORTE	REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA	
	NÚMERO DE EMPRESAS	%
Microempresas	11	14
Pequeno porte	40	53
Médio porte	22	29
Grande porte	3	4
TOTAL	76	100

FONTE: FIEP - Departamento de Pesquisas e Análises

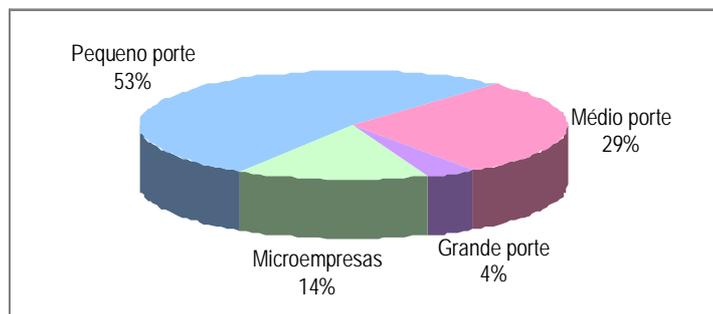


GRÁFICO 4 - EMPRESAS QUE REDUZIRAM CUSTOS COM A INTRODUÇÃO DE AMT'S, NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - 2006-2007

FONTE: FIEP - Departamento de Pesquisas e Análises

Ao serem questionados a respeito das principais técnicas gerenciais utilizadas, cento e dezoito empresários sinalizaram o uso das seguintes metodologias: Programa da Qualidade Total, Planejamento das Necessidades da Empresa (ERP), Células de Produção, Controle Estatístico do Processo (CEP), Just-In-Time (JIT), Kanban, Engenharia Simultânea com Clientes e, por fim, Planejamento de Recursos de Manufatura (MRP II). Todas elas destacam-se por terem como objetivo direto ou indireto a redução dos custos.

O Programa da Qualidade Total foi citado por quarenta e nove dos cento e dezoito empresários. Representativos foram, também, os percentuais que acusaram o uso do ERP – Planejamento das Necessidades da Empresa, de Células de Produção e do CEP – Controle Estatístico do Processo, respectivamente 35%, 32% e 29% dos entrevistados.

TABELA 6 - TÉCNICAS GERENCIAIS UTILIZADAS PELAS INDÚSTRIAS, NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - 2006-2007

TÉCNICAS GERENCIAIS	MICROEMPRESAS		PEQUENO PORTE		MÉDIO PORTE		GRANDE PORTE		TOTAL	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Programa de Qualidade Total	6	12	22	45	19	39	2	4	49	100
ERP - Planejamento das Necessidades da Empresa	3	7	22	52	15	36	2	5	42	100
Células de Produção	6	16	17	45	14	37	1	3	38	100
CEP - Controle Estatístico do Processo	5	14	13	37	15	43	2	6	35	100
Jus-In-Time	7	25	15	54	6	21	0	0	28	100
Kanban	4	15	17	63	4	15	2	7	27	100
MRP II - Planejamento de Recursos de Manufatura	1	6	7	44	7	44	1	6	16	100

FONTE: FIEP - Departamento de Pesquisas e Análises

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da amostra de cento e quarenta e oito empresas industriais da Região Metropolitana de Curitiba, oitenta e nove (representando 60,14%) utilizaram o enxugamento de custos como estratégia para enfrentar a concorrência. Dessas, 48,31% fizeram uso de AMT's.

É possível observar também que, das oitenta e nove empresas que utilizaram o enxugamento de custos, 52,81% mantiveram sua competitividade; 38,20% ganharam competitividade; e apenas 8,99% perderam competitividade.

No entanto, por meio do cruzamento dos dados entre as indústrias que fizeram o enxugamento de custos com o uso de AMT's e suas respectivas situações competitivas, verifica-se que 53,49% delas ganharam competitividade; 44,19% mantiveram competitividade; e somente 2,33% perderam competitividade.

Tomando-se como ponto de partida as oitenta e nove indústrias que realizaram o enxugamento de custos, observa-se que sessenta e nove delas fizeram uso das seguintes técnicas gerenciais: Programa da Qualidade Total, Planejamento das Necessidades da Empresa (ERP), Células de Produção, Controle Estatístico do Processo (CEP), Just-In-Time (JIT), Kanban, Engenharia Simultânea com Clientes e, por fim, Planejamento de Recursos de Manufatura (MRP II).

Mediante cruzamento dos dados entre as empresas que fizeram o enxugamento de custos com o uso de técnicas gerenciais e suas respectivas situações competitivas, verifica-se que 43,07% delas ganharam competitividade; 52,30% mantiveram competitividade; e somente 4,61% perderam competitividade.

Analisando-se o panorama das indústrias da Região Metropolitana de Curitiba, pode-se constatar, portanto, que o enxugamento de custos transformou-se em uma estratégia competitiva, agregando a ele uma série de tecnologias de gestão.

Reduzir custos não significa mais simplesmente "cortar". Os gestores lidam, agora, com uma atividade complexa, permeada por inúmeros detalhes que influenciam não somente aspectos internos à empresa, como também, e principalmente, tudo o que está em torno dela, sejam clientes, fornecedores, governo e o mercado como um todo.

REFERÊNCIAS

- ALVARENGA, Luiz Antonio. **O sistema de gerenciamento dos objetivos das células de produção**. Disponível em: <http://www.unitau.br/prppg/cursos/ppga/mba/2002/alvarenga_luis_antonio.pdf> Acesso em 30 jul. 2007.
- COOPER, Robin; SLAGMULDER, Regine. Redução de custos com inteligência. **HSM Management**, v. 40, set./out. 2003.
- CORRÊA, Henrique L.; CORRÊA, Carlos A. **Administração de produção e operações: manufatura e serviços: uma abordagem estratégica**. São Paulo: Atlas, 2004.
- COSTA, M. Gouvêa da. **Desenvolvimento de uma abordagem estratégica para a seleção de tecnologias avançadas de manufatura – AMT**. Tese de Doutorado em Engenharia, Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- FEIGENBAUM, Armand V. **Controle da qualidade total**. São Paulo: Makron Books, 1994. v. 1.
- GAERTNER, Cesar Augusto. **Desenvolvimento de framework e processo para justificação econômico-financeira de tecnologias avançadas de manufatura (AMT)**. Dissertação de Mestrado em Engenharia de Produção e Sistemas, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2005.
- MACEDO-SOARES, T. D.; RATTON, C. A. Medição de desempenho e estratégias orientadas para o cliente: resultados de uma pesquisa de empresas líderes no Brasil. **Revista de Administração de Empresas**, v. 39, n. 4, p. 46-59, out./dez. 1999.
- PADOVEZE, Clóvis Luís. **Curso básico gerencial de custos**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.
- PEINADO, Jurandir. **Sistema Kanban de abastecimento: manual prático de implantação**. Pato Branco: Sindimetal, [s.d.].
- RIBEIRO, Paulo Décio. **Kanban: resultados de uma implantação bem sucedida**. Rio de Janeiro: COP Editora, 1989.
- SHANK, John K.; GOVINDARAJAN, Vijay. **Gestão estratégica de custos: a nova ferramenta para a vantagem competitiva**. Rio de Janeiro: Campus, 1995.
- SILVA, Christian Luiz da. **Competitividade: mais que um objetivo, uma necessidade**. Curitiba: FAE, 2001. Disponível em: <http://www.sfrancisco.edu.br/pdf/revista_fae_business/n1_dezembro_2001/ambeconomico_competitividade.pdf> Acesso em: 31 jul. 2007.
- SLACK, Nigel; CHAMBERS, Stuart; JOHNSTON, Robert. **Administração da produção**. São Paulo: Atlas, 2002.
- SMALL, M. H.; YASIN, M. Developing a framework for the effective planning and implementation of advanced manufacturing technology. **Internacional Journal of Operations and Production Management**, vol. 17, n. 5, p. 468-489, 1997.
- SOUZA, César Alexandre de; SACCOL, Amarolinda Zanela, Organizadores. **Sistemas ERP no Brasil (Enterprise Resource Planning): teoria e casos**. São Paulo: Atlas, 2003.



ALINHAMENTO ESTRATÉGICO E DESEMPENHO EMPRESARIAL

Isabela D'Araujo Costa*

Ricardo Pastro**

Orientador: Prof. Dr. José Vicente Bandeira de Mello Cordeiro***

RESUMO

As empresas procuram definir e implementar suas estratégias visando maximizar seus resultados. Uma empresa possui vantagem competitiva ao obter um diferencial que possibilite manter uma posição superior em relação a seus concorrentes. Apesar de muitas empresas utilizarem a metodologia do Planejamento Estratégico, isso não parece ser suficiente para garantir o alinhamento entre processos, recursos e competências organizacionais com as características dos segmentos de mercado almejados, considerado um pré-requisito essencial para que as estratégias sejam efetivamente implementadas. Entre os processos e recursos organizacionais, aqueles ligados à função produção possuem papel crucial na busca desse alinhamento, uma vez que essa função é responsável pela produção e entrega do produto e, conseqüentemente, do valor entregue ao cliente. Utilizando uma abordagem contextualista, fez-se uma análise das lacunas de desempenho em diferentes fatores competitivos, em organizações de médio e grande porte da Região Metropolitana de Curitiba. Constatou-se que organizações, cujas estratégias de mercado e produção são coerentes, bem como estejam alinhadas entre si, encontram maior facilidade para implementar suas estratégias e entregar valor ao cliente, obtendo retornos financeiros superiores. Foi possível constatar também que a prática do planejamento estratégico e o uso de ferramentas voltadas à implementação da estratégia não apresentam forte relação com tais resultados, mostrando que a visão de que cabe à produção desempenhar um papel focado principalmente no aumento da produtividade e da redução de custos tende a manter as prioridades destas, desalinhadas das estratégias de mercado.

Palavras-chave: Posicionamento Estratégico, Estratégia de Produção, Indicadores de Desempenho, Alinhamento Estratégico.

* Acadêmica do 4º ano do curso de Administração de Empresas. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2006) da UNIFAE - Centro Universitário Franciscano.

** Acadêmico do 3º ano do curso de Engenharia de Produção. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2006) da UNIFAE - Centro Universitário Franciscano.

*** Doutor em Engenharia de Produção (UFSC). Professor de graduação e pós-graduação da UNIFAE - Centro Universitário Franciscano.

INTRODUÇÃO

Apesar da grande utilização de ferramentas de gestão estratégica, percebe-se que as dificuldades em alinhar as operações com a estratégia empresarial permanecem presentes mesmo em grandes empresas dos mais diversos setores.

O *Balanced Scorecard* (BSC) tem se destacado como ferramenta estratégica que aproxima o planejamento empresarial de suas operações. De acordo com a lógica do BSC, a estratégia de uma empresa pode ser descrita por meio de um mapa estratégico, envolvendo relações de causa e efeito entre indicadores financeiros, de clientes, de processos internos e de recursos e competências (KAPLAN e NORTON, 2004). Uma organização, portanto, que tenha seus recursos e processos internos efetivamente alinhados com seu posicionamento em relação aos clientes, deveria obter melhores resultados financeiros.

Trabalhos recentes vêm sugerindo que a abordagem do BSC apresenta algumas limitações, que podem ser resumidas nas seguintes questões:

- a) Uma maior ênfase na abordagem para a gestão estratégica do tipo “de fora para dentro”, ao invés de equilibrá-la com uma abordagem “de dentro para fora”¹;
- b) Um foco excessivamente quantitativo e com base em relações de causa e efeito lineares e simplificadas;
- c) Grande complexidade para operacionalização, o que dificulta sua utilização efetiva e acaba por comprometer os resultados (CORDEIRO, 2005).

Dessa forma, é necessária a investigação do grau de alinhamento entre recursos, processos e posicionamento estratégico em empresas dos mais diversos setores e uma avaliação do desempenho financeiro e de mercado dessas empresas, em relação à média setorial.

Tal providência deverá permitir a identificação das práticas mais efetivas de alinhamento estratégico, visando ao estabelecimento de relações entre as principais variáveis da gestão estratégica, de operações e a dinâmica setorial.

Ela também verificará a correlação entre o alinhamento estratégico, a maior facilidade para implementar suas estratégias e entregar valor ao cliente, com a obtenção de retornos financeiros superiores.

¹ SLACK, 1997 A abordagem “de fora para dentro” implica reorientar todos os processos e recursos da organização de forma a implementarem uma estratégia voltada ao atendimento das necessidades dos mercados mais atraentes do ponto de vista financeiro. Na abordagem “de dentro para fora”, busca-se atender aos mercados e clientes cujas necessidades possam ser atendidas pelo nível de desempenho atual dos processos e recursos internos da organização.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 Estratégia e Posicionamento Estratégico

A estratégia é o resultado final do planejamento estratégico, e esse planejamento deve atender às necessidades da organização em um determinado momento. A rapidez com que as pessoas, as sociedades, e a maneira de fazer negócio se modificam determina que o planejamento estratégico seja sempre atualizado para aumentar as chances de sucesso organizacional, possibilitando a competitividade empresarial.

Para Mintzberg (2001), o sucesso da gestão estratégica depende do alinhamento entre os elementos do contexto interno com o contexto externo.

As indústrias estão vivenciando um momento de grande desafio. A ampliação dos conceitos de mercado global e fornecimento global derrubaram barreiras comerciais por todo o mundo.

A entrada de novos competidores com maior volume de capital, experiência internacional e agressividade de marketing estão criando problemas de rentabilidade, dificultando a sobrevivência de muitas empresas, trazendo uma crise de identidade em relação à missão e seus objetivos estratégicos. O novo cenário está sendo marcado pela busca de reposicionamento das empresas, procurando nichos de mercado mais específicos.

O Posicionamento Estratégico deve ser estruturado a partir da identificação das competências centrais da empresa. Os Processos devem estar alinhados à satisfação do cliente, voltados para o posicionamento estratégico definido. (VELOSO, 2004).

O posicionamento estratégico indicará as condições de atuação da organização em um momento específico, observando as restrições que seu ambiente apresenta. Com base em seu conteúdo, a organização pode decidir que caminho perseguirá, em face das opções de futuro encontradas.

Definido o posicionamento, chega-se à estratégia. A essência é escolher atividades diferentes das dos rivais. Como os recursos financeiros são limitados, as empresas não podem ser boas em tudo.

De acordo com esse pensamento, Michael Porter, nos anos da década de 1980 (CERTO apud PORTER p.152, 1980), idealizou três abordagens estratégicas genéricas para uma unidade de negócio que, combinadas, auxiliarão na formulação de políticas de negócio em um setor. Elas são: a liderança no custo total, a diferenciação e o Enfoque.

A liderança de custo é uma estratégia que tem como objetivo tornar uma organização mais competitiva, produzindo mais baratos certos produtos que o

concorrente, para aumentar sua participação no mercado. A diferenciação visa aumentar a competitividade da empresa, criando produtos exclusivos, que os clientes identifiquem como diferentes dos produzidos pelos concorrentes, criando imagens associativas à sua marca. Já o enfoque, é uma estratégia que tem como alvo um determinado cliente. Busca uma maior competitividade oferecendo produtos para clientes específicos, vinculando sua marca a públicos determinados.

Acompanhando o mesmo raciocínio, Treacy e Wiersema (1995) desenvolveram uma linha de pensamento chamado disciplina de valor, que propõe um maior detalhamento do conceito de estratégia genérica, com base na idéia de que em todo mercado há três tipos distintos de cliente.

Os consumidores que preferem empresas que estão na frente em tecnologia e os que não necessitam de produtos mais avançados, mas desejam um desempenho confiável, exigindo de seus fornecedores excelência operacional. E, por fim, encontra-se aquele grupo de clientes que prefere a empresa que atende com presteza e flexibilidade a suas necessidades individuais, caracterizando uma relação de intimidade com o cliente.

Partindo de estratégias genéricas, é possível detalhar um posicionamento estratégico por meio da importância atribuída pelos clientes-alvo de uma empresa aos seus diferentes fatores competitivos.

1.2 Conteúdo da Estratégia e sua Gestão

Mintzberg e Quinn (2001) definem que o objeto da estratégia representa o seu conteúdo. O conteúdo é um conjunto de políticas, planos e comportamentos que se escolhem para seguir. A administração estratégica representa esse objeto, que consiste na estruturação e adaptação entre a organização e seu ambiente externo, com sua razão de ser, a missão, definida de acordo com as oportunidades e ameaças, dentro das forças ambientais e no contexto dos seus pontos fortes e fracos em relação aos seus concorrentes. Esse conceito está contextualizado na análise S.W.O.T (Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats).

Com sua identidade estabelecida, devem ser formulados os objetivos, direcionando a organização para a criação de estratégias realistas.

Com base na definição da missão corporativa, existem três níveis hierárquicos dentro de uma empresa nos quais se encontram estratégias de planejamento. Primeiramente, o nível corporativo define estratégias globais, como em quais áreas do mercado a empresa atuará, e distribui e administra recursos para cada uma dessas áreas.

O segundo nível é a da unidade de negócios, que tem uma estratégia de negócios, ou seja, define como o seu negócio compete no mercado e as estratégias a serem conduzidas pelas áreas operacionais para sustentar tal posição.

O terceiro nível é a estratégia funcional, em que estão associadas as políticas de operação das diversas áreas funcionais da empresa, consolidando as estratégias corporativas e competitivas.

Os setores de produção, marketing, finanças, pesquisa e desenvolvimento, entre outros, precisam determinar a melhor forma de organizar seus recursos para apoiar os objetivos estratégicos. Slack (1997, p.90) concluiu que esses três níveis de estratégia “formam uma hierarquia na qual a estratégia do negócio é uma parte importante do ambiente no qual as estratégias funcionais operam; e a estratégia corporativa é um elemento importante do ambiente no qual a estratégia do negócio se encaixa”.

Para que a empresa se fortaleça em seu ambiente, crie uma identidade, mobilizando seus pontos fortes e tenha sucesso no mercado, suas decisões devem ter unidade, coerência e consistência interna.

Para aumentar os níveis de rentabilidade, agregando valor ao cliente, aumentando o seu nível de satisfação, deve-se buscar o desenvolvimento da satisfação do cliente; do posicionamento estratégico; do alinhamento dos processos; e também dos indicadores de performance.

Conforme disse Certo (2003), o processo de planejamento estratégico pode ser subdividido em cinco etapas seqüenciais e contínuas: (1) Análise ambiental, (2) Estabelecimento de uma direção organizacional, (3) Formulação de estratégias, (4) Implementação de estratégias e (5) Controle estratégico.

Sua relação pode ser verificada na figura 1.

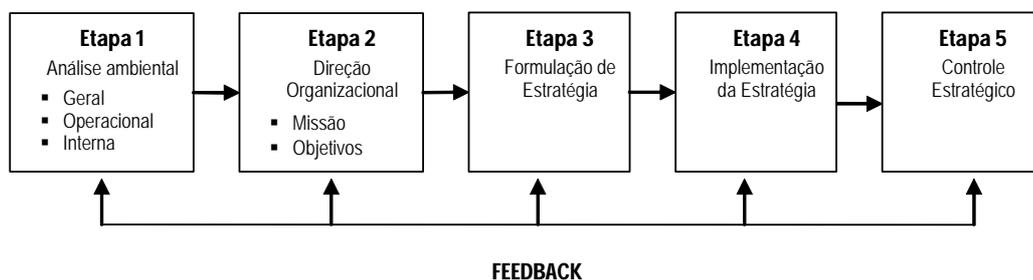


FIGURA 1 - ETAPAS DO PROCESSO DE GERENCIAMENTO DE ESTRATÉGIAS

FONTE: Adaptado de CERTO (2003)

Em linhas gerais, o sucesso na implementação de uma estratégia depende de como se lida com as pessoas, da distribuição dos recursos necessários para essa implementação, do monitoramento do progresso da implementação e também da solução de problemas que ocorrem durante esse processo.

A gestão estratégica é um processo complexo que consiste na análise, formulação, implementação e controle das estratégias. O alinhamento entre as ações, as habilidades e a clareza na proposição de valores para os clientes é fundamental para a execução da estratégia.

A gestão estratégica atua com quatro fatores estratégicos: (1) as necessidades de recursos, mantendo uma relação estreita com as fontes de recursos; (2) o planejamento estratégico que sofre as pressões institucionais do meio externo; (3) as considerações organizacionais ligadas aos processos organizacionais e que são condicionados pela estrutura da própria organização; (4) o controle estratégico, pressionado pelo meio interno.

Essas relações são fundamentais para apoiar as decisões que o gestor deve tomar; para a definição das missões, dos fins, dos objetivos para definir o estilo de decisão e na avaliação das realizações da organização.

1.3 Estratégia de Produção

A estratégia de produção é parte da estratégia geral da empresa. Segundo Slack (1997), ela diz respeito a um padrão de decisões e ações que, juntos, definem o papel, os objetivos e as atividades de produção. As empresas que buscam a competitividade no mercado atual devem adaptar seus sistemas produtivos para a melhoria contínua da produtividade.

O melhor entendimento do papel estratégico da produção influenciou positivamente a valorização desse setor em termos de planejamento e implementação das metas.

A organização competitiva deve levar em conta a conscientização de que a manufatura, desde que bem administrada e equipada, pode se tornar uma importante arma competitiva, a partir do alcance da excelência em suas práticas. Qualidade, confiabilidade, prazos e flexibilidade são critérios que devem ser analisados.

A organização deve identificar e priorizar as reais necessidades dos seus clientes, para que as unidades produtivas alocadas a um limitado e administrável conjunto de produtos, tecnologias, mercados, e com o desenvolvimento de políticas

de manufaturas focalizadas nesse conjunto limitado, obtenha a excelência no desempenho dos critérios prioritários.

Deve-se criar uma estratégia de manufatura, visando à criação, desenvolvimento, implantação e manutenção de um padrão coerente de decisões. Esse padrão coerente necessita saber no que a organização deve ser excelente, quais as alternativas de decisão, qual o impacto delas em termos de critérios de desempenho e quais são as regras de decisão que garantem a coerência com os objetivos estratégicos.

Como qualquer ação ou decisão empresarial, a elaboração de uma estratégia requer diversos pontos de vista, da avaliação de vários fatores vindos de diferentes áreas corporativas. Nigel Slack (1997) cita quatro perspectivas a serem levadas em consideração durante esse processo.

A primeira delas é a Perspectiva Top-Down, que visa ao objetivo do grupo de negócio ou dos sócios do empreendimento, chamada de estratégia corporativa, define a colocação da empresa em ambiente global, econômico, político e social. Influenciará no tamanho da empresa, no país onde operará e nos tipos de atividade que fará. Nesse caso, a função da produção terá o papel de implementação ou operacionalização da estratégia global da empresa.

A segunda perspectiva, chamada de Bottom-up, leva em conta as estratégias que emergem da experiência operacional durante a formulação da estratégia produtiva. Nesse caso, o nível operacional aprende com a experiência em curso de fornecer produtos e serviços a consumidores e guia a empresa toda em uma única direção.

A terceira perspectiva é a dos Requisitos de Mercado que, como o próprio nome já diz, baseia-se na análise de mercado que nasce no marketing corporativo. Com esse propósito, a produção deve compreender os objetivos globais e trabalhar junto com o marketing na satisfação do mercado.

A última perspectiva é a dos Recursos da Produção com base no bom aproveitamento e desenvolvimento de recursos produtivos.

1.4 Objetivos de Desempenho e Fatores Competitivos da Produção

De acordo com Slack (1997), existem cinco objetivos de desempenho que a empresa deve buscar. O primeiro deles é o objetivo da qualidade, o qual significa “fazer as coisas certas”, garantindo a qualidade do produto/bem de serviço.

O segundo objetivo é a rapidez, responsável pelo enriquecimento da oferta. Quanto mais rápido os produtos ou bens de serviço estiverem disponíveis ao consumidor, mais provável que este venha a comprá-los. Esse objetivo pode ser responsável pela redução de estoques e minimização de riscos.

O terceiro é a Confiabilidade, responsável pelo cumprimento de prazos de entrega aos consumidores. A empresa que tem a confiabilidade de seus clientes economiza tempo, pois em seus planos de produção estão inclusas as respostas às situações de emergência.

A flexibilidade é o quarto objetivo de desempenho, representando a capacidade de fazer mudanças na operação da empresa, visando atender às demandas do consumidor. Essas mudanças podem ser feitas tanto no produto ou bem de serviço, sendo a empresa flexível à inovação, na variedade ou composto do produto, na escala ou volume de produção, quanto no prazo de entregas do produto. A flexibilidade pode agilizar a resposta de produção, economizar tempo e manter a confiabilidade do cliente externo.

O quinto e último objetivo de desempenho é o Custo. Este é o principal objetivo de desempenho para empresas que concorrem diretamente em preço. Quanto menor o custo de produzir os bens de serviço, menor pode ser o seu preço.

Esse objetivo é diretamente influenciado pelo gerenciamento do custo de funcionários, de instalações, tecnologia e equipamentos e custo dos materiais. Fortemente relacionada com os outros objetivos de desempenho já descritos, uma forma de melhorar seu desempenho é aprimorar o desempenho dos outros objetivos.

Já os fatores competitivos definem as exigências dos clientes e são particularmente valorizados. Estão diretamente ligados à prioridade de cada objetivo de desempenho. A figura a seguir representa alguns desses exemplos.

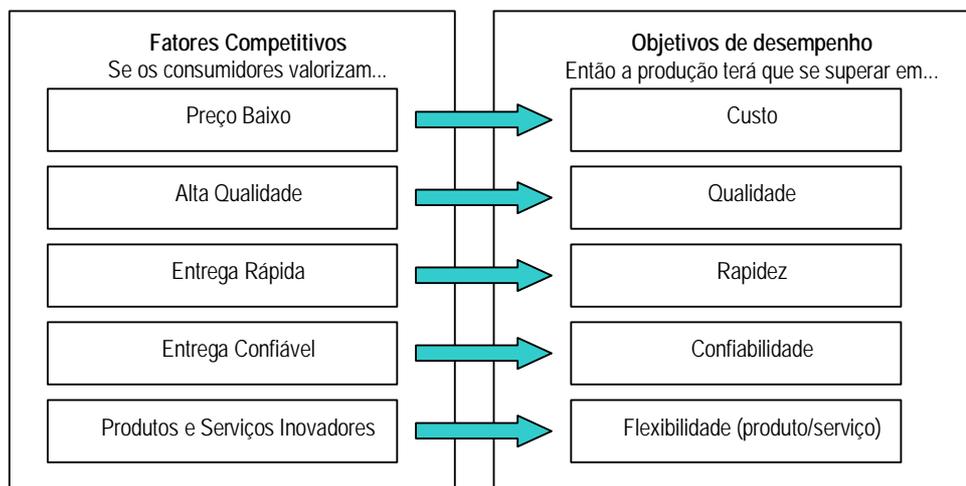


FIGURA 2 - FATORES COMPETITIVOS X OBJETIVOS DE DESEMPENHO

FONTE: Slack (1997)

1.5 Medida de Desempenho

A Medida de desempenho é um processo que quantifica a eficiência e a eficácia das ações tomadas por uma operação (CORREA, 2004). Segundo o mesmo autor, na produção, os objetivos de desempenho – qualidade, velocidade, confiabilidade, flexibilidade e custo – são compostos de muitas medidas menores, e cada uma delas dá uma perspectiva do desempenho da produção.

Se as causas significativas do mau desempenho forem identificadas, poderão ser rastreadas no decorrer do tempo, para avaliação do grau de melhoramento. Para isso, é fundamental a utilização de métricas ou indicadores relacionados aos objetivos de desempenho da produção. Estabelecer um sistema adequado de avaliação é fundamental para que as intenções estratégicas determinadas pela operação estejam alinhadas com as estratégias pretendidas.

As medidas de desempenho podem ser estruturadas por padrões históricos, que comparam o desempenho atual com desempenhos passados, para avaliação de tendências. Também podem ser definidos arbitrariamente, conforme percebido como desejável ou bom. Assim como definidos conforme o desempenho do concorrente. E, por fim, podem ter padrões absolutos, que permitem que a operação meça sua distância com relação ao ideal teórico.

De forma geral, pode-se considerar que medidas que apresentem metas de desempenho muito ousadas e rigorosas terão a prioridade da área de produção. Portanto, de acordo com as variações das metas das diversas medidas de desempenho da produção, seria possível identificar as prioridades produtivas (CORDEIRO e BOTELHO, 2006).

A busca de um conjunto equilibrado de medidas de desempenho da produção pressupõe que as mesmas estejam alinhadas com a estratégia do negócio.

2 METODOLOGIA

A Metodologia é a explicação minuciosa, detalhada, rigorosa e exata de toda ação desenvolvida no método do trabalho de pesquisa. “Pode-se definir pesquisa como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”(GIL, 1991, p.19).

2.1 Classificação da Pesquisa

No que se refere aos seus objetivos, o presente projeto de pesquisa apresenta aspectos exploratórios, descritivos e explicativos. Os estudos exploratórios dão ao pesquisador a possibilidade de encontrar mais dados sobre o tema ou problema, aumentando a familiaridade com o assunto e fornecendo ajuda para utilização da terminologia adequada e elaboração de questionários. (GIL, 1991). Logo, o caráter exploratório tende a estar mais presente na revisão da literatura.

Dessa forma, a orientação teórica serve de suporte à formulação das respectivas questões e instrumentos de recolhimento de dados e guia na análise dos resultados.

Com relação às características descritivas, são estudados os dados conhecidos, os componentes dos fatos e do problema, principalmente por meio de levantamento. Após este, as características explicativas “respondem pela identificação dos fatores que contribuem ou determinam a ocorrência, ou a maneira de ocorrer dos fatos e fenômenos” (SANTOS, 1999, p.27).

O projeto de pesquisa se desenvolve por meio de uma série de etapas unidas umas às outras de tal sorte, que as informações interagem, levando o conhecimento gerado em partes posteriores a influenciar a modificação de etapas anteriores, transformando-se num processo circular.

No que se refere ao delineamento, o procedimento de coleta de dados para juntar as informações necessárias à construção dos raciocínios em torno do problema é a pesquisa bibliográfica seguida de levantamento. Parafraseando Santos (1999), busca-se informação diretamente do grupo de interesse a respeito dos dados que se deseja obter.

Dessa forma, uma vez construídas as hipóteses de pesquisa, com base na pesquisa bibliográfica, pretende-se alcançar os demais objetivos específicos por meio de um levantamento direto das características da população estudada.

2.2 Coleta e Análise de Dados

A etapa de levantamento utiliza questionários como procedimento de coleta de dados, a ser aplicado em uma amostra probabilística intencional representativa dos segmentos empresariais, alvo do trabalho.

Conforme o caminho descrito por Lakatos (1996), o questionário é constituído por uma série ordenada de perguntas, respondidas por escrito, sem a presença do entrevistador, e servirá como fonte de informação de um grande número de empresas simultaneamente, obtendo-se respostas mais rápidas e precisas.

As informações solicitadas por meio dos questionários nesta pesquisa são respondidas diretamente pelos executivos responsáveis pelas áreas de marketing e de produção, garantindo-se, assim, maior confiabilidade dos dados, principalmente aqueles referentes às visões de cada setor.

O questionário está organizado de forma setorial e por assuntos-chave, com a maioria das questões fechadas, com alternativas pré-definidas.

As questões foram formatadas em planilhas do Microsoft Excel, e foram criadas quatro planilhas distintas, sendo duas enviadas para o executivo de Marketing e duas para o executivo de produção. O envio de duas planilhas para cada executivo é fundamental para garantir a obtenção de dados normalmente considerados sigilosos por grande parte das empresas, como o faturamento, o lucro e a rentabilidade.

Assim, foram desenvolvidas duas planilhas. Uma para preenchimento dos dados pelos pesquisados e a outra para envio aos pesquisadores, sendo que nesta se encontravam apenas os percentuais comparativos entre os resultados de períodos diferentes (duas para a área de marketing e duas para a área de produção).

Como a consecução dos objetivos desta pesquisa exige apenas as variações percentuais dos indicadores de desempenho financeiros, de mercado e de produção, solicitou-se aos executivos o fornecimento dos valores anuais das metas e dos resultados desses indicadores nas planilhas de preenchimento.

Então, a planilha de envio calcula as variações percentuais dos diversos indicadores por meio de vínculos com a planilha de preenchimento e, uma vez salva, não precisa mais dos dados originais da planilha de preenchimento, podendo estes ficar em poder da empresa pesquisada.

Apesar desse procedimento, é assegurada às empresas participantes a confidencialidade das informações levantadas, enfatizando-se que apenas os dados tabulados e analisados serão divulgados, impossibilitando a identificação das empresas participantes pelo público, preservando dessa forma, as estratégias e demais informações confidenciais presentes na planilha de envio.

A análise de dados foi conduzida tendo por base o cruzamento das informações fornecidas pelo executivo de marketing e aquelas fornecidas pelo executivo de produção, enfatizando-se as relações existentes entre as variações das metas e resultados dos indicadores financeiros, de mercado e de produção. Por meio desta, foi possível inferir sobre as características da população estudada, bem como sobre a relação entre as variáveis relevantes nesse projeto na mesma população.

De forma geral, essa etapa apresenta um contorno descritivo - explicativo. A pesquisa descritiva permite a mensuração ou descrição do problema em questão, podendo identificar características setoriais, ou mesmo a existência de relação entre as variáveis.

Por esse fato, os aspectos descritivos estão relacionados com a caracterização das estratégias de negócios, das prioridades de desempenho das áreas de produção e do grau de alinhamento estratégico das empresas pesquisadas. Por fim, o estabelecimento de relações entre o alinhamento estratégico e o desempenho financeiro das organizações avaliadas, bem como a extrapolação dessas correlações para os setores abrangidos apresentam características da pesquisa explicativa.

2.3 População e Representatividade da Amostra

Com base no Cadastro Industrial desenvolvido pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná – FIEP, consideraram-se as indústrias de transformação que possuíam mais de duzentos funcionários, concentradas em Curitiba e região metropolitana. Com essas delimitações, o universo produtivo era de cento e doze estabelecimentos industriais de transformação, das qual se selecionou, inicialmente, uma amostra aleatória de cinqüenta empresas para as quais foram enviados os questionários.

Essa amostra foi dimensionada com o objetivo de obter um erro máximo de 5% para um intervalo de confiabilidade de mais ou menos 1 desvio padrão (aproximadamente 67%). Como se obteve resposta de oito empresas, o erro máximo incorrido foi de 17% para o mesmo intervalo de confiabilidade.

2.4 Hipóteses da Pesquisa

Esta pesquisa apresenta as seguintes hipóteses, que deverão ser testadas por meio da coleta e análise dos dados propostos:

- a) Apesar de realizarem processos de planejamento estratégico em diversos níveis, utilizando ferramentas no auxílio desse caminho, com o intuito de alinhar seus processos internos com as estratégias de mercado, a maioria das empresas de médio e grande porte da Região Metropolitana de Curitiba possui incoerências entre as estratégias de negócio, produtivo e mercadológico. Esse fato será analisado mediante as prioridades de desempenho, estratégias de produção, posicionamento e estratégias de mercado.

- b) Quanto maior o alinhamento estratégico entre uma empresa e seu mercado, mais a empresa está conseguindo entregar valor a seus clientes, ou seja, mais sua estratégia de negócios está sendo implementada e, por isso, seus resultados financeiros deverão ser melhores;
- c) Quanto maior o alinhamento entre os objetivos da área de produção e a estratégia de negócios da empresa, mais facilidade ela deverá ter para entregar valor a seus clientes, ou seja, mais facilidade deverá ter para implementar a sua estratégia.

2.5 Definição de Termos Importantes e Operacionalização do Conceito de Alinhamento Estratégico

Para a correta compreensão dos resultados desta pesquisa, é necessário definir alguns conceitos chaves que são utilizados no texto.

Esses conceitos são:

- a) coerência interna da estratégia de negócios (posicionamento);
- b) coerência interna da estratégia de produção;
- c) alinhamento estratégico entre a empresa e o mercado;
- d) alinhamento estratégico entre os objetivos da produção e a estratégia de negócios.

A coerência interna da estratégia de negócios é avaliada, contrapondo-se a proposta ampla de valor escolhida (excelência operacional, liderança de produto ou intimidade com o cliente) com a estratégia genérica de negócios declarada (liderança em custo, diferenciação e foco em um nicho) e, também, com os fatores competitivos declarados como sendo ganhadores de pedido e qualificadores.

Assim, propostas amplas de excelência operacional podem vir juntamente com estratégias genéricas de diferenciação, ou de liderança em custo, mas as propostas de intimidade com o cliente e de liderança de produto têm de estar acompanhadas de estratégias genéricas de diferenciação ou de enfoque, para que haja consistência interna.

Além disso, um fator competitivo como o preço, não pode ser ganhador de pedido, no caso de estratégias genéricas de diferenciação ou propostas amplas de valor de liderança de produto ou intimidade com o cliente. Da mesma forma, uma empresa com foco em excelência operacional e liderança em custos não pode ter produtos inovadores como fator que ganha pedidos.

Considera-se como “totalmente coerente internamente” uma estratégia de negócios que não apresente incompatibilidades entre propostas de valor, estratégias genéricas e fatores competitivos ganhadores de pedido e qualificadores. Consideram-se como “parcialmente coerentes internamente” as estratégias de negócios em que haja incompatibilidade apenas entre a proposta de valor ou a estratégia genérica e um dos ganhadores de pedido.

Por fim, considera-se como “incoerente internamente” a estratégia de negócios que apresentar incompatibilidades entre a proposta de valor e a estratégia genérica e/ ou entre estes e mais de um fator competitivo ganhador de pedido, como demonstrado no quadro 1 abaixo.

COERÊNCIA	TOTALMENTE COERENTE	PARCIALMENTE COERENTE	INCOERENTE
Propostas de Valor X Estratégias genéricas	Não possui incompatibilidade	Incompatível	Incompatível
Ganhadores de pedido X Qualificadores	Não possui incompatibilidade	Incompatível em apenas 1 ganhador de pedido	Incompatível em + de 1 ganhador de pedido

QUADRO 1 - COERÊNCIA INTERNA

A coerência interna da estratégia de produção é avaliada por meio da contraposição dos dois objetivos de desempenho, considerados prioritários, e os indicadores de desempenho listados. Considera-se uma estratégia de produção coerente internamente quando os dois indicadores de desempenho mais importantes estão relacionados às metas de desempenho mais audaciosas e ao objetivo mais importante ou aos dois objetivos mais importantes.

Caso exista um indicador mais importante ou meta mais ousada, que não encontre seu equivalente nos dois objetivos de desempenho listados como prioritários, considera-se haver coerência interna parcial na estratégia de produção. Por fim, caso nenhum dos dois indicadores principais encontre seu equivalente entre os dois objetivos prioritários, considerar-se-á a existência de coerência interna na estratégia de produção.

No caso do alinhamento estratégico entre a empresa e o mercado, os dados fornecidos pelos executivos de marketing são analisados com o uso da matriz importância-desempenho, considerando-se que a empresa possuirá uma lacuna de alinhamento estratégico sempre que um fator competitivo ganhador de pedido ou qualificador possuir importância maior do que seu desempenho relativo.

Neste trabalho, considera-se que quanto maior for a soma das lacunas de alinhamento estratégico para os fatores ganhadores de pedido e qualificadores, menor será o alinhamento entre a empresa e o mercado e maiores as dificuldades encontradas para implementar a estratégia.

Caso a soma das lacunas esteja entre 0 e 5 pontos, inclusive, considera-se que a empresa vem tendo sucesso na implementação de sua estratégia de negócios. De acordo com a hipótese (b), seus indicadores financeiros também devem vir apresentando melhorias significativas e consistentes em um passado recente.

Caso a soma das lacunas seja um número maior que 5 pontos e menor ou igual a 10 pontos, considera-se que a estratégia de negócios da empresa vem sendo parcialmente implementada. Nesse caso, os indicadores financeiros não devem apresentar melhoria significativa e consistente no passado recente.

Caso a soma das lacunas seja maior do que 10 pontos, considera-se que a empresa vem enfrentando grandes dificuldades em implementar sua estratégia de negócios, sendo que, nesse caso, de acordo com a mesma hipótese, espera-se que os seus indicadores financeiros estejam estagnados ou venham sofrendo perdas nos últimos anos.

Consideram-se como melhoria significativa valores superiores ao crescimento do PIB para os indicadores de receita e superiores à taxa SELIC para rentabilidade. Considera-se como consistente a melhoria verificada nos dois anos para os quais foram levantados os dados.

Com relação ao alinhamento estratégico da produção, estabeleceu-se como critério de avaliação o grau de correspondência entre os objetivos de desempenho prioritários para a produção e os fatores competitivos mais críticos para seu sucesso de mercado.

Considera-se como sendo da mais alta criticidade o fator competitivo que for ganhador de pedido da maior importância e possuir a maior lacuna de alinhamento. Em seguida, consideram-se como mais críticos os fatores qualificadores que possuam a maior lacuna de desempenho. Por fim, ainda são considerados críticos, os fatores que ganham pedido e não possuem lacunas de alinhamento.

Assim, define-se que a área de produção da organização está totalmente alinhada com a estratégia de negócios sempre que os dois objetivos de desempenho considerados prioritários pela área de produção possuam seus equivalentes de mercado, definidos de acordo com a Figura 6 entre os três fatores competitivos de maior criticidade para a área de marketing.

Nesse caso, de acordo com a hipótese (c), espera-se que ela esteja implementando sua estratégia de negócios e, caso isso não ocorra, considera-se que aquela área tenha mais facilidade de fazê-lo no futuro, preenchendo as lacunas de alinhamento.

Caso um dos dois objetivos de desempenho prioritários não possua seu equivalente de mercado entre os três fatores competitivos mais críticos, considerar-se-á que a área de produção da empresa está parcialmente alinhada com sua estratégia de negócios. Uma empresa nessa situação, de acordo com a hipótese (c), não deve ter sua estratégia de negócios implementada e deverá ter alguma dificuldade para fazê-lo em um futuro próximo.

Se a estratégia estiver sendo implementada, deverá apresentar dificuldades para manter essa condição em um futuro próximo. Por fim, caso nenhum dos dois objetivos de desempenho prioritários para a produção encontre seus equivalentes entre os fatores competitivos de maior criticidade, considerar-se-á sua área de produção desalinhada em relação à estratégia de negócios.

De acordo com a hipótese (c), espera-se que uma empresa nessa situação dificilmente tenha sua estratégia implementada e muito provavelmente não conseguirá fazê-lo em um futuro próximo, se continuar com a atual estratégia de produção.

Nesta pesquisa, considera-se que os resultados financeiros de uma empresa estão melhorando quando pelo menos dois entre os três indicadores solicitados (receita, lucro líquido e rentabilidade) apresentaram variação positiva de mais de 5% nos dois anos informados.

Considera-se que os resultados financeiros de uma empresa pesquisada estão piorando quando pelo menos dois dos indicadores solicitados apresentam variação negativa de mais de 5% em ambos os anos ou variação negativa de mais de 10% em pelo menos dois indicadores financeiros em um dos anos solicitados. Todas as situações diferentes dessas serão consideradas como sendo de estabilidade dos indicadores financeiros.

3 RESULTADOS

Os questionários foram enviados para cinquenta empresas industriais com mais de duzentos funcionários da Região Metropolitana de Curitiba, tendo sido respondidos por oito delas, conforme já citado anteriormente. A divisão das empresas por setor é apresentada no quadro 2.

SETOR	Nº DE EMPRESAS QUE RESPONDERAM OS QUESTIONÁRIOS	% DO TOTAL
Equipamentos e Transportes	2	25,0
Metal-mecânico	3	37,5
Químico	1	12,5
Alimentos e Bebidas	2	25,0
TOTAL	8	100,0

QUADRO 2 - DIVISÃO DAS EMPRESAS RESPONDENTES POR SETOR

Entre as empresas que responderam os questionários, 87,5% existem há mais de dez anos, sendo que apenas uma delas foi criada entre cinco e dez anos atrás.

3.1 Processo de Planejamento e Gestão Estratégicos e Uso de Ferramentas Gerenciais

Das empresas pesquisadas, metade é diversificada, ou seja, atuam em mais de um setor ou negócio, justificando a existência de uma estratégia corporativa.

Apenas 25% das empresas pesquisadas não possuíam planejamento estratégico nos quatro níveis definidos, a saber: corporativo, divisional, de negócios e de produto. Destas, metade (12,5% do total) realizavam planejamento apenas nos níveis corporativo e de negócio e metade (12,5% do total) no nível corporativo, de negócio e de produto. Isso indica que, conforme o esperado, a grande maioria das empresas maiores de cem funcionários da RMC tem a elaboração do planejamento estratégico como uma prática formalizada.

Com relação à frequência com que os planos estratégicos são elaborados, 62,5% das empresas tinham concluído seu último planejamento há menos de um ano. As 37,5% restantes concluíram seu último plano estratégico há menos de cinco anos.

Nesse último grupo, todas tinham feito algum tipo de correção há menos de dois anos, mostrando que as empresas com mais de cem funcionários da RMC, além de terem por hábito a elaboração do plano estratégico, tendem a mantê-lo atualizado, em uma tentativa de refletir as mudanças dos seus contextos.

Por outro lado, os resultados relacionados à frequência com que é monitorada a execução do que foi planejado, e os níveis hierárquicos envolvidos nesse processo apresentam algumas diferenças significativas. 12,5% das empresas pesquisadas declararam fazer reuniões semanais de acompanhamento. Metade das empresas pesquisadas faz reuniões de acompanhamento mensais, 12,5% fazem reuniões bimestrais e 12,5% fazem reunião de acompanhamento a cada período de seis meses ou mais.

Metade das empresas declarou que apenas os níveis de direção e gerência participam das reuniões de acompanhamento do Planejamento Estratégico, enquanto 12,5% declararam que apenas a direção participa delas. O restante (37,5%) tende a envolver, de alguma forma, o nível de supervisão no processo de acompanhamento. Independentemente dos níveis hierárquicos envolvidos, as empresas declararam que todas as áreas funcionais participavam do processo de planejamento.

O fato de a maioria das empresas não envolver as supervisões nessas reuniões tende a sinalizar uma tendência a um acompanhamento focado no controle em lugar da incorporação de elementos de aprendizado operacional. Essa tendência é reforçada pela constatação de que 87,5 % das empresas caracterizam o processo de implementação enfatizando o controle. Destas, a maioria (75% do total das empresas

entrevistadas) realizam o controle predominantemente por meio de indicadores financeiros e não financeiros.

Apenas 12,5% do total das empresas declararam enfatizar o controle focado na implementação das medidas planejadas, denotando a popularidade da gestão com base em resultados e das ferramentas e técnicas gerenciais estribadas em indicadores, no lugar do antigo acompanhamento das medidas definidas.

Por outro lado, apenas 12,5% das empresas declararam que o acompanhamento com freqüentes replanejamentos descreve o processo de implementação, e nenhuma citou a realização de reuniões freqüentes com os gerentes e os coordenadores envolvidos na implementação como característica da forma de implementação.

Esse último resultado mostra que o feedback proveniente das dificuldades de implementação, devido a erros de leitura do ambiente externo e, principalmente, a superestimativas de forças, e a subestimativa de fraquezas internas tende a não ser incorporada às estratégias das empresas pesquisadas.

Com relação à apresentação do planejamento, 75% das empresas declararam fazer apresentações formais do plano estratégico aos seus funcionários. 37,5% disseram discutir o que foi planejado em reuniões envolvendo os principais níveis hierárquicos e 62,5% apresentam o mesmo por escrito aos funcionários. 12,5 das empresas ainda não divulgaram os resultados do planejamento.

Com relação às ferramentas de gestão mais utilizadas, aquelas que visam conectar a estratégia com os processos internos por meio de indicadores são claramente dominantes entre as três principais citadas pelas empresas pesquisadas. Metade das empresas utiliza o Balanced Scorecard (BSC), enquanto 75% delas enfatizam os Indicadores Chave de Desempenho (KPI's) como uma das três principais ferramentas de gestão, enquanto o Gerenciamento pelas Diretrizes foi citado por 37,5% das empresas.

Por outro lado, as ferramentas mais focadas na melhoria do desempenho dos processos operacionais apresentaram uma popularidade inferior, sendo que, entre elas, o *Lean Manufacturing* foi a mais utilizada (62,5%). Um quarto das empresas utiliza a Qualidade total (TQM) como um das principais ferramentas, e 12,5% citaram o *benchmarking* e o *downsizing*.

Ferramentas outrora populares, como a reengenharia de processos, não foram citadas por nenhuma das empresas. Apesar de o uso do BSC, KPI's e Gerenciamento pelas Diretrizes sinalizar uma aparente preocupação com o alinhamento das operações à estratégia, os resultados apresentados a seguir neste trabalho mostram que essa preocupação não está sendo traduzida em resultados. Supõe-se que, em parte, isso se deva à desvalorização do papel estratégico da área de produção.

3.2 Estratégias de Mercado e de Produção Adotadas, Alinhamento Estratégico e Resultados Financeiros.

Entre as empresas pesquisadas, 75% dos seus gestores de marketing declararam adotar um posicionamento amplo, focado na excelência operacional, 12,5 % enfatizaram uma estratégia de intimidade com o cliente e 12,5 % de liderança de produto.

É importante ressaltar que apenas 33,3% das empresas com posicionamentos amplos de excelência operacional não atribuíram importância grande (mais de três pontos) a algum outro posicionamento amplo (intimidade com o cliente ou liderança de produto), denotando grande dispersão estratégica quando o foco é a excelência operacional.

No caso das empresas com posicionamentos distintos da excelência operacional, tanto a liderança de produto quanto a intimidade com o cliente apresentavam grande vantagem na pontuação para o 2º colocado em 100% das empresas pesquisadas.

Entretanto, esse fato não denota um maior foco estratégico, uma vez que metade das empresas que não se declararam focadas em excelência operacional declarou sua estratégia de mercado genérica como sendo de liderança em custo, o que é incompatível. Assim, no que se refere às estratégias de mercado, 37,5% das empresas apresentaram total coerência interna. Um quarto das empresas pesquisadas apresentou coerência parcial, e 37,5% apresentaram estratégias incoerentes.

No que se refere às estratégias e prioridades da área de produção, 62,5% das empresas apresentaram coerência interna total, e 37,5% apresentaram coerência parcial. Vale notar que, em virtude do fato de alguns questionários não apresentarem dados quanto às metas para os indicadores de produção, utilizou-se como regra, nesses casos, atestar a coerência apenas pela presença do indicador relacionado ao objetivo prioritário entre os dois mais importantes, o que pode ter contribuído para o resultado favorável encontrado.

Com relação ao alinhamento da estratégia de negócios com o mercado, 37,5% das empresas pesquisadas apresentam alinhamento total, ou seja, suas estratégias de mercado vêm sendo implementadas. As estratégias de negócios vêm sendo implementadas parcialmente em 25% das empresas de acordo com o critério definido, e em 37,5% das empresas as estratégias de posicionamento estão desalinhadas com relação às necessidades dos mercados atendidos e, por isso, não vêm sendo implementadas.

62,5% das empresas têm sua área de produção totalmente alinhada com a estratégia de mercado, ou seja, com o posicionamento estratégico da empresa. O restante do universo pesquisado apresenta operações parcialmente alinhadas com suas ações de marketing.

Por fim, no que se refere aos resultados financeiros, 25% das empresas não forneceram informações. Entre as que informaram seus resultados, metade apresenta melhorias em seus indicadores, 16,66% apresentam estabilidade, e 33,3% apresentam resultados decrescentes, de acordo com os critérios adotados neste trabalho.

3.3 Relações entre Estratégias de Mercado, de Operações e Resultados Financeiros

A primeira correlação a ser buscada diz respeito à prática do planejamento estratégico e ao uso das ferramentas de gestão e o grau de coerência e alinhamento estratégico encontrado. Nesse ponto, não foi possível identificar nenhuma relação clara entre o tipo de planejamento, a forma de implementação e mesmo as ferramentas de gestão utilizadas e o alinhamento estratégico.

Ferramentas como o BSC, os KPI's e o *Lean Manufacturing* estiveram entre as mais utilizadas tanto em empresas com forte alinhamento entre as estratégias de marketing e operações e destas com o mercado, quanto em situações de ausência de alinhamento.

Não é possível identificar correlações sequer razoáveis entre o uso de uma das ferramentas e a implementação das estratégias de negócios, bem como entre a frequência com que é feito o planejamento estratégico, a forma como é implementado e o sucesso da empresa nos setores de atuação.

Esse fato sugere que, mais do que adotar uma ferramenta ou uma abordagem de gestão estratégica, o sucesso na obtenção do alinhamento deve estar relacionado com a forma de utilização dessas ferramentas dentro da política de gestão estratégica da empresa.

Assim, apesar de praticarem o planejamento e utilizarem ferramentas de gestão estratégica, a maioria das empresas (67,5%) apresentou, em maior ou menor grau, algum tipo de não-alinhamento entre suas estratégias de mercado e de produção ou entre seu posicionamento estratégico e as necessidades do mercado, tendo, portanto, dificuldades de implementação.

A segunda correlação a ser buscada diz respeito ao alinhamento estratégico da empresa com seu mercado e os resultados financeiros obtidos. Nesse caso, pode-se verificar que a totalidade das empresas que vinham implementando suas estratégias, de acordo com o conceito de alinhamento estratégico, apresentava indicadores financeiros melhorando (entre as que informaram os resultados de seus indicadores financeiros).

A implementação parcial das estratégias, por sua vez, não foi suficiente para garantir melhoria desses indicadores, nem sequer sua estabilidade, uma vez que esteve associada tanto a indicadores financeiros estáveis quanto decrescentes.

Entretanto, a ausência de alinhamento pode ser associada a indicadores financeiros decrescentes, uma vez que, em todas as empresas que forneceram dados financeiros e onde existia total desalinhamento entre a proposta de valor e o mercado, os indicadores financeiros foram classificados como decrescentes.

A terceira correlação está relacionada ao alinhamento das estratégias de marketing e produção e a capacidade de implementar propostas de valor. Nesse caso, percebe-se que todas as empresas que tiveram suas propostas de valor implementadas tinham suas áreas de marketing e produção totalmente alinhadas. Entretanto, o fato de a estratégia de produção estar alinhada com a estratégia de marketing não garante a implementação total das propostas de valor, uma vez que 12,5% das empresas se encontravam nessa situação. Da mesma forma, não foi possível relacionar o alinhamento parcial das estratégias de marketing e de produção com a implementação parcial das estratégias.

Uma última correlação identificada diz respeito à relação entre os dois tipos de alinhamento e os resultados financeiros. Todas as empresas que apresentaram resultados financeiros consistentemente crescentes tinham suas áreas de produção e marketing totalmente alinhadas e suas estratégias de negócios ou propostas de valor sendo implementadas. Esse fato sugere que o alinhamento estratégico, de uma forma ampla, está fortemente relacionado com resultados financeiros positivos, sendo esta uma condição normalmente presente em empresas de ótimo desempenho financeiro.

CONCLUSÕES

De acordo com os resultados apresentados, foi possível atestar a validade das três hipóteses de pesquisa deste trabalho.

Verificou-se que apesar da difusão e prática do planejamento estratégico e de outras ferramentas de gestão mais recentes, a maioria das empresas da RMC apresenta estratégias de produção e de mercado incoerentes em maior ou menor grau, além de possuírem sérios conflitos entre si.

Pôde-se identificar também que a capacidade de implementar estratégias de negócios está diretamente relacionada aos resultados financeiros obtidos pela empresa, sendo que quanto maior o alinhamento de uma empresa com o mercado, mais robustos tendem a ser seus resultados financeiros.

Além disso, foi possível identificar que a capacidade de implementar estratégias depende, em maior ou menor nível, do grau de alinhamento das ações de marketing

e de produção. Acredita-se que a confusão conceitual entre “operações” e “operacional” contribui em muito para um foco exacerbado da área de produção na redução de custos que, quando superposto aos desdobramentos da estratégia de negócios, cria conflitos de prioridades que terminam por minar a capacidade de atender às necessidades de seus clientes.

Por fim, foi possível relacionar a necessidade de alinhar produção e marketing com a implementação da estratégia de negócios e esta com o desempenho financeiro, mostrando que o alinhamento estratégico pode ser considerado, em maior ou menor grau, uma pré-condição da saúde financeira empresarial de longo prazo.

Em virtude da falta de tempo e de pessoal, o presente trabalho foi concluído com base em uma amostra muito pequena da população estudada. Assim, não foi possível estabelecer comparações entre setores diversos e mesmo o grau de efetividade do alinhamento estratégico em diferentes contextos culturais.

Por outro lado, muitas das conclusões obtidas mostram que pesquisas quantitativas apresentam desempenho inadequado quando buscam a explicação para determinados fenômenos ou correlações muito específicas, como a relação entre as práticas de planejamento e as ferramentas de gestão adotadas e o alinhamento estratégico obtido.

Assim, sugere-se a realização de dois estudos futuros como forma de completar este trabalho, sendo um qualitativo e outro quantitativo. No primeiro caso, sugerem-se realizar estudos multicase para identificar quais as melhores práticas para a obtenção do alinhamento estratégico.

No segundo caso, a sugestão seria conduzir um novo estudo quantitativo, com questionário simplificado que não inclua práticas de planejamento e uso de ferramentas, buscando identificar o grau de alinhamento estratégico em diferentes contextos e sua relação com o desempenho financeiro.

REFERÊNCIAS

CERTO, Samuel C. **Administração moderna**. 9.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2003.

CORDEIRO, José Vicente B. M. **Alinhamento estratégico**: estudos multicase em empresas paranaenses de médio porte. Tese de Doutorado Florianópolis: UFSC, 2005.

CORDEIRO, José Vicente B.M., BOTELHO, Juciane L. **Estratégia de negócios e gestão de operações**: avaliação do alinhamento estratégico em empresas paranaenses fabricantes de bens intermediários. Anais do XXVI ENEGEP. Fortaleza: ABEPRO, 2006.

CORRÊA, Henrique Luiz **Administração de produção e operações**: manufatura e serviços, uma abordagem estratégica. São Paulo: Atlas, 2004.

GIL, Antônio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1991.

KAPLAN, R. S.; NORTON, D. P. **Organização orientada para a estratégia**: como as empresas que adotaram o Balanced Scorecard prosperam. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

KAPLAN, R. S.; NORTON, D. P. **Strategy maps**: converting intangible assets into tangible outcomes. Boston, MA: Harvard Business School Press, 2004.

LAKATOS, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MINTZBERG, H. Além da Configuração. In: **O Processo da estratégia**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MINTZBERG, H. Um guia para o posicionamento estratégico. In: **O Processo da estratégia**. Porto Alegre: Bookman, 2001(b).

PORTER, Michael E. **Competitive strategy**: techniques for analyzing industries and competitors. New York: Free Press, 1980.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia científica**: a construção do conhecimento. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999.

SLACK, Nigel; CHAMBERS, Stuart; HARLAND, Christine; HARRISON, Alan; JOHNSTON Robert. **Administração da produção**. São Paulo: Atlas, 1997.

TREACY, Michael, WIERSEMA, Fred. **A Disciplina dos líderes de mercado** : escolha seus clientes, direcione seu foco, domine seu mercado, 3.ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

VELOSO, Álvaro Luís. **Administração estratégica de custos** – buscando o re-posicionamento através da competitividade. Arthur Andersen Business Consulting Division - <http://libdigi.unicamp.br/document/2004>

Fontes Consultadas

ANSOFF, H. I. **Estratégia empresarial**. São Paulo: McGraw-Hill, 1977.

ANSOFF, H. I., McDONNELL E. J. **Implantando a administração estratégica**. São Paulo: Atlas, 1993.

CHAKRAVARTHY, B. S. On tailoring a strategic planning system to its context: some empirical evidence. **Strategic Management Journal** v.8 n.6: p. 517-534, 1987.

CHIAVENATO, Idalberto; SAPIRO, Arão. **Planejamento estratégico, fundamentos e aplicações**. 3.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

FLEURY, M.T., FLEURY, A. 2000. **Estratégias empresariais e formação de competências**: um quebra-cabeça caleidoscópico da indústria brasileira. São Paulo: Atlas, 2000.

HAMEL Gary, PRAHALAD C.K. **Competindo pelo futuro**: estratégias inovadoras para obter o controle do seu setor e criar os mercados de amanhã. Rio de Janeiro: Campus, 1995.

- KAPLAN, R. S.; NORTON, D. P. **The balanced scorecard**: translating strategy into action. Boston: Harvard Business School Press, 1996.
- MINTZBERG, H.; AHLSTRAND, B.; LAMPEL, J. **Safári de estratégia**. Porto Alegre: Bookman, 2000.
- NEVES, M. S. ; PALMEIRA FILHO, P.L. **Balanced scorecard como catalizador da gestão estratégica**: remédio ou placebo? **Anais do XXII ENEGEP**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.
- PETTIGREW, A. M.; WHIPP, R. **Managing change for competitive success**. Oxford: Basil Blackwell, 1993.
- PORTER, Michael E. **Competitive advantage**: creating and sustaining superior performance. New York: Free Press, 1985.
- PORTER, Michael E. **Estratégias competitivas**. Rio de Janeiro: Campus, 1996.
- WRIGHT, Peter L.; KROLL, Mark J.; PARNELL, Jonh. **Administração estratégica**: conceitos. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

VISÃO COMPLEXA DA REALIDADE E PROPOSTA FRANCISCANA DE EDUCAÇÃO

Ítalo Kiyomi Ishikawa*
Orientador: Prof. João Mannes**

RESUMO

No presente artigo tem-se por objetivo denunciar os limites do paradigma epistemológico cartesiano e demonstrar a necessidade de superá-lo à luz do paradigma da *complexidade da realidade* de Edgar Morin. E, face à urgência de re-inventar hoje um modelo de educação que possibilite o desenvolvimento integral de cada pessoa, explicitar-se-á a proposta franciscana de educação.

Palavras-chave: Paradigma cartesiano, Edgar Morin, complexidade, pensamento franciscano, educação, valores éticos e religiosos.

* Acadêmico do 3º ano do curso de Filosofia. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2006) da UNIFAE - Centro Universitário Franciscano. italoofm@yahoo.com.br

** Doutor em Filosofia (PUCRS). Professor da UNIFAE - Centro Universitário Franciscano.

INTRODUÇÃO

René Descartes inaugurou um modelo epistemológico que, para obter *idéias claras e distintas* acerca de todas as coisas, separou ciência e fé, ética e religião, razão e sentimento, mente e corpo, Deus e mundo. Essa visão fragmentária da realidade física, biológica e científica também tem suas implicações na educação. O paradigma cartesiano tornou-se ele mesmo um modelo de educação que privilegia sobremaneira a reprodução e a transmissão objetiva de conhecimentos e o desenvolvimento intelectual de cada pessoa.

O filósofo francês Edgar Morin¹, ao denunciar os limites do paradigma cartesiano-disjuntivo, aponta para a necessidade de uma nova forma de aceder à realidade.

Ele propõe o paradigma da *complexidade da realidade*, que considera as qualidades das partes e do todo, bem como a interdependência do todo e das partes. A complexidade estende-se inclusive à realidade humana. Nessa perspectiva, Morin propõe um modelo de educação que promova o desenvolvimento integral do ser humano.

No presente artigo, explicita-se a visão científica e a visão complexa da realidade do homem e do mundo. Em seguida, como resposta aos desafios da contemporaneidade, no âmbito da educação, resgata-se a proposta franciscana de educação na perspectiva dos valores vividos por São Francisco de Assis e pelos seus primeiros seguidores, especialmente São Boaventura.

1 A MODERNA VISÃO CIENTÍFICA DO MUNDO

O ideário iluminista (*Igualdade, Liberdade e Fraternidade*) promoveu a emancipação da razão humana sobre qualquer tipo de obscurantismo, assim como erigiu a autonomia humana como valor supremo. A ciência moderna nasceu com a intenção de promover a razão humana e o senhorio do homem sobre a natureza.

¹ Edgar Morin, o principal referencial teórico para uma crítica da racionalidade moderna, é um dos mais importantes pensadores franceses da atualidade. Nasceu em 1921, descendente de judeus espanhóis, foi um dos membros da resistência francesa durante a Segunda Guerra Mundial; foi membro e expulso do Partido Comunista, por fazer críticas ao stalinismo, no início dos anos cinquenta do século passado. Consagrou-se há mais de quinze anos à elaboração de um “Método” apto a apreender a complexidade do real. Portanto, defensor do chamado pensamento complexo. Entre outras obras, é autor de *Ciência com Consciência, A Cabeça Bem-feita* e *O Método* (4 tomos).

René Descartes² (1596 - 1650) ofereceu pressupostos filosóficos à Revolução Francesa quando criou um método científico apoiado no mito de uma razão poderosa, capaz de promover o esclarecimento de cada indivíduo e, por extensão, de toda a humanidade.

O modelo cartesiano de ciência apóia-se no critério de disjunção, isto é, isola os fenômenos e objetos uns dos outros, separa a filosofia da ciência e as ciências uma das outras, em busca de idéias claras e distintas. Recomenda Descartes (1973, p.45).

De jamais acolher alguma coisa como verdadeira que eu não conhecesse evidentemente como tal: isto é, de evitar cuidadosamente a precipitação e a prevenção, e de nada incluir em meus juízos que não se apresentasse tão clara e tão distintamente a meu espírito, que eu não tivesse nenhuma ocasião de pô-lo em dúvida.

O paradigma epistemológico inaugurado por Descartes, sem dúvida, possibilitou o desenvolvimento técnico e científico. No entanto, conforme já se observou, separou a ciência da ética, a razão do sentimento, a mente do corpo. Na visão de Morin (2005, p.11),

Tal disjunção, rareando as comunicações entre Conhecimento Científico e reflexão filosófica, devia fielmente privar a ciência de qualquer possibilidade de ela conhecer a si própria, de refletir sobre si própria, e mesmo de se conceber filosoficamente.

Outros pensadores, como Immanuel Kant (1724-1804), comungaram com o projeto iluminista-cartesiano e o corroboraram filosoficamente. Para Kant, a Revolução Francesa representava, historicamente, a *progressão humana para o melhor* (KANT, 1993, p.101), devido à valorização da autonomia e da razão humanas. Em 1784, Kant, atento aos debates liberais, escreveu o texto *Resposta à pergunta: o que é esclarecimento? Nele*, explicita o ideal da liberdade erigido pela Revolução.

Esclarecimento

É a saída do homem de sua menoridade da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo. O homem é o próprio culpado dessa menoridade, se a causa dela

² René Descartes (1596 – 1650) foi filósofo, físico e matemático francês. Notabilizou-se sobretudo pelo seu trabalho revolucionário de filosofia, tendo também sido famoso por ser o inventor do sistema de coordenadas cartesiano, que influenciou o desenvolvimento do cálculo moderno. Descartes, por vezes chamado o fundador da filosofia moderna e o pai da matemática moderna, é considerado um dos pensadores mais importantes e influentes da história humana. Ele inspirou os seus contemporâneos e gerações de filósofos. Suas obras principais são: *Regras para a orientação do espírito* (1628), *Discurso sobre o Método* (1637), *Geometria* (1637) e *Meditações* (1641).

não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de decisão e coragem de servir-se de si mesmo sem a direção de outrem. *Sapere Aude!* Tem coragem de fazer uso de teu próprio entendimento, tal é o lema do esclarecimento (Aufklärung) (KANT, 1974, p.100).

Certamente, as revoluções burguesas do século XVII e XVIII resgataram o valor e a dignidade humanos: por meio do iluminismo o homem recebeu a liberdade como sua *ratio essendi*. O problema surge quando se absolutiza a liberdade individual e a razão. A absolutização da autonomia do indivíduo conduz ao *individualismo*, e a absolutização da razão, ao *raciocentrismo científico*.

A visão cartesiana do mundo tem fortes influências também na educação, enquanto não reconhece na pessoa do educando um ser integral, um ser que é, ao mesmo tempo, um ser espiritual, material, político, cultural, cognitivo, afetivo, pessoal e comunitário. Para Morin (2000, p.23), uma racionalidade reducionista produz cegueira do conhecimento:

O racionalismo que ignora os seres, a subjetividade, a afetividade e a vida é irracional. A racionalidade deve reconhecer a parte de afeto, de amor e de arrependimento. A verdadeira racionalidade conhece os limites da lógica, do determinismo e do mecanicismo; sabe que a mente humana não poderia ser onisciente, que a racionalidade comporta mistério. Negocia com a irracionalidade, o obscuro, o irracionalizável. É não só crítica, mas autocrítica. Reconhece-se a verdadeira racionalidade pela capacidade de identificar suas insuficiências.

A racionalidade que, no seu âmago, possui uma irracionalidade ocultada é denominada por Morin de *razão fechada*. A razão fechada é eminentemente classificadora, ou seja, tudo aquilo que não passar pelo seu viés é considerado irracional e não-científico.

Essa visão de mundo se torna problemática na medida em que se constata que a vida humana não é feita somente de racionalidade e ciência, mas também de sentimentos, paixão, amor e fé. Urge, então, um novo paradigma ou uma *razão aberta* que reconheça e dialogue com o não-racional e o não-científico:

só uma razão aberta pode e deve reconhecer o irracional (acazos, desordens, aporias, brechas lógicas) e trabalhar com o irracional; a razão aberta não é repressão mas, sim, diálogo com o irracional (MORIN, L'unité de l'homme apud CARVALHO, 1987, p.54).

2 A EMERGÊNCIA DE UM NOVO MODELO EPISTEMOLÓGICO E EDUCACIONAL

Hoje se evidencia, cada vez mais, que a humanidade está mergulhando numa crise radical de sentido. O progresso, a prosperidade, o crescimento ilimitado de bens materiais e serviços não só não atendem mais às necessidades fundamentais dos seres humanos, como também levaram à exaustão dos sistemas vitais e à desintegração do equilíbrio ambiental. Constata-se, enfim, uma crise de paradigma.

Thomas Kuhn, em seu livro *A Estrutura das Revoluções Científicas*, afirma que a palavra paradigma tem a ver com “toda uma constelação de opiniões, valores e métodos, etc. participados pelos membros de uma determinada sociedade” (KUHN apud BOFF, 2000, p.27). Paradigma indica o modo de se aceder à realidade, de relacionar-se consigo mesmo, com os outros homens, com a natureza e com Deus.

No mundo hodierno, está emergindo uma nova consciência ou uma nova visão de mundo, segundo a qual o conjunto de todos os seres do universo, especialmente dos organismos vivos, é singularmente complexo. Redescobre-se que todos os seres do universo estão interconectados por uma rede (teia) invisível, da qual cada um é apenas um de seus elos.

O real, em razão da teia de suas relações, é, por sua própria natureza, complexo. Para Morin (2005, p.13), “a complexidade é efetivamente o tecido de acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações, acasos, que constituem o mundo fenomênico”. Ele utiliza o termo *complexus* para designar a interdependência das partes entre si e delas com o todo:

Complexus significa o que foi tecido junto; de fato, há complexidade quando elementos diferentes são inseparáveis constitutivos do todo (como o econômico, o político, o sociológico, o psicológico, o afetivo, o mitológico), e há um tecido interdependente, interativo e retroativo entre o objeto de conhecimento e seu contexto, as partes e o todo, o todo e as partes, as partes entre si. Por isso, a complexidade é a união entre a unidade e a multiplicidade (MORIN, 2000, p.38).

O modelo epistemológico disjuntivo, ao valorizar em demasia a racionalidade lógico-científica, desconsidera outros aspectos do ser humano. Uma educação aberta à complexidade, ao contrário, concebe e valoriza o homem em sua integralidade. Segundo Morin (2006, p.59).

O ser humano é um ser racional e irracional, capaz de medida e desmedida, sujeito de afetividade intensa e instável. Sorri, ri, chora, mas sabe, também, conhecer com objetividade; é sério e calculista, mas também ansioso, angustiado, gozador, ébrio, estático; é um ser invadido pelo imaginário e pode reconhecer o real, que é

consciente da morte, mas não pode crer nela; que abriga o mito e a magia, mas também a ciência e a filosofia; que é possuído pelos deuses e idéias, mas que duvida dos deuses e cria as idéias, nutre-se dos conhecimentos comprovados, mas também de ilusões e quimeras.

Portanto, evoca-se, hoje, a necessidade de um “conhecimento integrador, dialógico e múltiplo” (MORIN, 2005, p.11-13). Faz-se necessária uma educação transdisciplinar e multidisciplinar, capaz de contemplar também o que não se enquadra no critério de cientificidade.

Requer-se uma prática pedagógica voltada, não tanto para o ensino (transmissão de conhecimentos), mas para a produção de conhecimentos, a formação e o desenvolvimento integral de cada ser humano.

Os educadores precisam instigar seus alunos para a vivência de valores imprescindíveis para a construção de uma sociedade mais humana como: paz, amor, justiça, solidariedade, igualdade, honestidade, unidade, respeito, responsabilidade, tolerância, felicidade, entre outros.

Não é possível encontrar o propósito da vida sem esses valores que estão registrados no ser profundo, ainda que adormecidos na mente e latentes na consciência. A prática pedagógica precisa, portanto, considerar todos os aspectos que constituem a realidade humana e promover a sinergia, a comunhão, o respeito pela terra, o respeito pela alteridade e diversidade cultural. À luz dessas exigências e desafios da contemporaneidade, explicitar-se-á a proposta franciscana de educação.

3 A CONCEPÇÃO FRANCISCANA DE EDUCAÇÃO

A concepção franciscana de educação apóia-se numa visão antropológica que remete a Francisco de Assis³ (1182-1226). Ele inspira uma prática pedagógica integral, que se responsabiliza pela totalidade do ser humano: seu caráter, sua cognição, sua relação com o mundo, com os outros homens e com Deus.

³ São Francisco de Assis (1182 – 1226), filho de comerciantes abastados, abandonou todas as riquezas para assumir uma vida de pobreza a exemplo de Jesus Cristo. Seu modo de vida simples, seu carisma apaixonante e a forma evangélica de vida que assumiu cativaram multidões. Fundou três Ordens religiosas: a Ordem dos Frades Menores, dos frades; a Ordem das Damas Pobres, das clarissas; e a Ordem Franciscana Secular, destinada aos que desejam viver o carisma franciscano dentro do estado leigo, no seio da família.

3.1 São Francisco de Assis: um educador que ministra *espírito e vida*

Nas fontes bibliográficas e hagiográficas de São Francisco de Assis, encontram-se vários elementos que qualificam o fundador da Ordem franciscana como “Mestre de vida integral” (ZAVALLONI, 1999, p.23-24).

Narra-se acerca de muitos gestos de amor, cortesia, respeito, gratidão e bondade que atestam a sensibilidade de Francisco como formador e educador. Francisco tinha a preocupação de, primeiramente, praticar o que, em seguida, haveria de ensinar por palavras.

Virtudes como a cortesia, a misericórdia, o amor a Deus e a todas as pessoas, indistintamente, compõem uma parte do corolário do carisma franciscano. Francisco inclinou-se diante do *podestá* (prefeito) de Assis, mas também diante do leproso. Ele não fez opção preferencial por uma classe, mas pela pessoa humana (MERINO, 1999, p.192-193).

Francisco reencontrou, também, a dignidade original do mundo criado. Na visão de Francisco, o homem habita dentro da natureza e esta habita na interioridade humana. O relacionamento amoroso de Francisco com a natureza, segundo Boaventura (LM VIII, 6), tem uma fundamentação divina:

“Cheio da maior comoção, ao considerar a origem comum de todas as coisas, dava a todas as criaturas, por mais desprezíveis que elas fossem, o doce nome de irmãs, pois sabia muito bem que todas tinham como ele a mesma origem”.

Também a atividade do estudo, a partir do carisma franciscano, recebe uma imposição própria. Francisco “aborrecia-se quando a ciência era procurada com desprezo da virtude” (2Cel 147). De modo que, conforme atesta Boaventura (LM, XI, 1), o santo de Assis não era, por princípio, contrário aos estudos da ciência, mas,

Agradava-lhe muito o fato de ver os irmãos não estudarem unicamente para saber como falar, mas para pôr em prática primeiro aquilo que tiverem aprendido e, depois de terem posto em prática, para ensinar, aos outros, aquilo que eles devem fazer.

Em relação aos estudiosos da teologia, escreve Francisco: “a todos os teólogos e aos que nos ministram as santíssimas palavras divinas, devemos honrar e venerar como a quem nos ministra espírito e vida” (Test 3).

Constata-se que, na visão de Francisco, a ciência teológica não é meramente teórica e especulativa, mas tende necessariamente à ação, conforme o seu axioma: “Um homem tanto possui da Ciência, quanto aquilo que realiza nas suas obras: e um religioso tanto possui da oração, quanto aquilo que na vida põe em prática” (LP 74).

De modo que se busca a ciência não somente para aprender a falar e a argumentar, mas, sobretudo, em vista da sua própria santificação, isto é, aprender a agir, a melhor amar, a melhor viver. O educador não é, pois, um mero reproduzidor de informações recebidas, mas é aquele que se esforça para possuir e praticar as virtudes em grau eminente.

Ser um educador franciscano não é apenas questão de conteúdo. É espírito, maneira de ver as coisas, de vivê-las, de assumi-las e de equacionar os grandes conflitos de vida e de morte.

Ilustra Celano (2Cel 173) que, para Francisco, exemplos de caridade persuadem e comprovam muito mais do que meras palavras:

Com o exemplo, pai, discursavas mais suavemente, persuadias com mais facilidade e provavas com certeza maior. Se falarem as línguas dos homens e dos anjos, mas não derem exemplos de caridade, para mim valem pouco, e para si mesmos não valem nada.

Cabe, enfim, ressaltar que, o que fez Francisco em sua época, fá-lo-ia hoje, aqui e agora. Por isso ele é grande e universal. Fascinará qualquer pessoa em qualquer época, pelo seu jeito de ser: pobre, serviçal, gratuito, fraterno e, por conseguinte, Menor.

3.2 O Perfil do Educador na Visão de São Boaventura

A partir da leitura de São Boaventura⁴, podem-se colher os traços de um imprescindível personagem da atividade educativa, o professor. Enquanto o paradigma disjuntivo valorizava em demasia a capacidade do professor, enquanto reproduzidor de conteúdos: a preocupação franciscana acerca do professor, ou melhor, o *mestre*, recai sobre aquilo que ele é. Ou seja, o que qualifica o educador franciscano é a prática das virtudes. Para Boaventura (1983, p.260),

quem se incumbe do ofício de tornar bons a outros, primeiro deverá ter aprendido esta ciência da bondade, exercitando-a em si mesmo desveladamente e, pela freqüente prática, deverá tê-la convertido em hábito.

Importa à concepção pedagógica franciscana que o mestre enverede o caminho da virtude, pois, somente assim, poderá ele incitar seus discípulos a buscarem uma vida virtuosa e a combaterem o seu oposto, ou seja, os vícios,

⁴ São Boaventura (1221 – 1274), filósofo e teólogo franciscano, o maior representante do agostianismo antiaristotélico. Nasceu na Itália, estudou em Paris e, mais tarde, foi ministro Geral da Ordem franciscana e, depois, cardeal de Albano. Suas principais obras são: os *Comentários a Pedro Lombardo*, o *Itinerário da Mente para Deus*, e *Sobre a Redução das Artes à Teologia*.

já praticando obras de humildade ou de caridade fraterna; já exercícios de sobriedade ou devoção; como ainda de paciência, de castidade, de silêncio, de obediência e de outras virtudes, para que, destarte, se aperfeiçoem nestas mesmas virtudes, e simultaneamente combatam os vícios opostos a elas. Pois à medida que progride a virtude, mais retrocede o vício contrário. *Educai-os na disciplina e com as instruções do Senhor* (Ef 6,4) (BOAVENTURA, 1983, p.260).

Ciência e vida virtuosa são inseparáveis. Por isso, especialmente aos que se dedicam aos estudos da Sagrada Escritura, recomenda-se:

Não estudem unicamente para saber como falar, mas para pôr em prática primeiro aquilo que tiverem aprendido e, depois de terem posto em prática, para ensinar aos outros aquilo que eles devem fazer. Quero que meus irmãos sejam discípulos do Evangelho e que seus progressos no conhecimento da verdade sejam tais, que eles cresçam ao mesmo tempo na pureza da simplicidade. Dessa forma não hão de separar aquilo que o Mestre uniu com sua bendita palavra: a simplicidade da pomba e a prudência da serpente (LM XI, 1).

Ao insistir no aprendizado das virtudes, Boaventura aproxima-se da concepção aristotélica de virtude, segundo a qual a virtude não é um dado inato, mas um valor a ser apreendido mediante sua prática. Seguindo essa linha de pensamento, sustenta Boaventura (1983, p.260) que

não basta saber o bem, mas é mister traduzi-lo na prática por meio de obras, assim como quem estuda medicina e, praticando-a, logo nela se exerce, porquanto o desempenho de algum exercício imprime ao entendimento uma perícia bem mais perfeita do que o mero estudo teórico.

Portanto, Boaventura realça a importância da vida virtuosa dos mestres, valoriza o caráter, as habilidades comportamentais do professor. O docente não pode ser apenas um profissional da informação, mas um mestre de vida que promove o desenvolvimento de todas as potencialidades latentes na alma humana; deve ser um mestre que desperta o homem para uma consciência mais global, abrangente, que une e integra, levando-o a pensar e agir em benefício de todos. A pessoa nasce para descobrir o que significa a vida e o que fazer para viver em liberdade, se auto-realizar, ser feliz em harmonia com os outros e com tudo que a cerca. Esse é o grande propósito enquanto seres humanos.

3.3 Educação para a Liberdade

A autêntica educação, na perspectiva franciscana, é aquela que conduz o ser humano à liberdade. Não, porém, à liberdade usualmente entendida como o “fazer

aquilo que se quer”, ou poder escolher arbitrariamente entre duas ou mais possibilidades. Na ótica dos pensadores franciscanos, liberdade tem a ver com poder de autodeterminação da vontade em qualquer circunstância (1999, p.243-271).

O ser humano não é livre para escolher onde nascer, mas em qualquer circunstância de sua vida pode determinar-se a fazer o bem, a ser bom e virtuoso. Se a liberdade dependesse de circunstâncias exteriores, não poderíamos ser livres. O poder de autodeterminação da vontade está ao alcance de todos. Parafraseando Agostinho, o homem é livre quando tem a vontade inteiramente em suas mãos.

O maior defensor franciscano da liberdade humana é João Duns Scotus (1266 - 1308). Sustenta ele que a vontade determina a si mesma, sobretudo na esfera da moral. Mesmo influenciado pelo meio em que vive, o homem tem a possibilidade de determinar seu próprio comportamento por meio da reta razão e da vontade (1997, p.225-230). A vontade pode, até mesmo, rebelar-se contra a razão, porém, o bom agir implica necessariamente vontade e intelecto, conforme as palavras de Merino (2006, p.206):

A vontade é essencial e contingentemente livre, e somente ela torna possível a ordem moral do homem (...). A vontade continua sendo livre, aderindo ou não à reta razão, pois essa é a condição necessária para pertencer à ordem moral. Para que um ato seja moralmente bom ou mal, é necessário o concurso do entendimento e da vontade.

A partir dessas inferências, constata-se que a educação franciscana propõe-se a educar para uma liberdade que está intimamente associada a uma perspectiva moral. Educar para a liberdade é auxiliar o educando a se tornar pessoa, a aprender a determinar-se a si próprio e, assim, atualizar as potencialidades. Educar para a liberdade exige a adequação da vontade à *reta razão*, segundo a qual o ser humano liberta-se na medida em que vive virtuosamente.

3.4 Educação para a *Solidão* e a Vida em Comunhão

Na civilização contemporânea, o ser humano sente-se desafiado pela solidão e pela vida em comunhão. Muitas pessoas sentem-se sozinhas mesmo “acotovelando-se” nas ruas. O paradigma epistemológico cartesiano, que impera hoje, está muito mais voltado para o exterior do que para o interior do ser humano e às questões que dizem respeito ao sentido de sua vida no mundo.

O pensamento de Scotus caracteriza-se pela valorização da singularidade única e irrepetível de cada ser humano. Evidentemente, ao valorizar a singularidade de cada pessoa, ele não nega a existência de uma essência ou natureza comum - *natura*

communis – a todos os indivíduos, e que nos permite falar de *humanidade*. Ele é categórico ao afirmar que a radical singularidade de cada ser humano é irreduzível à essência comum. O que cada um é essencialmente, nenhum outro é nem pode ser.

O conceito elaborado por Scotus para designar essa singularidade essencial de cada indivíduo é a *haecceitas*. A *haecceitas* indica o que de incomunicável existe em cada ser humano, aquilo que o configura como único e singular. A inteligência humana “é incapaz de conhecer a última entidade, ou seja, a singularidade que faz de um indivíduo um ser único e singular” (2006, p.90).

Um outro termo usado por Scotus para designar esse “lugar” totalmente singular da existência humana é a *ultima solitudo* (solidão última). A solidão última designa a mais radical instância em que o homem pode se encontrar: é o recôndito da interioridade humana em que o indivíduo tem de se determinar a si mesmo e se responsabilizar por sua própria existência (1999, p.99-101).

Nem mesmo o próprio Deus interfere na vida do homem em sua mais radical solidão. Isso quer dizer que, em última instância, o peso da tarefa de existir recai sobre os ombros de cada um: ninguém pode viver, sofrer, amar ou morrer no lugar de outra pessoa.

O modo como existimos é, portanto, uma decisão “solitária”, mas com profundas implicações comunitárias. A solidão, à qual se fez referência anteriormente, não tem nada a ver com isolamento que se opõe à comunhão. A solidão é condição de possibilidade para a solidariedade.

Para Scotus, na medida em que a alma humana mergulha no mistério de si mesma, encontra-se consigo, com os outros e com Deus. No nível da mais profunda solidão, o outro surge como diferente e não como reduplicação de mim mesmo. Na solidão última, o homem se reconhece como relação, como abertura, comunicação e solidariedade, conforme escreve Merino (2006, p.210):

Na solidão mais profunda, a pessoa humana experimenta e vive o mistério de cada homem, de todos os homens, e com eles se relaciona e se comunica. Por isso afirma-se que o verdadeiramente solitário é solidário, que a solidão é solidariedade. O eu, em sua profunda solidão, é sempre solidariedade de um tu, de um nós. A estrutura íntima de um homem tem fases de estratificação. Só chegando à última fase ou ao último estrato da arqueologia existencial, o homem se encontra e se reconhece como ele mesmo, como ultimidade de si, como auto-afirmação; e, ao mesmo tempo, se vê, se sente como relação, abertura, comunicação e solidariedade.

Portanto, os pensadores franciscanos, ao acentuarem a necessidade de viver segundo princípios éticos e religiosos em sua proposta de educação, pretenderam responder às reais necessidades do homem de então e dos tempos atuais. Ao valorizar a singularidade

de cada pessoa, não apregoam um egoísmo ou um individualismo, mas que cada indivíduo tem uma contribuição intransferível à sociedade. Cada um é responsável para que no mundo haja mais paz, amor, justiça, respeito à alteridade e compaixão. O mundo será melhor e mais feliz na medida em que cada um for mais virtuoso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A visão fragmentária cartesiana do fenômeno humano e do mundo precisa ser ultrapassada por uma outra visão, a saber, uma visão global, sistêmica e complexa. Cabe à educação a difícil tarefa de não somente reaproximar e interconectar as diferentes áreas do conhecimento, mas também de pensar o ser humano em sua totalidade e no conjunto das relações que o constituem. Diante dos desafios hodiernos, requer-se uma educação que priorize o desenvolvimento de todas as potencialidades da alma humana e promova a sinergia, a comunhão, o respeito pela alteridade e a diversidade cultural.

Constata-se e enfatiza-se que, no horizonte da complexidade do mundo de hoje, a proposta franciscana de educação é atual e profética. Na perspectiva franciscana, a educação não se restringe à informação e/ou à transmissão de conteúdos, mas indica o processo de construção contínua e integral da identidade de cada ser humano em relação com todos os seres do universo e com o Criador.

Evidentemente não se subestima o esforço de aquisição e de reprodução de conteúdos, mas enfatiza-se, sim, que o trabalho da educação visa ao desenvolvimento de todas as potencialidades da alma humana com o escopo de torná-la virtuosa e feliz.

A proposta franciscana de educação se erige em direção à conquista da sabedoria. O sábio não é aquele portador de vastos conhecimentos, mas é aquele que constrói a sua vida à base de princípios éticos e religiosos. Por isso, entre teoria e prática, conhecimento e amor, a preferência recai sempre na ação, na práxis do amor. Nesse sentido, a ciência não é um fim, nem se busca a ciência somente para aprender a falar e a argumentar, mas, sobretudo, em vista da santificação, isto é, para aprender a agir, a melhor amar, a melhor viver.

Enfim, a visão franciscana do homem e do mundo, bem como sua proposta de educação, encontra adequada correspondência com as novas perspectivas teórico-metodológicas de educação na contemporaneidade. Na crise de autoridade e de valores na qual se debate a sociedade hodierna, o magistério de um educador é válido na medida em que dá testemunho de vida virtuosa e feliz.

Siglas de *Fontes Franciscanas*

LM	Legenda Maior de São Boaventura
2 Cel	Segunda Vida de São Francisco, por Tomás de Celano
LP	Legenda Perusina
Test	Testamento de São Francisco de Assis

REFERÊNCIAS

- BOAVENTURA, São. **Obras escolhidas**. Tradução de Luis A. de Boni, Jerônimo Jerkovic e Saturnino Schneider. Petrópolis: Vozes, 1983.
- BOFF, Leonardo. **Ecologia: Grito da terra, grito dos pobres**. São Paulo: Ática, 2000.
- CARVALHO, José Paula. **O imaginário e o pensamento organizacional na obra de Edgar Morin: seus fundamentos antropológicos**. In: Revista da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, v. 13, 1987, p.43-89.
- DESCARTES, René. **Discurso do método**. São Paulo: Victor Civita, 1973. (Os Pensadores).
- FONTES FRANCISCANAS: **Escritos e biografias de São Francisco de Assis, crônicas e outros testemunhos do primeiro século franciscano**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1982.
- FREITAS, Manuel Barbosa da Costa. In: MERINO, José Antonio (Coord.). **Manual de filosofia franciscana**. Petrópolis: Vozes, 2006. p.61 a 108.
- KANT, IMMANUEL. **O conflito das faculdades**. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1993.
- KANT, IMMANUEL. **Textos seletos**. Coord. Raimundo Vier. Petrópolis: Vozes, 1974.
- MERINO, José Antonio; FRESNEDA, Francisco Martinez. **Manual de filosofia franciscana**. Petrópolis: Vozes, 2006.
- MERINO, J. Antônio. **Humanismo franciscano**. Tradução de Celso M. Teixeira. São Paulo: Loyola, 1999.
- MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Trad. Eliane Lisboa. Porto Alegre: Editora Sulina, 2005.
- MORIN, Edgar. **O método II: a vida da vida**. Porto Alegre: Sulina, 2005.
- MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000.
- MORIN, Edgar. (et al.). **A religião dos saberes: o desafio do século XXI**. Trad. Flávia Nascimento. 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- ZAVALLONI, Roberto. **Pedagogia franciscana: desenvolvimentos e perspectivas**. Tradução de Celso Márcio Teixeira. Petrópolis: Vozes, 1999.

Fontes Consultadas

- BEHRENS, Marilda Aparecida. **O paradigma emergente e a prática pedagógica**. Petrópolis: Vozes, 2005.
- BUZZI, Arcângelo. **Itinerário: a clínica do humano**. Petrópolis: Vozes, 1977.
- CAPRA, Fritjof. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. Tradução de Newton Roberval Eicheberg. São Paulo: Cultrix, 1996.
- ESPÍRITO SANTO, R.C. do. **O renascimento do sagrado na educação**. Campinas: Papirus, 1998.
- HARADA, Hermógenes **Coisas, velhas e novas: á margem da espiritualidade franciscana**. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2006.
- HENGEMÜHLE, Adelar. **Gestão de ensino e práticas pedagógicas**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- LIBÂNIO, José Carlos (et al.). **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2003.
- LIBÂNIO, João Batista. **A arte de formar-se**. 3.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- LÜCK, Heloísa (et al.). **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar**. 5.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- MARTINS, Joel; BICUDO, Maria Aparecida Viggiani. **Estudos sobre existencialismo, fenomenologia e educação**. 2.ed. São Paulo: Centauro, 2006.
- MATURANA, Humberto. **A ontologia da realidade**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- MORAES, Maria Cândida. **Educar na biologia do amor e da solidariedade**. Petrópolis, Vozes: 2003.
- MORAES, Maria Cândida. **Educar na biologia do amor e da solidariedade**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- ORTEGA Y GASSET. **Ideas y creencias**. (In: *Obras Completas*. Tomo V). Madrid: Alianza Editorial, 1987.
- VASCONCELOS, Maria José Esteves de. **Pensamento sistêmico: o novo paradigma da ciência**. Campinas: Papirus, 2002.
- VAZQUEZ, Adolfo Sanchez. **Ética**. Tradução de João Dell’Ana. 25.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- VIER, Raimundo. **Estudos de filosofia medieval. A obra de Raimundo Vier**. (Antônio Garcia – Org.). Petrópolis: Vozes, 1997.

O CONCEITO DE DANO SEGUNDO JOHN STUART MILL

Clauzemir Makximovitz*

Orientador: Prof. Mauro Cardoso Simões**

RESUMO

Este trabalho tem como finalidade analisar o conceito de dano no pensamento de Mill e as possíveis concessões de Mill a um tratamento de questões que afetem a interesses de terceiros, bem como de ações que tendem a afetar tão somente o agente, as chamadas áreas auto-referentes. Investiga, ainda, a possível adesão aos dois princípios de liberdade: liberdade positiva e liberdade negativa. No final, postula a existência de uma versão paternalista em Mill, no sentido fraco do termo, o que levará a abrir novas possibilidades de abordagem dos textos do filósofo.

Palavras-chave: liberdade; utilidade; dano; princípios subsidiários; paternalismo.

* Acadêmico do 2º ano do curso de Filosofia. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2006) da UNIFAE - Centro Universitário Franciscano.

** Doutor em Filosofia (UNICAMP). Professor de graduação e pós-graduação da UNIFAE - Centro Universitário Franciscano.

INTRODUÇÃO

No *On Liberty*, aparece, claramente, alguns casos de dano por omissão, o que implica que não é só pela ação que se pode causar dano e ser responsabilizado, mas também pela não-ação. Acredita-se aqui que exista uma grande diferença entre ambas, e que precisar o dano pela não-ação requer um exercício muito mais cauteloso. Prosseguindo na distinção entre ação e não-ação, analisar-se-á o modo como Mill aprofunda o significado de responsabilidade, vinculando a primeira à noção de *imputação*, enquanto que a responsabilidade no segundo caso, a não-ação, acompanharia a noção de *cuidado*, de *proteção*, mas estes já seriam deveres positivos, e segundo se acredita, Mill não demonstra qualquer confiança nesses deveres.

A interpretação usual de Mill sustenta que o indivíduo só pode ser forçado a abster-se de prejudicar os interesses vitais de terceiros; cumprir com as obrigações que tenha contraído com outros, sejam elas comerciais, conjugais, paternas, ou de outro tipo; realizar sua parte no trabalho comum de preservar os acordos da sociedade, colaborando para que as duas primeiras se cumpram. Parece que Mill é muito cauteloso quando trata de deveres positivos e, antes mesmo de fazê-lo, constrói uma nítida distinção entre condutas auto-referentes e condutas referidas a terceiros.

1 DESENVOLVIMENTO

Para qualificar a tarefa, escolheu-se como referencial Martin Diego Farrell, um importante intérprete de Mill na atualidade. Farrell considera que é bastante complicado precisar o conceito de dano por ação, em Mill, e ainda que isso se realize, o alcance do princípio continuaria sendo difuso (vago) e faltaria estabelecer se a omissão conta como dano.

No *On Liberty*, aparecem, claramente, alguns casos de dano por omissão, o que implica que não é só pela ação que se pode causar dano e ser responsabilizado, mas também pela não-ação (Cf. MILL, 2005, p.55). Farrell (1998, p.159) acredita que existe uma grande diferença entre ambas, e que precisar o dano pela não-ação requer “um exercício muito mais cauteloso”.

Prosseguindo na distinção entre ação e não-ação, Mill aprofunda o significado de responsabilidade, vinculando a primeira à noção de *imputação*, enquanto que a responsabilidade no segundo caso, a não-ação, acompanharia a noção de *cuidado*, de *proteção*, mas estes já seriam deveres positivos e, segundo Farrell, Mill não demonstra qualquer confiança nesses deveres.

Depor perante um tribunal, suportar a sua parte razoável na defesa comum ou em qualquer outro trabalho coletivo necessário ao interesse da sociedade de cuja proteção goza, salvar a vida de outra pessoa, intervir para proteger um indefeso do maltrato são alguns exemplos de deveres positivos, que Mill (Cf. CRISP, 2004, p.182)¹ aceita somente em *casos excepcionais*, pois os deveres negativos são os nossos *verdadeiros* deveres.

Em seu texto, Farrell fala das desconfianças de Mill acerca da possibilidade de a omissão causar dano e, por meio de dois exemplos, um de ação e outro de omissão², ele (Farrell) discute o problema; mediante o segundo exemplo, Farrell parece aceitar que a omissão pode, efetivamente, causar dano.

Ele admite que a responsabilidade moral não depende da causalidade. Admite, também, com Jonathan Bennett, que fatos negativos podem ter conseqüências causais – “seu exemplo é o seguinte: uma porta está balançando, de modo que está próxima de cair e, de fato, acaba caindo; um segundo antes, todavia, eu poderia tê-la segurado, impedindo que caísse” (FARRELL, 1998, p.161). O fato de não agarrá-la relaciona-se de maneira causal com a queda. Mas o que importa para Bennett não é a causalidade, mas, sim, a probabilidade; para ele, determinadas conseqüências – danosas – podem surgir na medida em que o comportamento (omissivo) as torna prováveis.

“No Sobre a Liberdade, os casos centrais de dano que interessam a Mill se referem a uma violação das regras que resultam necessárias para a estabilidade e para a sobrevivência social: são casos de dano por ação e não de dano por omissão” (FARRELL, 1998, p.161).

Se Mill afirma que o indivíduo é responsável pelas ações que prejudicam os interesses de outros, Skorupski diz que essa responsabilidade inclui também a omissão que, segundo Farrell, teria como conseqüência provável o *dano*.

Skorupski afirma: da colocação de Mill acerca da responsabilidade do indivíduo torna-se possível extrair-se que a omissão de atuar em *benefício* de outros seja danosa,

¹ Conferir ainda o texto de CRISP, **Mill on Utilitarianism**, p.182, onde ele diz que: “Society can compel the performance of certain actions such as giving evidence in court...(and) that the principle of utility justifies their enforcement”.

² Farrell utiliza o seguinte caso para exemplificar o dano por omissão: “un cochecito con un bebé dormido se encuentra estacionado al borde de una pendiente pronunciada, que termina en un precipicio; la madre lo ha dejado allí con el freno puesto, pero ignora que el freno funciona de manera defectuosa. El cochecito por sí mismo se pone en movimiento y comienza, con lentitud, a rodar por la pendiente. A pocos metros Pedro está contemplando la scena y ve que el cochecito, todavía a muy escasa velocidad, pasará junto a él y que puede detenerlo sin esfuerzo; pero Pedro prefiere ver pasar al cochecito, que rueda por la pendiente, y se estrella en el precipicio, muriendo el bebé” (1998, p.160).

ainda que seja difícil precisar o limite para que se possa requerer que alguém aja em benefício de outros, sem violar o princípio milliano". "Skorupski crê que exigir um curso de ação a uma pessoa pelo bem de outras não pode consistir em introduzir-se no domínio privado dessa pessoa, em diminuir sua autonomia (FARRELL, 1998, p.162).

Segundo Farrell, uma interpretação caritativa de Mill poderia sugerir que sua preocupação com a autonomia fez com que ele descartasse a maioria dos deveres positivos. Nesse sentido, a autonomia seria mal concebida, pois derivaria só do exercício da liberdade negativa. Farrell afirma que o conceito atraente de autonomia, ao menos para um liberal da autonomia, é o que se vincula com a liberdade positiva, com a elaboração de planos de vida significativos e com uma certa probabilidade de levá-los a cabo³.

A interpretação usual de Mill sustenta que o indivíduo só pode ser forçado a abster-se de prejudicar fisicamente a outros; cumprir com as obrigações que tenha contraído com outros, sejam elas comerciais, conjugais, paternais, ou de outro tipo; realizar sua parte no trabalho comum de preservar os acordos da sociedade, colaborando para que as duas primeiras se cumpram.

Parece que Mill é muito cauteloso quando trata de deveres positivos e, antes mesmo de fazê-lo, constrói uma nítida distinção entre condutas auto-referentes e condutas referidas a terceiros⁴.

Segundo Hayry, as omissões são auto-referentes em dois casos:

- 1º - se a conduta de um indivíduo não interfere, direta ou indiretamente, na satisfação das necessidades de terceiros;
- 2º - Ainda que a conduta de um indivíduo frustre a satisfação das necessidades de terceiros, ela pode ser considerada auto-referente, se está dirigida a satisfazer as próprias necessidades do indivíduo sejam elas do mesmo ou de nível hierárquico superior.

Hayry considera que as omissões danosas são difíceis de definir, sendo igualmente difícil exercer-se um controle social e jurídico sobre elas.

Um pensador que qualifica com muito cuidado as omissões é Feinberg (Cf. FARRELL, 1998, p.163-164). Para ele as omissões se verificam quando:

- 1) há ausência de perigo e o inconveniente no atuar;
- 2) exista ou não uma relação especial entre quem ajuda e o ajudado;

³ Poder-se-ia analisar o capítulo sétimo do livro *La Filosofia del Liberalismo*, onde Farrell avalia bem a questão da utilidade marginal decrescente e do incremento na soma total da liberdade e ainda propõe uma revalorização da idéia mesma de liberdade negativa, a qual é condição necessária da liberdade positiva.

⁴ Essa questão é analisada por Ana de Miguel Álvarez, no texto "Autonomia y Conducta Desviada", p.59-70, e de modo muito particular na nota nº 2.

Quando se indaga o *que significa dizer que A omitiu fazer x, donde x é ajudar a B?*

Feinberg menciona cinco condições para se verificar a ocorrência de omissão:

- 1 - A não fez x;
- 2 - A tinha razoável oportunidade de fazer x;
- 3 - A tinha a capacidade de fazer x;
- 4 - A sabia que tinha a oportunidade e a capacidade de fazer x;
- 5 - A tinha um dever prévio de fazer x, derivado de seu trabalho, ou de sua relação com B, ou de um acordo prévio com B.

Para Feinberg, ser um bom samaritano só pode se constituir num dever moral em situações nas quais existe o perigo imediato à vida ou à integridade física, descartando-se os danos menores. (Se estiver presente uma pessoa que tenha um dever prévio de ajudá-la, seja devido ao seu trabalho, seja devido à sua relação com quem necessita de ajuda, outra pessoa que não fora dessas condições está dispensada do “bom samaritanismo”).

Um intérprete contemporâneo que parece entrever em Mill uma maior amplitude do princípio do dano é David Lyons. Ele afirma (Cf. LYONS, 1994)⁵ que o indivíduo pode legitimamente ser requerido a cooperar em tarefas conjuntas na ajuda a outrem ou no impedimento de um dano, o que não significa que se deva usar a coerção para promover o benefício em geral.

Após se analisarem os diversos posicionamentos dos críticos de Mill, parece adequado afirmar que o que se vê em Mill é a aceitação do dano por omissão apenas em algumas circunstâncias, pois para Mill o que de fato importa são os danos por ação e os deveres negativos.

2 LIBERDADE POSITIVA E LIBERDADE NEGATIVA

2.1 Liberdade Negativa

Os termos liberdade negativa e positiva relacionam-se, hoje, com o trabalho realizado por Isaiah Berlin (Cf. FARRELL, 1992, p.181). Ele entende a liberdade negativa como “liberdade de liberdade a respeito de algo”. Essa liberdade se constituiria em relação às normas jurídicas, as quais possibilitam uma esfera de ação ao indivíduo, dentro da qual ninguém está autorizado a interferir, seja o Estado, sejam os demais indivíduos.

⁵ Cf. particularmente o cap.4, intitulado: Liberty and Harm to Others.

A liberdade negativa é aquela referida às normas jurídicas, e se uma norma proíbe alguém de realizar alguma ação, esse alguém não tem a liberdade negativa de fazê-la. Tal liberdade não está relacionada às capacidades físicas ou fatos naturais. Se alguém não pudesse nadar cem metros em cinco segundos, pareceria estranho referir-se a essa circunstância afirmando que a pessoa não é livre de realizar tal ação.

As normas jurídicas, ao conceder liberdades negativas, criam um espaço ao redor do indivíduo no qual nem o Estado nem os demais indivíduos podem interferir (Cf. FARRELL, 1992, p.182).

Essa liberdade negativa é a condição necessária da liberdade positiva. Necessária, mas não suficiente, pois, ainda que disponha de um amplo grau de liberdade negativa, isso não garante a consecução dos planos de vida e não conduzem, necessariamente, à auto-realização.

Dessa afirmação não se pode extrair que a Liberdade Negativa sofra de uma carência de utilidade ou que não possa derivar dela a Liberdade Positiva. Tendo a permissão das normas jurídicas para poder realizar seu plano de vida, o indivíduo poderá, então, procurar os meios adequados para concretizá-lo. A contribuição de Farrell na análise dessa questão é imprescindível.

2.2 Liberdade Positiva

Com relação à liberdade positiva, Farrell considera que Berlin não a caracterizou com igual precisão. Ele entende que se a liberdade negativa é “liberdade de”, a positiva poderia identificar-se como “liberdade para”, no sentido de auto-realização.

Aqui, o indivíduo, livre das interferências do Estado ou dos demais indivíduos, se torna o único juiz de seu plano de vida, de seus desejos e de suas ambições (Cf. FARRELL, 1992, p.183). Essa Liberdade Positiva, diferentemente da Negativa, estaria comprometida não com o conteúdo das normas jurídicas, mas com a diversidade de modos de vida e na possibilidade de o indivíduo escolher ou mesmo plasmar sua própria vida, alcançando a auto-realização.

Farrell vê dificuldade, a princípio, para a posse por parte do indivíduo, da Liberdade Positiva, pois que não basta o conhecimento das condutas a respeito das quais se possui Liberdade Negativa. E aqui se reafirma: a Liberdade Negativa é condição necessária, mas não suficiente, da Liberdade Positiva.

Farrell (1992, p.190) propõe que haja um incremento na soma total de liberdade, mediante uma redistribuição de recursos, a qual deve ser feita diretamente e com dinheiro efetivo, uma demonstração de respeito à autonomia daqueles que buscam formular seus próprios planos de vida.

Pelo fato de a liberdade negativa visar à garantia de certos direitos do indivíduo, perante o Estado e os demais indivíduos, Farrell considera que esses direitos não são suficientes para se alcançar a auto-realização, pois, se permite formar um plano de vida, não pode garantir sua realização. Para Farrell, na maioria dos casos, a falta de recursos econômicos é o motivo pelo qual o plano de vida não pode ser levado a cabo.

Ele acredita que

a liberdade negativa é compatível com uma grande desigualdade social na distribuição do ingresso e da riqueza, ainda que a liberdade positiva requeira que todos os cidadãos tenham ao menos uma quantidade tal de recursos, que lhes permita formular - e levar a cabo - um plano de vida significativo (FARRELL, 1998, p.166).

Segundo Farrell, ainda que Mill manifeste uma preocupação pela desigualdade econômica, essa preocupação é apenas teórica porque, na prática, sua posição é outra, como se verá na sua oposição à progressividade do imposto. Mill só admite uma progressividade do imposto como medida justa aplicada às fortunas adquiridas como heranças ou doações, o que pode restringir a acumulação de grandes fortunas auferidas sem esforço.

David Miller, segundo Farrell, considera que a liberdade negativa é condição necessária, mas não suficiente, para que se possa atuar na base dos autênticos desejos e crenças do homem. Crê, também, que a existência de diversidade social proporcionaria às pessoas uma maior possibilidade de escolha e um tipo de vida que se adequasse a suas crenças e desejos.

Norman Barry, segundo Farrell, considera *On Liberty* como um livro libertário. Barry vê em Mill uma preocupação maior com as pressões da opinião pública e as convenções sociais (restrições novas), que com as restrições à liberdade impostas por governos tirânicos (restrições velhas). Para garantir uma relativa liberdade do cidadão, Barry acredita que Mill viabiliza o seu projeto por meio da liberdade negativa.

Gray (1983) acredita que a ação do Estado, com o intuito de promover a liberdade positiva, acaba paralisando-a. Melhor é deixar que as pessoas se auto-ajudem, o que não impede que o Estado aja positivamente, desde que tais ações não sejam limitações autoritárias da liberdade.

Feinberg, um importante estudioso do princípio do dano, entende a liberdade como ausência de coerção legal e traça o contorno da zona na qual o cidadão tem uma pretensão moral de ser deixado na liberdade, de estar livre dessa coerção legal (Cf. FARRELL, 1998, p.166).

Se muitos são os pensadores que consideram Mill como alguém comprometido apenas com a liberdade negativa, essa não é a única interpretação. Há quem assuma

posições ecléticas, ou seja, que Mill é comprometido com ambos os tipos de liberdade: Negativa e Positiva.

Skorupski (1998) é um deles e assinala que, ainda que Mill defenda o conceito negativo de liberdade, é em vista da liberdade positiva que o faz, pois ele, Mill, acredita que esta floresce somente quando satisfeitas as condições da liberdade civil de não-interferência. Para Skorupski, a liberdade negativa é condição necessária da liberdade positiva, mas não condição suficiente.

Outro exemplo eclético é G. W. Smith que vê na enunciação clássica do princípio milliano mais positividade que negatividade. Para ele, o fim da interferência na liberdade dos outros seria a autoproteção, que pode ser vista como positiva. Já Farrell não está preocupado com a formulação do princípio do dano, mas, sim, com a proteção ou promoção que este pode dar à liberdade negativa ou positiva. Smith distingue a liberdade negativa em dois aspectos: a liberdade enquanto amplo número de oportunidades e a liberdade que consiste em se fazer ou alcançar efetivamente algo.

Quanto à liberdade positiva, Smith a considera das seguintes formas:

- a) abarcando a autodeterminação;
- b) posse de capacidades para o autodesenvolvimento;
- c) o autodesenvolvimento é um ganho valioso;
- d) os impedimentos para o autodomínio são internos.

Farrell crê que tanto a autodeterminação quanto o autodesenvolvimento são deriváveis da liberdade negativa.

Quanto aos que defendem a idéia de existir em Mill uma busca da liberdade positiva, encontra-se em E. G. West um exemplo (Cf. SKORUPSKI, 1998). Ele considera que o princípio milliano do dano é tão amplo, que seria muito difícil distingui-lo de um tipo especial de liberdade positiva (Cf. FARRELL, 1998, p.172).

Outros exemplos de defensores da existência da liberdade positiva em Mill são F. R. Berger (1984), que busca extrair implicações importantes para *On Liberty* de sua economia política, e Wendy Donner (1998, p.255-292) que considerava também danoso o fracasso em proporcionar as condições sociais razoáveis e os recursos para a obtenção e o exercício do autodesenvolvimento.

Para Farrell, liberdade positiva é a possibilidade de desenvolvimento de um plano de vida, e essa não é a preocupação de Mill; é a liberdade negativa e não a liberdade positiva que tem um lugar destacado em *On Liberty*.

“Quais são, então, os justos limites à soberania do indivíduo sobre si mesmo? Onde começa a autoridade da sociedade? Quanto de vida humana se deve atribuir à

individualidade, e quanto à sociedade?” (MILL, 2005, p.75)⁶. É assim que Mill inicia o quarto capítulo de seu ensaio.

À primeira vista, essas questões postulam a existência de duas regiões independentes, a saber, a *individualidade* de um lado e a *sociedade* de outro; isso poderia servir de prova às diferentes reprovações críticas feitas a Mill, as quais alegam uma possível concepção reducionista das relações sócio-individuais, que, na realidade, é muito complexa e inter-relacional.

Mas, ao se confrontarem os textos de *On Liberty*, essa primeira impressão não pode se justificar, porque o “princípio muito simples” de Mill não visa traçar um limite entre dois blocos completamente distintos: o individual de uma parte e o social de outro. Ele se destina, pois, a indicar o campo de ação que concerne “mais particularmente ao indivíduo” e que, juridicamente, é independente do que “interessa principalmente à sociedade” (MILL, 2005, p.75)⁷.

Essa precisão é essencial. Ela permite denominar três categorias de ações individuais, segundo Mill. Primeiramente, são as ações que concernem ao agente mesmo. Em segundo lugar, as ações que concernem mais particularmente a terceiros e, enfim,

(...) uma esfera de ação sobre a qual a sociedade, em contraposição ao indivíduo, somente possui um interesse indireto, se é que o possui. Tal esfera compreende toda a porção da vida e da conduta de uma pessoa que afeta apenas a ela mesma ou, se afeta igualmente a outros, afeta unicamente na medida em que há seu consentimento e participação livre, voluntária e consciente. Quando digo apenas ela mesma, entendo o que lhe interessa diretamente e em primeiro lugar, já que tudo o que a afeta pode afetar outros por intermédio dela (...) (MILL, 2005, p.15)⁸
O fato de viver em sociedade torna indispensável que cada um esteja obrigado a observar uma linha de conduta para com os demais. Tal conduta consiste, primeiro, em não prejudicar os interesses uns dos outros ou, antes, certos interesses, que se devem considerar, seja por expresso dispositivo legal, seja por acordo tácito, como direitos; e, segundo, em cada um arcar com sua parte (a ser fixada de acordo com

⁶ MILL. *On Liberty*, p.75.: “What, then, is the rightful limit to the sovereignty of the individual over himself? Where does the authority of society being? How much of human life should be assigned to individuality, and how much to society?”

⁷ MILL. *On Liberty*, p.75.: Onde se lê: “ To individual should belong the part of life in which it is chiefly the individual that is interested; to society, the part which chiefly interests society”

⁸ MILL. *On Liberty*, p.15. Onde se lê: “(...) a sphere of action in which society, as distinguished from the individual, has, if any, only an indirect interest; comprehending all that portion of a person’s life and conduct which affects only himself, or if it also affects others, only with their free, voluntary, and undeceived consent and participation. When I say only himself, I mean directly, and in the first instance: for whatever affects himself, may affect others through himself (...)”

algum princípio eqüitativo) nos esforços e sacrifícios necessários para a defesa da sociedade ou de seus membros contra o dano e o molestamento. É justificável que a sociedade imponha essas condições, mesmo à custa dos que se recusam a cumprilas. Isso, porém, não é tudo o que é permitido à sociedade fazer. Os atos de um indivíduo podem ser prejudiciais a outros ou carecer da devida consideração por seu bem-estar, sem, no entanto, chegar ao ponto de violar algum dos seus direitos constituídos. Nesse caso, o ofensor pode, com justiça, ser punido pela opinião, embora não pela lei. Tão logo qualquer parte da conduta de alguém influencia de modo prejudicial os interesses de outros, a sociedade adquire jurisdição sobre tal conduta, e a questão de saber se essa interferência favorecerá ou não o bem-estar geral se abre à discussão. Mas não há espaço para cogitar sobre essa questão quando a conduta de uma pessoa não afeta senão os próprios interesses ou não afeta os interesses dos outros, se necessariamente não o querem (todas as pessoas envolvidas tendo atingido a maturidade, gozando do grau extraordinário de discernimento). Em todos esses casos, deveria haver perfeita liberdade, legal e social, de praticar as ações e assumir as conseqüências (MILL, 2005, p.75-76)⁹.

Desse longo parágrafo podem ser extraídos quatro pontos essenciais sobre os quais a individualidade e seus limites estão fundados. *Primeiramente*, cada indivíduo tem o direito de desenvolver seu próprio “plano de vida”. *Segundo*, em virtude dessa proteção que a sociedade lhe fornece, cada indivíduo possui a obrigação de não interferir nos direitos legais dos demais. *Terceiro*, o indivíduo “pode” prejudicar diferentemente aos demais. E, conseqüentemente, *Quarto*, a cada gênero de dano corresponde uma punição apropriada. Desse modo, a equação indivíduo-sociedade se reequilibra.

Sendo assim, a expressão “interesses de outros” não é vaga, sendo útil para compreender os controles que afetam cada conduta individual que se distingue da conduta ordinária segundo uma concepção majoritária. Auxilia, ainda, na constituição dos direitos que as leis se encarregam de definir. Invadir os direitos de outros é,

⁹ MILL. On Liberty, p.75-76: “The fact of living in society renders it indispensable that each should be bound to observe a certain line of conduct towards the rest. This conduct consist first, in not injuring the interests of another; or rather certain interests, which, either by express legal provision or by tacit understanding, ought to be considered as rights; and secondly, in each person’s bearing his share (to be fixed on some equitable principle) of the labours and sacrifices incurred for defending the society or its members from injury and molestation. This condition society is justified in enforcing at all costs to those who endeavour to withhold fulfilment. Nor is this all that society may do. The acts of an individual may be hurtful to others, length of violation any of their constituted rights. The offender may then be justly punished by opinion, though not by law. As soon as any part of a person’s conduct affects prejudicially the interests of others, society has jurisdiction over it, and the question whether the general welfare will or will not be promoted by interfering with it, becomes open to discussion. But there is no room for entertaining any such question when a person’s conduct affects the interests of no persons besides himself, or needs not affect them unless they like (all the persons concerned being of full age, and the ordinary amount of understanding). In all such cases there should be perfect freedom, legal and social, to do the action and stand the consequences”.

sobretudo, "...infligir-lhes perdas e danos que seus direitos próprios não justificam, falsidade e duplicidade ao haver-se com eles, mesmo a abstenção egoísta de defendê-los contra ofensas..." (MILL, 2005, p.78)¹⁰. Isso é o que Mill resume com as palavras "causar dano 'diretamente' aos outros".

Se uma dessas definições de ações é aceita, diretamente nocivas a terceiros, devem-se aceitar, também, os dois pontos fundamentais que acabam resultando. Primeiramente, alguém pode não considerar como diretamente nocivas e, então, nem puníveis, as ações que provocam nos outros um sentimento de aversão ou ressentimento.

The end of man, or that which is prescribed by eternal or immutable dictates of reason, and not suggested by vague and transient desires, is the highest and most harmonious development of his powers to a complete and consistent whole'; that therefore, the object 'towards which human being who being must ceaselessly direct his efforts, and on especially those who design to influence their fellow-men must ever keep their eyes, is the individuality of power and development'; that for his there are two requisites, 'freedom, and variety of situations'; and that from the union of these arise 'individual vigour and manifold diversity', which combine themselves in 'originality' (MILL, 2005, p.58).

CONCLUSÃO

Pretende-se que, ao final, tenha-se circunscrito o conceito de dano no pensamento de John Stuart Mill e delimitado o espaço de ação que afete os interesses vitais dos indivíduos concernidos pela ação individual livre. Para isso, fez-se a distinção entre liberdade positiva e liberdade negativa (entendida como ausência de coerção moral e/ou legal) e traçou-se o contorno da esfera na qual o cidadão tem a pretensão moral de ser deixado na liberdade, de estar livre de uma possível coerção moral e/ou legal.

Defendeu-se que a ação do Estado sobre a esfera da liberdade positiva (área de auto-realização individual), com o intuito de promover a liberdade positiva, acaba paralisando-a. Seria melhor deixar que as pessoas se auto-ajudassem, o que não impede o Estado de agir positivamente, desde que tais ações não sejam limitações autoritárias da liberdade e não impliquem uma versão paternalista, que é reiteradamente rechaçada por Mill.

¹⁰ MILL. On Liberty, p.78: "...infliction on them of any loss or damage not justified by his own rights; falsehood or duplicity in dealing with them; unfair or ungenerous use of advantages over them; even selfish abstinence from defending them against injury..."

Os pressupostos apresentados por Farrell sobre a possível aceitação da liberdade negativa não são, certamente, mais que uma parte da concepção da liberdade segundo Mill¹¹. Quando emprega o termo “*freedom*” ou o termo “*liberty*” em seu ensaio *On Liberty*, Mill os emprega segundo o sentido comum que foi dado pela tradição empirista inglesa.

Nesse uso, freqüentemente considera como o primeiro sentido da liberdade os impulsos e os desejos do homem concebidos como dados, e o que está em questão é saber das restrições que podem impedir sua realização. A liberdade é, escreve Mill, “agir à nossa própria maneira”. Essa é a prova de que a liberdade, para Mill, não pode ser comprometida pela parte exterior. O objeto de seu ensaio, explica ele, é “(...) sustentar um princípio bastante simples, capaz de governar absolutamente as relações da sociedade com o indivíduo no que diz respeito à compulsão e ao controle, quer os meios empregados sejam os da força física sob a forma de penalidades legais, quer a coerção moral da opinião pública” (MILL, 2005, p.13)¹². Assim, uma pessoa não é livre para fazer o que deseja, quando sanções são feitas em sua oposição e quando essas sanções tomam a forma de uma interdição legal ou de uma condenação moral, sustentada por uma “tirania da opinião e de sentimentos dominantes”.

Não obstante, Mill não se satisfaz com o conceito negativo de liberdade. A originalidade de seu ensaio reside, sobretudo, no fato de que, para dizer explicitamente, alarga o antigo conceito liberal da liberdade.

De um ponto de vista liberal há, conseqüentemente, um problema. O *princípio muito simples e absoluto* de Mill parece, à primeira vista, atrativo porque defende a liberdade individual contra o que se considera uma extensão abusiva da autoridade. Mas, ao mesmo tempo, Mill reconhece que em casos excepcionais o paternalismo pode ser legitimamente aplicado.

Essas duas posições são conciliáveis? Se não, o princípio do paternalismo pode ser tolerado e sua aplicação restrita? Para responder a essas questões, propõe-se definir inicialmente o princípio e explorar as implicações dessa definição; propõe-se, também,

¹¹ Em um texto datado de 1824, bem anterior a *On Liberty*, Mill define duas áreas da liberdade. “*freedom*” e “*liberty*”. Na primeira, a liberdade é “natural”, sem leis nem padrões. Na segunda, ela é “política”, institucionalizada e racionalizada. A liberdade (*liberty*) em seu sentido original significa ausência de todo constrangimento. Nesse sentido, toda lei, mas também toda regra moral, é contrária à liberdade (*liberty*). *Periodical Literature: Edinburgh Review. Westminster Review*, I, (Apr., 1824), (Collected Works of John Stuart Mill, vol. I). p.296-297.

¹² MILL. *On Liberty*, p.13. “(...) to assert one very simple principle, as entitled to govern absolutely the dealings of society with the individual in the way of compulsion and control, whether the means used be physical force in the form of legal penalties, or the moral coercion of public opinion.

que a solução desse problema possui uma inspiração utilitarista e é coerente com o princípio da liberdade, muito simples e absoluto de Mill, o que reforça a interpretação da compatibilidade das teses sustentadas em *On Liberty* e *Utilitarianism*.

O princípio do paternalismo justifica a intervenção na conduta do indivíduo com a finalidade de impedir que possa causar danos a si mesmo ou, em um sentido mais radical, para fazer de modo com que aja para seu próprio bem.

No entanto, essa definição deixa vagos os modos de intervenção. A classificação de métodos possíveis é muito ampla. Alguém pode, por exemplo, tentar impedir uma pessoa de causar danos a si mesma ao fornecer-lhe conselho e informação ou conselho e “desinformação”¹³, manipulando seu ambiente de modo que a ação prejudicial se torne, se não impossível, pelo menos difícil, ou ameace com represálias o indivíduo que escolha por agir, apesar das conseqüências prejudiciais para si mesmo. À luz dessas variedades de métodos de intervenções possíveis, será difícil de se rejeitar completamente o princípio do paternalismo. Assim, quando a informação é impossível, como no caso da pessoa que atravessa uma ponte reconhecidamente perigosa ou no caso de crianças e de bárbaros incapazes ainda de progredir pela discussão, Mill considera que o emprego de formas precisas de intervenção torna-se necessário e legítimo.

De fato, o debate sobre o paternalismo, desde Mill até os dias atuais, não se relaciona à validade ou não do princípio mesmo. Quem, de fato, poderia rejeitá-lo exceto aqueles que são insensíveis aos sofrimentos dos outros? Mill, em particular, e os liberais, em geral, jamais colocam em questão o princípio mesmo do paternalismo, contanto que este seja limitado ao conselho, informação e indicação.

O que está no centro do debate é a questão de saber, e quando, outros modos de intervenção mais fortes podem ser justificados. Quando o Estado tem o direito de passar, no caso de ações individuais que não são diretamente nocivas a seu autor, do modo de informação e aviso ao controle físico dessas ações? De um ponto de vista liberal o problema é saber se, sobre os fundamentos paternalistas, o Estado pode ultrapassar legitimamente o estágio de informação e orientação? Se não possuir esse

¹³ Empregamos este termo moderno em um sentido bem determinado, pois ainda que John Stuart Mill considere o desvio da verdade “um dos piores inimigos” dos seres humanos, tolera a desinformação para preservar outrem “de uma grande e imerecida desgraça”: “...todos os moralistas admitem que mesmo que essa regra [de dizer a verdade], sagrada como é, comporta possíveis exceções. As principais delas se verificam quando a omissão de um fato (como, por exemplo, de informações sobre um malfeitor, ou de más notícias de uma pessoa seriamente doente) salvaria um indivíduo (sobretudo um outro além dele mesmo) de uma grande e imerecida desgraça e quando a omissão se dá pela negação do fato”. Cf. MILL. *Utilitarianism*, p.69.

direito, como explicar os casos de intervenções coercitivas que parecem ser aceitos? Se tiver esse direito, há limite para impedir que o recurso “protetor” dos indivíduos não se torne tirânico e destruidor da individualidade? Essas são questões que poderiam ser respondidas por um aprofundamento dos textos de Mill, bem como permitiriam um tratamento mais sofisticado das teses do filósofo britânico.

REFERÊNCIAS

- ALVAREZ, Ana de Miguel. Autonomia y conducta desviada. In: **Telos**, v.III, n.2, dez. 1994. p.59-70.
- BERGER, Fred R. **Happiness, justice and freedom: The moral and political philosophy of John Stuart Mill**. Berkeley: University of California Press, 1984.
- CRISP, Roger. **J. S. Mill: Utilitarianism**. Oxford: Oxford University Press (Oxford Philosophical Texts), 2004.
- DONNER, Wendy. Mill's Utilitarianism. In: **The cambridge companion to Mill**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. p.255-292.
- FARRELL, Martin Diego. **El derecho liberal**. Buenos Aires: Abeledo Perrot, 1998.
- FARRELL, Martin Diego. **La filosofia del liberalismo**. Madri: Centro de Estudios Constitucionales, 1992.
- GRAY, John. **Mill on liberty: A Defense**. 2.ed. Londres: Routledge, 1996.
- LYONS, David. **Rights, welfare and Mill's moral theory**. New York: Oxford University Press, 1994.
- MILL, John Stuart. **On liberty**. Toronto: University of Toronto Press; Londres: Routledge & Kagan, 1963-1991. (Collected Works of John Stuart Mill, V. XVIII) Editado por John M. Robson.
- MILL, John Stuart. **Utilitarianism**. Toronto: University of Toronto Press; Londres: Routledge & Kagan, 1963-1991. (Collected Works of John Stuart Mill, V. X) Editado por John M. Robson.
- MILL, John Stuart. **A liberdade; utilitarismo**. Tradução de Eunice Ostrensky. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- MILL, John Stuart. **On liberty, the sujection of women and chapters on socialism**. Editado por Stefan Collini. Cambridge: Cambridge Texts in the History of Political Thought, 2005.
- SKORUPSKI, John. **The cambridge companion to Mill**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

Fontes Consultadas

BERLIN, Isaiah. John Stuart Mill and the ends of life. In: **Four essays on liberty**. Oxford: Oxford University Press, 1969.

CARVALHO, Maria Cecília M. de. Por uma ética ilustrada e progressista: uma defesa do utilitarismo. In: OLIVEIRA, Manfredo A. de. (org.) **Correntes fundamentais de ética contemporânea**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p.99-117.

FEINBERG, Joel. **Filosofia social**. Trad. de Alzira Soares da Rocha e Helena Maria Camacho. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

HAMBURGER, Joseph. **John stuart Mill: on Liberty and Control**. Nova Jérsei: Princeton University Press, 1999.

HIMMELFARB, Gertrud. **On liberty and liberalism**. The case of John Stuart Mill. San Francisco, 1990.

SIMÕES, Mauro Cardoso. Utilidade e Liberdade em John Stuart Mill. In: **Enfoques**, Revista de la Universidad Adventista Del Plata, Año XVII, n.1, otoño 2005. p.77-82.

SIMÕES, Mauro Cardoso. **The conception of freedom according to J.S. Mill**. Trabalho apresentado no Simpósio Internacional de Filosofia, "The John Stuart Mill Bicentennial Conference", na University College London, Inglaterra. (<http://www.politicalthought.org.uk/conference/index.php>)

WALDRON, Jeremy (org). **Theories of rights**. Nova Iorque: Oxford University Press Oxford Readings in Philosophy, 1984.



A CONTRIBUIÇÃO DO ECONOMISTA GILMAR MENDES LOURENÇO NA FORMAÇÃO DO PENSAMENTO ECONÔMICO PARANAENSE

Miriam Cristina Rakssa*

Orientador: Prof. Semi Cavalcante de Oliveira**

RESUMO

Este trabalho tem como finalidade trazer à tona a contribuição do economista e professor Gilmar Mendes Lourenço na formação do pensamento econômico paranaense contemporâneo, mediante artigos publicados na mídia, livros, orientações como professor e orientador de um dos maiores e mais bem conceituados cursos de economia do Estado do Paraná. Tem-se plena consciência das dificuldades, principalmente teórico-metodológicas, em identificar a contribuição de um teórico na formação de uma sociedade, contudo nada impede em se tentar mapear possíveis impactos histórico-sociais da sua obra para o desenvolvimento de um pensamento local.

Palavras chaves: Gilmar Mendes Lourenço; economia paranaense contemporânea.

* Acadêmica do 3º ano de Ciências Econômicas. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2006) da UNIFAE – Centro Universitário Franciscano do Paraná.

** Mestre em História (UFPR). Professor da UNIFAE – Centro Universitário Franciscano do Paraná.

INTRODUÇÃO

Devido à falta de políticas de planejamento sustentado, desenvolvidas principalmente por economistas, esta profissão perde em grande parte o prestígio, em relação à demanda de alunos. Apesar de inúmeras instituições de graduação e de pós-graduação oferecerem o curso de Ciências Econômicas, percebe-se um esvaziamento constante do corpo discente e até o fechamento de várias faculdades.

O Estado do Paraná apresenta vários economistas com destaque nacional e até mesmo internacional, mas raramente suas obras se transformam em alvo de estudos, análises e interpretações por pesquisadores locais. Esse fato causa estranheza, uma vez que o nosso Estado possui excelentes profissionais e estes não recebem o devido reconhecimento.

Um desses profissionais é Gilmar Mendes Lourenço. Profissional destacado, de grande produção acadêmica, coordenador do curso de Ciências Econômicas da UNIFAE - Centro Universitário Franciscano do Paraná e coordenador do Núcleo de Análise de Conjuntura do IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social), onde atua em projetos de desenvolvimento de pesquisas e estudos que auxiliam na execução de políticas públicas.

O economista, professor e pesquisador Gilmar Mendes Lourenço é uma referência para o Estado do Paraná devido a sua grande produção acadêmica, com mais de duas centenas de artigos publicados, três livros em circulação, e colaborador assíduo de vários jornais de grande circulação. Além de auxiliar anualmente na formação de centenas de jovens economistas como professor das disciplinas de Formação Econômica do Brasil, Economia Brasileira, Métodos e Técnicas de Pesquisa em Economia, entre outras; e na orientação de trabalhos acadêmicos na graduação e na pós-graduação. Seus livros e artigos são alvos de debates em salas de aula e referenciam vários trabalhos acadêmicos. Com toda essa produção, Gilmar foi indicado pelo Conselho Regional de Economia como representante do Paraná para o prêmio “Economista do ano de 2005”, sendo esta uma premiação nacional. Com tal trajetória acadêmica e profissional, é inegável a contribuição de Gilmar Mendes Lourenço para a formação do pensamento econômico contemporâneo do Estado do Paraná. Portanto, o objetivo geral deste trabalho de pesquisa é analisar a contribuição do economista Gilmar Mendes Lourenço na formação do pensamento econômico contemporâneo do Estado do Paraná.

1 ECONOMIA BRASILEIRA

O professor Gilmar Lourenço envolveu-se, devido a sua atuação acadêmica como professor de diversas disciplinas ligadas à Economia Brasileira e Economia Paranaense, como colunista e articulista em jornais de grande circulação no Estado do Paraná e alguns sites na internet (principalmente na seção Cotidiano Econômico do Sindicato dos economistas do Paraná), de tal forma com a temática que organizou o livro *Economia Brasileira – da construção da indústria à inserção na globalização*, 2005.

Em toda sua obra e também na bibliografia utilizada para ministrar as matérias citadas acima, percebe-se a forte influência dos economistas John Maynard Keynes e Celso Furtado. Devido à influência deste, notamos toda a evolução histórica que levou a sociedade brasileira a decidir por um outro caminho na trajetória econômica de nosso país. Em seu livro, acompanha-se todo o processo histórico e econômico, de Getúlio Vargas até o II PND, que levou à industrialização do Brasil. Tomando como base a teoria dos departamentos de produção, defendido primeiramente por Marx e posteriormente por Kalecki, nota-se a evolução dos setores de bens duráveis e não duráveis; de consumo, de produção ou de base, de uma maneira considerada às avessas, já que os bens de produção ou de base que deveriam ser o primeiro departamento implantado acabaram se tornando o último (II PND) enquanto os bens de consumo e os de consumo duráveis, no caso os automóveis, foram os primeiros departamentos a serem fortemente implementados.

Já a influência recebida de Keynes vem nos mostrar o papel do Estado como norteador do desenvolvimento e crescimento econômico de um país. Nesse ponto, Gilmar Mendes Lourenço é um grande crítico, e concorda que a falta de um planejamento nacional de desenvolvimento faz com que o país fique sujeito a “vôos de galinha”.

As reformas institucionais que devem ocorrer para que esse plano possa prosperar é destaque em toda a sua obra, sem tais reformas torna-se inviável até mesmo a construção do plano de desenvolvimento devido à morosidade de alguns setores da sociedade brasileira.

Nos artigos semanais do economista Gilmar Lourenço, fica evidente a análise crítica e sempre atual da economia brasileira e mundial. Essa criticidade é sentida e repassada, influenciando seus alunos e leitores, que também podem tornar-se tão críticos quanto o professor e colunista. Destarte, esse aspecto contribui para a formação de economistas preocupados com a economia e inconformados com a falta de um projeto de crescimento para um país com tantas potencialidades.

2 ECONOMIA PARANAENSE

Sua obra sobre economia paranaense abrange desde a colonização do estado até assuntos atuais como a guerra fiscal entre estados, a infra-estrutura de nosso estado e outros temas relevantes. Isso se deve a sua atuação com pesquisador no IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social).

Na colonização do Estado do Paraná, pode-se notar a forte influência do economista Francisco de Borja Baptista de Magalhães Filho¹, que considera o escravagismo, assim como Gilmar Mendes Lourenço, como sendo um ciclo independente na evolução histórica da economia paranaense. Alguns historiadores enquadram o escravagismo dentro do ciclo do ouro, todavia, Magalhães Filho e Gilmar Lourenço consideram-no como um ciclo à parte que ocorreu paralelamente ao ciclo do ouro.

Na cadeira de Economia Paranaense oferecida aos alunos da UNIFAE, todos os ciclos da economia paranaense são analisados. Desde o ouro de aluvião com sua mão-de-obra escrava, que levou à fundação da Cidade de Paranaguá, até o ciclo da madeira, passando pelo tropeirismo e erva-mate, proporcionando uma visão do processo histórico que proporcionou a construção na década de 1960 da infra-estrutura necessária para que houvesse o início da industrialização do estado ao longo da década de 1970.

Das oito interpretações históricas existentes até o final da década de 1990, três são de autoria de Gilmar Mendes Lourenço, que serão apresentadas a seguir:

A primeira interpretação é conhecida como Cepalina² e tem como base os estudos relacionados à centro-periferia desenvolvida pela Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL, que consistiu na tentativa frustrada da Companhia de Desenvolvimento do Paraná (CODEPAR) em repetir a experiência brasileira (paulista) da industrialização substitutiva de importações.

A segunda interpretação que também é influenciada pelos estudos da CEPAL foi desenvolvida pelo pesquisador Pedro Calil Padis no final da década de 1960. Essa visão era extremamente pessimista e não enxergava possibilidades de uma industrialização autônoma no Paraná, devido à exaustão do modelo de substituição ocorrido no país.

¹ Economista. Professor da Universidade Federal do Paraná. Foi Diretor-Presidente do IPARDES, Secretário do planejamento e coordenação Geral e Coordenador do grupo Mercosul do Governo do Estado do Paraná.

² Comissão Econômica para a América Latina.

A terceira interpretação reconhecia a influência das estruturas de mercado oligopolizadas como centro propulsor da economia brasileira e condenava o Estado do Paraná a um processo de industrialização complementar ao Estado de São Paulo.

A quarta interpretação que ficou conhecida como crítica ou integrada negou as teorias cepalinas, mas aceitou o papel de subordinação da indústria Paranaense perante a indústria Paulista.

A quinta interpretação foi montada na década de 1980 pelo IPARDES e ficou conhecida como Paraná, Economia e Sociedade (PES), devido ao documento que lhe deu origem, reconhecia o dinamismo e importância da agricultura, tendo o café como principal produto da economia paranaense, e a intervenção estatal como indutor do desenvolvimento industrial, porém, ressaltava o caráter social excludente desse processo.

A sexta interpretação reflete a estagnação econômica existente no país durante a década de 1980. Apesar da recessão ocorrida no país, o Paraná apresentava moderado dinamismo em sua economia, por causa da diversificação de sua base econômica.

A sétima interpretação recebe o nome de “Travessia para a globalização” e foi realizada na primeira metade da década de 1990. Essa visão compreende as oscilações da economia estadual que foram atribuídas às contrações econômicas ocorridas com o final do Governo Sarney e às crises ocorridas durante o Governo Collor. Essa visão constata mudanças estruturais no Estado do Paraná que poderiam proporcionar rápido crescimento, caso ocorresse o desenvolvimento sustentado da economia brasileira. Gilmar Mendes Lourenço aponta os elementos reestruturantes:

- A reprodução mais intensa dos ajustes técnico-produtivo-gerenciais, capitaneados pela iniciativa privada do país, na direção da melhoria dos padrões de eficiência e produtividade;
- Os primeiros resultados da integração comercial do Brasil com os países do Mercosul;
- Algumas ações localizadas, implementadas por sucessivas administrações estaduais na ampliação e restauração e/ou aprimoramento na infra-estrutura. (LOURENÇO, Gilmar Mendes. A economia paranaense em tempos de globalização, p. 113, 2003)

A oitava interpretação, que foi denominada de “Vontade de Industrialização no Paraná”, teve origem na segunda metade da década de 1990. Gilmar Mendes Lourenço aponta que o estado entrou em um novo período, comparável somente a outros dois momentos em sua história.

“(...) encontra precedente apenas em dois momentos da história econômica paranaense: o início dos anos pertencentes à década de 1960, marcado pela montagem do aparelho infra-estrutural; e a década de 1970, contemplando a modernização agrícola e agroindustrial, em sua primeira metade, e um embrião de diversificação e sofisticação produtiva com a instalação da Cidade Industrial de Curitiba (CIC) e da Refinaria de Petróleo, no segundo quinquênio (...)”. (LOURENÇO, Gilmar Mendes. **A economia brasileira nos anos 90**: um modelo de interpretação, p.49, 2000).

O crescimento industrial do Estado do Paraná, segundo Gilmar Mendes Lourenço, está alicerçado em seis eixos: o pólo automobilístico; a modernização do agronegócio (com destaque para o cooperativismo); ampliação e modernização do núcleo papelero-madeireiro; ampliação das fronteiras para realização de negócios, devido ao Mercosul; o melhor aproveitamento das aptidões regionais existentes em nosso estado; e a melhora da retaguarda infra-estrutural do estado.

Gilmar Mendes Lourenço apresenta em seus livros e artigos algumas ameaças para o crescimento sustentável do Estado do Paraná, destacando-se entre elas a desestatização das instituições de fomento e de infra-estrutura, assim como os desequilíbrios nas finanças públicas.

CONCLUSÃO

Pode-se, assim, afirmar que o economista e professor Gilmar Mendes Lourenço é um dos profissionais mais atuantes do Estado do Paraná e com uma produção bibliográfica constante e atual. Isso é possível de ser percebido, ao acompanhar os jornais do Estado do Paraná, pois pelo menos dois trazem semanalmente artigos de sua autoria. Por ser referência nos meios, tanto profissional quanto acadêmico, Gilmar Lourenço é constantemente convidado para participar como comentarista econômico nos principais meios de comunicação de nosso Estado.

Deve-se ressaltar a sua influência na formação de pelo menos três gerações de novos economistas formados pela UNIFAE, que atuam em órgãos governamentais e na iniciativa privada, no Brasil e no exterior. Além de suas obras servirem como referência para inúmeras pesquisas de estudantes de outras faculdades e universidades.

Os projetos de conclusão de curso de Ciência Econômicas da UNIFAE - Centro Universitário Franciscano do Paraná, também recebem influência de Gilmar Mendes Lourenço que como coordenador do curso, se preocupa em acompanhá-los, pois preza pela relevância e pela qualidade de todos os trabalhos desenvolvidos na instituição.

Como professor da disciplina de Técnicas de Pesquisa em Economia, direciona os seus alunos ao estudo das obras dos mais influentes economistas brasileiros e às respectivas escolas de pensamento de cada um, buscando sempre desenvolver o senso crítico dos futuros economistas.

Alguns economistas paranaenses como Norberto Ortigara, Eugênio Stefanello, Luiz Fayet e Christian Luiz da Silva, quando questionados sobre Gilmar Mendes Lourenço, foram unânimes em reconhecer a contribuição dele para a formação do pensamento econômico do Estado do Paraná.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Marcelo (Org.). **A ordem do progresso**: cem anos de política econômica 1889-1989. 10. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- FURTADO Celso. A crise da economia capitalista. **Revista de economia política**. São Paulo: Centro de economia política, v.3, n. 2, p.5, abr. / jun. 1983.
- FURTADO Celso. A invenção do subdesenvolvimento. **Revista de economia política**. São Paulo: Centro de economia política, v.15, n. 2, p.5, abr. / jun. 1995.
- FURTADO Celso. **Formação econômica do Brasil**. 32.ed. São Paulo: Nacional, 2003.
- GREMAUD, Amaury Patrick et al. **Economia brasileira contemporânea**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- KALECKI, M. **Crescimento e ciclo das economias capitalistas**. São Paulo: HUCITEC, 1977, 193p.
- KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Atlas, 1998.
- LOURENÇO, Gilmar Mendes. **A economia paranaense nos anos 90**: um modelo de interpretação. Curitiba: editora do autor, 2000.
- LOURENÇO, Gilmar Mendes. **Economia brasileira**: da construção da indústria à inserção na globalização. Curitiba: editora do autor, 2005.
- LOURENÇO, Gilmar Mendes. **Economia paranaense nos anos 90**. Curitiba: editora do autor, 2000.
- LOURENÇO, Gilmar Mendes. **A inserção do Paraná na reorganização inter-regional da Economia brasileira nos anos 90**. Tese de Mestrado UFSC. Florianópolis, 2002.
- LOURENÇO, Gilmar Mendes. A falta de Estado e o risco do apagão logístico. **Gazeta do Povo**. 07 ag. 2006.
- LOURENÇO, Gilmar Mendes. **Habilidades e peculiaridades do economista**. *Gazeta do Povo*. 14/08/2006.

LOURENÇO, Gilmar Mendes. **A economia paranaense em tempos de globalização**. Curitiba: Ed. do Autor, 2003. 174 p.

MAGALHÃES FILHO, Francisco. Evolução histórica da economia paranaense. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: BADEP, n.87, p.131-148, jan/abr. 1996.

MARX, K. **O capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. Livros 1, 2 e 3.

OLIVEIRA, Francisco. **A navegação venturosa. Ensaio sobre Celso Furtado**. São Paulo. Editora Boitempo. 2003.

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: HUCITEC; Curitiba: SECE, 1981. 235 p. Originalmente apresentada como tese de Doutorado na PUC-SP.

REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria (org.). **Economia brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2000.

A GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO: NOTAS SOBRE O CASO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

Jarlusa Bottini Requia*

Orientador: Prof. Gilson Batista de Oliveira**

RESUMO

Neste artigo, verifica-se o papel da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba na gestão do desenvolvimento integrado. Para tanto, esta pesquisa é dividida em três partes distintas que se complementam. Primeiramente, é feita uma discussão acerca do fenômeno da metropolização dos espaços urbanos. Nesse tópico, fica evidente que, em uma região metropolitana, a cooperação é condição *sine qua non* para o desenvolvimento regional. Na segunda parte, demonstra-se, por meio de um relato histórico, a Região Metropolitana de Curitiba. Por fim, o trabalho é finalizado com a apresentação das principais ações da instituição que coordena, ou melhor, que administra os projetos de interesse comum na Região Metropolitana de Curitiba.

Palavras-chave: metropolização; desenvolvimento metropolitano; coordenação regional.

* Acadêmica do 2º ano do curso de Ciências Econômicas. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2006) da UNIFAE - Centro Universitário Franciscano.

** Mestre em Desenvolvimento Econômico (UFPR). Professor da UNIFAE - Centro Universitário Franciscano.

INTRODUÇÃO

A Região Metropolitana de Curitiba foi escolhida como objeto desta pesquisa por ser, no Brasil, uma referência quando o assunto predominante é planejamento urbano com vistas à melhoria da qualidade de vida. Cabe ressaltar que, na região, o planejamento integrado se iniciou com a criação, em 1974, pelo Governo do Estado do Paraná, da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC).

A COMEC, seguindo o disposto na Constituição Federal de 1988, deve empreender ações no sentido da integração e organização do planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum da sociedade e das cidades que compõem a Região Metropolitana de Curitiba – RMC.

Isso posto, como objetivo geral pretende-se verificar o grau de cooperação dos municípios limítrofes com a cidade de Curitiba em projetos, que visam ao desenvolvimento da Região Metropolitana de Curitiba. Como objetivo específico, pretende-se estudar o papel da COMEC na gestão do desenvolvimento integrado das cidades da Região Metropolitana de Curitiba.

Como fontes de pesquisa foram utilizados livros e revistas especializadas, dados estatísticos mensurados e difundidos pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, COMEC, IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social e IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba.

A fim de cumprir os objetivos propostos, este artigo foi dividido em três partes. Na primeira parte, é feita uma discussão acerca do fenômeno da metropolização dos espaços urbanos. Depois, é feito um breve histórico sobre a Região Metropolitana de Curitiba e sua coordenação. Por fim, o trabalho é finalizado com a apresentação das principais ações da COMEC com vistas à promoção do desenvolvimento da região.

1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O FENÔMENO DE METROPOLIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO BRASILEIRO

Nas últimas décadas, o Brasil vem passando por um fenômeno de reestruturação econômica de seu espaço o qual podemos apontar como responsável pelas transformações que vêm acontecendo no processo de urbanização do território nacional, fazendo com que ocorram mudanças significativas na forma das cidades brasileiras se constituírem e organizarem sua atividade produtiva dentro dos limites territoriais que ocupam.

Esse novo modelo de constituição das cidades modifica seus limites, fazendo com que passem a superar, cada vez mais, as delimitações legais do espaço em que estão inseridas, formando aglomerações urbanas, sejam elas metropolitanas ou não.

A metrópole ou cidade-região está inserida em um território cujos limites entre as cidades vizinhas estão tão próximos que se tornam “invisíveis”. Lencioni (2003, p.7) expõe seu ponto de vista, afirmando que a cidade-região é “um produto associado à reestruturação produtiva. Essa cidade-região está relacionada ao processo de metropolização do espaço, processo esse que imprime características metropolitanas aos territórios.”

Assim, podemos compreender que a rede de serviços oferecidos entre elas se complementa e se confunde a tal ponto, que é difícil distinguir as fronteiras territoriais que as separam, tornando-as uma só. Esse conceito é aplicado ao espaço então denominado de Região Metropolitana.

A metrópole lidera a área na qual está inserida e exerce uma forte influência sobre as cidades que constituem a sua região metropolitana, permitindo-lhes usufruírem da mesma infra-estrutura, como os meios de transporte disponíveis, hospitais, postos de saúde, escolas, entre outros.

Para Firkowski (2002b), a metrópole é um centro urbano de grandes dimensões, populoso, moderno e, por isso, apresenta iminentes problemas de desigualdades socioeconômicas.

De acordo com MOTTA e AJARA (2001, p10), a rede urbana brasileira vem sendo constituída por redes de cidades, as quais, pelo fato de estarem fisicamente próximas umas às outras, se comunicam e interagem, estabelecendo trocas de informações, serviços, estruturas urbanas e sociais, entre outras. A rede urbana do país:

“compreende o conjunto de centros urbanos que polarizam o território nacional e os fluxos de pessoas, bens e serviços que se estabelecem entre eles e com as respectivas áreas rurais. É formada por centros urbanos de dimensões variadas, que estabelecem relações dinâmicas de diferentes magnitudes” (MOTTA e AJARA, 2001, p. 10).

Essa nova forma de urbanização das cidades brasileiras as transforma em potenciais centros de atração dos mais variados investimentos – tanto nacionais quanto internacionais – e de pessoas, nos quais a população cresce em um ritmo tão acelerado que, muitas vezes, se encontra acima da média nacional.

2 A REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA E SUA COORDENAÇÃO

A criação das regiões metropolitanas brasileiras ocorreu em 1973, mediante Lei Federal Complementar nº. 14, constituindo-se num esforço voltado para que as atividades e problemas urbanos fossem mais bem coordenados; além disso, essa lei caracteriza as metrópoles como pólos de desenvolvimento urbano cuja coordenação é realizada por entidades específicas.

A Região Metropolitana de Curitiba, mais conhecida como RMC, foi uma das regiões metropolitanas criadas por essa lei e surgiu como consequência da intensificação do fluxo migratório campo-cidade e do processo de urbanização das cidades, os quais geraram regiões urbanas em torno das principais capitais brasileiras.

Quando de sua configuração inicial, era constituída pelos municípios de: Curitiba, Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Colombo, Contenda, Mandirituba, Piraquara, Quatro Barras, Rio Branco do Sul e São José dos Pinhais.

Sua constituição original permaneceu inalterada até meados de 1990, quando naquele ano começaram a ocorrer os primeiros desmembramentos de municípios metropolitanos, fazendo surgir, então, os municípios de Fazenda Rio Grande, Tunas do Paraná, Pinhais e Itaperuçu.

Entretanto, os limites municipais só foram alterados quatro anos depois dos desmembramentos, quando, naquele mesmo período, foram incluídos à RMC os municípios de Cerro Azul, Quitandinha, Doutor Ulysses e Tijucas do Sul. Adrianópolis, Agudos do Sul e Campo Magro foram acrescentados à região um ano depois, marcando, assim, a última alteração no território na década de 1990.

A Região Metropolitana de Curitiba permaneceu com 25 municípios até a inserção da Lapa, por meio da Lei Estadual 13.512/2002, assumindo, então, sua configuração atual.

A constituição da Região Metropolitana de Curitiba serviu para que fosse planejado um espaço adequado para abrigar as novas empresas que estavam sendo instaladas na região, bem como para as pessoas que estavam migrando do campo para a cidade em busca de melhores condições de vida e trabalho.

Um ano após a criação das principais regiões metropolitanas do país, entre as quais a RMC, criou-se – por meio da Lei Estadual nº 6.517/74 – a COMEC, Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, formada por um Conselho Deliberativo, Conselho Consultivo e Secretaria Administrativa cujo objetivo principal seria o de coordenar as atividades que dizem respeito à RMC.

Trata-se de uma entidade autárquica do Governo do Estado do Paraná cujas finalidades são: organizar, planejar e executar as funções públicas de interesse comum da sociedade e das cidades que compõem a RMC.

Dessa forma, pode-se dizer que é o órgão responsável pela promoção do desenvolvimento integrado econômico e social da região, controle do uso e ocupação do solo, habitação, abastecimento de água, manejo de resíduos, transporte coletivo intermunicipal, além da cooperação entre as cidades constituintes da RMC. Possui a atribuição de “integrar e organizar o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum” da população e dos vários municípios que compõem essa área.

Assim, em 1978, a COMEC desenvolveu o Plano de Desenvolvimento Integrado (PDI) da Região Metropolitana de Curitiba. O documento fundamentava-se em um modelo de organização territorial, visando à ação metropolitana, prevendo a criação de áreas de contenção, preservação, promoção e dinamização, definidas pela consideração de características e potencialidades do espaço e das atividades existentes.

Foi um projeto inovador na articulação de dados regionais, até então nunca analisados sob a ótica metropolitana, determinando que o desenvolvimento urbano ocorresse sustentavelmente, ou seja, de forma adequada, para que não viesse a causar nenhum prejuízo ao espaço em questão e muito menos aos que dele precisam para sobreviver.

De acordo com Lima e Mendonça (2001, p.138), o produto resultante do PDI deveria ser “uma região equilibrada em suas diferentes dinâmicas, na qual o desenvolvimento urbano tivesse o suporte adequado sem que isso prejudicasse as bases produtivas e a qualidade de vida humana”.

Todavia, a COMEC somente passou a ser percebida como um órgão de apoio ao executivo estadual para a decisão dos problemas metropolitanos na década de 1990.

Apesar disso, foi só no ano de 2000 que a COMEC intensificou seu trabalho nas atividades ligadas ao planejamento metropolitano. O processo de planejamento se iniciou dando enfoque ao ordenamento territorial, cujo objetivo principal é a regulamentação do uso do solo nas áreas de mananciais, amparada pela lei 12248/98.

As metrópoles costumam ser centros urbanos de grande porte, populosos, modernos e, por isso, caracterizados por graves problemas de desigualdades econômicas e sociais. A RMC não é diferente e seu conflito mais relevante é o de caráter ambiental, agravado principalmente pelo fato de que as indústrias têm se instalado em áreas de mananciais e, até mesmo, de proteção ambiental.

O agravamento dos problemas decorrentes dessa nova realidade – tal é o caso do uso do solo, do lixo, do abastecimento de água, do transporte coletivo, entre tantos outros – exige intervenções conjuntas para sua solução, como, por exemplo, a união da COMEC com as prefeituras e secretarias dos municípios envolvidos.

3 A AÇÃO DA COMEC PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

Neste tópico, foram organizadas algumas ações da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, muitas vezes em parceria com outros órgãos municipais e estaduais. Tais ações são desenvolvidas por essa entidade, para que seja feita a integração, a organização do planejamento e desenvolvimento sustentável, além da execução das funções públicas de interesse comum da população e dos municípios que compõem a RMC, tais como o controle do uso e ocupação do solo, habitação, abastecimento de água, manejo de resíduos sólidos, transporte coletivo intermunicipal, saúde pública, entre outros.

A disponibilidade de água, tanto em quantidade quanto em qualidade, é um dos principais fatores limitantes do desenvolvimento das cidades. Os problemas de abastecimento de água que vêm ocorrendo na Região Metropolitana de Curitiba, realizado por meio da captação do rio Passaúna e do sistema alto Iguaçu, têm a sua causa no vertiginoso crescimento populacional que se tem verificado nos últimos anos.

O direito de acesso ao saneamento básico de qualidade é de fundamental importância para aqueles que vivem na RMC e, para que esse bem não se torne escasso ou traga malefícios à saúde da população, os recursos hídricos devem ser conservados. Por isso são bem-vindos programas que incentivem essa causa, principalmente por parte do poder público, que tem o dever de fornecer o serviço aos cidadãos.

Porém, para se continuar a ter acesso à água potável, recurso vital cada vez mais ameaçado, depender-se-á muito da coleta e do adequado destino dado ao lixo que é produzido todos os dias, pois o local que o receber deverá estar totalmente impermeabilizado de forma a não contaminar os lençóis freáticos.

A descarga e o armazenamento desses resíduos em locais inadequados podem causar verdadeiros desastres ambientais, tais como a alteração da qualidade do ar por causa das emissões de gases e poeiras, além de atrair diversos vetores causadores de enfermidades, como ratos, moscas, etc.

Os aspectos favoráveis e desfavoráveis aos envolvidos devem ser profundamente estudados, avaliados e comparados, para que possam ser efetivamente aplicadas soluções que apresentem o mínimo de impactos possível, tanto para a população quanto para o meio-ambiente.

Dessa forma, a sociedade em geral deve estar conscientizada das conseqüências de suas escolhas, pois estas determinam o seu futuro e o do lugar onde vivem, e deve se comprometer também em, necessariamente, arcar com os seus custos.

A questão do transporte público é de especial interesse aos que vivem em grandes cidades e regiões metropolitanas do país, pois, muitas vezes, essas pessoas necessitam daquele meio de locomoção para chegarem aos seus locais de trabalho, os quais podem estar situados em outra cidade pertencente à metrópole. Assim, podemos notar a importância dos ônibus, metrô e trens nas vidas dos trabalhadores das regiões metropolitanas brasileiras, tais como os da Região Metropolitana de Curitiba.

Portanto, em se considerando que a Região Metropolitana de Curitiba tem um alto índice de concentração populacional, pode ser observada uma forte tendência no aumento e agravamento de questões sociais nessa região. Ou seja, violência, ineficiência da infra-estrutura básica e, infelizmente, também dificuldades no acesso a recursos fundamentais, como é o caso da saúde pública, saneamento básico, transporte público, educação, segurança, entre outros.

3.1 Recursos Hídricos – Saneamento Básico

Quando o Plano de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Curitiba (PDI) foi elaborado pela COMEC, este deixava pendente algumas questões essenciais para que fossem executados o correto planejamento e usufruto dessa área, o que acabou por prejudicar, principalmente, os mananciais que a abastecem. Por isso, em sua reformulação, foi priorizada a questão da sustentabilidade ambiental, dando foco aos recursos hídricos disponíveis no entorno.

Sua finalidade era a de assegurar uma melhora significativa na qualidade de vida da população dos municípios integrantes da RMC, compreendendo ações integradas voltadas para a recuperação, conservação e gestão do meio ambiente da bacia hidrográfica do Alto Iguaçu, além de reordenar territorialmente a região dos mananciais, com a proposta de adequar a forma de uso e ocupação do território, promovendo, conseqüentemente, a ampliação e fornecimento de saneamento básico, ou seja, água tratada e esgoto.

Essa questão ganhou destaque com a criação da lei 12.248/98, a qual introduziu um novo Sistema de Gestão e Proteção dos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba, o SIGPROM, instalando, assim, um processo de regulamentação do uso do solo nas áreas de mananciais, tendo como foco principal o ordenamento territorial.

Os resultados mais significativos desse trabalho podem ser verificados nas novas leis de zoneamento, aplicadas em áreas com alto índice de ocupação urbana em territórios de proteção dos mananciais, de forma a adequar o uso e ocupação desses espaços, para que seja respeitada a sua capacidade e sustentabilidade.

Portanto, pode-se verificar que a COMEC, em parceria com outros órgãos do governo, tem se preocupado em criar programas que respeitem às principais fontes de abastecimento da Região Metropolitana de Curitiba. Entre eles se pode citar o Projeto Novo Guarituba (2006), que pretende inibir as ocorrências de cheias e alagamentos da região do Jardim Guarituba, em Piraquara, preservando o maior centro de abastecimento de água de Curitiba e Região Metropolitana, bem como a regularização da ocupação dessa área.

3.2 Aterro Sanitário

O aterro da Caximba, atual depósito dos resíduos sólidos de catorze municípios da Região Metropolitana de Curitiba, tem como previsão de encerramento de suas atividades o mês de julho de 2008, quando possivelmente estará alcançando o seu limite de armazenagem de compostos.

Segundo informações da prefeitura de Curitiba, o aterro da Caximba recebe cerca de duas mil e duzentas toneladas de lixo por dia de Curitiba e outros catorze municípios da região metropolitana.

A capital paranaense é responsável por 60% dos resíduos gerados. Outros 25% saem dos demais municípios, e 15% são depositados por grandes geradores, como shopping centers, restaurantes, fábricas e hotéis. Portanto, o pouco tempo de vida útil previsto exige a integração dos municípios nas discussões de alternativas futuras.

Antecipando-se a esse fato, o prefeito de Curitiba, Beto Richa, reativou, no último ano, as atividades do Consórcio Intermunicipal para Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos, que estavam paralisadas desde 2002. Seu objetivo é o de integrar, organizar e gerenciar as atividades relativas à correta coleta e destinação dos resíduos sólidos dos municípios usuários do aterro da Caximba.

Preocupada com essa questão, a COMEC – em parceria com a Secretaria do Meio Ambiente, o Instituto Ambiental do Paraná e a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano – encomendou à empresa Minerais do Paraná uma análise completa para selecionar as áreas mais adequadas a receber os resíduos sólidos que são produzidos em toda a Região Metropolitana de Curitiba.

Esse projeto teve como objetivo fazer um levantamento dos espaços que melhor comportariam abrigar a instalação de aterros sanitários complementares ao atual depósito de detritos. Além disso, buscou-se avaliar profundamente a extensão e as interações com o meio físico e a geração de passivos ambientais em depósitos selecionados, propondo medidas de remediação.

A Mineropar, que desenvolveu as pesquisas necessárias à seleção de áreas para disposição de resíduos sólidos, indicou áreas favoráveis ao empreendimento do ponto de vista geotécnico, as quais se localizam nos municípios de Araucária, Fazenda Rio Grande, Mandirituba, Contenda e Campo Largo.

A escolha do local “ideal” que constituirá o novo aterro da RMC depende das decisões tomadas pelas prefeituras dos municípios envolvidos, as quais devem se fundamentar nos estudos realizados, para que o depósito dos resíduos sólidos aconteça de forma segura tanto em termos de controle de poluição ambiental, quanto em proteção ambiental.

3.3 Transporte Público

Na década de 1980, com a implantação dos eixos leste e oeste, a cidade começou a traçar um projeto grandioso, cujo objetivo seria a integração do transporte coletivo – ônibus – dos principais municípios que formam a Região Metropolitana de Curitiba.

Surgiu, assim, um sistema totalmente inovador no Estado do Paraná e até mesmo no país, a Rede Integrada de Transportes – RIT, que permite aos usuários percorrerem diversos trajetos com o pagamento de uma única tarifa, mediante utilização dos terminais de integração.

A URBS, Urbanização de Curitiba S.A., gerencia o sistema, atuando como concessionária das linhas e responsável pelo planejamento e gerenciamento dos coletivos da RMC, enquanto as empresas privadas operam como permissionárias, permitindo que a rede de transportes da capital seja integrada em âmbito metropolitano.

Fazem parte da RIT os municípios de Campo Magro, Campo Largo, Araucária, Fazenda Rio Grande, São José dos Pinhais, Pinhais, Colombo, Rio Branco do Sul, Itaperuçu, Piraquara, Bocaiúva do Sul, Almirante Tamandaré, Contenda e Curitiba.

Aproximadamente, são trezentas e oitenta e cinco linhas de ônibus que utilizam uma frota de dois mil e trezentos veículos para transportar quase dois milhões de passageiros/dia; além disso, para dar prioridade a esse tipo de transporte, a RIT conta com setenta e dois quilômetros de canaletas exclusivas.

A evolução da RIT foi significativa, tanto que, em 1991, as Linhas Diretas ou os Ligeirinhos, como são mais conhecidos, surgiram para suprir a necessidade da agilidade requerida nesse tipo de transporte, permitindo o embarque e desembarque dentro de “estações tubo”, construídos especialmente para operar como uma espécie de metrô onde as pessoas pagam antecipadamente a tarifa e ficam aguardando os ônibus.

Desde a sua criação, a COMEC vem desenvolvendo planos e programas com o objetivo de consolidar a proposta de integrar o transporte metropolitano na Região Metropolitana de Curitiba. Por isso, criou-se o Programa de Integração do Transporte (PIT/RMC), cujas atividades de planejamento davam ênfase às obras viárias e às infra-estruturas de transporte metropolitano.

Entre outras realizações da URBS, merece destaque a criação da tarifa domingueira (2005), que permite aos usuários da RIT utilizarem o transporte coletivo pagando apenas R\$ 1,00.

3.4 Saúde

A capital paranaense e os municípios integrantes da Região Metropolitana devem constituir o Consórcio Metropolitano de Saúde do Paraná (Comesp), o qual proporcionará atendimento ambulatorial e hospitalar com qualidade e custo acessível, integrando os serviços realizados entre as cidades consorciadas, bem como oferecendo atendimento em certas especialidades.

Os municípios que pertencem ao consórcio são: Curitiba, Araucária, Lapa, Campo do Tenente, Contenda, Agudos do Sul, Campo Magro, Campo Largo, Balsa Nova, Campina Grande do Sul, Fazenda Rio Grande, Cerro Azul, Mandirituba, Quatro Barras, Colombo, Pinhais, Piraquara, Tijucas do Sul, Doutor Ulysses, Tunas do Paraná, Bocaíuva do Sul, Almirante Tamandaré, Adrianópolis, Piên, Quitandinha e Itaperuçu.

De acordo com o vereador Rui Hara (PSDB),

“muitas pessoas de outras cidades vêm a Curitiba realizar consultas, comprometendo o sistema de saúde da capital. Com a proposta, os hospitais e unidades de saúde estarão aliviados, podendo oferecer centros especializados em determinadas áreas.”¹

Na opinião da diretora da 2ª Regional de Saúde, Marinalva Silva, “o grande vencedor, sem sombra de dúvidas, é a população”.²

Com os recursos do Governo do Estado, ocorrerão cerca de três mil e trezentas consultas e mil e cem exames mensais, com a capacidade para prestar atendimento à população em especialidades como cardiologia e neurologia. O Governo também colocará à disposição do consórcio toda a infra-estrutura encontrada nos seus dois Centros Regionais de Especialidades – CRES.

¹ Texto extraído do *site* <http://www.cmc.pr.gov.br>

² Texto extraído do *site* <http://www.aenoticias.pr.gov.br>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo tendo sido criada em 1974, a Região Metropolitana de Curitiba ainda está nos primeiros estágios da cooperação para o desenvolvimento integrado. O passo mais importante nessa direção foi dado, a partir do ano 2000, quando a COMEC intensificou as atividades ligadas ao planejamento do espaço metropolitano.

A participação da COMEC em projetos da área da saúde, destinação do lixo urbano, transporte público, saneamento básico, entre outros, é condição essencial para se obter sucesso na região.

Cabe à população residente em cada município da Região Metropolitana de Curitiba buscar e estimular a participação de sua cidade no processo de planejamento regional coordenado pela COMEC. Sem isso, os projetos propostos pela coordenação não lograrão êxito.

REFERÊNCIAS

- FIRKOWSKI, O. L. C. F. A nova lógica de localização industrial no aglomerado metropolitano de Curitiba. *In: Revista Paranaense de Desenvolvimento*, n.103. Curitiba: IPARDES, 2002a.
- FIRKOWSKI, Olga Lúcia Castreghinide Freitas. Os desafios da gestão metropolitana em Curitiba. *In: Anais da 6ª Conference of the Brazilian Studies Association (BRASA)*. Atlanta, Georgia, April 4-6, 2002b.
- LENCIONI, Sandra. A emergência de um novo fato urbano de caráter metropolitano em São Paulo. A particularidade de seu conteúdo socio-espacial, seus limites regionais e sua interpretação teórica. *In: Anais do X Encontro Nacional da ANPUR*. Belo Horizonte: ANPUR, 2003.
- LIMA, Cristina de Araújo e MENDONÇA, Francisco. **Planejamento urbano-regional e crise ambiental**: Região Metropolitana de Curitiba. São Paulo em perspectiva, 2001.
- MOTTA, Diana Meirelles da, e AJARA, César. Configuração da rede urbana do Brasil. *In: Revista Paranaense de Desenvolvimento*, n.100. Curitiba: IPARDES, 2001.

Sites Pesquisados

- AGÊNCIA ESTADUAL DE NOTÍCIAS. Disponível em <<http://www.aenoticias.pr.gov.br/modules/news/print.php?storyid=24064>> Acesso em 13 fev. 2007.
- CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. Disponível em <http://www.cmc.pr.gov.br/ass_det.php?not=8335> Acesso 02 mar.2007.
- COMPANHIA BRASILEIRA DE PROJETOS E EMPREENDIMENTOS. Disponível em <<http://www.cobrape.com.br/projpriv.htm>> Acesso em 02 mar. 2007.

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ. Disponível em: <<http://www.cohapar.pr.gov.br/modules/noticias/print.php?storyid=331>> Acesso em 13 fev.2007.

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ. Disponível em <<http://www.sanepar.com.br/sanepar/sanare/V12/Mananciais/mananciais.html>> Acesso 02 mar.2007.

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ. Disponível em <<http://www.sanepar.com.br/sanepar/sanare/V12/Mananciais/mananciais.html>> Acesso em 13 fev. 2007.

COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA. Disponível em: <www.comec.pr.gov.br>. Acesso em 13 fev.2007.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. Disponível em: <www.pr.gov.br/comec/PDIdoc_Sint.pdf> Acesso em 13 fev.2007.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. Disponível em <http://www.pr.gov.br/comec/download/PDIdoc_Sint.pdf> Acesso em 13 fev.2007.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. Disponível em <<http://www.pr.gov.br/comec/ormc.html>> Acesso em 13 fev.2007.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO. Disponível em <http://www.ippuc.org.br/pensando_a_cidade/index_transpcoletivo.htm> Acesso em 13 fev. 2007.

PARANACIDADE. Disponível em: <<http://www.paranacidade.org.br/mznews/imprimir.php?id=cbf88b1e63>> Acesso em 13 fev.2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. Disponível em: <<http://centro-civico.curitiba.pr.gov.br/Noticia.aspx?n=5626>> Acesso em 13 fev.2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. Disponível em <<http://centro-civico.curitiba.pr.gov.br/Secretaria.aspx?o=24>>. Acesso em 13 fev.2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. Disponível em <http://www.curitiba.pr.gov.br/Servicos/MeioAmbiente/limpeza_publica/cachimba.html> Acesso em 13 fev. 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. Disponível em <<http://www.curitiba.pr.gov.br/Noticia.aspx?n=2673>>. Acesso em 02 mar.2007.

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS PÚBLICAS DO PARANÁ. Disponível em: <<http://celepar07web.pr.gov.br/decom/obras3.asp?mun=Piraquara>> Acesso em 13 fev.2007.

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS PÚBLICAS DO PARANÁ. Disponível em <<http://www.pr.gov.br/seop/>> Acesso em 13 fev.2007.

INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA CURITIBA

Rafael Alexandre Pino Gomes*
Orientador: Prof. Christian Luiz da Silva**

RESUMO

O objetivo do artigo é descrever e caracterizar os indicadores de Desenvolvimento Sustentável para a cidade de Curitiba-PR, e sua utilização como uma ferramenta do sistema complexo de Desenvolvimento Sustentável. A necessidade de utilização dos indicadores é sustentada no artigo como forma de viabilizar o sistema complexo de desenvolvimento, com foco nas dificuldades da utilização dos dados periódicos e na importância da resolução dessa problemática em um contexto sistêmico da sustentabilidade.

Palavras-chave: desenvolvimento sustentável; indicadores; sustentabilidade; Curitiba.

* Acadêmico do 3º ano do curso de Administração. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2006) da UNIFAE - Centro Universitário Franciscano. rafaelvirtual@gmail.com

** Doutor em Engenharia de Produção (UFSC). Professor de graduação e pós-graduação da UNIFAE - Centro Universitário Franciscano.

INTRODUÇÃO

O crescimento da economia em um país está associado a vários fatores, tais como aumento da taxa do PIB, taxa de desemprego, política fiscal e monetária, PNB, nível de renda, regime político de um país. Além dessas variáveis da economia, um outro fator é tão importante quanto elas para mensurarmos a capacidade de um país de crescer sem se destruir internamente de forma gradativa, ou seja, estamos falando do Meio Ambiente.

Sua utilização econômica consciente é fundamental, pois é sabida a importância de utilizarmos os recursos naturais como fatores de produção vitais para o crescimento e desenvolvimento econômico e para suprir a contínua demanda consumista humana.

É importante destacar o desenvolvimento sustentável para a manutenção da economia de um país no longo prazo, ou seja, não somente enfatizando o passado ou o presente, mas também as conseqüências de explorar os recursos naturais adiante, no futuro.

Mediante a necessidade de respeitar, preservar e conscientizar a exploração ambiental, surge a importância para que as próximas gerações tenham como dar continuidade ao processo de crescimento econômico e desenvolvimento sustentável (BELLEN, 2006).

Porém, existe um grande problema na atualidade que é aliar os interesses econômicos com o modo e o ritmo de exploração de recursos naturais para suprir as necessidades humanas. Com isso, aliam-se essas necessidades humanas em seu aspecto cultural, educacional e de valores com a adoção de padrões de consumo mais equilibrados ecologicamente.

Nesse sentido, a presente pesquisa abrangerá as características dos indicadores de desenvolvimento sustentável, e sua importância para o Desenvolvimento Sustentável e interação econômico-ambiental em um contexto sofisticado de globalização e capitalismo.

Com base no fato de que a Terra está sendo constantemente consumida pela própria raça humana, que não mede esforços em extrair lucros financeiros em troca da exploração da natureza, e de todos os animais que nela habitam, justifica-se plenamente aquele enfoque.

Em uma visão sistêmica, a consciência dos atos para com o habitat natural dos seres vivos diz respeito a cada ser vivo e seu habitat, no intuito de zelar pelo seu patrimônio natural e conseqüente preservação e perpetuação de sua espécie pelo maior prazo possível.

O sistema só pode ser inserido em uma sociedade, se estiver proposto em meio a políticas públicas que efetivem os processos, regulamentem e dirijam a sociedade para o desenvolvimento sustentável.

Além disso, para que se utilize um sistema, são necessárias algumas ferramentas que o viabilizem, de forma a mensurar e monitorar os itens que compõe a sociedade e fazem parte da sustentabilidade econômica atual.

Para a mensuração desses itens, é útil a utilização de indicadores como ferramentas que possibilitem a análise quantitativa e qualitativa em um determinado período de tempo.

O objetivo deste artigo centra-se em caracterizar os cento e dezessete indicadores de desenvolvimento sustentável selecionados para Curitiba, divididos em quatro dimensões: social, ambiental, econômica e cultural e que implicam:

1. Apresentar as características de cada um dos indicadores, descrevendo-os para interpretá-los, justificar sua utilização e função além de apresentar a fonte e período dos indicadores;
2. Levantar os indicadores de desenvolvimento sustentável por bairro de Curitiba, de modo a utilizá-los por micro-região;
3. Avaliar os indicadores de desenvolvimento sustentável por bairro da capital paranaense.

Entretanto, os indicadores a serem utilizados no modelo possuem uma periodicidade que limita o trabalho ao que se pode chamar de *tracking just in time*. Para que se possa ter um acompanhamento real dos indicadores, é necessário que eles tenham uma atualização passível de que sejam utilizados num tempo certo, sem que haja uma defasagem que prejudique o sistema. Por isso, há fatores que constituem a limitação do trabalho com os indicadores, que são agrupados em três tópicos:

1. Temporal: Os indicadores para Curitiba, coletados a partir de 1997. Além disso, muitos dos indicadores são censitários, ou seja, dependem da pesquisa do Censo que é realizada em um período mais extenso (até dez anos de defasagem);
2. Os indicadores ou dados serão secundários. Não serão feitas coletas de dados primários;
3. Geográfica: A área a que se aplica o modelo se limita à Curitiba e/ou seus bairros, pois os indicadores utilizados se aplicam a um microlocal, ou seja, possuem divisão por bairros.

Além dessa seção, o trabalho está organizado em mais três seções. A segunda trata do conceito de Desenvolvimento Sustentável e seus indicadores. A terceira discutirá indicadores existentes para Curitiba, e, na quarta, serão apresentados os indicadores e se fará uma avaliação capacitiva dos bairros por indicador por meio de representações gráficas.

1 METODOLOGIA

1.1 Desenvolvimento Sustentável e seus Indicadores

A princípio, a idéia de desenvolvimento sustentou-se na necessidade de aliar os interesses econômicos e da sociedade, por meio da ocidentalização, ou seja, pelos sistemas que se desenvolveram e prosperaram após a Segunda Guerra Mundial no Ocidente, que são o Capitalismo e o Comunismo.

Com isso, surgiu a Administração do Desenvolvimento, que consiste, basicamente, nos países mais ricos ajudando os mais pobres. Além disso, destaca-se a criação das entidades burocráticas que consistiam em buscar mais ajuda internacional.

Houve também o aumento da industrialização, o surgimento da globalização e outros fatores que influenciaram a necessidade de sustentabilidade dos recursos e meios de produção nas organizações. Entretanto, para que haja sustentabilidade, é necessário que haja um melhoramento contínuo de gestão nas políticas públicas, para o que também se faz necessário o uso de um sistema complexo de desenvolvimento sustentável, aliado a uma poderosa ferramenta de mensuração, quantificação e controle do sistema que são os indicadores de desenvolvimento sustentável.

De acordo com o relatório do *CSD Theme Indicator Framework from 2001* das Nações Unidas, há muitas ferramentas e metodologias projetadas para medir e difundir o progresso para o desenvolvimento sustentável. Uma das ferramentas mais populares são os indicadores e índices, que são um amálgama de mais de um indicador.

Um indicador de desenvolvimento sustentável pode, geralmente, ser compreendido como uma ferramenta quantitativa que analise mudanças, ao medir e ao difundir o progresso para o uso e gerenciamento sustentável de recursos econômicos, sociais, organizacionais e ambientais. Um indicador é algo que aponta um resultado ou uma circunstância. Sua finalidade é mostrar como o sistema está trabalhando para os objetivos já estabelecidos.

Os indicadores são vistos normalmente como algo quantitativo e, nesse sentido, um indicador não é o mesmo que indicação. Isso não significa que não pode haver nenhum indicador qualitativo. A escolha entre indicadores quantitativos e qualitativos depende, principalmente, da finalidade dos indicadores, embora os indicadores quantitativos sejam usados mais freqüentemente.

As funções representativas dos indicadores, no que tange à mensuração, funcionam como um mapa, um roteiro ou guia que auxilia a visualização, monitoramento e suporte para quem deseja acompanhar um processo de crescimento, decrescimento e/ou estagnação.

Um indicador, para ser viabilizado, deve obedecer a alguns critérios¹, são eles:

- **Orientação** - Definição inicial sustentada por questões-chave;
- **Existência Jusificada** - O Sistema deve ser compatível e hábil na sua existência no ambiente particular
- **Eficiência e Eficácia** - Para esse ponto, o indicador deve agregar valor ao sistema de gestão, precisa mensurar algo relevante.
- **Flexibilidade para Mudança** - Há autonomia suficiente para responder às mudanças que impactam o sistema?
- **Seguro** - A segurança é atribuída pela estabilidade e ao que representa o indicador (volatilidade, níveis estatísticos de confiança);
- **Adaptabilidade** - Flexibilização de uso do indicador e sua disponibilidade operacional (utilização do indicador em diversas situações)
- **Compatibilidade** - A coexistência dos indicadores poderá efetivamente ocorrer com outros sistemas? Ex: Será limitado quando um indicador “x”, vinculado a uma pesquisa estatística “x”, utilizada para o sistema de desenvolvimento “x”, não puder ser implantado no sistema “y” com as pesquisas “y”.
- **Necessidades Cultural e Psicológica** - O indicador está de acordo com as necessidades psicológicas e culturais da população?

Entretanto, um indicador está suscetível a não satisfazer todos os requisitos necessários; para tanto, ter-se-ia necessidade da aglomeração de indicadores para formação de um composto que se criaria para sintetizar a informação e sua utilização. Esse conjunto constitui os indicadores-chave do sistema de desenvolvimento sustentável.

A idéia de desenvolvimento sustentável consiste, basicamente, no desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender às necessidades das futuras gerações (WCED, 1987). A Agenda vinte e um, de 1992, define o conceito de desenvolvimento sustentável a partir das premissas de compatibilizar a preservação do meio ambiente, a justiça social, o crescimento econômico, a participação e controle da sociedade como elementos para democratizar o direito à qualidade de vida (WIENS, 2007, p. 27)

É o desenvolvimento da sustentabilidade que faz uma reeducação de utilização de recursos para o futuro. Isso significa que o desenvolvimento sustentável é resultado da compreensão definitiva de que a substituição do modelo econômico tradicional pelo modelo sustentável só será possível a partir de uma ampla e radical mudança de cultura, valores e postura econômica.

¹ Modelo adaptado que se refere à orientação básica para definição de indicadores definidos por Bossel (1999) adaptado do capítulo IX. “Indicadores de Desenvolvimento Sustentável” da obra “Desenvolvimento Sustentável: Um modelo analítico integrado e adaptativo”.

2 RESULTADOS

2.1 Indicadores de Desenvolvimento Sustentável para Curitiba

Nesta seção serão abordados o índice de Qualidade de Vida do IPPUC e o índice de qualidade do ambiente (WIENS, 2007). Ambos utilizam indicadores em todas as dimensões de Desenvolvimento Sustentável e de acordo com o IPPUC (2003), a avaliação da “Qualidade de Vida em Curitiba”² é um dos marcos do monitoramento da cidade, principalmente no que se refere aos aspectos qualitativos e norteadores de ações locais, com base em diferenciais intra-urbanos. Por sua vez, o índice de Qualidade de Vida de Curitiba tem por objetivo consolidar um processo de monitoramento das condições de vida da população com ênfase em seis pontos:

- I. Comparação entre os indicadores encontrados na cidade e em cada bairro com as melhores e piores situações encontradas, seja dentro da própria cidade, seja em outras cidades, regiões ou países;
- II. Avaliação constante da qualidade de vida do município como um todo e das diferentes micro-áreas (bairros), de maneira a observar sua evolução;
- III. Caracterização dos diferenciais intra-urbanos da cidade, estabelecendo-se índices de condições de vida para cada micro-área, permitindo comparação entre eles;
- IV. Disseminação das informações analíticas dos resultados globais ou locais nas áreas específicas, para que sejam estimulados processos de transformações das diferentes realidades locais;
- V. Indicação das áreas que necessitam maior intervenção do Poder Público com o objetivo de reduzir desigualdades;
- VI. Oferecer subsídios ao planejamento urbano e à criação de políticas específicas para o município, auxiliando na priorização das ações e na tomada de decisões gerenciais, informando, inclusive, sua localização geográfica.

O método Genebrino ou Distancial mede, basicamente, os resultados dos benefícios sociais alcançados por uma população. Estatisticamente, admite-se o nível

² O trabalho “Qualidade de Vida em Curitiba – 2003” é um consolidador da prática de avaliação iniciada em 1984, quando foi utilizado inicialmente no Brasil o método Genebrino ou Distancial. A partir de 1995, o IPPUC passou a realizar de forma sistemática essa avaliação com o objetivo de conhecer e entender os diferentes estágios de desenvolvimento encontrados dentro da própria cidade (em cada bairro) e a posição que a cidade ocupa no cenário nacional e mundial.

de vida como o estado atual das condições concretas de vida e não uma condição desejada ou esperada. Nesse contexto, o nível de população é (Y), em uma dada unidade de tempo (t) e em uma dada unidade de espaço (d=1,2,3...).

Considera, ainda, o grau de satisfação obtido das necessidades materiais e culturais das economias domésticas (Y1td, Y2td,...Yk-1td, Yktd), no sentido da garantia dessa satisfação, por meio dos fluxos de mercadorias e de serviços pagos e dos fluxos do fundo de consumo coletivo.”³

Para a construção do índice de qualidade do ambiente, é utilizado o método Genebrino, o mesmo método utilizado pelo IPPUC no indicador de qualidade. Porém, o IPPUC enfoca a qualidade de vida, ao passo que aquele relaciona todas as variáveis de todas as dimensões do desenvolvimento sustentável disponíveis por bairro, focado na qualidade do ambiente.

O conceito de Qualidade de Vida utilizado no trabalho do IPPUC descrito anteriormente é aquele que envolve variáveis estritamente qualitativas dentro das condições objetivas e dos aspectos subjetivos, para a avaliação dos resultados dos benefícios sociais alcançados pela implementação de políticas públicas no atendimento das necessidades básicas de uma sociedade.

Porém, essas variáveis são tratadas separadamente, pois são levantados e tratados os indicadores de Qualidade de Vida em Habitação, Saúde, Educação, Transporte e Segurança.

A diferença entre qualidade ambiental e qualidade de vida reside no fato de que, segundo Macedo (1995, p. 17-18), “a qualidade ambiental expressa as condições e os requisitos básicos que ele detém, de natureza social, econômica, cultural e política. E a qualidade de vida expressa a qualidade ambiental específica do fator ambiental HOMEM”.

Na próxima seção, serão apresentados indicadores que compõem esses índices e avaliados comparativamente por bairro.

3 DESCRIÇÃO DOS INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE CURITIBA

Esta seção explicita a descrição dos indicadores, apresentando o seu significado. Além disso, justifica seu uso e o porquê de sua importância, e, em seguida, são apresentadas as fontes dos indicadores. Os indicadores estão divididos por suas dimensões representativas, ou seja, em área de transportes, populacional, educacional, habitacional, saúde, área verde, econômica e cultural.

³ Conceito em que se baseia a metodologia do IPPUC.

3.1 Indicadores por Dimensão do Sistema de Desenvolvimento Sustentável

A tabela 1 abaixo demonstra todas as dimensões dos indicadores, subdividindo-os pela quantidade de indicadores, número de fontes e a banda de periodicidade (mínimo – máximo) que cada dimensão de conjunto de indicadores possui. A quantidade total de indicadores é cento e dezessete, e a periodicidade apresentada é de 1997 a 2007 ou períodos específicos, ou seja, entre os anos citados ou em um ano ou mais especificamente.

TABELA 1 - DIMENSÕES DE INDICADORES

AMBIENTE	QUANTIDADE DE INDICADORES	QUANTIDADE DE FONTES	PERIODICIDADE
Espacial	05	02	2000 até 2004
Social	66	13	1997 até 2007
Ambiental	08	03	2000 até 2005
Econômico	29	04	2000 até 2005
Cultural	09	01	2000 até 2004

FONTE: APÊNDICE 1

3.2 Procedimentos Metodológicos

Neste item serão apresentados os procedimentos metodológicos para a construção das tabelas do item 4.3 (apresentações gráficas contidas no artigo completo) com os indicadores da capital paranaense, subdivididos por dimensão e numerados de acordo com o Apêndice 1 (em separado, embutido no artigo final).

Na divisão de indicadores, são apresentados o indicador, numerado de acordo com a descrição, a justificativa e as fontes encontradas no Apêndice 1, para melhor entendimento e conceituação dos indicadores.

Em Valores, são demonstrados os valores mínimo, médio e máximo, respectivamente, conforme modelo descrito na Figura 2. Para elaboração dos valores, o valor mínimo corresponde ao menor valor apresentado de um ou mais bairros de Curitiba, ao passo que o valor máximo corresponde ao maior valor apresentado de um ou mais bairros da capital.

A média é aritmética, sendo obtida da soma de valores de todos os bairros da cidade, totalizando os setenta e cinco que compõem a capital ecológica. Nos valores, quando abreviados quantitativamente (para melhor visualização), são discriminadas unidades correspondentes. Ex: 100.000 são 100 (em milhares).

O objetivo é mostrar a disparidade de valores dos bairros e a média em que se encontra cada indicador. A média demonstra estaticamente um padrão de referência que pode ser alto (a barra de valores indica gradativamente ao azul) ou pode ser baixo (a barra de valores indica gradativamente ao vermelho). Para visualizar os indicadores graficamente, consulte a apresentação gráfica contida no final da obra. A seguir, será comentada a viabilidade de indicadores por dimensões e o desempenho geral também por dimensão.

Em relação às funções representativas dos indicadores, assim como descrito na seção 2 deste artigo:

- Orientação: Descrição mostra que o indicador é objetivo no seu acompanhamento
- Existência Justificada: Propriedades do indicador justificam-se com sua utilidade.
- Eficiência e Eficácia: Permitem acompanhar o atendimento das metas estabelecidas;
- Flexibilidade para Mudança: Problema - Dificuldade de monitoramento permanente;
- Seguro: Indicadores coletados de fontes oficiais (IBGE, IPPUC, etc.);
- Adaptabilidade: Problema – Não há acompanhamento contínuo das evoluções (*tracking just-in-time*) em razão dos custos elevados de levantamento de dados.
- Compatibilidade: Há compatibilidade. Tanto que Wiens (2007) motiva em seu trabalho a inter-relação de diversos indicadores. Alguns, contudo, não se relacionam.
- Necessidades Cultural e Psicológica: Não é um problema, porque parte da caracterização da própria população.

Em relação aos indicadores no ambiente espacial (vide item 4.3 artigo final), que envolvem cinco indicadores, destacam-se os de transporte coletivo. O indicador que mede a quantidade de linhas de transporte demonstra que há falta de linhas na cidade para atender à demanda. Outrora, o indicador que mensurava o tempo de espera de um ônibus era baixo, revelando a qualidade do sistema da RIT em Curitiba.

Em relação aos indicadores sociais (vide item 4.3 artigo final), em sua maioria se encontram abaixo da média, ou seja, pela quantidade de bairros há poucas unidades de escolas, creches, bibliotecas, entre outros.

O exemplo dos indicadores (10) de Escolas Municipais e Estaduais nas cidades, ambas apresentadas nos gráficos na faixa vermelha, indica a má distribuição de escolas na cidade (concentração em alguns bairros como Centro, Água Verde, etc.), o que provavelmente demanda mais transporte coletivo para as crianças e adolescentes se deslocarem de seus bairros para as regiões onde há escolas. Esse é um bom exemplo da interação de indicadores em uma visão sistêmica urbana.

Os indicadores ambientais (vide item 4.3 artigo final) revelam uma situação pouco conhecida. Curitiba, que também é conhecida como “a capital ecológica”, enfrenta problemas de concentração e escassez de bosques, largos, parques, áreas verdes até então apenas percebidos graças aos indicadores que potencializam a dinamicidade de visualização macroambiental da capital paranaense perante os setenta e cinco bairros que a constituem.

Nos indicadores econômicos (vide item 4.3 artigo final), destaca-se que as atividades de serviços correspondem ao dobro da atividade de comércio na cidade e está medianamente distribuído na capital, o que não ocorre com a atividade industrial (alta concentração no CIC e Butiatuvinha) e com a atividade de comércio (concentração no Centro de Curitiba).

Nos indicadores Culturais (vide item 4.3 artigo final), destaca-se a escassez de Centros Esportivos e Eixos de Animação, além de número maior de pessoas que se declaram de religião católica, seguida da religião evangélica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelos indicadores, utilizados como ferramenta para a gestão pública, podem-se mensurar itens relevantes no aspecto dimensional de desempenho individual de indicadores de cada dimensão. O gestor da administração pública de posse de dados de desempenho pode analisar o passado, entender o presente e projetar o futuro.

Com base em um planejamento estratégico, podem-se esclarecer os três questionamentos básicos (o que somos? onde estamos? e aonde queremos chegar?) para um planejamento que almeja o desenvolvimento e, nesse conceito, para que a sustentabilidade do sistema se efetive de forma a concretizar um sistema de desenvolvimento sustentável.

Em relação ao objetivo da obra, pode-se resumir em uma metáfora: após a discriminação da ferramenta (indicadores), é possível que o técnico (gestor público) manipule a máquina (sistema de administração pública). Nesse sentido, o objetivo é que os indicadores sejam suficientemente conhecidos e aplicados para a macrorregião (Curitiba) ou micro região (bairros).

Tudo isso para que o pressuposto do Estado como viabilizador de um sistema de desenvolvimento sustentável se concretize, e o próprio Estado faça jus às suas funções para com a sociedade, auxiliando o seu desenvolvimento.

Portanto, esta obra contribui para que outras pesquisas sobre o tema Desenvolvimento Sustentável sejam realizadas, a fim de avançar o conhecimento e sua importância no presente e no futuro. Espera-se que as nações e os grupos de pesquisa possam contribuir cada vez mais com o que já foi estudado e agreguem valor à raça humana e seu habitat natural.

REFERÊNCIAS

BELLEN, Hans Michael van. **Indicadores de sustentabilidade**: uma análise comparativa. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

IPPUC. **Qualidade de vida em Curitiba – 2003**. IPPUC, 2003.

MACEDO, R. K. de. A importância da avaliação ambiental. In: TAUKE, S. M. (Org.). **Análise ambiental**: uma visão multidisciplinar. São Paulo: Editora da UNESP, 1995.

WCED. **Our common future**. Oxford: Oxford University Press, 1987.

WIENS, S. **Índice de qualidade do ambiente sustentável para os bairros de Curitiba**. Curitiba, 2007. Dissertação (Mestrado em Organizações e Desenvolvimento – Programa de pós-graduação multidisciplinar em Organizações e Desenvolvimento) – UNIFAE Centro Universitário.

Fontes Consultadas

CAIDEN, Gerald E.; CARAVANTES, Geraldo K. **Reconsideração do conceito de desenvolvimento**. Caxias do Sul: EDUCS, 1988.

CARVALHO, Paulo G. M. et al. **Gestão local e meio ambiente**: ambiente & sociedade. 2005, v.3.

DALY, Herman E. **Crescimento sustentável? Não, obrigado!** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

DRESNER, Simon. **The principles of sustainability**. Londres: Earthscan, 2002.

GUIMARÃES, Roberto P. **A ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

HAWKEN, Paul; LOVINS, Amory; LOVINS, L. Hunter. **Capitalismo natural**: criando a próxima revolução industrial. São Paulo: Cultrix, 1999.

IANNI, Octavio. O Estado-Nação na época da globalização. **Revista da pós-graduação em Economia da Universidade Federal Fluminense**. Niterói – RJ, v. 3, n. 1, jun. 1999.

IBGE. **Indicadores de desenvolvimento sustentável**: Brasil 2002. Rio de Janeiro, IBGE, 2000. 195p.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>> Acesso em: 04 mar.2007.

LUSTOSA, Maria C. Junqueira et al. **Economia do meio ambiente**: teoria, políticas e a gestão de espaços regionais. 3.ed. Campinas, SP: Unicamp, IE, 2001.

ROMEIRO, Ademar R. Desenvolvimento sustentável e mudança institucional. **Revista da pós-graduação em Economia da Universidade Federal Fluminense**. Niterói - RJ, v. 3, n. 1, jun. 1999.

SANTOS, Theotônio dos. O neoliberalismo como doutrina econômica. **Revista da pós-graduação em Economia da Universidade Federal Fluminense**. Niterói - RJ, v. 3, n. 1, jun. 1999.

SILVA, Christian Luiz da Silva. **Desenvolvimento sustentável**: um modelo analítico integrado e adaptativo. 1. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

SILVA, José Afonso da. **Direito ambiental constitucional**. 5.ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

United Nations. **Organização das Nações Unidas**. Disponível em: <http://www.un.org/esa/sustdev/natlinfo/indicators/isdms2001/table_4.htm> Acesso em: 29 jul.2007.

VIANA, Gilney; SILVA, Marina; DINIZ, Nilo. **O desafio da sustentabilidade**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

WIENS, S., RAULI, F. de C., ARAÚJO, F. T. Indicadores. In: SILVA, CL; MENDES, (Org.). **Desenvolvimento sustentável**: um modelo analítico integrado e adaptativo. 1.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E O ESTADO BRASILEIRO: ELABORANDO UM MODELO DE SUSTENTABILIDADE PARA CURITIBA

Eliane Viana*

Orientador: Prof. Marcus Santos Lourenço**

RESUMO

O presente estudo visa investigar e compreender as atuações das autoridades públicas curitibanas na questão do desenvolvimento sustentável local, assim como seu grau de conhecimento sobre a questão da sustentabilidade e quais os fundamentos e características do Modelo de Sustentabilidade por elas elaborado, para que a sociedade possa progredir de maneira ampla e positiva. A presente pesquisa é de natureza qualitativa e descritiva, utilizando-se de entrevistas por e-mail com representantes eleitos do poder legislativo, responsáveis pela elaboração de políticas públicas que serve como parâmetro para ações governamentais. O estudo concluiu que, apesar de possuir uma “cultura da sustentabilidade”, os representantes eleitos não foram capazes de descrever um modelo curitibano de sustentabilidade. Ficou evidente que existe uma preocupação das autoridades municipais de adotar ações de governo que tenham como parâmetro a sustentabilidade, mas não existe um modelo coeso de sustentabilidade na cidade de Curitiba.

Palavras-chave: desenvolvimento sustentável local, Curitiba, sustentabilidade.

* Acadêmica do 2º ano do curso de Ciências Econômicas. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2006) da UNIFAE - Centro Universitário Franciscano.

** Ph.D em Urbanismo (Universidade de Louisville, Kentucky). Pesquisador da UNIFAE - Centro Universitário Franciscano.

INTRODUÇÃO

Quando se fala em desenvolvimento sustentável, leva-se em consideração um universo complexo de diferentes formas de enxergar o mundo de amanhã. O termo provém de um processo histórico da reavaliação crítica da relação existente entre a sociedade civil e o meio natural, e pode ser visto como palavra - chave dos nossos dias.

Na década de 1980, o Relatório de Brundtland (1987), conhecido inicialmente como *Nosso Futuro Comum* e elaborado a partir da World Commission on Environment and Development (WCED), faz referência a uma das definições mais conhecidas que afirma ser o desenvolvimento sustentável aquele que atende às necessidades das gerações presentes sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades.

Apesar de sua ampla aceitação percebe-se que o desenvolvimento sustentável continua carregado de ambigüidades e contradições, das quais a mais importante seja, talvez, a sua dificuldade em explicar quais os caminhos para atingi-lo, ou seja, como sair da retórica para a ação prática efetiva.

Para Vasconcellos & Garcia (1998), é importante conhecer uma abordagem mais ampla do desenvolvimento que apresenta o crescimento econômico, acompanhado da melhoria da qualidade de vida. Isso significa possibilidade de inclusão das “alterações da composição do produto e alocação dos recursos pelos diferentes setores da economia, visando melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia)”.

Lembre-se de que o desenvolvimento sustentável tornou-se uma das principais preocupações dos agentes públicos do Brasil, e sua sustentabilidade exige uma postura preventiva que identifique tudo o que um agente possa fazer para contribuir com o bem estar econômico, social, político e ambiental de uma sociedade.

Entretanto, é necessário conhecer o que tais agentes e representantes locais entendem por sustentável, visto que o entendimento destes tem e terá, no futuro, repercussões significativas em toda a sociedade brasileira, influenciando diretamente nos problemas a serem enfrentados, como por exemplo: saúde, educação, transporte, crescimento populacional (principalmente nas regiões metropolitanas), poluição, lixo e reciclagem.

O presente estudo visa investigar e compreender as atuações das autoridades públicas curitibanas na questão do desenvolvimento sustentável local, assim como seu grau de conhecimento sobre a questão da sustentabilidade e quais os fundamentos e características do Modelo de Sustentabilidade por elas elaborado, para que a sociedade possa progredir de maneira ampla e positiva.

1 MÉTODO

O desenvolvimento sustentável tem uma conotação extremamente positiva, combinando eficiência econômica, justiça social e prudência ecológica. Quando não há essa combinação, o desenvolvimento está fadado ao fracasso (Becker, 1996). Entretanto, para que os governantes possam influenciar a adoção de um modelo sustentável de desenvolvimento, é necessária, antes, a criação de tal modelo.

Com o intuito de investigar se tal modelo já existe em Curitiba, e avaliar a adequação do modelo à realidade local, desenvolveu-se a pesquisa a partir de um questionário aberto, coletando opiniões e percepções sobre o assunto pesquisado.

O entendimento dos agentes públicos sobre o que realmente significa desenvolvimento sustentável tem e terá, no futuro, repercussões em toda a sociedade brasileira, visto que se basearão no seu entendimento de sustentabilidade para implementar ações que visem à melhoria do quadro socioeconômico de suas regiões.

A pesquisa é de natureza qualitativa e descritiva, objetivando avaliar o entendimento dos principais agentes públicos dedicados ao esforço desenvolvimentista sobre o tema do desenvolvimento sustentável e do modelo de sustentabilidade que estes governantes pretendem implantar.

2 DESENVOLVIMENTO E A CIDADE DE CURITIBA

O desenvolvimento está vinculado a um processo de evolução e ao adiantamento do que se espera alcançar de um determinado local, região ou país, todavia, não se pode levar em consideração o termo sem a sua devida complementação. Se o desenvolvimento é o que se espera alcançar, o que fazer para mantê-lo e torná-lo sustentável? Alguns estudiosos mencionam que a manutenção desse processo leva à sustentabilidade.

No Brasil, dez anos após a Rio 92, têm se multiplicado, embora de forma dispersa e assistemática, algumas iniciativas claramente orientadas para iniciar a complexa transição ao desenvolvimento sustentável, mas tanto as ações governamentais quanto empresariais são ainda muito simples.

A preocupação atual, considerando-se as poucas definições na Rio+10, é que o país terá de percorrer um longo caminho para implementar em suas várias esferas institucionais os mecanismos para uma sociedade sustentável (JACOBI, P. R., 2002).

A sociedade conta com um tempo exíguo e os avanços tecnológicos que o homem é capaz de obter tornam os impactos cada vez maiores sobre o meio ambiente; ainda se devem acrescentar a significativa expansão da população urbanizada e o aumento da degradação ambiental do ar, dos solos e das águas, além da qualidade de vida em geral.

Bossel (1998, 1999), citado por (BALLEN), afirma que só existem duas alternativas, a sustentabilidade ou a insustentabilidade. Lembra, ainda, que a sociedade humana nunca esteve tão ameaçada e que sustentar significa manter em existência, prolongar, pois a sociedade é um sistema complexo, adaptativo, incluso em outro sistema complexo que é o meio ambiente.

Dessa forma, o desenvolvimento sustentável engloba a idéia de compatibilidade do crescimento econômico com o desenvolvimento humano e qualidade ambiental. É possível conciliar o “social eqüitativo”, o “ambientalmente equilibrado” e o “economicamente eficiente e produtivo?” É possível se definirem novas prioridades ao ensino e à pesquisa, passando da perspectiva de produtividade para a perspectiva da preservação dos recursos naturais? Como construir verdadeiros indicadores de sustentabilidade?

Considerando a sustentabilidade, Sachs (1997), citado por (BALLEN), afirma que o conceito de desenvolvimento sustentável apresenta cinco dimensões:

- sustentabilidade social com ênfase à presença do ser humano na ecossfera;
- sustentabilidade econômica relativa à alocação e distribuição dos recursos naturais;
- sustentabilidade ecológica referente aos impactos das atividades humanas sobre o meio ambiente;
- sustentabilidade geográfica, alcançável por meio de uma melhor distribuição dos assentamentos humanos e atividades econômicas;
- sustentabilidade cultural que, para o autor, é a mais difícil de ser concretizada por estar relacionada ao caminho da modernização sem o rompimento da identidade cultural.

Nessa visão, o desenvolvimento sustentável não é um estado permanente de equilíbrio, mas, sim, de mudanças quanto ao acesso aos recursos e quanto à sua distribuição.

Pode se dizer que, na sua essência, é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e às aspirações humanas (WCED, 1991).

2.1 A Cidade de Curitiba

No Brasil e no Mundo, a cidade de Curitiba é vista como cidade modelo, pela sua infra-estrutura, sua grande concentração de áreas verdes, que chega a aproximadamente 19.183.858 m² (IPPUC, 2004), entre outros aspectos econômicos e sociais.

Mas assim como no Brasil, considerando-se a problemática da promoção do desenvolvimento sustentável, a cidade ainda caminha a passos gradativos rumo ao desenvolvimento sustentável e conseqüentemente à sustentabilidade.

Em seu histórico, Curitiba utiliza técnicas de planejamento urbano como mecanismo para a sua gestão desde que assumiu a função de capital no século XIX (IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, 2004). Mas foi na década de 1940, época em que a cidade possuía 127.278 moradores, que essa tendência ganhou destaque, inaugurando uma prática que segue até os dias de hoje, em que conta com mais de 1.700.000 habitantes.

O plano Agache, proposto pelo arquiteto Alfred Agache e sua equipe de planejadores urbanos (MOYSÉS & BARACHO, 1998), organizou a cidade por zonas e funções em que se previam áreas residenciais, de comércios e lazer que teriam impactos na disposição espacial e social da cidade.

Desenvolveu-se daí a consciência de todos os cidadãos sobre a importância do planejamento urbano para Curitiba, buscando soluções adequadas para o interesse e as necessidades de sua população. Com base nos princípios do plano Agache, deram-se os primeiros passos para o desenvolvimento do Plano Diretor, encaminhado pelos arquitetos e urbanistas do IPPUC.

O plano traçado em 1965 interpretou a situação econômica e social, bem como as probabilidades no crescimento urbano; também foi proposto um programa de ação indicando obras necessárias e passíveis de execução imediata, estabelecendo, sobretudo, uma série de medidas jurídico-legislativas, para embasar um processo permanente e flexível de planejamento, que orientasse a expansão urbana e evitasse agravar os problemas já existentes como: infra-estrutura, meios de transporte e outros (IPPUC, 2004).

As iniciativas para se atingirem as diretrizes e os objetivos fixados no plano começaram a ser implantadas no início dos anos da década de 1970. Foi quando, em Curitiba, o transporte, as vias de circulação, trabalho, promoção social e habitação passaram a ser gerenciados sob uma visão mais integrada e planejada da cidade.

A década de 1970 foi marcada pelo impacto do processo de intensa migração associada à crise econômica e social do país, a qual teve como conseqüência

modificações demográficas significativas, algumas previstas pelo planejamento e outras que ocorreram de forma imprevista e desordenada.

O conjunto de ações desencadeadas naquele período representou uma verdadeira revolução no decorrer dos anos seguintes, transformando a cidade sob pontos de vista físico, econômico, social e cultural.

As mudanças foram acompanhadas, ainda, de forte preocupação ambiental, traduzidas, entre outras ações, pela preservação de áreas verdes, criação de parques e esforços para educação ambiental junto à população. (IMAP, 2000).

A dimensão social do planejamento se intensificou até o início dos anos da década de 1980, época em que o desenvolvimento social começou a concentrar investimentos públicos em escolas, centros de saúde, projetos de assistência à infância e juventude e novos programas de abastecimento e habitação (IPPUC 2004).

Nos anos da década de 1990, o desenvolvimento humano sustentável e o movimento de cidades saudáveis foi o caminho para se enfrentar o desafio de atender às necessidades da população.

Uma sociedade pode ser considerada sustentável quando todos os seus propósitos e intenções podem ser atendidos indefinidamente, fornecendo satisfação por parte dos seus membros.

Para alguns estudiosos, a cidade de Curitiba, como a maioria das cidades latino-americanas, vivencia contradições socioambientais e desigualdades decorrentes do processo de urbanização acelerada.

Nas últimas décadas, a cidade tem recebido destaque nacional e internacional, não pelo sucesso em experiências urbanas, mas por enfrentar com criatividade os seus graves problemas estruturais, similares aos dos demais aglomerados urbanos do continente.

A redução desses fatores se dá com a investigação da população e a sinergia de vários setores envolvidos com a política pública em áreas como saúde, educação, transporte, abastecimento e meio ambiente.

Atualmente, Curitiba vem construindo uma experiência de gestão pública que centraliza esforços na organização do espaço urbano, valorizando a responsabilidade social na construção de uma cidade mais justa e democrática para todos.

A participação social tem sido imprescindível para a criação de oportunidades de educação para a cidadania, sociabilização de informações, envolvimento na tomada de decisões e execução dos projetos sociais, resultando no compartilhamento de responsabilidades na gestão da cidade.

Porém, não basta a intenção e a visão bem intencionadas, delegar à sociedade a responsabilidade pela manutenção de práticas saudáveis. É preciso firme investimento do setor público e comprometimento em dar suporte e garantia de uma vida saudável aos cidadãos que vivem em Curitiba.

Segundo Naredo (1996), a maior parte da indefinição do propósito e viabilidade do desenvolvimento sustentável parte da indefinição de conciliar o crescimento (ou desenvolvimento econômico) com a idéia de sustentabilidade, na qual cada um desses dois conceitos se refere a níveis diferentes de abstração e sistemas de racionalidades.

As noções de crescimento encontram sua definição nos agregados monetários homogêneos que segregam idéia usual de sistema econômico, ao passo que a preocupação pela sustentabilidade recai sobre processos físicos singulares e heterogêneos. Ou seja, é necessário agrupar o desenvolvimento econômico com o sustentável.

3 ANÁLISE DOS DADOS

Um dos procedimentos iniciais da pesquisa foi estabelecer contato e enviar questionários para as dez principais Secretarias de Administração Pública do Município de Curitiba. Destas, duas se dispuseram a participar, ou seja, houve uma receptividade de 20%.

Uma das prováveis causas da baixa receptividade das autoridades pode estar relacionada com a época em que as informações necessitavam de ser coletadas, período no qual ocorreram as eleições e o aniversário da cidade de Curitiba.

Durante esse período, as informações repassadas aos pesquisadores relatavam que os representantes das secretarias estavam com suas agendas tomadas por outros compromissos.

Das questões levantadas, observam-se ações que buscam a articulação do modelo sustentável para a cidade de Curitiba. Para as autoridades, a sustentabilidade pode ser encontrada nos diversos programas e ações realizadas pelas secretarias municipais nas seguintes áreas: educação, assistência social, saúde, segurança, entre outras.

Ressaltam ainda que, nesse aspecto, Curitiba tem uma grande vantagem comparativa e competitiva, quando é relacionada a outros municípios. Isso faz dela uma cidade reconhecida como modelo em diversos programas, tanto nacional quanto internacionalmente.

No entendimento das autoridades, as ações que levarão ao desenvolvimento sustentável de Curitiba é uma questão complexa e estrutural que envolve uma modificação de vários modelos inter-relacionados nas esferas de poder.

Enquanto existirem indicadores desfavoráveis (concentração de renda, grau de pobreza elevado, baixo nível de escolaridade, saúde, segurança, cidadania e outros) em relação a países mais desenvolvidos, não se pode obter um completo desenvolvimento sustentável.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Nesse contexto, existe um modelo de desenvolvimento sustentável em Curitiba? Pode-se dizer que não se encontra um modelo coerente de sustentabilidade para a cidade de Curitiba. Encontra-se uma pré-disposição das autoridades públicas em realizar ações sustentáveis em diversas áreas, para garantir o bem-estar da população do presente e do futuro.

É duvidoso que um modelo desconexo e pontual possa fazer frente às exigências da sustentabilidade. As declarações dos respondentes também revelam uma dependência excessiva de indicadores socioeconômicos e ambientais para expressar o estado da sustentabilidade de Curitiba.

Como uma primeira avaliação das condições de sustentabilidade de Curitiba, este estudo chega às seguintes conclusões:

1. A cidade de Curitiba visa à sustentabilidade, mas carece de um modelo coeso e integrado que possa ser perseguido de maneira holística;
2. Apesar dessa falta de um modelo de sustentabilidade, a cidade apresenta condições acima da média para a implantação de tal modelo, devido à sua história de planejamento estratégico urbano;
3. As instituições municipais públicas de Curitiba demonstram grande interesse no assunto da sustentabilidade, o que favorece a implantação de um modelo de desenvolvimento social, ambiental, e econômico sustentável;
4. Para que esse modelo seja implantado e seguido, é necessário que haja uma colaboração entre órgãos públicos, privados, acadêmicos e a sociedade;
5. Mais estudos serão necessários para viabilizar a criação e implantação de um modelo de sustentabilidade curitibano que atenda às necessidades específicas da população e da cidade de Curitiba.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Fernando. **O bom negócio da sustentabilidade**. 1.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.
- BALLEN, H. M. Van. **Indicadores de sustentabilidade**: uma análise comparativa. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- BECKER, D. F. **Desenvolvimento participante-criativo**: uma primeira participação exploratória do tema. Lageado: Fundação Alto Taquari e Ensino Superior, 1996.
- JACOBI, P. R., 2002. Disponível em: <www.geografia.fflch.usp.br>. Acesso em: 11 mar. 2007.
- IMAP. Instituto Municipal de Administração Pública. **Modelo de gestão Curitiba**. Curitiba: IMAP, 2000.
- IPPUC. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. **Curitiba em dados**, 2004.
- MOYSÉS, S.J.; BARACHO, J.C.G. **Curitiba! Uma cidade saudável. A organização da saúde no nível local**. São Paulo: Hucitec, 1998.
- NAREDO, J.M. **La economía en evolución**: historia y perspectivas de las categorías básicas del pensamiento económico. Madri: Siglo Veintiuno de España Editores, 1996. Disponível em: <www.geografia.fflch.usp.br>. Acesso em: 11 mar. 2007.
- VASCONCELLOS, M. A.; GARCIA, M. E. **Fundamentos de economia**. São Paulo: Saraiva, 1998.



DESENVOLVIMENTO LOCAL E RESPONSABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL

Aline Costa do Nascimento*
Orientador: Prof. Antoninho Caron**

RESUMO

A pesquisa sobre iniciativas sócio-ambientais pode auxiliar na criação de programas de desenvolvimento local de uma região. O Estado do Paraná tem exemplos significativos de políticas públicas e privadas na área social e ambiental que contribuíram para o desenvolvimento de algumas regiões estratégicas para o estado. Esses exemplos de sucesso afetaram diretamente a economia de algumas localidades. Esse desenvolvimento programado gerou riquezas que superaram, de forma significativa, os recursos movimentados para adquiri-las. Nesse contexto, o objetivo geral é estudar o desenvolvimento local proporcionado por programas sócio-ambientais em regiões específicas no estado do Paraná. E como objetivo específico, estudar iniciativas privadas que apresentaram resultados favoráveis.

Palavras-chave: desenvolvimento; responsabilidade sócio-ambiental.

* Acadêmica do 3º ano do curso de Administração. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2006) da UNIFAE - Centro Universitário Franciscano.

** Doutor em Engenharia de Produção (UFSC). Professor de graduação e pós-graduação da UNIFAE - Centro Universitário Franciscano.

INTRODUÇÃO

A preocupação com o desenvolvimento é gerada pelo senso natural de competitividade do ser humano e está presente em todas as sociedades. Esse trabalho tem por objetivo estudar a concepção econômica do desenvolvimento.

A pesquisa desenvolvida em torno de iniciativas bem sucedidas na área de desenvolvimento local pode auxiliar na criação e aplicação de políticas públicas e privadas que promovam o desenvolvimento de forma eficiente e efetiva nas diferentes regiões do país.

Esse trabalho é norteado pela seguinte questão:

- Como as políticas privadas podem contribuir para o desenvolvimento de uma região?

Como objetivo geral, busca-se estudar as políticas no campo sócio-ambiental que contribuíram para a geração de riquezas no estado do Paraná. De forma específica, pretende-se estudar os programas privados que influenciaram de maneira significativa a economia de algumas regiões do estado.

1 AS MUDANÇAS NA CONCEPÇÃO DE DESENVOLVIMENTO

A idéia de buscar o desenvolvimento sempre existiu, porém as concepções que abordam o tema vêm mudando nos últimos anos. Durante a revolução industrial, por exemplo, o desenvolvimento econômico era buscado a qualquer custo. Nessa época ainda não havia uma preocupação significativa com as questões ambientais, assim como também não existia a idéia de valorização dos funcionários da empresa.

A impressão de que os recursos naturais eram inesgotáveis e o desenvolvimento rápido e de grande proporção que algumas nações tiveram, colaboraram para que a questão ambiental ficasse esquecida por vários anos.

Com o surgimento de alguns sérios problemas ambientais e a publicação de estudos nessa área, a idéia começou a mudar (ver quadro 1). Foi quando iniciativas como o “Green Peace” e a “WWF” (World Wildlife Fund) começaram a ganhar força. e as pessoas começaram a exigir uma responsabilidade maior com relação à utilização dos recursos naturais. Nesse contexto, surgiu a idéia de desenvolvimento sustentável, que se expandiu para todo o mundo, tornando-se uma importante tendência.

QUADRO 1 - DADOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL INTERNACIONAL

ANO	ACONTECIMENTOS NO BRASIL
Século XIX	
1869	Ernst Haeckel, propõe o vocábulo "ecologia" para os estudos das relações entre as espécies e seu ambiente.
1872	Criação do primeiro parque nacional do mundo "Yellowstone", USA
Século XX	
1947	Funda-se na Suíça a UICN- União Internacional para a Conservação da Natureza
1952	Acidente de poluição do ar em Londres provoca a morte de 1600 pessoas
Anos 60	
1962	Publicação da "Primavera Silenciosa" por Rachel Carlson
1965	É utilizada a expressão "Educação Ambiental" (Environmental Education) na "Conferência de Educação" da Universidade de Keele, Grã-Bretanha.
1966	Pacto Internacional sobre os Direitos Humanos - Assembléia Geral da ONU
1968	Fundação do Clube de Roma
1968	Manifestações de Maio de 68 na França
Anos 70	
1972	Publicação do Relatório "Os Limites do Crescimento" - Clube de Roma
1972	Conferência de Estocolmo - Discussão do Desenvolvimento e Ambiente, Conceito de Ecodesenvolvimento. Recomendação 96 Educação e Meio Ambiente
1973	Registro Mundial de Programas em Educação Ambiental -USA
1974	Seminário de Educação Ambiental em Jammi, Finlândia - Reconhece a Educação Ambiental como educação integral e permanente
1975	Congresso de Belgrado - Carta de Belgrado estabelece as metas e princípios da Educação Ambiental
1975	Programa Internacional de Educação Ambiental - PIEA
1976	Reunião Sub-regional de EA para o ensino Secundário Chocica Peru. Questões ambientais na América Latina estão ligadas às necessidades de sobrevivência e aos direitos humanos.
1976	Congresso de Educação Ambiental Brasarville, África, reconhece que a pobreza é o maior problema ambiental.
1977	Conferência de Tbilisi - Geórgia, estabelece os princípios orientadores da EA e remarca seu caráter interdisciplinar, crítico, ético e transformador.
1979	Encontro Regional de Educação Ambiental para América Latina em San José , Costa Rica.
Anos 80	
1980	Seminário Regional Europeu sobre EA , para Europa e América do Norte. Assinala a importância do intercâmbio de informações e experiências.
1980	Seminário Regional sobre EA nos Estados Árabes, Manama, Bahrein. UNESCO _ PNUMA.
1980	Primeira Conferência Asiática sobre EA Nova Delhi, Índia
1987	Divulgação do Relatório da Comissão Brundtland, Nosso Futuro Comum.
1987	Congresso Internacional da UNESCO - PNUMA sobre Educação e Formação Ambiental - Moscou. Realiza a avaliação dos avanços desde Tbilisi, reafirma os princípios de Educação Ambiental e assinala a importância e necessidade da pesquisa, e da formação em Educação Ambiental.
1988	Declaração de Caracas. ORPAL - PNUMA, Sobre Gestão Ambiental em América Denuncia a necessidade de mudar o modelo de desenvolvimento.
1989	Primeiro Seminário sobre materiais para a Educação Ambiental . ORLEAC - UNESCO - PIEA. Santiago, Chile.
1989	Declaração de HAIA, preparatório da RIO 92, aponta a importância da cooperação internacional nas questões ambientais.
Anos 90	
1990	Conferência Mundial sobre Ensino para Todos, Satisfação das necessidades básicas de aprendizagem, Jomtien, Tailândia. Destaca o conceito de Analfabetismo Ambiental.
1990	ONU Declara o ano 1990 Ano Internacional do Meio Ambiente.
1991	Reuniões preparatórias da Rio 92.
1992	Conferência sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, UNCED, Rio/92 - Criação da Agenda 21 Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis FORUN das ONG's - compromissos da sociedade civil com a Educação Ambiental e o Meio Ambiente. Carta Brasileira de Educação Ambiental. Aponta as necessidades de capacitação na área. MEC.
1993	Congresso Sul-americano continuidade Eco/92 - Argentina
1993	Conferência dos Direitos Humanos. Viena.
1994	Conferência Mundial da População. Cairo
1994	I Congresso Ibero-Americano de Educação Ambiental. Guadalajara, México.
1995	Conferência para o Desenvolvimento Social. Copenhague Criação de um ambiente econômico-político-social-cultural e jurídico que permita o desenvolvimento social.
1995	Conferência Mundial da Mulher / Pequim
1995	Conferência Mundial do Clima. Berlim
1996	Conferência Habitat II Istambul.
1997	II Congresso Ibero-americano de EA . Junho Guadalajara, México.
1997	Conferência sobre EA em Nova Delhi.
1997	Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade : Educação e Conscientização Pública para a Sustentabilidade, Thessaloniki, Grécia.

FONTE: <http://www.mma.gov.br>

Naná Minnini Medina - Consultora de Educação Ambiental

Segundo Oliveira (2002, p.42), a preservação do meio ambiente está sendo cada vez mais discutida no mundo, pois “centenas de organizações não governamentais (ONGs) e praticamente todos os governos e órgãos oficiais do mundo lutam pelo controle da poluição e pela preservação da natureza como forma de garantir a qualidade de vida no nosso planeta”.

O objetivo da preservação do meio ambiente é permitir que as gerações futuras possam usufruir as mesmas condições e recursos de que possuímos no presente. Então, o grande desafio está em atender “às necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das novas gerações atenderem às suas próprias necessidades” (COMISSÃO..., 1991, p. 46).

A discussão acerca da questão ambiental incentivou a reflexão sobre as políticas de responsabilidade social. Da mesma forma, ocorreu quando os colaboradores das empresas começaram a organizar-se em sindicatos e a manifestar-se contra absurdas jornadas de trabalho e a falta de incentivo por parte dos patrões. Como consequência disso, hoje existem várias leis que protegem os colaboradores contra abusos, assim como vários benefícios obrigatórios que as empresas devem pagar a seus colaboradores.

Todas essas mudanças proporcionaram uma concepção mais moderna no que diz respeito ao relacionamento entre empresa, funcionário e sociedade. As empresas passaram a valorizar mais seus colaboradores e perceberam um aumento significativo na produtividade total de suas organizações. Além disso, perceberam que um programa sócio-ambiental desenvolvido pela própria organização fortalece a marca da empresa e atrai consumidores.

2 ALGUNS CONCEITOS IMPORTANTES

Para entender como o desenvolvimento local é afetado por políticas sócio-ambientais é necessário entender alguns conceitos importantes.

2.1 Responsabilidade Social

Segundo o Instituto Ethos (entidade certificadora de responsabilidade social), “responsabilidade social empresarial é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações

futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais”. Assim, a responsabilidade social consiste na maneira pela qual a instituição direciona suas atividades para a sociedade, colaborando com o seu desenvolvimento.

Existe uma grande diferença entre responsabilidade social e filantropia. Segundo o Instituto Ethos, “a filantropia é, basicamente, uma ação social externa da empresa e tem como beneficiária principal a comunidade em suas diversas formas (conselhos comunitários, organizações não-governamentais, associações comunitárias etc) e organizações”.

A responsabilidade social é focada na cadeia de negócios da empresa e engloba preocupações com um público maior (acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio ambiente), cuja demanda e necessidade a empresa deve buscar entender e incorporar aos negócios. Assim, a responsabilidade social trata diretamente dos negócios da empresa e de como ela os conduz”.

2.2 Responsabilidade Ambiental

A responsabilidade ambiental está diretamente relacionada à questão social. Porém, nesse ramo de atividade, a empresa concentra esforços para proteger e recuperar o meio ambiente. Essa idéia também inclui os esforços para mudar a concepção da sociedade e educá-la para assumir atitudes ambientalmente corretas.

Segundo Callenbach (1993), existem dois conceitos distintos de atuação ambiental: a administração ambiental e o gerenciamento ecológico. A administração ambiental consiste na empresa esforçar-se para resolver os problemas ambientais buscando benefício próprio, como por exemplo, a melhoria da imagem da empresa. Já no gerenciamento ecológico, a empresa possui uma ética ecológica e é marcada por uma preocupação com a qualidade de vida da sociedade e das gerações futuras.

2.3 Desenvolvimento Local

O desenvolvimento local consiste nos esforços aplicados, em diferentes áreas, em uma região com o intuito de desenvolvê-la e torná-la competitiva em algum setor de atuação. O desenvolvimento planejado tem um papel importante na melhoria da qualidade de vida da população local.

A atuação de um fator externo à comunidade é importante para desencadear todo o processo de desenvolvimento. Uma organização pública ou privada atuando de maneira ética e planejada dentro da sociedade consegue organizá-la e gerar renda.

3 ESTUDO DE CASO DA BS COLWAY

No Paraná existem várias iniciativas relacionadas ao desenvolvimento local. Um importante exemplo que aliou o desenvolvimento local com a responsabilidade social e ambiental é a BS Colway. Essa empresa fabricante de pneus tem um foco claro de atuação: crescimento aliado à preocupação com a área social e ambiental da região em que se instalou e da sociedade como um todo.

Para alcançar seus objetivos a empresa estabeleceu cinco fundamentos para a sua atuação na sociedade e criou pelo menos um projeto para cada princípio, com o objetivo de colocar em prática os lemas da empresa.

3.1 Qualidade de Vida

A empresa criou um jardim com 110.000 m², com uma grande variedade de plantas, em uma ampla área verde atrás da fábrica, onde seus colaboradores têm total acesso e podem relaxar no intervalo de suas atividades. Isso diminuiu significativamente o estresse e a ansiedade dos funcionários.

A BS COLWAY possui em torno de mil funcionários, os quais foram selecionados preferencialmente entre moradores da localidade de Piraquara (cerca de 80% dos colaboradores), o que colaborou para a geração de renda na região. O regime de trabalho é de seis horas, porém os salários pagos correspondem a oito horas de trabalho. Com essa iniciativa, a empresa conseguiu um ganho de produtividade significativo que superou as expectativas.

A empresa investe bastante em seus funcionários. Ela oferece aulas de supletivo para quem ainda não completou o ensino fundamental e médio, assim como aulas destinadas à inclusão digital.

Outros benefícios como academia e médicos dentro da própria fábrica, plano odontológico e uma assinatura de jornal também são oferecidos pela empresa. A cada atividade proposta pela organização, que o colaborador desenvolve, ele recebe uma remuneração (ver tabela 1) que, somada, pode chegar a 50% a mais no salário. Isso, além de melhorar a motivação dos colaboradores, diminuiu as faltas e afastamentos do trabalho por motivo de doença.

TABELA 1 - REMUNERAÇÃO EXTRA

ATIVIDADE	REMUNERAÇÃO (R\$)
Comparecimento às sessões de atividade física especial	65,00
Melhora ou manutenção do estado físico - Avaliação física	67,50
Visitação semestral ou tratamento da saúde pelo Serviço Médico	30,50
Visitação semestral ou tratamento da saúde Odontológica	30,50
Leitura do Jornal "Gazeta do Povo"	6,50

FONTE: Dados fornecidos pela empresa BS Colway

3.1.1 Programa Rodando Limpo

Em 21 de Novembro de 2001, foi criado o Programa Paraná Rodando Limpo, que atua nos trezentos e noventa e nove municípios da Paraná. O programa recolhe os pneus inservíveis que estavam na natureza e destina-os de forma ambientalmente adequada.

A empresa incentiva os catadores a organizarem-se em cooperativas e compra os pneus coletados por eles, incrementando a renda dessas pessoas. Após a coleta, a BS Colway encaminha os pneus para as empresas Votorantim (Rio Branco/PR), Cimpor (Nordeste) e grupo Lafarge (Minas Gerais), que utilizam os pneus picados como fonte de energia para a sua atividade cimenteira.

Esse programa colabora com a preservação ambiental, reduz o consumo de derivados de petróleo e combate a proliferação do mosquito transmissor da dengue. Como os resultados foram positivos, o programa passou a ser desenvolvido em outras cidades como de Santa Catarina, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Minas Gerais. Além disso, ele foi aprovado pela ONU no Fórum RIO + 10 e indicado aos seus países membros.

3.1.2 Central de Triagem de Resíduos (CTR)

O conceito de reciclagem está presente em todo o processo produtivo da BS Colway. Nesse contexto, a empresa separa, classifica e armazena todos os resíduos produzidos pela empresa desde a parte de produção até a parte administrativa, respeitando as normas e leis ambientais vigentes. Depois de classificados, os resíduos são destinados a empresas de reciclagem. O retorno financeiro desse processo é destinado ao fundo de reserva dos próprios funcionários da empresa.

3.1.3 Economia de petróleo

A empresa, por meio do processo de remoldagem, economiza cerca de vinte litros de petróleo para cada pneu de automóvel produzido e quarenta litros para cada pneu de caminhonete. Com isso, a empresa substitui aproximadamente 40% do coque de petróleo importado.

3.2 Defesa da Saúde Pública

Com o Programa Rodando Limpo, a BS Colway ajudou a reduzir em 99,7% os casos de Dengue no estado do Paraná. Isso foi possível porque, com a retirada dos pneus inservíveis da natureza, elimina-se um dos locais preferidos para a procriação do mosquito transmissor da dengue. Isso, aliado à conscientização da população, foi fundamental para alcançar tal resultado.

3.3 Responsabilidade Social

Em 1993, a empresa criou o Programa Bom Aluno, que tem por objetivo possibilitar um estudo de qualidade a estudantes de baixa renda. O programa seleciona estudantes de colégios públicos que possuem notas elevadas, e baixa renda, a partir da quinta série do ensino fundamental e financia seus estudos até a faculdade ou pós-graduação.

Esses estudantes recebem bolsas de estudos nos colégios particulares, material escolar, aulas de línguas, cursos oferecidos pelo próprio programa, etc. Os benefícios não oneram o estudante, porém exige-se que ele tenha dedicação, comprometimento com os estudos e bom desempenho escolar.

Os estudantes, de forma geral, valorizam a oportunidade recebida e a dedicação apresentada trouxe grandes resultados ao programa e principalmente à sociedade. Até hoje, 100% dos estudantes do Bom Aluno conseguiram aprovação nos vestibulares, sendo que, desse grupo, 40% estão entre os 1º, 2º e 3º lugares das universidades, inclusive primeiros lugares gerais.

3.4 Desenvolvimento da Cidadania

3.4.1 Vila da Cidadania

Para a aplicação desses princípios, a empresa criou o Programa Vila da Cidadania. Para colocar em prática essa idéia, foi construída uma “minicidade”, na

escala da criança, para que os futuros adultos possam aprender como funciona uma cidade e como administrá-la bem.

A cidade mirim possui 3.000 m² de área construída em um espaço total de 50.000 m² de área. Ela conta com instalações que representam a prefeitura, câmara de vereadores, ouvidoria municipal, supermercados, bancos, lojas, jardim botânico, estação de tratamento de água, oficina de reciclagem, entre outros.

A previsão é para que o programa atenda dez mil e oitocentas crianças, até o final de 2008, entre sete e dez anos que estejam no Ensino Fundamental do Município de Piraquara (PR). O programa conseguiu desenvolver de forma divertida a prática da cidadania e os valores humanos e, com isso, auxiliar na construção do conhecimento das crianças.

3.4.2 Grupo Escoteiro Guardião das Águas

Em 12 de Outubro de 2005, foi criado o Grupo Escoteiro Guardião das Águas, direcionado aos filhos de funcionários e crianças, principalmente carentes, da região de Piraquara. O grupo está voltado à difusão dos conceitos de escotismo como a valorização do ser humano e contribui, de forma significativa, para o desenvolvimento da comunidade local.

O Grupo escoteiro conta com a ação voluntária de funcionários da própria empresa e possui uma unidade de cinquenta cavaleiros, que possibilita às crianças aprenderem a montar e a cuidar dos cavalos. O objetivo do programa é atingir mil integrantes e tornar-se o maior grupo de escotismo do país.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os programas de responsabilidade sócio-ambiental desenvolvidos pela BS Colway trouxeram resultados que colaboraram de forma significativa para o desenvolvimento da comunidade local e da sociedade como um todo. Além disso, a empresa também foi beneficiada com os resultados das políticas que criou.

Em relação aos benefícios para a sociedade, os programas proporcionaram: desenvolvimento de valores dentro da comunidade, prática da cidadania, geração de renda extra para famílias carentes, proteção do meio ambiente, educação, diminuição da desigualdade social, melhoria da qualidade de vida na região, combate a doenças, entre outros.

No âmbito empresarial, as políticas organizacionais auxiliaram nas seguintes áreas: valorização da marca da empresa, aumento de produtividade, diminuição significativa no número de faltas dos colaboradores ao serviço, reconhecimento internacional, mídia espontânea, entre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão ambiental nunca foi tão comentada nos meios de comunicação como atualmente. Essa é uma tendência apresentada para todo o mundo. As empresas que se anteciparem estrategicamente já estarão um grande passo à frente do restante do mercado. Os consumidores já estão exigindo que as empresas tenham algum tipo de programa social e ambiental, principalmente as que possuem alguma atividade altamente poluente, e a tendência é que isso se amplie até que a situação sócio-ambiental melhore.

Para conseguir desenvolver um trabalho duradouro na área de responsabilidade sócio-ambiental a empresa precisa implantar essa cultura dentro de sua organização e aplicá-la em seus projetos. Além disso, é fundamental que a organização aja de maneira ética, de acordo com os princípios e valores adotados pela empresa e levando em conta a cultura da comunidade local.

É importante que a empresa volte seus esforços para atender à sociedade, buscando atuar de maneira ética e eficaz. Os programas devem ser desenvolvidos de maneira a não tornar a sociedade dependente da empresa, mas sim, auxiliá-la no desenvolvimento. Dessa forma, a empresa assume o papel de fator motivador dentro da sociedade, gerando soluções práticas que possam ser aplicadas à realidade local.

As empresas que têm uma preocupação com a qualidade de vida da sociedade de maneira geral recebem um retorno econômico que pode atingir várias escalas, desde ganho de produtividade à valorização da sua marca no mercado. Essa é uma estratégia inteligente, já que tanto a sociedade quanto a empresa ganham com esse tipo de iniciativa.

A empresa que desenvolve algum tipo de programa na área social e ambiental, além de beneficiar a comunidade, aumenta a sua competitividade no mercado. Isso ocorre porque ela ganha a simpatia e o respeito da comunidade local, que é beneficiada pelos projetos, dos consumidores, que estão cada vez mais baseando seu consumo na questão de valores, e dos investidores que preferem empresas que tenham programas de responsabilidade sócio-ambiental, pois sabem que ela possui maiores chances de manter-se no mercado.

Uma gestão estratégica como essa apresentada, infelizmente ainda não é comum para um grande número de empresas, porém há uma tendência de mercado, e as empresas devem preparar-se para marcar seu nome com atividades desse porte ou ficarão atrasadas em relação às outras empresas.

REFERÊNCIAS

- CALLENBACH, E., et al. **Gerenciamento Ecológico – Eco-Manangement – Guia do Instituto Elmwood de Auditoria Ecológica e Negócios Sustentáveis**. São Paulo: Ed. Cultrix, 1993.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1991.
- FERREIRA, L. C. Cidades, sustentabilidade e risco. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, nº 9. Curitiba: Editora da UFPR, 2004, p.23-31.
- LIMA, P. R; KRÜGER, E. L. Políticas públicas e desenvolvimento urbano sustentável. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, nº 9. Curitiba: Editora da UFPR, 2004, p.09-21.
- OLIVEIRA, G. B. **Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento**. Curitiba: Revista da FAE, maio/ago.2002, p.37-48.
- SANCHEZ, F. **A Reinvenção das Cidades para um Mercado Mundial**. Chapecó: 2003
- SCHUSSEL, Z. das G. L. O desenvolvimento urbano sustentável – uma utopia possível? **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, nº 9. Curitiba: Editora da UFPR, 2004, p.57-67.

Sites Consultados

- www.bscolway.com.br. Acesso em: 03 de outubro de 2007.
- www.ethos.org.br. Acesso em: 13 de setembro de 2007
- www.ibscolwaysocial.org.br. Acesso em: 03 de outubro de 2007.
- www.mma.gov.br. Acesso em: 13 de setembro de 2007.
- www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/meioamb/sitamb/cfestoc/apresent.htm. Acesso em: 12 de setembro de 2007
- www.tierramerica.net. Acesso em: 12 de setembro de 2007.



PERCEPÇÕES ACERCA DO “DESENVOLVIMENTO” E DO “AMBIENTE NATURAL” DE GESTORES DO TERCEIRO SETOR: ESTUDO SOBRE A AÇÃO SÓCIO-AMBIENTAL DA INSTITUIÇÃO ALFA*

Bruno Mathias**

Orientador: Prof. José Edmilson de Souza-Lima***

RESUMO

Este artigo tem como objetivo verificar se as percepções de gestores que atuam em uma determinada organização do Terceiro Setor estão próximas ou distantes da noção de “ecodesenvolvimento” ou da noção de “desenvolvimento sustentável”. Para tanto, em termos metodológicos, apresenta um quadro contendo formulações de alguns autores e os elementos constitutivos do “ecodesenvolvimento” e do “desenvolvimento sustentável” para, na seqüência, utilizá-lo como referência de análise das entrevistas com os gestores. O artigo conclui parcialmente que as percepções dos entrevistados acerca do “desenvolvimento” e do “ambiente natural” tendem a uma única e hegemônica percepção, a do “desenvolvimento sustentável”.

Palavras-chave: desenvolvimento sustentável; ecodesenvolvimento; ambiente natural; conservação.

*Pesquisa apoiada e financiada pelo Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC), vinculado ao Núcleo de Pesquisa Acadêmica (NPA) da UNIFAE – Centro Universitário Franciscano, no período de julho de 2006 a julho de 2007. Os autores agradecem o apoio institucional.

**Acadêmico do 3º ano do curso de Administração. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2006) da UNIFAE – Centro Universitário Franciscano. saihamonurb@hotmail.com

***Sociólogo; Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento (UFPR); Pesquisador do CNPQ/UFPR/ UNIFAE; Professor da Graduação e do Mestrado na UNIFAE – Centro Universitário Franciscano.

INTRODUÇÃO

Para o entendimento da percepção dos gestores do terceiro setor é necessário recorrer a algumas referências teóricas disponíveis nas últimas décadas do século XX. Por meio delas, é possível compreender a sociedade, seu desenvolvimento e suas relações com o ambiente natural. Passando-se pelas abordagens de alguns autores neoclássicos da economia até aos contemporâneos, todos apresentam opiniões diferentes sobre as relações dos seres humanos com o ambiente natural, emergindo daí a controvérsia entre os seus usos e a capacidade de conservá-la.

Para enfrentar tal controvérsia, a análise da ALFA foi fundamental, pois, além de ser uma ONG consolidada no cenário ambiental, ela conta com gestores qualificados e opiniões razoavelmente definidas sobre temas como terceiro setor, desenvolvimento, ambiente natural e conservação da natureza. As entrevistas com os gestores foram partes fundamentais para a compreensão da controvérsia e, a partir delas, foi possível compará-las com algumas abordagens teóricas, conforme o quadro 1, que já se ocuparam do tema.

Nesse sentido, o objetivo geral do presente artigo é estudar as percepções acerca do “desenvolvimento” e do “ambiente natural”, de gestores do Terceiro Setor vinculados a uma instituição, ficticiamente denominada de ALFA. Os objetivos objetivos específicos são:

- Ampliar revisão bibliográfica sobre o conceito de desenvolvimento;
- Ampliar revisão bibliográfica referente às percepções socioambientais de gestores do terceiro setor;
- Verificar se as percepções socioambientais dos gestores da ALFA estão próximos ou distantes das noções de “ecodesenvolvimento” ou de “desenvolvimento sustentável”.

O problema da pesquisa é o seguinte:

Na tensão entre percepção ética de gestores e terceiro setor, indiretamente Giannetti (1993) demonstra que a ética é fundamental para a riqueza de qualquer organização. Para ele, ética e riqueza não são incompatíveis, uma vez que possibilitam a emancipação não apenas do indivíduo, mas sobretudo da coletividade.

Outro autor que compartilha as mesmas idéias de Giannetti é Srour (2000). Ao recuperar a discussão clássica, proposta por Weber (1968), sobre as éticas da convicção

e da responsabilidade, o presente autor evidencia sua crença de que, se nem toda organização abusiva é competitiva, toda organização com preocupações éticas tende a ser competitiva em termos mercadológicos.

Com essa conclusão, ele está reiterando o que Weber afirmou sobre a ética da responsabilidade. As organizações formais do Ocidente obrigam-se a tomar decisões mais apoiadas em cálculos e análises circunstanciais do que em valores íntimos. Isso significa que os gestores das organizações vêm-se obrigados a tomar decisões socioambientalmente responsáveis.

E quanto maior o grau de exigibilidade da sociedade, maior a possibilidade objetiva de os referidos gestores tomarem decisões éticas. A inferência que pode ser feita é que o fator definidor das éticas organizacionais é a sociedade. Quem educa as vontades dos gestores, portanto, é uma sociedade educada que não faz concessões a práticas oportunistas.

No tocante ao terceiro setor, em particular, a algumas Organizações Não Governamentais, a relação entre percepção ética e práticas organizacionais não parece ser de auto-exclusão. O fundamento de uma ONG parece ser a confiança recíproca de seus membros aliada à confiança no fato de que suas ações são decisivas no processo emancipatório da comunidade ou das pessoas diretamente auxiliadas.

No trabalho de Ultramari (2001) ficam claras essas questões ao analisar a intervenção de ONG's curitibanas em questões relacionadas ao urbanismo e ao ambiente natural. O autor utiliza o conceito de "boas práticas" para definir, de fato, ações consideradas aqui como éticas.

O que os estudos elencados não analisam adequada e suficientemente é se há diferenças consideráveis entre as percepções de gestores do terceiro e suas referidas práticas de intervenção. A rigor, são estudos que não se preocupam em identificar e verificar se os níveis de percepção dos gestores estão próximos ou distantes de conceitos reconhecidos e consagrados nos mais diversos campos do saber como "ecodesenvolvimento" e "desenvolvimento sustentável".

Nesse particular, na tentativa de completar essa lacuna, a presente pesquisa é justificável e orienta-se a partir da seguinte questão preliminar: as percepções socioambientais dos gestores da ALFA estão próximas ou distantes das noções de "ecodesenvolvimento" e de "desenvolvimento sustentável"?

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 Conceitos e Teorias Acerca do Ambiente e do Desenvolvimento

Os conceitos de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade podem ser analisados sob diferentes pontos de vistas e diferentes tempos na história. O desenvolvimento originalmente vem da forma de revelação de novas fases da vida e descobrimento do novo; alguns pontos anteriormente ocultos, secretos, ou não conhecidos tendem a ser revelados. O desenvolvimento, portanto, é esse processo de mudança seqüencial de um estágio para outro (CAITEN e CARAVANTES, 1988).

Nesse percurso, o Ocidente tomou a dianteira e levou com ele sua ideologia de “progresso” que, por sua vez, preza a modernização e aprimoramento das riquezas existentes com vistas à promessa de felicidade para todos os indivíduos indistintamente.

Todavia, com o decorrer dos processos de industrialização e globalização, percebeu-se que o desenvolvimento precisaria ser planejado localmente, pois cada país tem suas peculiaridades socioculturais, políticas, econômicas e ambientais. Essa concepção de desenvolvimento está vinculada mais à noção de crescimento concentrado do que à noção de distribuição. No bojo de tal contradição entre concentração e distribuição de riquezas, emergem as primeiras teorizações em torno dos conflitos derivados da sociedade industrial.

Marx (1980) foi um dos primeiros pensadores sociais a divulgar a idéia de que forças de produção não se reduzem às dimensões calculativas ou racionais, elas contêm fatores sociais embutidos e determinantes das lógicas de acumulação do capital.

Com tal pensamento, embora ele inaugure um campo de análises críticas em relação a determinado conceito de desenvolvimento centrado apenas em processos de acumulação de capital, a problemática ambiental ainda não era tão visível para ser assimilada em suas formulações críticas. Os questionamentos em torno do conceito de desenvolvimento, alargado pela crítica ambiental adquiriram maior repercussão nas décadas de 1960 e 1970.

Nesse contexto, com a aceleração da industrialização e do discurso hegemônico do crescimento econômico, os problemas e conflitos se acentuaram gerando discussões sobre os impactos sociais e ambientais derivados do crescimento econômico. Na concepção de alguns neoclássicos, a despeito das críticas ao crescimento econômico, o ambiente natural continuou sendo apreendido como matéria-prima para alimentar a produção ou como receptor dos rejeitos.

Seguindo essa lógica, os recursos naturais até podem ser preservados temporariamente, mas inevitavelmente eles serão retirados de seu meio para contemplar interesses da produção e do consumo. Não havia espaço, no interior dessas formulações, para variáveis preservacionistas ou conservacionistas do ambiente natural.

Em 1968, surgiu o Clube de Roma, composto por diversos grupos da sociedade, com objetivos de discutir e analisar os limites do crescimento econômico e seu impacto sobre os ambientes naturais. A partir de discussões subseqüentes, na Conferência de Estocolmo (1972) ficaram patentes as diferenças de pensamento entre as lideranças mundiais. De um lado, os defensores do crescimento econômico a todo e qualquer custo; de outro, os críticos e principais responsáveis por apontar os “limites do crescimento” (MEADOWS, 1978) tomando como referência o conceito de “ecodesenvolvimento”.

Entre 1972 e 1987, surge o conceito de “desenvolvimento sustentável”, mundialmente divulgado no relatório Brundtland, “Nosso Futuro Comum” (1987), fruto do trabalho da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Nesse mesmo documento, é amplamente comentado que o crescimento econômico está na base das futuras crises e descontroles das dinâmicas de sustentação da sociedade e do ambiente natural. Esse empenho na direção do equilíbrio socioambiental necessita de um empenho político e de medidas generalizadas de planejamento preventivo.

Com tal espírito, surgiu a RIO-92 com objetivos de refletir sobre a situação ambiental e estabelecer formas operacionais de intervir nesse fator. Por intermédio de uma cooperação internacional estribada na transferência de tecnologias, o desafio era reavaliar os métodos de desenvolvimento com vistas ao seu alargamento em direções para além da dimensão estritamente econômica.

O desenvolvimento sustentável cultural vem das tentativas de entender as origens dos povos e seu poder de disseminação (propagação) dessas formas de vida a seus seguidores e arredores. O desenvolvimento sustentável espacial está associado à localização desses processos de desenvolvimento, tais como, relevo, clima, altura, fauna e flora. O desenvolvimento sustentável ambiental seria a “auto-revitalização” da natureza com índices reduzidos de perda da biodiversidade e ciclo da vida dos seres envolvidos face às ações predatórias do ser humano.

Na perspectiva econômica, há a histórica contradição entre a necessidade de maior escala de produção e os ciclos de recuperação do ambiente natural. A partir desse ponto, o conflito entre crescimento econômico versus ambiente natural auto-regenerativo tende a ser inevitável, pois cada um atua e desenvolve uma trajetória com perspectivas antagônicas. A grande controvérsia forma-se pelo fato de o ambiente natural (longo prazo), por ter temporalidades diferentes de auto-revitalização, não acompanhar os ciclos mais ágeis e apressados das lógicas que sustentam e legitimam a vida econômica.

1.2 Desenvolvimento Sustentável – Percepções

1.2.1 Ecodesenvolvimento *versus* desenvolvimento sustentável

Há indícios de que, entre as décadas de 1960 e 1970, surgem os primeiros questionamentos em torno da crença no crescimento econômico desenfreado. Essa mudança de percepção parece ter sido alavancada pela questão ambiental. A crise ambiental, acompanhada de sua percepção, ajudou a alargar as percepções acerca do desenvolvimento. A contribuição do Clube de Roma, no final da década de 1960, pode ser identificada à proporção que torna visível a relação conflituosa entre crescimento econômico e ambiente natural.

Da varável “crescimento econômico” deriva a variável “degradação ambiental” que, por sua vez, reforça o crescimento econômico, fechando um ciclo, adjetivado pelos críticos como vicioso, de forma recursiva. O antes desejável crescimento econômico passa a ser caracterizado como principal vetor da crise ambiental. Na matriz discursiva do “desenvolvimento” derivada do Clube de Roma e, após 1972, do Relatório Meadows, a redução da crise ambiental presente e futura está condicionada à capacidade de frear o crescimento econômico.

Não há espaço para acomodação entre as duas variáveis em foco. No bojo desse debate, emergiu o conceito de “ecodesenvolvimento”, com forte ênfase na assimetria entre “crescimento econômico” e “ambiente natural”. Na base do conceito emergente está contida a crítica às racionalidades produtivistas, acumulativas, concentradoras e abusivas que sustentam o sistema mundial produtor de mercadorias, o capitalismo.

Do Clube de Roma e da Conferência de Estocolmo, a percepção predominante acerca do desenvolvimento acentua a incompatibilidade entre as lógicas de crescimento econômico e as lógicas de auto-revitalização dos ambientes naturais. Trata-se de uma percepção crítica em relação à predominância de uma lógica hegemônica e capaz de pôr em risco todos os sistemas vivos. Derivou desse cenário o conceito de ecodesenvolvimento como expressão e denúncia dos limites do crescimento econômico desenfreado.

Do relatório Brundtland, ao contrário do Clube de Roma e Meadows, ficou consagrada a idéia de “desenvolvimento sustentável” como a capacidade de geração de riquezas sem comprometimento das capacidades atuais e futuras de matérias-primas. Tende a prevalecer a idéia de desenvolvimento como crescimento contínuo dos agentes que formam a sociedade na perspectiva progressiva e homogênea.

Mas, para tal sucesso, é imperativa a necessidade de equilíbrio entre as esferas econômica, social, ambiental, política, cultural, espacial e ética, uma vez que o ambiente natural, por exemplo, não acompanha o avanço econômico com suas lógicas produtivistas.

Deriva da nova noção de desenvolvimento um convite ao consumo consciente, ao controle da degradação do ambiente natural, à conservação e proteção de regiões. Emerge dessa matriz de pensamento uma percepção de um mundo caracterizado como sustentável, paradisíaco, ao menos para alguns, pois a fórmula para o avanço de todos ao mesmo tempo, sem sacrifício de nada, ainda não foi e talvez não será inventada sem conflitos.

Diferentemente da percepção filiada ao conceito de “ecodesenvolvimento”, a presente percepção enxerga possibilidades concretas de entendimento e de convivência entre lógicas de crescimento econômico e lógicas de auto-revitalização dos ambientes naturais.

O questionamento do desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico provocou, nos setores produtivistas da sociedade moderna, necessidades de revisão de suas práticas. Inicialmente, os discursos que acentuavam dificuldades entre “crescimento econômico” e “ambiente natural” tendem a ser relativizados.

As incompatibilidades do contexto anterior são transformadas em oportunidades para novos negócios, os empreendimentos “ecológicos”. Nesse novo cenário, passa a ser possível falar em “crescimento econômico” com níveis mínimos de degradação do ambiente natural. É o contexto de emergência do conceito mais famoso de “desenvolvimento sustentável”, derivado do Relatório Brundtland.

Entre as duas matrizes que disputam os sentidos e significados do desenvolvimento, há um espectro de posições intermediárias, legitimando, mas também alargando, a noção de “campo científico”, de Bourdieu (2003), como campo de coexistência das diversas racionalidades.

Por razões que não serão enfrentadas aqui, a segunda percepção acerca do desenvolvimento tornou-se mais conhecida no cenário mundial, a despeito de a primeira percepção continuar presente nos debates socioambientais.

O quadro 1 permite mapear algumas percepções teóricas próximas aos conceitos contemporâneos de “ecodesenvolvimento” e de “desenvolvimento sustentável”.

QUADRO 1 - PERCEPÇÕES TEÓRICAS SOBRE "ECODESENVOLVIMENTO" E "DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL"

AUTOR	IDÉIA-CHAVE PRÓXIMA DO ECODESENVOLVIMENTO	IDÉIA-CHAVE PRÓXIMA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
	Para este grupo de autores, é de difícil aceitação a idéia que se propõe a solucionar a crise ambiental no interior de uma racionalidade de mercado.	Para este grupo de autores, é de fácil aceitação a idéia que se propõe a solucionar a crise ambiental no interior de uma racionalidade de mercado.
Sachs (1994)	É um dos primeiros a questionar a equação "desenvolvimento = crescimento". Suas formulações permitem alargar o conceito de desenvolvimento ao buscar interações das esferas econômicas, sociais, ambientais, espaciais e culturais. Ao alargar o conceito de desenvolvimento, põe em dúvida qualquer hegemonismo de uma das dimensões sobre as outras.	
Leff (2001a; 2001b; 2002; 2003; 2006)	Ao apresentar o conceito de racionalidade ambiental amparado pelos saberes ambientais, saberes excluídos das racionalidades instrumentais predominantes, ele formula que uma noção de desenvolvimento com pretensões sustentáveis não pode estar ou permanecer refém de uma racionalidade única, a do mercado.	
Foladori (2001)	Uma das questões centrais, para ele, é que, antes de serem conflitos ambientais, os conflitos emergentes em torno da temática ambiental não são resolvidos no interior do sistema social. Em outros termos, o núcleo da crise ambiental não é o ambiente natural, mas a sociedade de classes, com todas as suas garantias e privilégios para alguns e prejuízos e exclusão para muitos. É um dos primeiros a questionar a noção abstrata de "gerações futuras", com poucas preocupações com algumas gerações presentes, absolutamente entregues à própria sorte.	
Fernandes (2003)	Segue uma trajetória teórico-explicativa muito alinhada às formulações de Foladori. Suas formulações se preocupam em evidenciar a assimetria quase inexorável entre "desenvolvimento sustentável" e "lógicas de mercado".	
Gunnar Myrdal (1968)		Necessário para o desenvolvimento do equilíbrio entre os agentes econômicos. As classes dominantes geram o subdesenvolvimento. Acumulação de riqueza impede a distribuição eficaz do capital. A sustentabilidade é inviável graças ao conformismo do sistema com a situação que as classes estão dispostas atualmente.
Silverstein (1993)		Acredita na viabilidade entre "crescimento econômico" e preservação dos ambientes naturais.
Hawken, Lovins & Lovins (2000)		Para demonstrar sua crença nas possibilidades de complementaridade entre "crescimento econômico" e "preservação ambiental", recorre a formulações propositivas. Apresenta evidências de novas tecnologias capazes de produzir mais com índices mínimos de recursos renováveis.
Brown (s/d)		A mudança nas formas de produção poderá determinar mudança nos hábitos de consumo. Mudar formas de produção implica passar de uma forma de produção centrada no consumo de materiais e recursos não renováveis para outra centrada em recursos renováveis e em serviços.

FONTE: Elaboração dos autores

2 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO ALFA

Fundada em 1990, a ALFA é uma organização sem fins lucrativos que promove e realiza ações de conservação da natureza, seja por iniciativa da própria organização ou apoio a projetos de terceiros. Em 1991, tornou público seu primeiro edital, que sucede até hoje, com mais de mil projetos apoiados até o ano em curso. Os mais consolidados são: PICN, PANP e PEM.

- O PANP (Programa de Áreas Naturais Protegidas) tem como objetivo o incentivo a novas áreas de proteção particulares, o fortalecimento de políticas públicas como também ter como referência de conservação a reserva natural no litoral de um dos estados do sul do Brasil.
- O PEM (Programa de Educação e Mobilização) atua como disseminador de conhecimento, valores e atitudes de forma a gerar uma rede de disseminação tanto para ambientalistas quanto cidadãos leigos. Seu começo se deu em 1993 com início dos cursos de capacitação e foi implementado por meio do Programa Trainee em Meio Ambiente, que visa à formação de pessoas ligadas às instituições que passam por acompanhamento e treinamento durante o ano em encontros periódicos e por atividades nas ONGs ou empresas com projetos em meio ambiente. As Estações Natureza têm como foco o público urbano, por meio de exposições permanentes em regiões estratégicas para a conservação da natureza. Isso tudo ocorre em parceria com instituições de ensino. Outras formas de sensibilização desse programa ocorrem por meio de cursos em uma de suas reservas, publicações científicas distribuídas para várias universidades do mundo e pelo Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação que está na sua quinta edição em 2007.
- O PICN (Programa de Incentivo à Conservação da Natureza) tem como seu objetivo o apoio a projetos focados em áreas ameaçadas que vêm sofrendo degradação, apoio a projetos de conservação de sistemas. Outra linha de apoio abrange o “ecodesenvolvimento” que visa à redução do impacto ambiental de comunidades carentes. Sua atuação é uma das mais relevantes, pois consegue atender a diversas regiões com necessidade de investimento em conservação.

Para os próximos anos, o grande desafio aponta para uma estruturação cada vez maior, com base em estratégias desenhadas nos núcleos biorregionais estabelecidos em cada bioma brasileiro.

A figura 1 apresenta a estrutura organizacional da Alfa.

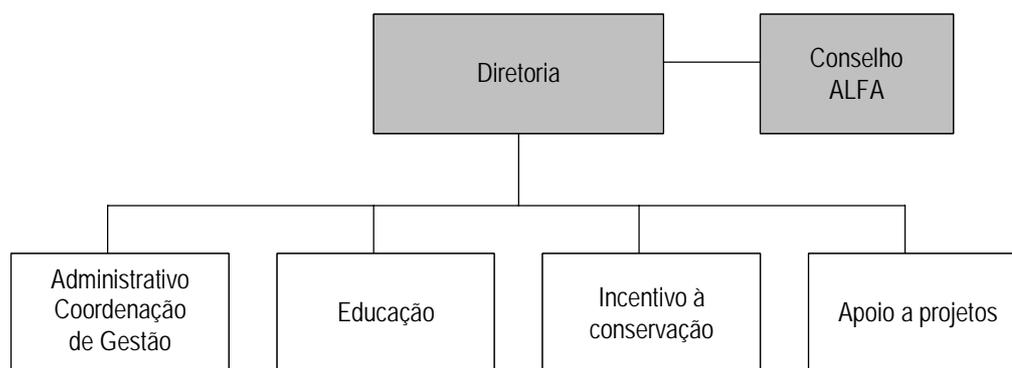


FIGURA 1 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA ALFA

3 METODOLOGIA

A metodologia adotada foi a de entrevistas individuais com os principais gestores, visando ao entendimento dos processos, objetivos, desafios e história da ALFA. Atendendo a pedidos dos representantes e dos gestores entrevistados da instituição, todos os nomes citados são fictícios.

Foram elaboradas perguntas para cada um dos entrevistados com o objetivo de tornar visíveis suas percepções em relação ao ambiente natural e ao desenvolvimento. Os quatro gestores entrevistados respondem, respectivamente, pela coordenação da gestão, educação, incentivo à conservação e apoio aos projetos, conforme Figura 1, e serão identificados da seguinte forma:

Entrevistado 1 como E1; Entrevistado 2 como E2; Entrevistado 3 como E3 e Entrevistado 4 como E4.

As entrevistas foram gravadas, transcritas e, a partir da transcrição, as respostas foram sintetizadas na forma de um texto único, embora prevalecessem as idéias centrais de cada um deles.

Todas as perguntas feitas a cada um dos gestores são derivações da pergunta central de toda a pesquisa: as percepções deles estão próximas ou distantes das noções de “ecodesenvolvimento” e “desenvolvimento sustentável”, conforme o quadro 1?

As análises das respostas serão feitas com base no quadro 1.

3.1 Perguntas feitas ao Entrevistado E1

- a) Quais os principais objetivos do projeto “Incentivo à Conservação”?
- b) Os objetivos de apoiar projetos voltados para a conservação atingem seus resultados em longo prazo, gerando um ciclo sustentável? Exemplo? Ou são mais pontuais?
- c) Sabe-se que o apoio financeiro ainda é muito limitado no setor ambiental. Como a ALFA projeta o cenário de apoio a projetos de forma sustentável, tanto para os apoiados quanto para si no papel de financiadora?
- d) Existe uma grande necessidade de atender a demandas diversificadas por apoio; como é feito o balizamento de regiões necessitadas?
- e) Após o término do apoio, existe algum meio de acompanhar o andamento do projeto, gerando monitoramento?
- f) Quais os desafios do incentivo à conservação nos próximos anos: atender a mais projetos (quantidade) ou atender a projetos com mais recursos (qualidade)?
- g) De que forma a ALFA estimula os apoiados para que se tornem independentes de recursos financeiros?

3.2 Respostas do Entrevistado E1

O objetivo principal do projeto “Incentivo à Conservação” é apoiar a conservação da natureza, pesquisa de áreas ameaçadas, sistemas em redução, como a floresta de araucária que vem sendo desfigurada. Além disso, há os projetos de recuperação de bacias hidrográficas, projetos que visam atuar na conservação ou na sua base.

Outra linha de projeto é a do ecodesenvolvimento que visa à minimização do impacto ambiental em uso por comunidades carentes (áreas de fronteira), além de oferecer alternativas econômicas para não destruir a natureza. Trata-se de uma iniciativa que, de certa forma, melhora a qualidade de vida dessas comunidades.

E tem a linha de apoio a eventos de disseminação da conservação da natureza. De modo geral, o objetivo do projeto “Incentivo à Conservação” é promover a conservação da biodiversidade no Brasil.

O acompanhamento acontece entre os núcleos da ALFA de forma interativa, pois cada programa completa outras ações de conservação. Alguns projetos podem ser apoiados pelo “Incentivo à Conservação”, e o cenário de apoio tende a ser de forma

contínua para não depender, apenas, de dinheiro de patrocínio. As ONGs necessitam de outros apoios, porque os valores para a mobilização de ações são elevados, tendo em vista que elas têm que apresentar uma contrapartida, tanto material quanto financeira.

As regiões com mais necessidade são diversas, mas a priorização reside nos núcleos bio-regionais, pantanal, mata atlântica para seu fortalecimento e proximidade, mas, mesmo assim, é variável a região conforme cada projeto enviado.

O acompanhamento dos projetos aprovados ocorre por avaliação de resultado "o que a gente conseguiu com o esforço da ALFA?" Com a mudança de equipe, esses acompanhamentos foram prejudicados em 2006, mas em 2007 será novamente retomado.

O futuro do projeto "Incentivo à Conservação" depende dos direcionadores e conselho administrativo. Mas, na minha opinião, os desafios para os próximos anos seriam viabilizar projetos de maneira mais estratégica, para conseguir resultados em áreas de maior necessidade, uma vez que executamos projetos com certa qualidade, ou seja, atender a quem realmente necessita, conflitando assim com os que acabam chegando para o projeto "Incentivo à Conservação". O desafio é conseguir projetos de número e qualidade para atender a cada bioma; outro desafio é conseguir investir de forma a desenvolver atividades em longo prazo. Por exemplo, o projeto mico-leão dourado, que vem ocorrendo faz tempo, porque com esse longo prazo, outros investimentos são angariados com base em uma ação bem estruturada, para gerar também uma motivação contínua de pesquisa na conservação.

No Brasil, não existe nenhuma ONG ocupando esse nicho da ALFA, com essa estrutura, abrangência e enfoque. Tem um papel importante para a América Latina. São poucas as instituições que investem alto; a ALFA investe em torno de um milhão de reais por ano.

Trata-se de foco diferenciado, bem significativo. Os projetos devem se encaixar no orçamento anual; em média, são quarenta e seis projetos na linha de conservação e ecodesenvolvimento, onze projetos, com duração de dois a seis anos. Ocorre, ainda, apoio a eventos e pós-graduação das universidades públicas, mestrados que visam propagar a conservação e também apoiar e formar novos conservadores.

3.3 Perguntas Feitas ao Entrevistado E2

- a) Quais os desafios de educar e mobilizar ambientalistas e a sociedade?
- b) A mobilização da ALFA, no setor conservacionista, é muito ampla; como adequar conteúdos com a capacitação de cada grupo de estudantes?

- c) O Programa de Treinamento tem como objetivo fortalecer o setor conservacionista, mas muitas vezes os treinados saem de suas instituições e acabam mudando de área de atuação, como o programa visa a essa fixação e fortalecimento contínuo na execução da conservação?
- d) A “Natureza em ação” atinge a rede pública de tal forma a criar um resultado de longo prazo na educação ambiental? De que forma esse acompanhamento é feito?
- e) A propagação da educação ambiental pode sofrer algumas modificações positivas? Quais?
- f) Quais os grandes resultados obtidos até agora na Educação da ALFA e quais os futuros obstáculos a serem superados?

3.4 Respostas do Entrevistado E2

O desafio de mobilizar as pessoas é como passar uma informação de forma mais simples e compreensível, visando sensibilizar para os valores agregados na natureza. Como despertar, sensibilizando por valores pessoais, éticos e não só financeiros.

O modo de adequar conteúdo em grupos diferenciados de estudantes é atingir o público de formas diversas, porém eficientes, gerando multiplicadores. O programa de treinamento visa fortalecer o desenvolvimento da pessoa, da instituição (tutor e trainee e do setor conservacionista). Mesmo que o trainee saia da ONG, o conhecimento disseminado permanece com ele e vai para outras instituições.

A “natureza em ação” é uma proposta de sensibilização para mobilizar a comunidade em geral e os escolares, ou seja, visa à mudança de atitudes do grupo.

As visitas dos alunos são agendadas e monitoradas, e os professores recebem uma orientação antes e após a visita.

O maior desafio da educação da ALFA é sensibilizar estudantes e a comunidade em geral para a conservação.

3.5 Perguntas Feitas ao Entrevistado E3

- a) Quais os objetivos do projeto “Apoio a Projetos”?
- b) A criação de áreas naturais de proteção da natureza pode atender às demandas por pesquisas necessárias para o equilíbrio entre as necessidades humanas e da natureza?

- c) Criar uma reserva de proteção necessita de um investimento elevado. Como lidar com qualidade em uma reserva tendo em vista seu tamanho e custo? Como aliar uma boa reserva com ações boas, mas com custo acessível para os proprietários?
- d) À medida que a população cresce a necessidade de recursos naturais aumenta também. Como o “Apoio a projetos” busca adequar essas demandas com o apoio a áreas protegidas? Qual a sustentabilidade usada para isso tudo funcionar de forma coesa?
- e) O desafio para preservação passa pelo desenvolvimento sustentável; dessa forma, como uma área protegida pode gerar tal ciclo?
- f) Quais os desafios futuros para a conservação territorial de espécies e áreas degradadas no Brasil? E do “Apoio a Projetos”?

3.6 Respostas do Entrevistado E3

Os objetivos do projeto “Apoio a Projetos” nascem com a necessidade de implementar um centro de referência em áreas protegidas. O programa tem como principais ferramentas de proteção no mundo e apoio na sociedade o fortalecimento de políticas públicas.

Áreas protegidas são criadas como uma estratégia da própria sobrevivência da humanidade. Então, a pesquisa em conservação é complicada, pois a relação homem-natureza está em evolução. Na origem do homem, ele já se revelava um grande usuário da natureza, priorizando seus interesses individuais. Destarte que essa relação é de uso, e a natureza não é respeitada de forma correta pela sociedade.

Os custos de uma reserva com orçamento são extremamente enxutos, com planejamento e objetivos bem definidos. O investimento é alto, mas se comparado com uma implementação de uma fazenda, ele é muito mais elevado. O mapeamento nas áreas privadas depende da sensibilização de cada proprietário.

O problema da humanidade é o número elevado de pessoas, e o grande problema é a forma pela qual a população consome. O crescimento aliado ao consumo tem a ver com o nosso comportamento nas relações naturais.

Sobre o desenvolvimento sustentável, as pessoas falam, desde 1992, mas, na verdade, ele não existe, pois desenvolvimento e sustentabilidade não são compatíveis. O que pode ocorrer é um uso mais racional da natureza. Desenvolvimento gera um aumento e sustentabilidade é um equilíbrio, então é um equívoco.

Muitos fatores atuam, e a sociedade não procura entender como é o funcionamento do meio ambiente e acaba ficando só no recurso extraído. Na prática, o que ocorre é um freio de crescimento, mas não sua paralisação. O maior resultado do “Apoio a Projetos” é a reserva que apoiamos para atingir todos os objetivos de utilização, manejo, administração etc.

Os desafios são grandes, pois o processo de degradação é muito rápido; assim, o desafio é conservar algumas áreas mais emergenciais o quanto antes. Por isso, há a necessidade de apoio político e financeiro. A mobilização vem crescendo, mas a ocupação também cresce muito. Projeta-se para 2030 que existirão somente unidades de conservação. A mata das araucárias tem atualmente 1%, por isso já podemos medir como a devastação está em um ritmo muito mais audacioso.

O “Apoio a Projetos” tem como objetivos futuros conseguir recursos, equipe e dessa forma entrar na luta de forma mais encorpada.

3.7 Perguntas Feitas ao Entrevistado E4

- a) O que comunicação no terceiro setor tem como objetivo?
- b) Por estar atrelada a uma empresa, a ALFA ganha maior visibilidade; como a mídia e futuros patrocinadores entendem a relação da empresa com a causa da proteção à natureza?
- c) Como a comunicação procura divulgar as ações da ALFA e atingir futuros patrocinadores?
- d) Qual a relação, para você, de imagem do empresariado e sucesso da ALFA?
- e) De quais formas a comunicação colhe seus resultados junto à sociedade e ao setor ambientalista?
- f) Quais os grandes desafios de comunicação no terceiro setor e meio ambiente?

3.8 Respostas do Entrevistado E4

O Terceiro Setor está sempre relacionado a: erradicação do analfabetismo, proteção à natureza, diminuição da pobreza e da fome, segurança das crianças, erradicação do trabalho infantil, redução da mortalidade infantil etc. Por essa relação estreita com as causas sociais, a comunicação tem uma conotação mais específica. Ou seja, ela não visa apenas informar a sociedade dos problemas, mas também sensibilizar e mobilizar as pessoas a compartilharem da causa que defendem, inclusive por meio da mudança de hábitos ou atitudes.

É importante salientar que esse movimento da comunicação no Terceiro Setor necessita “conversar” com a sociedade, para que ela compreenda temas normalmente técnicos ou complexos, traduzindo isso para o cotidiano de cada um. É necessário tornar a causa parte da vida das pessoas. Só assim é possível atingir resultados significativos de mobilização ou, pelo menos, de conscientização sobre determinados assuntos que estão intimamente ligados à qualidade de vida de todos.

A ALFA nasceu do sonho do seu presidente: deixar um legado para as gerações presente e futura. Pela ligação que o consumidor sempre fez entre a natureza e os produtos da empresa, o presidente teve convicção de que proteger a natureza seria um caminho natural para o investimento social privado que hoje inclui tanto a ALFA quanto outros projetos ligados a áreas diversas. Essa ligação com a mantenedora, na maioria das vezes, é benéfica porque vem acompanhada de conceitos que a própria empresa já possui. O público a reconhece como uma iniciativa de sucesso que o respeita o, que tem atuação ética e produtos de qualidade no mercado.

Sermos fruto de um empreendimento de sucesso é, sem dúvida, motivador. Inclusive para os investidores, que sentem mais segurança ao saber que temos uma filosofia compartilhada com a mantenedora. Depois de mais de uma década de atuação, hoje a ALFA possui diversos parceiros que contribuem com os projetos desenvolvidos pela organização e, conseqüentemente, com o equilíbrio ambiental no Planeta.

A área de comunicação possui planos estratégicos que trabalham com os diversos públicos com os quais a ALFA se relaciona. Entre eles, estão os *prospects*, empresas ou organizações que têm uma postura ambientalmente correta e interesse em investimentos nesse setor.

A visibilidade da ALFA é muito importante para consolidar as parcerias, isso inclui estarmos presentes na mídia por meio de assessoria de imprensa, termos um sítio completo e atualizado, criarmos ferramentas de comunicação específicas (como e-mail, marketing, projetos especiais, brindes etc), atendermos à imprensa, mobilizarmos as pessoas por meio de visitas a nossos projetos. Praticamente todos os movimentos de comunicação são ferramentas de comunicação para potenciais patrocinadores, às vezes até involuntariamente.

A ALFA, hoje, tem seu próprio caminho, mas, sem dúvida, a empresa mantenedora é essencial para que esse caminho tenha sucesso. Ambas têm influência direta uma na outra. O que a ALFA faz se reflete na empresa e vice-versa. Nossa postura deve ser sempre ética e alinhada com a filosofia que compartilhamos.

Quanto mais discussão e compreensão dos temas ambientais, mais engajamento na causa, mais consciência ambiental e social de que a conservação da natureza é um caminho fundamental para a manutenção da vida de todas as espécies.

Hoje, com o tema ambiental em evidência, há mais gente tentando melhorar o mundo, e isso é bastante positivo. Quanto mais gente quiser cuidar da natureza, melhor. A comunicação tem papel fundamental nisso, pois essas ações devem ser consistentes para que seus frutos sejam duradouros. Ações isoladas não se sustentam e podem, inclusive, prejudicar mais do que ajudar.

Os desafios na área ambiental são inúmeros. A começar pela divulgação da informação de forma correta, traduzindo o que é técnico para uma linguagem compreensível sem perder o que é fundamental, sem ser “chato”. O desafio é fazer o link com a vida real, sempre. Não adianta dizer que as geleiras estão derretendo, se você não contextualizar e trazer isso para o cotidiano. Explicar, mas dizer como isso altera a vida das pessoas. Isso é desafiador para a comunicação ambiental. Outra coisa é sensibilizar a tal ponto, que as pessoas se sintam responsáveis pelo Planeta, sintam que é sua casa e têm obrigação, sim, de mantê-lo senão melhor, pelo menos da mesma maneira que encontraram para legá-lo às próximas gerações.

4 ANÁLISES TEÓRICAS DAS ENTREVISTAS

A análise das entrevistas permite sinalizar se as percepções dos gestores da ALFA estão mais próximas da matriz teórica centrada na noção de “ecodesenvolvimento” ou da matriz centrada na noção de “desenvolvimento sustentável”, conforme o Quadro 1.

4.1 Análise das Respostas do Entrevistado E1

A expansão do conceito de desenvolvimento sustentável, sob a ótica do projeto “Incentivo à Conservação”, passa pela multiplicidade de ações de apoio, atendendo, assim, às diferentes necessidades e garantindo equilíbrio entre regiões necessitadas desse apoio. O desenvolvimento atinge diferentes variáveis e, para isso ser bem sucedido, é essencial a criação de novas fontes geradoras para as comunidades atendidas. Pode-se entender que o ser humano sempre vai necessitar de recursos naturais, cabendo aos órgãos competentes a responsabilidade de garantir que esses recursos sejam utilizados de maneira sustentável.

Na percepção do Entrevistado E1, trata-se de um tipo de desenvolvimento centrado na conservação e que, em função disso, exige a busca de novas formas de relacionamento dos seres humanos com o ambiente natural a ser conservado. Para o

gestor, a grande variedade de apoios e sua profundidade de duração podem tornar o projeto “Incentivo à Conservação” cada vez mais eficiente e fundamental à conservação do ambiente natural.

4.2 Análise das Respostas do Entrevistado E2

Para o Entrevistado E2, o entendimento do desenvolvimento sustentável passa pela mudança na forma pela qual a sociedade encara o ambiente natural e por suas atitudes conservacionistas e capazes de modificar o destino das próximas gerações. Para isso, a multiplicação de conhecimento no projeto “Educação” da ALFA se dá pelas suas publicações, programas de treinamento e cursos. Esse conhecimento pressupõe melhores entendimentos da noção de sustentabilidade que a sociedade necessita para não degradar o ambiente natural, tal como tem ocorrido.

Há de se considerar que, para a educação ambiental ser eficaz, ela precisa atingir todos os níveis da sociedade, desde os mais favorecidos que degradam o ambiente natural com seus níveis exagerados de consumo, aos menos favorecidos que, com menos acesso à instrução, contribuem com a degradação ao habitarem, por exemplo, áreas de proteção ambiental.

Para os próximos anos, a tendência do projeto “Educação” é multiplicar cada vez mais seus programas para gerar uma complementação fundamental para conservação, com objetivos explícitos de influenciar a forma de pensar da sociedade.

Em uma perspectiva alinhada com o debate socioambiental contemporâneo, na percepção do Entrevistado E2, parece ser fundamental subsidiar a sociedade com um pensamento voltado aos conceitos de utilização de recursos, consumo, educação, interesses coletivos de forma sustentável.

Nesse sentido alinha-se a mensagem que o projeto “Educação” procura transmitir em suas intervenções, a saber: uma visão ampliada do ambiente natural que garante a existência dos seres humanos que o habitam.

4.3 Análise das Respostas do Entrevistado E3

Para o Entrevistado E3, a forma de atuação do projeto “Apoio a Projetos” mostra-se mais coerente com suas dificuldades de implementação e de suas mudanças na conservação, pois a velocidade de degradação do ambiente natural é muito mais intensa do que as práticas de conservação.

Nesse particular, a visão de desenvolvimento sustentável pode ser caracterizada como uma discussão sem fundamentos consolidados nas práticas societais. A evolução com equilíbrio não ocorre, uma vez que o ser humano tende a utilizar ou apropriar-se do ambiente natural de forma extremada, sem levar em conta as temporalidades específicas do ambiente natural.

A idéia que o Entrevistado (E3) apresenta parece aproximar-se de autores solidários às abordagens não antropocêntricas, ao admitir como verdadeiras as idéias de que o ser humano não é o centro do sistema, mas um ser que interage nele como qualquer um entre os demais.

Para o efetivo desenvolvimento do ser humano, é imperativo entender esse sistema e não somente a visão centrada apenas no ser humano. Nada mais sensato do que entender uma causa como a chance de mudar a mentalidade de uma sociedade para melhor; nesse caso, para conservação do parceiro de cada dia, o ambiente natural.

4.4 Análise das Respostas do Entrevistado E4

Para o Entrevistado E4, a idéia que a ALFA apresenta a respeito de sua forma de comunicar e objetivos macros tende para uma visão empreendedora da conservação. Essa visão da conservação abrange principalmente as idéias teóricas otimistas e alavancadas no desenvolvimento como coisa palpável e não como uma forma de esconder erros passados. Pode-se observar que a conservação faz parte de um ciclo de sinergia entre ser humano e ambiente natural. Portanto, o papel da ALFA é fundamental para esse elo cada vez mais necessário aos processos de conservação do ambiente natural.

4.5 Síntese das Respostas dos Entrevistados

Diferentemente do preservacionismo, cujo pressuposto é o da intocabilidade de determinado ambiente natural ou de um determinado recurso natural, o conservacionismo pressupõe e admite formas variadas de manejos com objetivos também econômicos.

Como os quatro projetos apresentados e materializados pela ALFA estão todos eles centrados em uma racionalidade conservacionista, neles estão admitidas atividades de manejo, entre as quais, as econômicas, balizadas pelas dimensões ambiental, social, espacial, cultural, política e ética. Ao se admitirem determinadas atividades de manejo, isso parece ser um sinalizador de abertura às racionalidades de mercado, o que aproxima as percepções dos entrevistados mais da noção de “desenvolvimento sustentável” do que da noção de “ecodesenvolvimento”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa possibilitou uma aproximação de algumas percepções dos gestores consolidadas nos trabalhos e projetos implementados pela ALFA com vistas a determinado tipo de desenvolvimento centrado na conservação do ambiente natural. Por meio deste artigo foi possível compreender melhor alguns alcances e limites dos processos de gestão desses programas e identificar as aproximações ou distanciamentos entre as percepções dos gestores e as noções de “ecodesenvolvimento” e “desenvolvimento sustentável”.

Pode-se considerar, portanto, mesmo que de forma parcialmente conclusiva, que as percepções dos entrevistados acerca do “desenvolvimento” e do “ambiente natural” tendem a uma única e hegemônica percepção: a do “desenvolvimento sustentável”.

Ficam abertas as possibilidades para novas investigações, analisando-se algumas implicações derivadas dessas percepções dos gestores no que se refere às tomadas de decisões e seus respectivos impactos sobre o “desenvolvimento” e o “ambiente natural”.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, P. O Campo científico. In: ORTIZ, Renato (Org.). **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho d'água, 2003, p.112-143.
- BRUNDTLAND, H. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1987.
- CAITEN, V. e CARAVANTES, G. K. **Reconsideração do conceito de desenvolvimento**. Caxias do Sul: Educus, 1988.
- FERNANDES, M. Desenvolvimento sustentável: antinomias de um conceito. FERNANDES, M. e GUERRA, L. (Orgs). **Contra-discurso do desenvolvimento sustentável**. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, 2003, p.131-169.
- FOLADORI, G. **Limites do desenvolvimento sustentável**. Campinas: UNICAMP; São Paulo: Imprensa Oficial, 2001.
- HAWKEN, P. & LOVINS, A. & LOVINS, L. H. **Capitalismo natural**: criando a próxima revolução industrial. São Paulo: Cultrix, 2000. 358p.
- LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001a.
- LEFF, E.; ARGUETA, A.; BOEGE, E.; PORTO GONÇALVES, C. W. Más allá del desarrollo sostenible: la construcción de una racionalidad ambiental para sustentabilidad - una visión desde América Latina. In: LEFF, E.; EZCURRA, E.; PISANTY, I.; LANKANO, P. R. (Coord.) **La transición hacia el desarrollo sustentable**: perspectivas de América Latina y el Caribe. México: 2002. p.479-578.

LEFF, E. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Vozes, 2001b.

LEFF, E. Pensar a complexidade ambiental. In: LEFF, Enrique (Coord.). **A complexidade ambiental**. São Paulo: Cortez, 2003, p.15-64.

LEFF, E. **Racionalidade ambiental**: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MARX, K. **O capital**. 6.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. Volume I do Livro Primeiro.

MEADOWS, D. L. **Limites do crescimento**. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI, Curitiba: Editora da UFPR. **Cadernos de desenvolvimento e meio ambiente**, n.2, 1994, p.47-62.

SILVERSTEIN, M. **A revolução ambiental**. Rio de Janeiro: Nórdica, 1993.

SROUR, R. H. **Ética empresarial**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

ULTRAMARI, C. **A respeito do conceito de sustentabilidade**. Caxias do Sul: Educsc, 1988.

WEBER, M. **Ciência e política**: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 1968.

Fontes Consultadas

ALMEIDA, J. **A problemática do desenvolvimento sustentável**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2002.

GODOY, M. **Desenvolvimento e meio ambiente**: uma retomada teórica. Maringá: PME-UEM, 2002.

GIANNETTI, E. **Vícios privados, benefícios públicos?** A ética na riqueza das nações. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

LOURENÇO, M. S. Políticas públicas e desenvolvimento. SILVA, C. L., MENDES, J. T. G (Orgs.). **Reflexões sobre desenvolvimento sustentável**. Petrópolis: Vozes, 2005.

SILVA, C. L. Desenvolvimento Sustentável: um conceito multidisciplinar. SILVA, C. L., MENDES, J. T. G (Orgs.). **Reflexões sobre desenvolvimento sustentável**. Petrópolis: Vozes, 2005.



O COMÉRCIO VAREJISTA E A RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL*

Daniela Vitório Del Puente**

Orientador: Prof. José Edmilson de Souza-Lima***

RESUMO

As relações de produção e consumo, na sociedade moderna, são, muitas vezes, marcadas por uma extensa cadeia de fornecedores e compradores até chegar ao consumidor final, para o qual muitas informações importantes não são, necessariamente, repassadas. Ao levar em consideração esse cenário, acredita-se que o comércio varejista também tem um papel fundamental não somente na divulgação das informações, mas também na utilização do seu poder de pressão no que se refere à escolha de fornecedores, e de indução no momento da venda aos consumidores. Com vista nisso, o objetivo principal deste artigo é delinear os principais problemas socioambientais que a sociedade contemporânea enfrenta e sinalizar a importância imprescindível da participação desse setor no processo de comunicação intra e interorganizacional, a fim de contribuir, de maneira mais efetiva, para a produção e o consumo com pretensões sustentáveis e para a redução da pegada ecológica.

Palavras-chave: varejo; responsabilidade socioambiental; desenvolvimento sustentável; pegada ecológica.

*Pesquisa apoiada e financiada pelo Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC), vinculado ao Núcleo de Pesquisa Acadêmica (NPA) da UNIFAE – Centro Universitário Franciscano, no período de julho de 2006 a julho de 2007. Os autores agradecem o apoio institucional.

**Formada em Gestão da Informação pela UFPR (2003). Acadêmica do 3º ano do curso de Administração. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2006) da UNIFAE – Centro Universitário Franciscano. puente_br@hotmail.com

***Sociólogo; Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento (UFPR); Pesquisador do CNPQ/UFPR/UNIFAE; Professor da Graduação e do Mestrado na UNIFAE – Centro Universitário Franciscano.

INTRODUÇÃO

A população mundial consome diariamente inúmeros produtos que causam algum tipo de impacto social ou ambiental. A título de exemplo podem-se citar os copos descartáveis, papel higiênico, fraldas descartáveis, absorventes femininos, alimentos que vêm em embalagens *tetrapak*, latinhas de alumínio e garrafas *pets* de refrigerantes, pilhas, baterias, entre inúmeros outros exemplos.

Nota-se, todavia, também que tem havido uma maior conscientização e preocupação dos consumidores. Tanto o governo brasileiro quanto ONGs – locais, nacionais e internacionais – têm promovido propagandas educativas quanto à prevenção e fiscalização de fatores que possam causar algum tipo de impacto socioambiental. Quanto os consumidores tendem a dar preferência aos produtos com valores agregados como *design* e ambientalmente corretos, dispendo-se a pagar até mais por esses produtos. Contudo, somente os esforços desses agentes não têm sido suficientes para evitar ou, até mesmo, minimizar os problemas.

Ao levar em consideração esse contexto, o departamento de pesquisa acadêmica da UNIFAE iniciou, em julho de 2006, uma pesquisa cujo objetivo era comprovar que o comércio varejista também tem um papel fundamental não somente na divulgação das informações, mas também na utilização do seu poder de pressão, no momento da compra, e de indução, no momento da venda, a fim de estimular um processo de produção e consumo mais sustentáveis.

REVISÃO DE LITERATURA

A revisão de literatura utilizada neste artigo contempla assuntos voltados ao sistema produtivo contemporâneo relacionando-o ao consumismo e às suas consequências com relação ao meio ambiente, ao desenvolvimento sustentável e à participação do setor varejista nesse contexto.

A RELAÇÃO DE PRODUÇÃO E CONSUMO DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Para viver, os humanos apresentam necessidades de alimentação, vestuários, moradia, educação e lazer. Assim, algumas são de origem biológica, outras decorrem da imposição de costumes influenciados pelo meio (sociedade). Conseqüentemente, essas necessidades são saciadas pelo consumo de bens e serviços.

Pode-se considerar o consumo como o objetivo final do processo produtivo, antecedido basicamente pelas etapas de fabricação, armazenagem, embalagem, distribuição e comercialização ou, também, como a atividade que manipula recursos no âmbito familiar e empresarial (principalmente nas fábricas/indústrias).

Por sua vez, a produção ou o processo produtivo decorre da combinação de três recursos ou fatores de produção: o homem, os instrumentos de trabalho que ele usa (tecnologia, maquinários e ferramentas) e a terra (ou a natureza), sobre a qual ele age. E é o nível de desenvolvimento das forças produtivas que caracteriza o valor agregado à sociedade e leva às mudanças sociais.

Nas palavras de Hawken, Lovins e Lovins (2000), no sistema de produção industrial atual, a criação de valor normalmente configura uma seqüência linear (extração, produção e distribuição) em que o recurso humano emprega a tecnologia para transformar os recursos naturais em produtos. No final desse ciclo, há os resíduos (incluindo os próprios produtos) que são encaminhados a algum lugar sob a forma de detritos.

Pode-se afirmar, também, que os fatores ou recursos de produção são limitados e por isso eles se combinam de forma diferente conforme o local e a situação histórica. Ricklefs (2003, p. 339-340) classifica os recursos de acordo com a maneira pela qual seus consumidores os utilizam. Ou seja, os recursos podem ser renováveis (regeneráveis) e não-renováveis (não regeneráveis). Sendo assim,

Com cerca de dez mil pessoas chegando à Terra por hora, vemos emergir atualmente um **novo e estranho padrão de escassez**. No começo da **revolução industrial**, a mão-de-obra era superexplorada e relativamente escassa (a população total correspondia a aproximadamente um terço da atual), ao passo que **os estoques globais de capital natural eram abundantes e inexplorados**. **Hoje**, porém, a situação se inverteu: após dois séculos de aumento da produtividade do trabalho, de liquidação dos recursos naturais ao custo de sua extração, não no valor de sua substituição, e de exploração dos sistemas vivos como se fossem gratuitos, infinitos e em perpétua renovação, as pessoas é que passaram a ser um recurso abundante, enquanto a **natureza** tornou-se **assustadoramente escassa**. (HAWKEN, LOVINS E LOVINS, 2000, p. 7) [grifo nosso]

Esses fatos podem levar à conclusão de que, se a humanidade continuar com a extração e uso abusivo dos recursos naturais, a tendência é a extinção do “estoque” de capital natural. Ricklefs (2003) argumenta que o futuro não precisa ser assim, para ele a humanidade ainda tem tempo de evitar as restrições naturais, pelo desenvolvimento e consumo de produtos oriundos de rejeitos que, inclusive, não podem mais ser regenerados pelos sistemas ecológicos.

Sob o enfoque mercadológico, o produto é um bem material constituído de certas características como: origem (matéria-prima e materiais), custos, desenvolvimento, aparência, desempenho, embalagem, preço, prazos de entrega, garantias, entre outras. Para os produtos destinados ao consumo individual, por exemplo, o acabamento e a embalagem apresentam maior peso. Sendo assim, os fabricantes em geral tendem a dar prioridade aos aspectos promocionais da embalagem, e algumas “empresas baseiam toda a sua campanha publicitária mais nos méritos de sua embalagem do que nos dos produtos” (KOTLER, 1981, p.650-651).

Nesse sentido, com uma sociedade perdulária – particularmente dos países desenvolvidos e em desenvolvimento – que apresenta grandes índices de desperdício, exaustão dos recursos naturais e distribuição de renda desequilibrada, é fundamental que os empresários se responsabilizem pela viabilização do desenvolvimento de produtos e embalagens eficientes que, além de serem agradáveis aos olhos do consumidor, exerçam suas funções básicas de proteger o produto, informar e facilitar a vida do consumidor, assim como de preservar o meio ambiente.

A RELAÇÃO DO CONSUMO COM A GERAÇÃO DE LIXO

A humanidade está rompendo com os ciclos da natureza, exaurindo cada vez mais recursos ao mesmo tempo em que multiplica o volume de lixo.

De acordo com Hawken, Lovins e Lovins (2000, p.2),

A partir de meados do século XVIII, destruiu-se mais a natureza que em toda a história anterior. Se os sistemas industriais alcançaram apogeu de sucesso, tornando-se capazes de criar e acumular vastos níveis de capital produzido pelo homem, o capital natural, do qual depende a prosperidade econômica da civilização, vem declinando rapidamente e o índice de perdas cresce na mesma proporção dos ganhos em termos de bem-estar material.

Em uma perspectiva complementar, os autores manifestam que

Devido à **natureza perdulária dos processos industriais atuais**, o mundo enfrenta três crises que ameaçam estropiar a civilização no século XXI: a **deterioração do meio ambiente natural**; a **dissolução contínua das sociedades civis** na ilegalidade, no desespero e na apatia; a **falta da vontade pública necessária** para mitigar o sofrimento humano e promover o bem-estar. Os três problemas têm o **desperdício** como causa comum. Aprender a lidar de forma responsável com esse desperdício é uma **solução comum**, raramente reconhecida, muito embora se apresente de forma cada vez mais clara. (HAWKEN, LOVINS e LOVINS, 2000, p.55) [grifo nosso]

No Brasil, por exemplo, uma pessoa gera em média setecentos gramas de lixo por dia. Dados do IBGE (2000) apresentam que a geração *per capita* de resíduos no Brasil varia entre quatrocentos e cinqüenta e setecentos gramas, em municípios com até duzentos mil habitantes, e entre setecentos e mil e duzentos gramas, em municípios com mais de duzentos mil habitantes. Daí, vale salientar que

[...] o lixo move-se de uma situação em que se encontra sob o domínio privado para outra em que alcança a esfera pública. Além disso, define-se lixo domiciliar como sendo todo material sólido ao qual seu proprietário ou possuidor não atribui mais valor e dele deseja descartar-se, atribuindo ao poder público a responsabilidade pela sua disposição final (ZYGER, 2005, p.35).

Ao se analisarem vários documentos técnicos e científicos que abordam de alguma maneira a questão do lixo, é possível verificar duas classificações que são bastante utilizadas e difundidas. A da ABNT/NBR 10004 e a contida no Manual de Gerenciamento Integrado do IPT/Cempre, comumente utilizada pelos sistemas de saneamento básico e coleta de lixo dos municípios.

ABNT/NBR 10004	IPT/CEMPRE
<p>a) Natureza: seco e molhado;</p> <p>b) Composição química: matéria orgânica inorgânica;</p> <p>c) Riscos potenciais ao meio ambiente: classe I – perigosos (apresentam risco à saúde pública por serem infláveis, corrosivos, reativos, tóxicos e/ou patogênicos), classe IIA – não-inertes (por apresentarem características como combustibilidade, biodegradabilidade) e classe IIB – inertes (não diluem em nível suficiente para afetar a potabilidade da água).</p>	<p>a) Lixo domiciliar: restos de alimentos, embalagens de alimentos, garrafas e latas, papel higiênico, etc;</p> <p>b) Lixo comercial: pilhas de papéis, plástico, embalagens de materiais diversos, papel higiênico, etc;</p> <p>c) Lixo público: restos e sujeiras das ruas, feiras livres, eventos públicos, terrenos baldios e rios e córregos;</p> <p>d) Lixo hospitalar: agulhas, seringas, gazes, bandagens, algodão, órgãos e tecidos removidos, sangue coagulado, remédios, etc.</p> <p>e) Lixo especial (aeroportos, rodoviárias, ferrovias): restos de alimentação, material de higiene, etc;</p> <p>f) Lixo industrial: plásticos, escória, papel, cinzas, óleos, substâncias alcalinas ou ácidas, corrosivos, etc;</p> <p>g) Lixo agrícola: embalagens de agroquímicos diversos, dejetos, adubos, restos de colheita, etc;</p> <p>h) Lixo da construção civil: entulhos como fragmentos de tijolo, madeira, plásticos, tubos, cabos, etc.</p>

QUADRO 1 - CLASSIFICAÇÕES MAIS COMUNS DO LIXO
 FONTE: ABNT/NBR 10004 (2004) e IPT/CEMPRE (2000)

Na capital de Curitiba e Região Metropolitana, por exemplo, a produção diária de lixo se apresenta da seguinte forma: seiscentas e cinqüenta toneladas de lixo domiciliar reciclável; mil duzentas e setenta toneladas de lixo domiciliar orgânico; catorze toneladas de lixo hospitalar; 13,6 toneladas de lixo vegetal e duas mil trezentas e quarenta toneladas de lixo da construção civil. Além da produção de 8,6 toneladas de lixos tóxicos/perigosos ao ano (UNILIVRE, 2006).

Entretanto, a perda dos sistemas vivos se acelera em todo o mundo a despeito dos vultosos capitais gastos na limpeza ambiental pelas nações industrializadas e as empresas responsáveis. Semelhante falta de compreensão seria cômica se não fosse potencialmente trágica. É como se você quisesse fazer limpeza em casa, morando em uma planície sujeita a inundações, na qual o rio está subindo. Limpar a casa pode ser uma atividade admirável, mas não é a resposta adequada ao problema imediato (HAWKEN, LOVINS e LOVINS, 1999, p.147).

De acordo com o Idec (2006), há uma estimativa de que existam de setenta a cem mil produtos químicos sintéticos utilizados no comércio, agricultura, indústria e residências. Infelizmente, as conseqüências do uso desses produtos são percebidas muito tempo depois.

Um outro fator preocupante é a qualidade do lixo doméstico que geralmente apresenta mistura de material orgânico com restos de produtos de limpeza, tintas, óleos lubrificantes, frascos de aerossóis, lâmpadas fluorescentes, pilhas, baterias, etc., classificados como perigosos devido à presença de substâncias químicas tóxicas. Lixo que, ao ser descartado inadequadamente – lixões, terrenos baldios, rios, lagos –, disseminam substâncias que contaminam o solo e as águas superficiais ou subterrâneas.

COLETA, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DO LIXO

Com relação ao gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos, no Brasil, ele é executado pelo Poder Público financiado pelo Tesouro Municipal. Contudo, apesar da existência desse programa, ainda são poucos os municípios brasileiros que possuem um bom gerenciamento de sistemas adequados de coleta, tratamento e destinação final do lixo. Na maioria dos municípios de países como o Brasil, o material é “depositado” de forma inadequada em terrenos (lixões e vazadouros) onde se avolumam enormes montanhas de lixo em locais sem nenhum controle ambiental ou sanitário, contaminando a paisagem, o meio ambiente e a saúde pública. Dados do IBGE (2000) demonstram que, no Brasil, 52,8% do lixo não recebe tratamento correto, pois 30,5% são encaminhados para os lixões e 22,3% para aterros controlados, oferecendo riscos altíssimos de contaminação para o ser humano e o meio ambiente.

Tendo em vista os problemas causados pelo volume e destino final do lixo urbano, evidencia-se a necessidade da adoção de medidas drásticas por parte dos órgãos públicos brasileiros e maior pressão da sociedade civil para a eliminação dos lixões e adoção de melhores propostas como os aterros sanitários, por exemplo, assim como a participação efetiva das empresas e do setor varejista em práticas sustentáveis.

Assim, a melhor alternativa para amenizar a problemática do volume de lixo gerado e extinção dos recursos naturais é a real sensibilização de todos os agentes envolvidos (governo, famílias e empresas).

Essa sensibilização leva a pensar em uma nova forma de capitalismo: um capitalismo alicerçado num desenvolvimento sustentável que prevê o Princípio dos Três Erres (3 R) – reduzir, reutilizar e reciclar – ações que acarretam a prevenção e não-geração de resíduos com o objetivo de realizar um consumo sustentável com vistas a poupar os recursos naturais e conter o desperdício. Sinteticamente:

- a redução consiste nos esforços de todos em diminuir o consumo excessivo de produtos que implica a exaustão dos recursos naturais e o aumento de lixo;
- a reutilização permite que os materiais sejam usados novamente de maneira igual ou diferente da original (como usar novamente as embalagens) ou aqueles que não possuem mais serventia são aproveitados para a confecção de algo novo;
- a reciclagem configura-se pelo aproveitamento de materiais inorgânicos contidos nos resíduos sólidos urbanos, reaproveitando e transformando-os de forma a resguardar as fontes naturais e conservar o meio ambiente. Normalmente, o lixo encaminhado para a reciclagem são: vidros, plásticos, papel e papelão de todos os tipos e metais. Esse processo de tratamento dos lixos inorgânicos é uma das opções mais vantajosas, no contexto socioeconômico e ambiental. Ela reduz o consumo de recursos naturais, poupa energia e água e ainda diminui o volume de lixo e a poluição. Ainda, quando existe um sistema de coleta seletiva no município, a reciclagem pode ser uma atividade econômica rentável. Pode gerar emprego e renda para as famílias de catadores de materiais recicláveis, que devem ser os parceiros prioritários na coleta seletiva. (OLIVEIRA, 2001)

Nesse sentido, cabe apresentar a iniciativa que a prefeitura de Curitiba teve em 1989 quando já começava a se preocupar com as oitocentas toneladas métricas diárias de lixo, com a adoção do programa “Lixo que não é lixo” que

levou mais de setenta por cento dos lares a selecionar o lixo reciclável para coleta, três vezes por semana, recolhidos pelos caminhões verdes das empresas privadas que ganharam a concorrência para a prestação do serviço. O lixo orgânico fica em um saco plástico; o papel, o metal, o vidro etc., em outro. Dois terços dos recicláveis separados são recuperados e vendidos. Esse fechamento do ciclo elimina mais da metade dos custos operacionais do sistema que, outrora, representava o maior item do orçamento municipal. As estações de seleção, construídas com material de

segunda mão, empregam sem-tetos, deficientes e alcoólatras em tratamento. O aterro sanitário reduziu-se em um sexto em peso e ainda mais em volume. O lixo é dissolvido a fim de proteger os lençóis freáticos. Só a reciclagem de papel de Curitiba poupa mil e duzentas árvores por dia. (HAWKEN, LOVINS e LOVINS, 2000, p. 283)

Ações que levam os autores a algumas conclusões:

A saúde pública se beneficia à medida que o programa estimula a coleta do lixo de áreas de difícil acesso, principalmente na proximidade dos rios. Tal esforço é complementado por um programa de limpeza que oferece trabalho temporário e se chama “tudo limpo”, financiado pela prefeitura, mas organizado por cento e trinta e cinco associações de bairro que contratam os desempregados ou aposentados que precisam do dinheiro. A limpeza também suscita o orgulho da comunidade: as hortas sob os cuidados de crianças fora do horário das aulas e supervisionadas por agricultores agora empregados florescem nos antigos lixões. Todas essas iniciativas dependem não da mecanização intensiva em capital e, sim, da participação pública. (HAWKEN, LOVINS e LOVINS, 2000, p. 284)

É evidente que os serviços de saneamento básico urbano estão se tornando um dos maiores desafios para os governos no sentido de assegurar os serviços públicos ambientalmente saudáveis para toda a população. Contudo, a problemática do gerenciamento do lixo não implica somente o envolvimento do setor público, mas também das empresas e da população que, por sua vez, só poderão se sensibilizar por meio de acesso a informações e adquirir conscientização para adoção de novas posturas diante da relação do consumo e do meio ambiente.

PEGADA ECOLÓGICA

A pegada ecológica é um instrumento que mede o consumo dos recursos naturais pelas pessoas em paralelo à capacidade da natureza para renovar esses recursos. Assim, “A pegada de cada país é a área total necessária para produzir os alimentos e as fibras que consome; absorver os resíduos que produz com o consumo de energia; e fornecer espaço para as suas infra-estruturas” (WWF, 2004, p. 12).

A Pegada Ecológica global altera-se com o tamanho da população, consumo médio por pessoa, e eficiência dos recursos. A capacidade biológica da Terra altera-se consoante o tamanho da área de produtividade biológica e a sua produtividade média. Em 2001, a Pegada Ecológica da humanidade excedia a capacidade biológica global em 0,4 hectares por pessoa, ou seja, em vinte e um por cento. Esse excedente se iniciou nos anos da década de 1980 e tem crescido desde então. Para todos os efeitos, o excedente representa o desgaste do capital natural num ritmo mais rápido do que a sua capacidade regenerativa...

Complementarmente, Cidin e Silva (2004) mostram que a sociedade humana está ultrapassando a demanda de recursos e serviços e aumentando a geração de resíduos, sem seguir diretrizes sustentáveis e, por conseguinte, afetam o meio natural de maneira mais intensa. Além disso, apresentam que

diversas avaliações apontam que 1/5 da população mundial, os ricos, consome em excesso, contabilizando aproximadamente 90% do consumo humano total. Podem-se atribuir esses resultados à incapacidade da espécie humana, por meio de padrões de consumo, estilos de vida e modelos de desenvolvimento econômico impostos pelos países desenvolvidos, em reconhecer que, na luta pela sobrevivência e prosperidade, não considera o impacto que causa aos demais, e que só existe um planeta Terra de que todos dependem para a **perpetuação e sobrevivência de todas as espécies**. (CIDIN E SILVA, 2004, p.45-46) [grifo nosso]

A sustentabilidade deve procurar satisfazer as necessidades humanas no presente e no futuro sem destruir a capacidade de a natureza regenerar-se e absorver os resíduos, adequando, assim, os níveis de consumo, os estilos de vida, a utilização dos recursos e a assimilação dos resíduos com as condições ecológicas. A equidade deve prever o equilíbrio entre as gerações no decorrer do tempo, de uma nação e entre nações em tempos iguais e entre espécies (quanto a humanidade domina a biosfera à custa das outras espécies!). Daí a urgência de as escolhas individuais serem necessárias para se reduzir a pegada da humanidade e, principalmente, promoverem mudanças no modo como vivemos coletivamente na busca da sustentabilidade. (CIDIN E SILVA, 2004)

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A ALIANÇA TRÍPLICE: GOVERNOS-EMPRESAS-CONSUMIDORES

O capitalismo, tal qual vem sendo praticado, é uma aberração lucrativa e insustentável do desenvolvimento humano. O que se pode designar como “capitalismo industrial” que não se ajusta cabalmente aos seus próprios princípios de contabilidade. Ele liquida seu capital e chama isso de renda. Descuida de atribuir qualquer valor ao mais importante capital que emprega: os recursos naturais e os sistemas vivos, assim como aos sistemas sociais e culturais que são base do capital humano. (...) Todavia, essa deficiência nas operações empresariais não pode ser corrigida mediante a simples atribuição de valores monetários ao capital natural por três motivos. Em primeiro lugar, muitos serviços que recebemos dos sistemas vivos não têm substituto conhecido (...) além de a tecnologia não ter como repor os sistemas de manutenção da vida, as máquinas se mostram igualmente incapazes de substituir a inteligência humana, o conhecimento, o saber, a capacidade organizacional e a cultura. (HAWKEN, LOVINS e LOVINS, 2000, p.4-5)

No artigo *Novos elementos para reflexão sobre a indústria na nova economia*, Cavalcanti (2001, p.242-243) comenta que, para que haja uma indústria geradora de oportunidades, a indústria deverá não só se voltar apenas para a riqueza material, mas também para a geração de uma riqueza expandida¹. A intenção é mostrar que, somente quando a indústria e outros segmentos da economia de um determinado país se voltar para a meta de atingir um determinado nível de riqueza expandida, será possível observar condições gerais para a geração de novas oportunidades para o Brasil e para o mundo.

Tendo em vista as ponderações arroladas até este momento, é possível chegar à conclusão ilustrada por Ricklefs (2003, p.475) que afirma “A chave para a sobrevivência da população humana é desenvolver interações sustentáveis com a biosfera. Isso exigirá um controle do crescimento populacional humano ou uma crescente dependência de fontes de energia renováveis e a total reciclagem dos resíduos materiais”. Concernentemente a isso, Hawken, Lovins e Lovins (2000, p.55) complementam ao reafirmar que “... se o crescimento do capital feito pelo homem está sendo genuinamente afetado pela perda de capital natural, devem existir indicadores econômicos e sociais de tal fato, medidas que possam ser reconhecidas e consideradas pelos homens de negócio e pelos políticos”. Pois, “o meio ambiente encontra-se inserido no conjunto de atribuições legislativas e administrativas municipais e, na verdade, os municípios formam um elo fundamental da complexa cadeia de proteção ambiental” (ZYGER, 2005, p.26).

Na década de 1960, grupos humanitários e ambientalistas já faziam manifestações públicas com relação às questões sobre igualdade social, racial, liberdade sexual e de religião, assim como questões voltadas ao desequilíbrio socioambiental provocado pela sociedade industrial. Mas, foi só a partir da década de 1990 que surgiu uma movimentação dos governos de alguns países voltada aos problemas ambientais.

Em 2005, foi realizada, no Brasil, a Conferência BRICS+G² que priorizou a discussão de temas voltados a energia, recursos naturais e política social, relacionando-os ao crescimento e à sustentabilidade. Nesse evento, os participantes tiveram a oportunidade de pontuar os aspectos mais relevantes sobre os recursos naturais em

¹ A Economia define Riqueza como sendo o valor dos ativos possuídos num dado ponto do tempo. Tudo aquilo que é de valor entende-se por ativo, enquanto os recursos devidos são dados como passivos. Portanto, entende-se como Riqueza Material tudo o que se entende por ativos físicos, por exemplo: bens como automóveis, imóveis, mobílias, vestuários, etc. Por sua vez, a Riqueza Expandida refere-se a um conceito que vai além do valor contábil material; ela inclui a dimensão psicológica, ou seja, inclui tanto o bem-estar que é derivado da posse, e utilização, dos bens tangíveis e recursos financeiros, quanto outras características derivadas, tais como paz mental, boa saúde, o sentimento de pertencer a uma comunidade, segurança, liberdade de escolha e de ação, um meio de vida sustentável e uma fonte de renda estável.

² Grupo formado pelo Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul e Alemanha.

seus países, o que resultou na constatação de que a biodiversidade e a sua conservação, a gestão de recursos hídricos, o fornecimento de água, a agricultura e degradação da terra e do solo são as questões que mais preocupam os países BRICS (BRASIL, 2005).

Uma das conclusões unânimes da conferência BRICS foi que

a geração atual, na condição de usufrutuária dos recursos naturais, embora sem direito de herança sobre esses recursos, está privando seus filhos de utilizá-los futuramente. A preocupação com o estabelecimento e domínio de uma lógica e mecanismos de mercado não avaliados (principalmente quanto ao uso da terra), ao lado de uma legislação agrária falha e contraditória ... (BRASIL, 2005, p.17).

Por conseqüência, os participantes dessa conferência defenderam que a sustentabilidade só poderá ser alcançada por meio da soma de esforços das forças políticas, sociais e econômicas que sejam capazes de congregiar uma estratégia duradoura de crescimento e sustentabilidade, via integração efetiva, na medida do possível, dos aspectos econômico, ambiental e social e iniciativas nas políticas setoriais. Contudo, acreditam que a iniciativa privada e a sociedade civil atualmente são mais flexíveis do que os governos para orientar suas atividades com base no desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2005).

O secretário de Políticas de Desenvolvimento Sustentável, Gilney Viana, relata que, praticamente, nas duas últimas décadas, o Brasil tem buscado sair da estagnação. Isso justificaria a inexistência de uma estratégia clara para o desenvolvimento sustentável brasileiro, tendo em vista que inclusive o atual governo lulista (2002-2006) ainda parece estar mais voltado para um “desenvolvimento” centrado e orientado ao crescimento econômico do que para a conservação.

Contudo, o secretário defende que é incontestável que está havendo um certo progresso na área da sustentabilidade ambiental no que tange a políticas públicas, legislação, regulamentação e monitoramento de questões essenciais (BRASIL, 2005, p.15). Apesar de uma reação tardia ao desenvolvimento industrial, Gilney Viana salienta que,

pela primeira vez incluiu-se a dimensão ambiental na elaboração e execução do Plano Plurianual (PPA) 2004-2007, perpassando todos os programas. Por outro lado, está em discussão o projeto “Brasil 3 Tempos” com metas nacionais para 2007, 2015 e 2022, recuperando a capacidade de planejamento do Estado em médio e longo prazos, incluindo metas socioambientais. No setor florestal, o governo está desenvolvendo uma política mais firme de proteção da biodiversidade e das florestas, em uma proposta implantada passo a passo. De maneira a limitar e, por fim, interromper as atividades clandestinas e ilegais de derrubada de árvores, o Brasil está monitorando o desflorestamento, via satélite. Os resultados são atualizados diariamente e disponibilizados ao público, em geral, via **internet**. (BRASIL, 2005, p.41)

Entretando, parece que “há certa dificuldade em se estabelecer um diálogo substancial entre aqueles que decidem as políticas ambientais e industriais brasileiras.” (BRASIL, 2005, p. 13), além da presença de outro fator extremamente desfocado na sociedade atual que é o sistema tributário, inadequado como indicador de desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2005, p.49).

Para que o Brasil viabilize sua busca pela sustentabilidade, de forma consistente, coerente e eficaz, o país deve dar os primeiros passos na direção de uma reforma tributária para redefinir *o que* deve ser tributado, de forma a vislumbrar um contexto em que a força de trabalho fique isenta de tributação, do mesmo modo que a renda da pessoa física ou jurídica, em contrapartida ao aumento de tributos com base nos recursos utilizados e volume de lixo produzido. Dessa forma, é possível desenvolver um ciclo positivo, que gere cada vez mais demanda de trabalho, ao mesmo tempo em que reduz o uso de recursos, minimizando, assim, muitos dos problemas ambientais e sociais a que se destinam os orçamentos dos governos (HAWKEN, LOVINS, LOVINS, 2000).

Com relação a isso, na Conferência BRICS de 2005, houve uma manifestação dos participantes que comentaram que “os sistemas tributários precisam passar por ajustes para tornarem as estruturas de incentivo mais favoráveis ao desenvolvimento sustentável. Isso significa, entre outras coisas, fazer com que a carga tributária aplicada sobre a produção incida, também, sobre o uso de recursos” (BRASIL, 2005, p.49).

Por outro lado, é necessário que o governo estimule simultaneamente a formação de uma cultura social sólida que estimule que a população priorize o consumo de produtos e serviços ecológicos, com a marca de um selo verde, tendo em vista que essa medida viabiliza o fortalecimento das empresas com pretensões sustentáveis. Essas são algumas das muitas medidas que devem partir do governo, reconhecendo, é claro, que ele é um dos três núcleos importantes do processo de sustentabilidade – governo, empresas e sociedade.

Todavia, enquanto o governo apresenta “a ausência de uma legislação adequada e abrangente devido aos orçamentos reduzidos, má formação técnica e inexistência de uma ação contínua de âmbito institucional” (BRASIL, 2005), inviabilizando a prática das novas medidas instituídas, ainda tem-se a existência de dois outros núcleos viabilizadores: a sociedade e as empresas. Como questionam HAWKEN, LOVINS, LOVINS (2000, p.8),

... e se a prática da contabilidade geralmente aceita computasse o capital natural e humano não como um artigo supérfluo gratuito, em quantidade **supostamente inesgotável** e, sim, como um fator de produção finito e integralmente valioso? **E se, na falta de um modo rigoroso de praticar tal contabilidade, as empresas passassem a agir como se tais princípios estivessem em vigor?** [grifo nosso]

Zyger (2005, p.28) comenta que a Agenda 21 “consolidou a idéia de que o desenvolvimento e a conservação do meio ambiente devem constituir um binômio indissolúvel, tornando compatíveis duas grandes aspirações deste século: o direito ao desenvolvimento, sobretudo aos países subdesenvolvidos, e o direito ao usufruto da vida em ambiente saudável pelas futuras gerações”.

Capra (1996) confirma essa questão, ressaltando que, à medida que o tempo passa, as preocupações com o meio ambiente vão se tornando de extrema importância e que as questões inerentes ao meio ambiente não podem ser compreendidas de forma isolada, mas, sim, na sua totalidade, pois são interligados e interdependentes. Todos esses diferentes problemas decorrem de uma única crise: a de percepção. E, para superá-los, é necessária uma profunda mudança de percepção, de pensamento e valores. (ZYGER, 2005, p.38)

De acordo com a *Association of Cities and Regions for Recycling* (ACCR), a sociedade, enquanto consumidora, tem a capacidade de influenciar o mercado, pois as empresas precisam dos consumidores para viver, por isso reagem rapidamente aos sinais que estes lhes enviam. Ao comprar um produto, o consumidor acaba por votar em um determinado fabricante com base no reconhecimento da marca e da qualidade dos produtos, assim como pelo comportamento desse fabricante em relação aos consumidores, aos empregados e meio ambiente. Contudo, para utilizar o seu poder, o consumidor necessita de informação sobre os produtos, bem como das empresas e das suas práticas.

Toda empresa apresenta uma comunicação interna (troca de informações internas úteis para o seu funcionamento para constatação de seus pontos fortes e fracos) e uma externa (que permite o relacionamento empresa-sociedade e a integração da empresa nessa sociedade). A comunicação externa fornece informações sobre ela, o seu relacionamento com fornecedores além de marketing e propaganda.

Pela comunicação externa a empresa também capta do ambiente as informações que possam representar ameaças e oportunidades ao seu negócio. Assim, as empresas devem se responsabilizar pelo fornecimento de informações claras e éticas aos consumidores, viabilizando o desenvolvimento sustentável. Como afirma Zyger (2005, p.28-29),

... as soluções para os problemas que ora se acentuam, como o caso específico dos resíduos sólidos, não estão nas mãos dos administradores apenas, mas, sim, devem envolver a população nesse processo; o sucesso dessas ações deve conduzir ao desenvolvimento sustentável, dependendo basicamente da opinião pública, do comportamento dos indivíduos e de suas decisões tomadas a partir do conhecimento e da consciência do problema.

Assim, tudo indica que

os competidores que se adiantarem e souberem olhar para a frente não tardarão a reconhecer o terreno e a aprender a fornecer, com lucro e com reduções radicais no emprego de material, o que as pessoas vão precisar. (...) estamos destruindo os sistemas mais produtivos que já serviram à Terra, ao mesmo tempo em que nos cegamos estatisticamente para o problema. A economia não vai funcionar como um guia confiável enquanto o capital natural não figurar nas folhas de balanço das empresas, dos países e do mundo. (...) Quando o capital natural deixar de ser considerado grátis, ilimitado e sem conseqüências, e passar a ser tratado como uma parte integrante e indispensável do processo de produção, todo o nosso sistema de contabilidade haverá de mudar. Os preços, os custos e a maneira de calcular o valor se alterará drasticamente. (HAWKEN, LOVINS, LOVINS, 1999, p. 57)

Assim, Kotler (1998) estabelece o valor fornecido como o principal critério de escolha de fornecedores, por parte do consumidor. Nesse sentido, a pesquisa realizada identificou, como será possível ver a seguir, que as empresas do setor varejista curitibano lamentavelmente não têm contribuído com esforços para estimular a produção e o consumo sustentável, podendo-se dizer, inclusive, que esse é um reflexo comportamental do setor no Brasil.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E RESULTADOS DA PESQUISA

A metodologia de pesquisa que resultou no presente artigo contemplou as etapas de levantamento de referências para fundamentação teórica, elaboração de instrumentos de pesquisa de campo (roteiro de entrevistas e questionários), análise de dados e estruturação das informações obtidas.

A fundamentação teórica guiou-se pela relevância dos temas em comunhão com a atualidade das fontes e autorias reconhecidas pela comunidade científica. Já o procedimento metodológico para o desenvolvimento e validação dos instrumentos de coleta de dados se fundamentou pelo padrão clássico comumente utilizado em pesquisas científicas.

Ou seja, definiram-se, como população a ser analisada, os representantes da Secretaria do Meio Ambiente de Curitiba – SEMA (representantes do governo) e os varejistas de Curitiba (empresas). Por questões de viabilidade de tempo e disponibilidade de recursos humano, técnico e financeiro, os instrumentos de pesquisa foram utilizados sob dois parâmetros: a) entrevistas com os coordenadores e supervisores da SEMA por fazerem parte de uma amostra pequena e b) questionários para os varejistas, por fazerem parte de uma amostra maior.

As entrevistas realizadas junto aos representantes da Secretaria do Meio Ambiente de Curitiba confirmaram dados e informações constantes na fundamentação teórica arrolada neste artigo concernentes à problemática da geração de lixo e ao papel de cada agente social referente a essa questão.

Nos questionamentos mais específicos referentes às ações das organizações sobre os cuidados de produção, separação e eliminação dos lixos, os representantes da SEMA relataram que as empresas e a indústria em geral têm apresentado uma postura adequada no que tange à geração e eliminação de lixo, contudo, devido ao aumento drástico da população mundial e demanda por produtos, o volume de lixo continua a crescer vertiginosamente.

Ora, essa informação permitiu que a pesquisa confirmasse o pressuposto de que a indústria e o comércio varejista são os maiores responsáveis pela pegada ecológica e pela geração de lixo. Com isso, na seqüência, a pesquisa procurou averiguar as possíveis contribuições que esse setor tem apresentado para a produção e consumo sustentável, mediante a aplicação de questionários nessa amostra.

Como resultado, 100% da população da amostra do setor varejista contatada primeiramente aceitou o recebimento e colaboração para o preenchimento dos questionários mas nenhum dos colaboradores deu alguma espécie de retorno. Essa resposta negativa e omissiva da amostragem permitiu que este estudo chegasse à conclusão de quão longe do ideal está a participação da indústria e do comércio varejista com relação às ações de cunho socioambiental dentro de um parâmetro desejável, ao menos aceitável em termos contemporâneos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É evidente que a sociedade contemporânea é caracterizada pelo intenso desenvolvimento da mecanização e da automação e pelo consumo de bens e serviços. É fato, também, que as tecnologias vêm proporcionando profundas transformações na sociedade, em especial nos procedimentos de produção e que a população mundial vem crescendo exponencialmente. Disso tudo têm-se como resultado o consumo e o descarte facilitado e excessivo de produtos e embalagens, o aumento da pegada ecológica e da exaustão dos recursos naturais além da degradação do meio ambiente.

O alarmante é que a exploração exaustiva dos recursos finitos que a natureza oferece ocorre em paralelo a um crescimento do volume de lixo, principal forma de pagamento que a humanidade tem dado ao meio ambiente.

Mesmo sendo clara a necessidade de participação massiva de todos os agentes sociais, este estudo acredita que boa parte da contribuição pela preservação do meio ambiente e pela oferta de qualidade de vida da sociedade deve advir da indústria e do comércio que abstraem direta ou indiretamente os recursos naturais, transformando-os em produtos que devem servir às necessidades da sociedade.

E são esses os principais agentes que devem propor soluções práticas para promover a manutenção da qualidade de vida e do meio ambiente. Contudo, os resultados deste estudo sinalizam que essa realidade ainda está longe de acontecer.

REFERÊNCIAS

- ABNT NBR10004. **Resíduos sólidos**: classificação. 2.ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.
- ACRR. **A terra, manual de utilização**: consumir bens imateriais e produtos reciclados. Disponível em: <http://resourcities.acrplus.org/download/the-earth-a-users-guide/11174_acrr_brochure_por.pdf>. Acesso em: dez. 2006.
- BRASIL.Ministério do Meio Ambiente. **Relatório da conferência BRICS+G**: Crescimento e sustentabilidade. Brasília, 2005. Disponível em: <<http://www.bricsg.net>>. Acesso em: jan. 2007.
- CAVALCANTI, M.; GOMES, E. A sociedade do conhecimento e a política industrial brasileira. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior et al. **O futuro da indústria**: oportunidades e desafios a reflexão da universidade. Brasília: MDIC/STI: IEL Nacional, 2001. p.245-268.
- CIDIN, R. C. P.; SILVA, R. S. Pegada ecológica: instrumento de avaliação dos impactos antrópicos no meio natural. **Estudos geográficos**, Rio Claro, v. 2, n.1, p. 43-52, jun. 2004. Disponível em: <<http://rc.unesp.br/igce/grad/geografia/revista.htm>> Acesso em: 23 ago. 2006.
- ECONOMISTAS. **Dicionário de economia**. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- HAWKEN, P.; LOVINS, A.; LOVINS, L. H. **Capitalismo natural**: criando a próxima Revolução Industrial. São Paulo: Cultrix, 2000.
- IBGE. Pesquisa de saneamento básico 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pnsb/pnsb.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2007.
- IDEC. **Lixo**: um grave problema no mundo moderno. Disponível em: <http://www.idec.org.br/biblioteca/mcs_lixo.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2006.
- IPT;CEMPRE. **Lixo municipal**: Manual de Gerenciamento Integrado. 2.ed. São Paulo: IPT-CEMPRE, 2000.
- KOTLER, P. **Administração de marketing**: análise, planejamento, implementação e controle. São Paulo: Atlas, 1981.
- KOTLER, P. **Administração de marketing**: análise, planejamento, implementação e controle. São Paulo: Atlas, 1998.

OLIVEIRA, S. de. **Resíduos sólidos urbanos**. Apostila elaborada para o Curso de Agronomia da UNESP/FCA – Departamento de Recursos Naturais. Campus de Botucatu/SP. abr. 2001.

RICKLEFS, R. E. **A economia da natureza**. 5.ed. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2003.

WWF. **Relatório planeta vivo 2004**. Disponível em: <assets.panda.org/downloads/wwfrelatorioplanetavivo2004.pdf>. Acesso em: nov. 2006.

UNILIVRE. **Entrevista concedida pelos coordenadores da SEMA da cidade de Curitiba**. Secretaria do Meio Ambiente de Curitiba, Unilivre: Curitiba, 2006.

ZYGER, I. C. **Um estudo sobre a participação e o conhecimento da comunidade no manejo dos resíduos sólidos no município de Santa Helena – PR**. Florianópolis, 2005, 123p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC.

Fontes Consultadas

BRITO FILHO, L. F. **Estudo de gases em aterros de resíduos urbanos**. Rio de Janeiro, 2005. 221p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

FLAUSINO, R.; RAMALHO, J. **Oxigênio**. JotaQuest. São Paulo: Ed. Sony Music/EMI, 2000. 1 CD: Digital, estéreo. 2-495703.

GOMES, I. M. **Como elaborar uma pesquisa de mercado**. Belo Horizonte: SEBRAE/MG, 2005. Disponível em: <<http://www.sebraemg.com.br/arquivos/parasuaempresa/planodmercado/mercado.pdf>>. Acesso em: out 2006.

PEDROSA, M. A.; LEITE, L. Educação científica, exercício de cidadania e gestão sustentável de resíduos domésticos: fundamentos de um questionário. Boletín das Ciências, n. 56, 2004. Disponível em: <<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/4127/1/Educa%C3%A7%C3%A3o+Cient%C3%ADfica....-+Actas+do+XVII+Congreso+de+Enciga.pdf>>. Acesso em: set. 2006.

TAPSCOTT, D. **Economia digital**. São Paulo: Makron Books, 1997.

TEIXEIRA JUNIOR, S. Novo clima para os negócios. **Revista Exame**, São Paulo, ano 40, n.25, p.22-30, 20 dez. 2006.



A INFORMÁTICA COMO UMA FERRAMENTA DE APOIO À INCLUSÃO DO DEFICIENTE VISUAL

André Argentino*

Orientadora: Prof^ª Andréa dos Santos Rodrigues**

RESUMO

O sistema educacional brasileiro preconiza a educação para todos, escola heterogênea, pluralista e acolhedora de todas as pessoas, independentemente de suas diferenças. Acredita-se que projetos de inclusão, associados às Tecnologias de Informação e Comunicação, possam oferecer relevantes contribuições à inclusão de pessoas com necessidades especiais. Este artigo apresenta um ambiente virtual acessível, que possibilita a inclusão de pessoas com deficiência visual na internet.

Palavras-chave: educação inclusiva; acessibilidade; usabilidade; deficientes visuais.

* Acadêmico do 2º ano do curso de Engenharia de Produção. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2006) da UNIFAE - Centro Universitário Franciscano.

** Doutora em Educação (UFRN). Professora da UNIFAE - Centro Universitário Franciscano.

INTRODUÇÃO

“Não há nada impossível, porque os sonhos de ontem são as esperanças de hoje e podem converter-se em realidade amanhã.” (dito popular)

Um ambiente inclusivo tem em seus alicerces a crença de que todas as pessoas têm direito à participação, de viver uma vida tão normal quanto possível, sem discriminação, especialmente no sistema educativo. Trata-se de assegurar igualdade de oportunidades. Para indivíduos com necessidades especiais, o uso do computador e de materiais digitais não constitui uma alternativa, mas uma das únicas formas de acesso à informação.

Em relação aos deficientes visuais, as dificuldades começam desde o início, ao ingressar na universidade, por meio dos processos seletivos nem sempre acessíveis. Para os que conseguem, outras dificuldades vão surgindo, minando o entusiasmo inicial e gerando um grande índice de desistências.

Na maioria dos casos, esses alunos passam a depender da boa vontade de colegas ou voluntários para a leitura de textos constantes da bibliografia básica das disciplinas cursadas. O alto custo das tecnologias assistivas aliado à falta de recursos e conhecimentos sobre adaptações curriculares impede que muitos docentes auxiliem de modo adequado esses alunos.

Este artigo busca contribuir para a inclusão do aluno deficiente visual, apontando alternativas que possam auxiliar no atendimento educacional. O objetivo do trabalho foi a construção de Centro de Apoio Pedagógico Virtual (CAP), estruturado em um portal Web, que possa servir como recurso auxiliar para apoio aos professores, funcionários e demais usuários comprometidos com o processo de inclusão de pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais, com o objetivo de equiparação das oportunidades educacionais, com o apoio de recursos e métodos adequados. *A Inclusão é para todos, porque todos são diferentes.*

PROGRAMAS DE APOIO AO DEFICIENTE VISUAL NO BRASIL

Segundo o Ministério da Educação e Cultura, a execução adequada de uma política educacional dirigida aos portadores de necessidades especiais possibilita que venham a alcançar níveis cada vez mais elevados do seu desenvolvimento acadêmico. É importante que as instituições de ensino se esforcem, no sentido de se adequar, de

criar condições próprias, para forma a possibilitar o acesso desses alunos ao ensino superior e profissionalizante.

As decisões tomadas pela Secretaria de Educação Especial, SEESP/MEC, vêm revelando um interessante movimento em respeito aos direitos dos cidadãos com necessidades especiais, dentro do sistema educacional, certificados pelos dados do Censo Escolar. Dados do Censo Escolar de 2006 (MEC/INEP) registram que a participação do atendimento inclusivo cresceu, no Brasil, passando dos 24,7% em 2002 para 46,4% em 2006. (BRASIL, 2006)

Esse crescimento se deve ao fato de o MEC, por meio da secretaria de educação especial, ampliar e fornecer vários programas de apoio à educação de alunos com necessidades especiais, tendo como objetivo garantir o acesso e a permanência desses alunos na escola regular.

Em relação aos Deficientes Visuais, os principais programas e ações são: Os Centros de Apoio para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual - CAPs e Núcleos de Apoio e Produção Braille- NAPPB.

Os Centros de Apoio para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual - CAP's instalados em parceria com os Estados e o Distrito Federal que são equipados com computadores, impressora Braille e laser, fotocopiadora, gravador e fones de ouvido, circuito interno de TV, CCTV e máquina de datilografia Braille Perkins, e têm como proposta principal a geração de materiais didáticos pedagógico como livros e textos em Braille, ampliados e sonoros para distribuição aos alunos matriculados no ensino regular bem como a organização de espaços educacionais que sirvam de apoio aos alunos com visão subnormal.

O Objetivo do CAP - Virtual proposto por este trabalho é complementar as ações do MEC, possibilitando um aperfeiçoamento contínuo e acesso a informações, para aqueles profissionais, familiares e alunos, que não tiveram oportunidade de participar de cursos presenciais.

Os levantamentos estatísticos no Brasil não têm contemplado o atendimento educacional aos portadores de deficiência em relação ao ensino superior, dificultando, assim, a comparação de dados sobre o número de alunos que concluíram o Ensino Médio e o número daqueles que ingressaram no ensino superior.

É, no entanto, elevado o número de solicitações, tanto dos pais, dos alunos portadores de deficiência, quanto das próprias instituições de ensino superior, no sentido de que seja viabilizado o acesso desses candidatos ao ensino superior, razão pela qual o tema: acesso e permanência do educando com necessidades especiais nas instituições de ensino superior (IES) está sendo objeto de estudos neste trabalho e por outras IES.

Apesar de não se terem estatísticas referentes ao acesso do deficiente no ensino superior, como dito anteriormente, as estatísticas (Brasil, 2006) revelam um elevado índice de deficientes cuja faixa etária constitui público universitário em potencial. A figura 1 apresenta um crescimento considerável na evolução de matrículas inclusivas na educação especial.

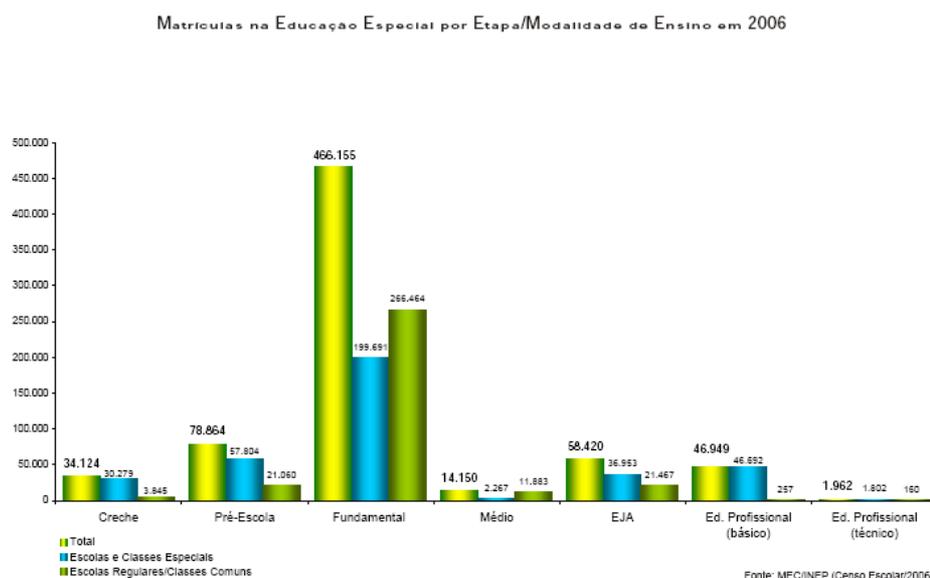


FIGURA 1 - EVOLUÇÃO DE MATRÍCULAS INCLUSIVAS NOS NÍVEIS DE ENSINO
 FONTE: MEC/INEP. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dadosed.pdf>>

As dificuldades apresentam-se desde o início. Do corpo docente, que não se sente preparado para realizar adaptações curriculares, à falta de infra-estrutura física e materiais didáticos adaptados, vai-se minando o entusiasmo inicial e gerando um grande índice de desistências.

No entanto, espera-se que essa evolução nas matrículas seja acompanhada pela melhoria nas condições de atendimento, gerando, assim, aumento no número de matriculados no ensino médio e, conseqüentemente, gerando um elevado índice de alunos potenciais para o ingresso no ensino superior.

O MEC (BRASIL, 2006) , mediante circular, sugere algumas diretrizes para a adequação estrutural e criação de condições que visem facilitar o acesso aos alunos com necessidades especiais, como por exemplo: a elaboração do edital, para que possa expressar, com clareza, os recursos que poderão ser utilizados pelo vestibulando no momento da prova, bem como dos critérios de correção a serem adotados pela comissão do vestibular.

No momento dos exames vestibulares, serão providenciadas salas especiais para cada tipo de deficiência, maior flexibilidade no momento da correção das provas, quando será necessário considerar as diferenças específicas inerentes a cada portador de deficiência, para que o domínio do conhecimento seja aferido por meio de critérios compatíveis com as características especiais desses alunos.

Para isso, é sugerida a instalação de Bancas Especiais contendo, pelo menos, um especialista na área de deficiência do candidato; a utilização das TIC para a ampliação de textos, lupas ou outros recursos ópticos especiais para as pessoas com visão subnormal/reduzida; recursos e equipamentos específicos para cegos como: sorobã, máquina de datilografia comum ou Perkins/Braille, sistemas com síntese de voz, como o DOSVOX, adaptado ao computador.

Após o obstáculo do vestibular – que, por muitas vezes, quando não é adaptado, se torna uma barreira intransponível - esse é apenas uma das muitas dificuldades enfrentadas pelos alunos com necessidades especiais.

Considerando-se particularmente o deficiente visual, após ingresso na universidade, geralmente não consegue acompanhar o desempenho de seus colegas de curso, pois não há condições igualitárias.

No Brasil não há política editorial universitária que atenda a essa parcela da comunidade. No caso da educação fundamental e ensino médio, alguns livros já são traduzidos para o Braille. Na maioria dos casos, passam a depender da boa vontade de colegas ou voluntários para a leitura de textos, das apostilas, livros e artigos constantes da bibliografia básica das disciplinas cursadas.

A falta de conhecimento sobre tecnologias assistivas, aliada à falta de recursos e conhecimentos sobre adaptações curriculares que, segundo Carvalho(2000), impede que muitos docentes auxiliem de modo adequado esses alunos.

Segundo relatos de alunos, há uma omissão por parte dos órgãos responsáveis em propiciar meios para que o cego possa estudar, e a maior dificuldade é a falta de material específico, principalmente livros.

Diante desse fato, é importante verificar em cada instituição quantos livros em Braille existem. Qual é o número de Áudio Livros? Quantas obras estão digitalizadas e disponíveis em bibliotecas virtuais acessíveis aos alunos cegos? Os docentes adotam recursos didáticos adequados e metodologia acessível? Os docentes estão preparados para lidar com os vários tipos de necessidades especiais, particularmente a deficiência visual? Como exigir desempenho a um aluno, se não se proporcionam as condições adequadas?

Espera-se que este estudo viabilize um repensar sobre a inclusão de deficientes visuais no ensino superior, frente aos recursos tecnológicos, à análise e à identificação de recursos necessários para que o deficiente visual possa utilizar as TICs como um recurso de apoio a inclusão.

A Lei de Diretrizes e Bases na Educação (LDB) defende o uso de recursos educacionais e de estratégias de apoio que estejam à disposição de alunos e docentes, como forma de oferecer diferentes alternativas de atendimento, preferencialmente no ensino regular, possibilitando, assim, a inclusão.

Um ambiente inclusivo tem, em seus alicerces, a crença de que todas as pessoas têm direito à participação, de viver uma vida tão normal quanto possível, sem segregação, especialmente no sistema educativo. Trata-se de assegurar igualdade de oportunidades. Em se tratando de educação, o objetivo essencial da inclusão é a equiparação de oportunidades educacionais, com o apoio de recursos e métodos adequados. **A Inclusão é para todos porque todos são diferentes.**

JUSTIFICATIVA

Esta pesquisa se justifica pela necessidade de discutir e implementar a democratização e equiparação de oportunidades educacionais para igualar o direito a todos à educação, com ênfase nos alunos com deficiência visual.

Todos devem se lembrar de que a educação tem o intuito de promover e ajudar na emancipação do ser humano. conhecer não é o ato pelo qual um sujeito, transformado em objeto, recebe dócil e passivamente os conteúdos que outro lhe dá ou impõe.

O conhecimento, pelo contrário, exige uma presença curiosa do sujeito face ao mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica invenção e reinvenção. Reclama a reflexão crítica de cada um sobre o ato de conhecer.

O ambiente proposto deve ser um centro de apoio, onde serão armazenados materiais referentes ao processo de inclusão do deficiente visual, com base no envolvimento e apoio cooperativo de todos os envolvidos no processo de aprendizagem.

Usando como metodologia de desenvolvimento o design universal estribado nos requisitos de acessibilidade e usabilidade, disponibiliza ferramentas livres com o objetivo de produzir um ambiente acessível, tanto técnica quanto financeiramente.

Existem diversos ambientes e bibliotecas virtuais, porém, a maioria não foi projetada sob a ótica do design universal, sendo inacessível para alunos com necessidades especiais, notadamente os deficientes visuais, devido à interface predominantemente gráfica desses ambientes, que não são “traduzidas” eficientemente pelos softwares leitores de tela atuais, por exemplo, ambientes famosos como o ORKUT, Wikipédia, entre outros.

OBJETIVOS

O Centro de Apoio Pedagógico Virtual visa principalmente ao atendimento às Pessoas com Deficiência Visual além dos demais interessados. O Virtual CAP pretende ser uma unidade virtual de serviço implantada para o auxílio aos educandos com deficiência visual, garantindo às pessoas cegas e de baixa visão o acesso a materiais instrucionais e de cultura geral, com o objetivo de auxiliar o acesso e a permanência na educação.

O objetivo inicial é, a partir do Virtual CAP, auxiliar na inclusão dos alunos que ingressaram no ensino regular e que necessitam de apoio, principalmente no que diz respeito ao acesso a conteúdos que possam ajudá-los no acompanhamento e bom desempenho em seus estudos.

Como o público-alvo é, principalmente, formado por estudantes e demais pessoas envolvidas no processo educacional de deficientes visuais, o Virtual CAP produziu e divulga materiais adaptados, orientações de acessibilidade para o aluno com cegueira e/ou baixa visão, assegurando a promoção do pleno desenvolvimento acadêmico, bem como a integração em seu grupo social (família, escola, comunidade), proporcionando autonomia sociocultural e profissional.

Estudantes e professores encontrarão, gratuitamente e em versão integral, uma série de obras literárias de alguns dos mais importantes autores da literatura mundial. Para tanto, basta entrar na página, selecionar o texto e ler diretamente na tela por meio de um sintetizador de voz, escutar diretamente por capítulo arquivos que estão disponibilizados em áudio ou fazer download para imprimir e ler, sem estar conectado.

Esse número só não é maior pela dificuldade em se conseguirem traduções de alguns títulos que estejam em domínio público. As obras aqui disponibilizadas têm livre circulação por já estarem em domínio público ou serem liberadas pelos autores, podendo ser utilizadas, por exemplo, por escolas, para complementar o aprendizado.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada baseia-se na pesquisa ação, linha de pesquisa social que é orientada em função da resolução de um problema. Essa metodologia é bastante difundida, principalmente em pesquisas aplicadas à educação e difusão de tecnologia. A pesquisa social foi concebida e é realizada em estreita associação com uma ação ou a resolução de um problema coletivo, com o qual os pesquisadores e os participantes estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

A pesquisa ação, além da participação do objeto de estudo, supõe uma forma de ação planejada de caráter social, educacional, técnico ou outro. Nesse tipo de pesquisa, as pessoas implicadas têm algo a “dizer” e a “fazer”, e o pesquisador pretende desempenhar um papel ativo na própria realidade dos fatos observados. Com a pesquisa-ação é possível estudar dinamicamente os problemas, decisões, ações, negociações, conflitos e tomadas de decisões durante o processo da pesquisa.

Inicialmente, a pesquisa consistiu em determinar o campo de atuação, os interessados e suas expectativas, estabelecendo um primeiro diagnóstico,

Existem diversas bibliotecas de livros em Braille e em Fitas, mas seu acesso, apesar de público, muitas vezes é restrito à comunidade da cidade onde se localizam, normalmente os grandes centros; os que habitam em outras localidades ficam restritos a um número ainda menor de bibliotecas que possibilitam um empréstimo especial via correio, o que leva a uma significativa demora na recepção do material.

O desafio, portanto, do trabalho é como disponibilizar materiais para deficientes visuais, usando como meio principal a Internet, por meio de um site criado com base nos recursos de acessibilidade e usabilidade, utilizando softwares livres como fonte para seu desenvolvimento.

Atualmente, existem diversas bibliotecas virtuais temáticas, porém, ou não foram construídas com base nas normas de acessibilidade, ou são sites com repositórios de informações que não fornecem recursos de busca e inclusão de novos materiais. O Centro Virtual para Apoio à Inclusão do Deficiente Visual possui espaços para a disponibilização de softwares (livres), artigos, estudos de caso, áudio livros, espaço para relatos e inserção de novos materiais, materiais didáticos de disciplinas de cursos superiores. Por ele, pretende-se contribuir para a minimização do problema.

No entanto, um outro desafio é como disponibilizar materiais sem interferir nos direitos autorais. No trabalho, a princípio poucas obras foram disponibilizadas devido a esse fato. As obras atuais necessitam da autorização dos autores e editoras para tal fim.

Os resultados finais foram analisados em parceria com o instituto paranaense de cegos IPC e UNIFAE Centro Franciscano de Ensino Superior, instituição na qual o autor trabalha atualmente.

DELIMITAÇÕES DO TRABALHO

O presente trabalho baseou-se em alunos com deficiência visual. Como o número desses alunos no ensino superior ainda é muito pequeno, buscou-se complementar a pesquisa com alunos do ensino fundamental e médio que freqüentam o Instituto Paranaense de Cegos.

O desenvolvimento do CAP é um protótipo, estribado na engenharia de usabilidade e testado de acordo com as recomendações de acessibilidade em vigor. O conteúdo está em constante atualização, e pretende-se que seu crescimento seja espontâneo, contando com a colaboração de voluntários e a troca de experiência.

TECNOLOGIA ASSISTIVA NO APOIO AO DEFICIENTE VISUAL

Um dos problemas básicos do deficiente visual, em especial do cego, é a carência de material didático adequado para a condução de sua aprendizagem. Os recursos didáticos, nesse contexto, podem ser definidos como todos os recursos físicos, utilizados com maior ou menor frequência, que visam auxiliar o educando a realizar sua aprendizagem mais eficiente, constituindo-se num meio para facilitar, incentivar ou possibilitar o processo de ensino-aprendizagem.

Esta seção se destina a apresentar algumas das principais tecnologias disponíveis ao deficiente visual, com o objetivo de ser um “passo inicial”, na busca de alternativas no apoio às mais diversas necessidades educacionais que o cego possa ter. Esses produtos foram pesquisados entre os principais fornecedores nacionais de equipamentos destinados a cegos. A lista não visa ser exaustiva e, sim, apresentar os produtos mais utilizados.

Os dispositivos voltados para o usuário cego, na maioria das vezes, também podem ser utilizados por um usuário com visão subnormal. ALMEIDA(2002) recomenda, no entanto, que se utilize ao máximo possível o resíduo visual.

As tecnologias de acesso ao deficiente visual apresentadas neste capítulo, foram compiladas de ALMEIDA(2002), além de materiais técnicos e comerciais de produtos do mercado. Apesar de se tratar de um trabalho acadêmico, serão apresentados alguns exemplos de produtos com caráter meramente ilustrativo.

Entre as tecnologias voltadas ao deficiente visual, podem se destacar:

- **CCTV:** Os sistemas de circuito fechado de televisão(CCTV) oferecem a possibilidade de ampliar em até sessenta vezes o texto;



FIGURA 2 - CIRCUITO FECHADO DE TELEVISÃO

FONTE: Disponível em: <www.bengalabranca.com.br/produtos.php>

- **Braille Falado:** Aparelho eletrônico portátil que funciona como agenda eletrônica, editor de textos e outras aplicações. Os dados são armazenados em formato digital, introduzidos via teclado Braille. Os dados podem posteriormente serem transmitidos ao computador acoplado a uma impressora Braille. A comunicação é feita via sintetizador de voz.



FIGURA 3 - BRAILLE FALADO

FONTE: Disponível em: <www.bengalabranca.com.br/produtos.php>

- **Sintetizadores de Voz:** São aplicativos que viabilizam a leitura de informações textuais via sintetizador de voz e, assim, podem ser utilizados por pessoas com deficiência visual (ex. pessoas com baixa visão, pessoas cegas), por pessoas que estejam com a visão direcionada a outra atividade, ou até mesmo por aquelas que tenham dificuldade para ler. São exemplos de leitores de telas: Jaws for Windows da Freedom Scientific, Virtual Vision da Micro Power e Monitivox.
- **Reconhecimento de Voz:** Viabiliza a interação com o computador via voz e, assim, pode ser utilizado por pessoas que estejam com a mobilidade dos membros superiores comprometida. Em geral, aplicações que podem ser utilizadas amplamente com o teclado também podem ser acionadas via síntese de voz. Exemplos de sistemas para entrada de voz são o IBM Via Voice e o Motrix.
- **Impressoras Braille:** Imprimem, em papel, informações codificadas em texto para o sistema braille (ex: textos, partituras, equações matemáticas, gráficos, etc.). Existem impressoras braille que utilizam um sistema denominado interpontos, viabilizando a impressão nos dois lados do papel.

Existem muitos outros exemplos de Tecnologia Assistiva voltada para o deficiente visual. Neste capítulo, o objetivo foi apresentar suas principais categorias. No Virtual CAP, poderão ser vistos, com maior profundidade, exemplos de hardwares e softwares, com suas respectivas descrições e fornecedores.

DESENVOLVIMENTO DO VIRTUAL CAP CENTRO DE APOIO PEDAGÓGICO VIRTUAL

Este projeto visa produzir um guia eletrônico em português com o objetivo de divulgar informações relativas à promoção da inclusão do deficiente visual na educação, com informações sistematizadas para que pessoas com deficiência, desenvolvedores, pesquisadores e interessados no assunto possam usá-los e modificá-los livremente.

Para tal, o sistema proposto foi desenvolvido com base na **Acessibilidade**, que significa permitir (ou possibilitar) que pessoas com deficiências participem de atividades que incluem o uso de produtos, serviços e informação usando as **Tecnologias Assistivas**, que estão disponíveis para minimizar as dificuldades de acesso de pessoas com deficiências, com o uso dos recursos da tecnologia. E, como metodologia de desenvolvimento, foi utilizada a Engenharia de Usabilidade para o desenvolvimento do Portal.

ACESSIBILIDADE

Iniciativas de apoio ao deficiente visual no país são escassas. O acesso à Internet se dá de maneira precária, pois além da dificuldade do acesso às Tecnologias Assistivas, a forma pela qual as páginas são confeccionadas constitui uma grande barreira que, muitas vezes, impossibilita a interação do deficiente visual com as informações e serviços disponíveis na Internet.

Acessibilidade significa facilidade de interação, aproximação. A acessibilidade, no âmbito das tecnologias de informação, está associada a ações que têm como objetivo tornar os computadores mais acessíveis a todos os usuários.

Segundo Godinho (GUIA, 1999) a Acessibilidade envolve três noções: “Usuários”, “Situação” e “Ambiente”: O termo “Usuários” significa que nenhum obstáculo deverá ser imposto ao indivíduo face às suas capacidades sensoriais e funcionais. O termo “Situação” significa que o sistema é acessível e utilizável em diversas situações, independentemente do software, comunicações ou equipamentos, e o termo “Ambiente” significa que o acesso não é condicionado pelo ambiente físico envolvente, exterior ou interior.

A acessibilidade, na Internet, caracteriza-se pela flexibilidade da informação e interação. Essa flexibilidade torna possível sua utilização por pessoas com necessidades especiais, bem como a utilização em diferentes ambientes e situações, por meio de vários equipamentos ou navegadores.

Os principais problemas sentidos por usuários deficientes visuais são dificuldades em obter informações apresentadas visualmente; interagir usando um dispositivo diferente do teclado; distinguir rapidamente os links num documento; navegar por meio de conceitos espaciais; distinguir entre outros sons uma voz produzida por síntese.

A adoção de técnicas de acessibilidade na concepção das páginas e aplicações para a Internet não são limitações, antes, pelo contrário, estas as tornam mais robustas, flexíveis, rápidas e fáceis para usuários em geral.

Permitem, também, a utilização de equipamentos menos convencionais para o acesso à Internet como a televisão, o telefone e equipamentos eletrônicos de bolso, bem como a utilização de equipamentos mais antigos.

As normas de acessibilidade devem ser usadas pelos responsáveis pelo desenvolvimento do conteúdo, sendo estes responsáveis pela qualidade e quantidade de informações que serão transmitidas aos indivíduos portadores de deficiência.

No Brasil, o organismo legalmente constituído para cuidar das normas técnicas é a Associação Brasileira de Normas Técnicas, ABNT, afiliada à ISO e atuante desde 1940. A ABNT está dividida em comitês nacionais, entre eles o Comitê Brasileiro de Acessibilidade - CB 40 que começou a atuar no ano de 2000.

Na Legislação Brasileira sobre acessibilidade podem se citar:

- O Decreto 5.296 de 2 de dezembro de 2004, que regulamenta a Lei número 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica;
- O Decreto 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.;
- A Lei de Acessibilidade Lei 10.098, 19/12/2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências;
- O Decreto 3.298, 20/12/1999 que regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.

No contexto da informática, o termo acessibilidade é freqüentemente associado à capacidade de um software ou hardware ser acessado e utilizado por indivíduos com necessidades especiais, mesmo que a forma de uso não seja idêntica para todos.

Em outras palavras, acessibilidade é a habilidade de um indivíduo acessar e usar um produto de modo eficaz e eficiente, atingindo resultados equivalentes por meios diversos. Na Web, significa que qualquer pessoa, usando qualquer tipo de tecnologia, deve ser capaz de visitar e interagir com qualquer site, compreendendo inteiramente as informações nele apresentadas.

Permitir a acessibilidade aos cidadãos com necessidades especiais faz parte do processo de inclusão digital, pois o computador e o software padrão não estão completamente preparados para todos os usuários. As pessoas com limitações necessitam freqüentemente recorrer a adaptações ou interfaces específicas de forma a compensar limitações sensoriais e motoras. A necessidade de adquirir soluções adicionais constitui uma desvantagem econômica e técnica.

De acordo com censo brasileiro de 2000, 16,5 milhões de pessoas sofrem de deficiência visual e 159 mil são incapazes de enxergar. Cabe a cada um dos cidadãos, como desenvolvedores e usuários da Internet, compreender um pouco sobre acessibilidade virtual e exigir, mais e mais, essa condição para que não surja uma nova categoria de “marginalizados” ou excluídos digitais. Acessibilidade é a tradução operacional do direito básico de ir e vir, de forma independente, em todos os ambientes, sejam físicos ou virtuais.

Para avaliar um site ou uma página específica, existem vários métodos. Neste trabalho foram utilizados ensaios de interação, nos quais o usuário participa da navegação do site enquanto é observado.

Nesta fase, apresentam-se algumas páginas que estavam prontas do protótipo e testaram-se com o Webvox para cegos e Internet Explorer, utilizando o tamanho de fonte máximo para usuários com visão subnormal ou a Lente de aumento do Windows. Infelizmente não foi possível testar com ferramentas mais sofisticadas como o Jaws ou o Virtual Vision pois não se tinham tais softwares disponíveis.

Nesta avaliação, o objetivo principal foi ter a opinião dos potenciais usuários reais do trabalho em relação à navegação e acesso ao material das aulas. As dificuldades em utilizar ferramentas simples foram superadas devido à simplicidade necessária do site. Lembre-se que, para um usuário com visão normal, mesmo num site com muitas informações, ele “passa os olhos” e identifica rapidamente o que precisa.

Para um deficiente visual, principalmente para o cego que necessita esperar o sintetizador de voz, quanto menos informações, mais claras e diretas, melhor.

As ferramentas de verificação automática, que consistem em softwares de varredura, são capazes de identificar problemas técnicos de implementação, relacionados à acessibilidade. Tais ferramentas geram relatórios auxiliando o projetista a realizar as correções necessárias. Essas ferramentas, apesar de oferecerem recursos limitados, são muito úteis na avaliação de problemas de acessibilidade, pois é complexo analisar diretamente o código.

A ferramenta utilizada foi o “Da Silva”, que consiste em um software que detecta um código HTML e faz uma análise do seu conteúdo, verificando se está ou não dentro de um conjunto de regras. No caso da presente pesquisa, a análise é feita usando as regras de acessibilidade do WCAG e E-GOV.



FIGURA 5 - SIMBOLO DO DA SILVA
FONTE: Disponível em: <www.dasilva.org.br>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo central deste trabalho constituiu-se em criar situações e disseminar informações sobre o processo de inclusão, principalmente de inclusão de alunos com deficiência visual.

Embora o Brasil incentive o sistema educacional inclusivo, faltam recursos básicos, como, por exemplo, livros que são necessários para a efetivação dessa meta, além de outro ponto fundamental, que não foi abordado nesta tese, que consiste na qualificação dos professores.

Essa qualificação deve vir de todas as instâncias, não só nos cursos de Pedagogia e demais licenciaturas, mediante disciplinas obrigatórias e eletivas, mas em todos os cursos de pós-graduação. Nestes, pelos menos dentro da disciplina de Metodologia do Ensino Superior, deveriam ser incluídos tópicos relativos à inclusão de alunos com necessidades especiais, bem como em outras disciplinas onde se pode abordar o assunto.

A pesquisa realizada juntos aos alunos que chegaram ao ensino superior, seus relatos das dificuldades encontradas e a superação desses obstáculos são justificativas

mais que plausíveis para o que foi descrito anteriormente. Somente no ensino fundamental, a maioria teve apoio do professor especializado ou atividade similar. Após o ingresso no equivalente à antiga 5ª série, o que para a maioria dos alunos já é uma grande mudança de paradigma, para esses alunos, a sensação de estarem sós ou do “paternalismo” (de fazer provas mais simples ou a leitura delas e debate com o professor) mostra um dos fatores de esses alunos terem dificuldade ao ingresso no nível superior.

Um outro fator relevante foi a centralização de vários documentos sobre inclusão e apoio a pessoas com necessidades especiais. Para quem é da área, documentos como a Declaração de Salamanca são clássicos, porém a maioria não sabe da sua existência.

O mesmo acontece em relação às leis e portarias brasileiras; até mesmo a assistência jurídica tem dificuldades, pois não é comum lidarem com esse assunto. Um exemplo foi a consulta realizada pelo autor quanto à digitalização de documentos.

A princípio disseram não. Como o autor não conhece bem a legislação e não sabe como interpretá-la corretamente, enviou especificamente o artigo ao qual ele se referia, que era uma exceção dentro das leis que protegem direitos autorais. Muitas leis, regulamentações e portarias existem. Quantas são conhecidas pelo grande público? Como localizar em tão vasto acervo uma informação tão específica?

Espera-se que, no decorrer do trabalho, possam ser aumentadas consideravelmente, em curto prazo, as informações disponibilizadas tanto quantitativamente quanto qualitativamente, inserindo mecanismos de busca acessíveis para facilitar a navegação e localização de informações específicas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ana Sofia Barros. **Educação especial**. Disponível em: <<http://lms.dei.uc.prática/Aulas/SF/9899/Almeida/interfaces.html>>. Acesso em: jan. 2004.

BIANCHETTI, Lucidio. **Um olhar sob a diferença**: interação, trabalho e cidadania. 3.ed. Campinas: Papyrus, 1998.

BRASIL, Corde. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: Corde, 1994.

BRASIL, MEC. **Política nacional de educação especial**. Brasília: MEC/SEESP, 2000.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto promulgado em outubro de 1998. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/>>. Acesso em: ago. 2003.

CARVALHO, Rosita Edler. **Removendo barreiras de aprendizagem**. Porto Alegre: Mediação, 2000.

FGV (2003). **Mapa da exclusão digital**. Disponível em: <http://www2.fgv.br/ibre/cps/mapa_exclusão/inicio.htm>. Acesso em: jan. 2004.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Censo 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: maio 2003.

LIVRO ACESSIBILIDADE NA INTERNET. Disponível em: <http://www.acessibility.net>. Acesso em: jul. 2000.

MAZZOTA, M. J. S. **Educação especial**: história e políticas. São Paulo: Cortez, 1996.

OLIVEIRA, Vera Barros de. **Informática em psicopedagogia**. São Paulo: SENAC, 1999.

PROJETO DOSVOX. Disponível em: <<http://www.nce.ufrj.br/aau/dosvox>>. Acesso em: dez. 2004.

W3C (2005). World Wide Web Consortium. Web Accessibility Initiative. Disponível em: <http://www.w3c.org/WAI>. Acesso em: maio 2003.

